

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E FILOSOFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL

LUISA MORAES SILVA CUTRIM

**A ALMA DO NEGÓCIO:
A TRAJETÓRIA DO NEGOCIANTE ANTONIO JOSÉ MEIRELLES NO
MARANHÃO (c. 1820 – c. 1832)**

NITERÓI

2017

LUISA MORAES SILVA CUTRIM

**A ALMA DO NEGÓCIO:
A TRAJETÓRIA DO NEGOCIANTE ANTONIO JOSÉ MEIRELLES NO
MARANHÃO (c. 1820 – c. 1832)**

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em História Social da Universidade Federal Fluminense, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em História.

Área de concentração: História Social

Orientadora: Profa. Dra. Márcia Maria Menendes Motta

NITERÓI
Março de 2017

C989 Cutrim, Luisa Moraes Silva.

A alma do negócio: a trajetória do negociante Antonio José Meirelles no Maranhão (c. 1820 – c. 1832) / Luisa Moraes Silva Cutrim. – 2017.

163 f.

Orientadora: Márcia Maria Menendes Motta.

Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de História, 2017.

Bibliografia: f. 146-157.

1. Meirelles, Antonio José, negociante no Maranhão. I. Motta, Márcia Maria Menendes. II. Universidade Federal Fluminense. Instituto de Ciências Humanas e Filosofia. III. Título.

LUISA MORAES SILVA CUTRIM

**A ALMA DO NEGÓCIO:
A TRAJETÓRIA DO NEGOCIANTE ANTONIO JOSÉ MEIRELLES NO
MARANHÃO (c. 1820 – c. 1832)**

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em História Social da Universidade Federal Fluminense, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em História.

Área de concentração: História Social

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dra. Márcia Maria Menendes Mota (Orientadora)

Prof. Dra. Nívia Pombo Cirne dos Santos (Arguidora)

Prof. Dr. Marcelo Cheche Galves (Arguidor)

Prof. Dra. Marina Monteiro Machado (Suplente)

Para Vânia, minha mãe e fortaleza.

“As grandes transformações que alteram profundamente a face da Terra não existem em nenhuma parte a não ser pela ação de atores que, na lógica dos contextos peculiares da sua experiência social, se esforçam em garantir para si um lugar, isoladamente e/ou com os outros. Cabe à História e às ciências sociais reconhecer esses lugares e as lógicas de ação que deles fazem parte.”¹

¹ REVEL, Jacques. *Micro-história, macro-história: o que as variações de escala ajudam a pensar em um mundo globalizado*. Revista brasileira de educação. V. 15, nº 45. Set/Dez. 2010. p. 444.

Agradecimentos

O mestrado sempre me pareceu uma possibilidade distante que talvez não pudesse ser alcançada. Conseguir começar e chegar ao final de mais esta etapa, seguramente, não é um mérito apenas meu. Agradeço, primeiramente, a minha família, que sempre me apoiou em todas as escolhas que fiz até aqui. A dedicação, o amor e o suporte que recebo dos meus pais e do meu irmão, desde sempre, são as bases que me impulsionam a realizar minhas aspirações.

Agradeço também, mais uma vez, e sempre que houver oportunidade, a Marcelo Cheche Galves, meu orientador na graduação. Só foi possível iniciar essa jornada pelo seu incontestável incentivo e apoio, confiando no trabalho que eu poderia realizar quando até eu mesma desconfiava disso. A sua atenção, sua paciência e seus conselhos, em todas as nossas conversas ao longo desses dois anos de pesquisa, foram fundamentais para que este trabalho se materializasse.

Meu agradecimento ainda mais especial à minha orientadora, Márcia Maria Menendes Motta, que me recebeu na UFF com todo o carinho, sempre solícita e disposta a me ajudar, não apenas com a orientação na pesquisa e na escrita da dissertação, mas também com meus desejos um pouco sonhadores de pesquisar e trabalhar no exterior, incentivando-me e indicando oportunidades para alcançar mais essa meta. A sua generosidade acadêmica, levarei como exemplo na minha caminhada. E este trabalho também não passaria do projeto de pesquisa sem o seu direcionamento.

Além dos desafios usuais encontrados no percurso de uma pesquisa, o primeiro ano do mestrado foi particularmente difícil para mim pela distância física de casa. Precisei me adaptar a uma nova cidade, um diferente ambiente acadêmico e a quase nenhum amigo ou familiar por perto. Por isso, preciso agradecer, imensamente, aos amigos que se fizeram

presentes em diferentes situações e foram preciosos para acalmar minhas inquietudes. Primeiramente aos amigos historiadores Raissa e Romário. Nossas ajudas mútuas com pesquisas documentais, indicações de leituras, diálogos sobre nossas pesquisas e sinceras opiniões foram essenciais para o meu crescimento pessoal e acadêmico. Meu muito obrigada também às amigas de longa data que, mais uma vez, mantiveram-se ao meu lado nessa etapa, Mel, Fernanda, Julliana e Letícia.

Sair da nossa zona de conforto, às vezes, pode ser inicialmente doloroso, mas, sempre proporciona novos conhecimentos, além de aproximação, ou reaproximação com outras pessoas, entre as quais, muitas delas ganham lugar de destaque em nossas vidas. Nesse período em Niterói, além de me apaixonar pela cidade, pessoas especiais cruzaram meu caminho, adoçando os meus dias longe de casa. Agradeço a Flávia, Pablo e Davi, minha família fluminense, que me hospedaram assim que cheguei à cidade, ajudando-me na procura por local onde ficar e também com a mudança, além da preocupação constante comigo e com meu bem-estar, o que nos aproximou ainda mais. Também sou grata a minha família carioca, minha avó Zoraima, meus tios, Vanda e Wanderley, e meus primos Bruno e Fernanda que fizeram, e fazem, o possível e o impossível para me ajudar, e foi-me um alento saber que estavam a “uma barca” de distância, caso precisasse de algo.

Agradeço aos encontros e reencontros proporcionados em terras cariocas. Em especial a Fernanda Araújo, amiga que me apresentou e me ensinou a conhecer o centro do Rio de Janeiro e todas as suas belezas, o que foi fundamental para eu realizar as pesquisas necessárias em bibliotecas e arquivos, além de me fazer apaixonar pela região, hoje minha parte preferida da cidade. Agradeço ainda a Cláudia, amizade maranhense que se transformou em fluminense, e a Silvia. Sem elas e o nosso convívio, com certeza, meu período em Niterói não teria sido o mesmo. Não posso ainda deixar de agradecer a Marcelo, que foi fundamental para eu conseguir me manter bem, feliz e em paz. Serei eternamente grata por ter ganhado de

presente um companheiro e uma inspiração.

Destaco também meus agradecimentos ao Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal Fluminense, onde consegui finalizar este trabalho de mestrado com o apoio dos funcionários, dos professores e dos colegas da instituição, sempre prestativos. Assim como à CAPES pela concessão da bolsa de mestrado, suporte financeiro indispensável para que me fosse possível minha dedicação à pesquisa.

RESUMO

A presente dissertação analisa a trajetória do personagem Antonio José Meirelles no Maranhão, especialmente entre 1820 e 1832. Denominado na documentação como negociante, este alcançou preponderância econômica a partir de atividades mercantis, como o tráfico de escravos e a arrematação de contratos régios. A posição privilegiada experimentada por Meirelles, integrante da elite mercantil atuante no Maranhão, possibilitou ainda grande influência política na região, com sua atuação ligada aos governadores de capitania e presidentes de província. A trajetória do negociante foi marcada pelo acúmulo de riqueza, o que incentivou a busca por distinção social, e pelos constantes embates em que esteve envolvido, devido a sua preponderância econômica e política. A atuação deste homem de negócios atravessou diferentes contextos estabelecidos no Maranhão na primeira metade do século XIX, como a adesão a Revolução do Porto, as guerras de Independência e a posterior “adesão” a projeto de separação política do Brasil, períodos marcados por querelas políticas e intensa circulação de ideias.

Palavras-chave: Antonio José Meirelles; negociante; trajetória; Maranhão.

ABSTRACT

This thesis analyzes the trajectory of the character Antonio José Meirelles in Maranhão, especially between 1820 and 1832. Named in the documentation as a businessman, this one reached economic preponderance from mercantile activities, such as, the slave trade and the administration of royal contracts. The privileged position experienced by Meirelles, a member of the acting mercantile elite in Maranhão, also allowed great political influence on the region, with his work linked to captaincy governors and provincial presidents. The trajectory of the merchant was marked by the accumulation of wealth, which encouraged the search for social distinction, and for the constant conflicts in which he was involved, due to his economic and political preponderance. The performance of this businessman crossed different contexts established in Maranhão in the first half of the nineteenth century, such as the adhesion to the Portos' Revolution, the wars of Independence and the subsequent "adhesion" to Brazil's political separation project, periods marked by political contests and intense circulation of ideas.

Keywords: Antonio José Meirelles; businessman; trajectory; Maranhão

LISTA DE ABREVIATURAS

AHU – Arquivo Histórico Ultramarino

APEM – Arquivo Público do Estado do Maranhão

ATJ/MA – Arquivo do Tribunal de Justiça do Maranhão

BN – Biblioteca Nacional

BPBL – Biblioteca Pública Benedito Leite

IHGB – Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro

LISTA DE TABELAS E QUADROS

Tabela 1 – Entrada de navios no Maranhão (1812-1821)	19
Tabela 2 – Exportação e importação na praça do Maranhão (1812-1821)	20
Tabela 3 – Preços mínimo e máximo de algodão e arroz (1812-1821)	21
Tabela 4 – Valores totais exportados de algodão e arroz (1812-1821)	22
Tabela 5 – Valores médios de exportação e importação com o porto da Inglaterra (1812-1820)	24
Tabela 6 – Saída de navios carregados de algodão do Maranhão (1809-1815)	25
Tabela 7 – Rendimento do Contrato Régio das Sizas	70
Tabela 8 – Rendimento do Contrato Régio das Carnes Verdes	71
Tabela 9 – Rendimento do Contrato Régio dos Dízimos	72

Sumário

AGRADECIMENTOS	I
RESUMO	III
ABSTRACT	IV
LISTA DE ABREVIATURAS	V
LISTA DE TABELAS E QUADROS	VI
Introdução	1
Capítulo 1	15
Maranhão: uma capitania em transformação no início do Oitocentos	15
1.1 - Um panorama econômico	16
1.2. - A elite estabelecida no Maranhão e a lógica escravista	26
1.3. – Revolução do Porto e as novidades no Maranhão	34
1.4. – O Maranhão e a “adesão” à Independência	43
1.5. -Homens de negócio e dinamização da economia	52
Capítulo 2	58
Negociantes e fortunas na praça do Maranhão	58
2.1. -Antonio José Meirelles, “Negociante estabelecido há anos na Cidade do Maranhão”	60
2.2. - A diversificação dos negócios de Meirelles e suas relações mercantis	78
2.3. - O Inventário do comendador Meirelles e a consolidação da sua fortuna	89
Capítulo 3	107
Antonio José Meirelles e suas teias de polêmicas	107
3.1. - A imprensa periódica no Maranhão: um novo palco para os embates	111
3.2. - Os negócios de Antonio José Meirelles e os embates políticos	129
3.3. - A reinserção de Antonio José Meirelles no Maranhão pós-Independência	146
Considerações finais	168
Referências	172

Introdução

Do patamar da escadaria, estendeu o olhar para baixo.

Ao pé do último socalco, à porta do sobrado do Comendador Antônio Meireles, na claridade do dia que ia rompendo, um bando de negros em ação, cada qual com o seu porrete de pau-roxo, quebrava pilhas e pilhas de vasos de louça empilhados na calçada.

Damião desceu os socalcos quase a correr, e antes de chegar cá embaixo começou a rir, adivinhando o que se passava.

Dias e dias, já fazia alguns meses, era o assunto de São Luís inteira, nas rodas do Largo do Carmo, nas conversas do Passeio Público, no cochicho da sacristia. Inimigo de Donana Jansen, com quem vivia às turras, o Comendador Meireles tinha mandado preparar na Inglaterra, para vendê-los quase de graça, um milheiro de belos penicos de louça, com a cara da velha no fundo do vaso. Donana Jansen soube do fato e suportou com paciência o riso da cidade. Não reagiu logo: deu tempo ao tempo, enquanto ia mandando comprar, aos dois, aos três, às dezenas, na loja do Comendador, os penicos com o seu retrato, até ter certeza de que, agora, sim, só ela os possuía².

A narrativa acima encontra-se no início do romance *Os tambores de São Luís*, do autor maranhense Josué Montello, que conta a história do negro Damião, misturando seu passado e seu presente para narrar lutas e tragédias ao longo da vida da população negra escravizada no Maranhão. Como pano de fundo está a cidade de São Luís, ambientada nessa primeira parte. A passagem me passaria despercebida se eu não estivesse, coincidentemente, escrevendo essa dissertação sobre o mesmo comendador Meirelles³. O autor afirma, ao final do livro, que buscou incluir no seu romance diversos personagens e acontecimentos comumente mencionados ao contarem a história da cidade; o que explica o seu protagonista Damião encontrar pelas ruas de São Luís aquela cena envolvendo Donana Jansen⁴ e o comendador Meirelles. Esse clássico da literatura maranhense me fez lembrar a curiosidade inicial que tive sobre aquele personagem, visto que, ao que parecia, ele se fazia presente em diversos momentos ao longo da sua atuação no Maranhão, principalmente, em situações de contendas

² MONTELLO, Josué. *Os tambores de São Luís*. 2ª ed. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1976. p.8.

³ Utilizo a grafia do nome do personagem com a duplicidade da letra “L” por assim estar escrito em toda a documentação pesquisada.

⁴ Donana Jansen refere-se a Ana Jansen Pereira Leite. Nasceu em São Luís em 1787 e morreu na cidade, aos 82 anos, em 1869. Ficou conhecida pelo poderio econômico e grande quantidade de escravos que possuía. Até hoje seu nome está relacionado com diversas lendas que são contadas em São Luís. Cf. NOVAES, Irlane Regina Moraes. *Ana Jansen: empreendedorismo feminino no século XIX*. Tese de doutorado apresentada à Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas. Rio de Janeiro, 2012. Especialmente capítulo 6.

e conflitos, como no caso relatado acima⁵. Ao incluí-lo no romance, ainda que se utilizando de licença poética para contar uma história ficcional, Josué Montello contribui para reforçar minha impressão inicial, a de que Meirelles era uma figura importante para a compreensão da história da região.

Ao final da graduação, analisei no Trabalho de Conclusão de Curso, sob a orientação do Prof. Dr. Marcelo Cheche Galves, a trajetória do negociante João Rodrigues de Miranda, personagem envolvido em contratos públicos e embates políticos. As desventuras de Miranda, a partir de sua prisão em novembro de 1821, foram percebidas no imbricamento entre dinâmica política provincial e reordenamento jurídico-político, provocado pela nova ordem constitucional. A análise foi voltada para um momento particular de sua vida em articulação com as mudanças vividas na província.

Ao longo daquela pesquisa foi possível compilar as teias de relações entre Miranda e outras figuras influentes no cenário político e econômico do Maranhão. Nessa conjuntura, chamou atenção a recorrência dos embates entre aquele negociante e o comendador Antonio José Meirelles. A partir disso, iniciou-se meu interesse em saber mais sobre aquele personagem que, além de ostentar grande poderio econômico, parecia também bastante implicado em querelas políticas em voga no Maranhão do início do século XIX, mesmo aparentemente não usufruindo de nenhum cargo político como o de juiz de fora ou de vereador. Ainda que Meirelles fosse figura conhecida pela historiografia da região, aparecia muito mais citado como “antigo e rico comerciante” sem que fossem, propriamente, analisadas sua participação política e sua atuação mercantil.

⁵ Ao longo da pesquisa sobre Antonio José Meirelles não foi encontrada nenhuma informação sobre qualquer relação com Ana Jansen Pereira Leite que possa confirmar o relato descrito no romance. Provavelmente o autor utilizou-se daqueles personagens conhecidos apenas para embasar a criação da sua história.

O comendador Meirelles era, possivelmente, português e começou a atuar no Maranhão no início do século XIX ao lado do seu irmão, Bruno Antonio Meirelles; enquanto suas outras irmãs e sobrinhos permaneceram na Europa. O negociante morre em 1838, na província, solteiro, porém com duas filhas legitimadas: D. Joanna de Meirelles e Sá e D. Maria de Meirelles e Sá, estabelecidas em Portugal⁶.

Para análise e compreensão do personagem tornou-se fundamental o embasamento teórico-metodológico em obras de autores reconhecidos pela pesquisa em trajetórias, biografias e histórias de vida, notadamente, aquelas pautadas na micro-história⁷. Segundo Jacques Revel, a abordagem micro-histórica permite a escolha de uma escala particular de observação que conduz a conhecimentos e análises que não seriam possíveis em uma análise “macro” e quantitativa; ainda que a dimensão “micro” não esteja dotada de nenhum privilégio especial sendo apenas uma escolha de escala⁸. Partindo dessa lente “micro”, a presente pesquisa pautou-se na “investigação micro-nominal” como a proposta por Carlo Ginzburg, adotando como fio condutor do levantamento documental o nome de Antonio José Meirelles. Como defendido por esse autor, a pesquisa a partir do nome permite observar as linhas que convergem para aquele indivíduo e partem dele igualmente, “compondo uma espécie de teia de malha fina” que dão ao observador perceber “a imagem gráfica do tecido social em que o indivíduo está inserido”⁹. Perspectiva também defendida por Edoardo Grendi ao ressaltar que

⁶ São esparsas as informações biográficas sobre Antonio José Meirelles, não sendo localizado, por exemplo, seu passaporte de entrada na província, nem um eventual testamento. Dados sobre a família e parentes foram encontrados na carta de legitimação de suas filhas, em que elenca-se os parentes que possuía até 4º grau. Acredita-se ser português por assim ser denominado ao longo da documentação, ainda que o termo não necessariamente indicasse o local de nascimento, e por não ter na província nenhum outro parente além do seu irmão. Ao que parece, as duas filhas foram fruto de uma relação com uma “Sra. Casada”, o que justificava a não divulgação do nome da mãe; não possuindo ainda outros herdeiros “ascendente ou descendente”. *Carta de legitimação de Joana de Meirelles e Sá e Maria de Meirelles e Sá*. BN, SOR, 040,011,061, 1839.

⁷ Sobre trabalhos dentro desta perspectiva Cf. GINZBURG, Carlo. *O queijo e os vermes: o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela Inquisição*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987; LEVI, Giovanni. *A herança imaterial: trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

⁸ REVEL, Jacques. *Jogos de escalas. Experiência da Microanálise*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998. p.20.

⁹ GINZBURG, Carlo. *O nome e o como: troca desigual e Mercado historiográfico*. IN: GINZBURG, Carlo; CASTELNUOVO, Enrico; PONI, Carlo (orgs.). *A micro-história e outros ensaios*. Memória e Sociedade. Lisboa-Rio de Janeiro, DIFEL-Bertrand Brasil, 1989.

a análise da trajetória de um personagem, por meio da micro-história, contribui para a elaboração de uma “história das relações entre pessoas e grupos”¹⁰. Reduzindo, então, a ‘escala de observação’, é possível “enriquecer a análise social tornando suas variáveis mais numerosas, mais complexas e também mais móveis”¹¹.

Contudo, a análise de trajetórias também requer alguns cuidados para não cair em armadilhas, tal como a pretensa ideia, ressaltada por Pierre Bourdieu¹², de perceber a vida seguindo uma ordem cronológica e lógica com um objetivo definido, ou seja, fazer “uma criação artificial de sentido” para a vida do personagem, muito recorrente, principalmente, na escrita de biografias. Levando esse critério em consideração, o objetivo do presente trabalho não é produzir uma biografia do negociante Antonio José Meirelles. Primeiramente porque a documentação encontrada não apresenta informações consistentes sobre todo o período de vida do comendador e, em segundo lugar, porque as perspectivas de análise se multiplicam ao ser focada a trajetória do personagem, e isso favorece perceber não apenas os caminhos percorridos por ele, mas, também os diversos contextos em que esteve inserido, além das suas relações de alianças ou embates.

Por meio da abordagem da micro-história, é possível analisar mais detidamente esses aspectos, visto que ela não capta apenas um contexto unificado e homogêneo que determina as escolhas dos atores, mas sim, uma pluralidade de contextos que auxiliam na compreensão dos comportamentos dos personagens¹³. Como destaca Bourdieu, só é possível compreender uma trajetória tecendo previamente “os estados sucessivos do campo no qual ela se desenrolou, e, logo, o conjunto das relações objetivas que unificaram o agente considerado ao

¹⁰ GRENDI, Edoardo. *Microanálise e História Social*. IN: OLIVEIRA, Mônica Ribeiro de; CARVALHO DE ALMEIDA, Carla Maria (orgs.). *Exercícios de micro-história*. Rio de Janeiro: FGV, 2009. p.36.

¹¹ REVEL, Jacques. *Op. Cit.* Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998. p.23.

¹² BOURDIEU, Pierre. *A ilusão biográfica*. In: AMADO, Janaina; FERREIRA, Marieta de Moraes. *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2006. p.185.

¹³ REVEL, Jacques. *Op. Cit.* 1998, p. 27.

conjunto de outros agentes envolvidos no mesmo campo”¹⁴. Esses contextos múltiplos ficam evidentes ao longo da trajetória de Meirelles, figura atuante ao longo das transformações que marcaram o Maranhão na primeira metade do século XIX.

Ademais, as relações entre os indivíduos constituem peças fundamentais para compreender a trajetória dos personagens. São notórios, ao longo da atuação de Meirelles, os constantes conflitos em que esteve envolvido, além de um consistente grupo de aliados que também agiu em seu favor em querelas. Esses são elementos que se assemelham às investigações de autores como Michel Bertrand e Giovanni Levi, visto que destacam a importância das relações pessoais para compreender as abordagens prosopográficas e micro-históricas. Por conseguinte, ampliam o conceito de “família”, não sendo ela formada apenas por laços consanguíneos, mas, também por outras formas de aliança, como o matrimônio e a amizade¹⁵; que denotam tipos de proteções importantes para as estratégias “das escolhas, das exclusões e das integrações que tornavam o organismo familiar mais elástico”¹⁶.

Sendo assim, o objetivo do presente trabalho é analisar a trajetória de Antonio José Meirelles durante o período de transição/ruptura do império luso-brasileiro no início do século XIX, contexto marcado por diversos momentos conturbados, como a adesão ao movimento constitucional português, as guerras de Independência e a “adesão” do Maranhão ao projeto de separação política, e, posteriormente, a formação do Estado nacional. Logo, a análise mais detida encontra-se entre os anos de 1820 até a possível falência da sua casa comercial, em 1832. O intuito, ao analisar sua atuação ao longo daqueles anos, é discutir e tentar responder algumas questões. Em que medida as posições políticas de Meirelles refletiram-se em seu poderio econômico? Quais as estratégias utilizadas pelo negociante para conseguir manter, em diferentes contextos, o seu poderio político e econômico? Com quem Meirelles se relacionou,

¹⁴ Ibidem. p.190.

¹⁵ BERTRAND, Michel. *De la familia a la red de sociabilidad*. Revista Mexicana de Sociologia, no.2, Abril-Junho, 1999. p.113.

¹⁶ LEVI, Giovanni. *Op. Cit.* 2000. p. 96.

mantendo alianças ou dissensos ao longo daqueles anos? De que forma esses relacionamentos influenciaram sua trajetória?

O início do século XIX marcou importantes transformações nas possessões da América portuguesa. Primeiramente, com a mudança da família real e sua instalação no Rio de Janeiro, transformando a realidade estrutural, política e econômica da cidade, o que também influenciou as demais regiões da colônia. Posteriormente, o movimento constitucional português, conhecido, mais tarde, como Revolução do Porto que saiu vitoriosa, em agosto de 1820, e também provocou importantes mudanças políticas, tanto em Portugal quanto no além-mar. O regresso do rei e a instalação da Assembleia Nacional Constituinte foram, de imediato, os principais objetivos do grupo vencedor¹⁷. Nesse novo cenário, outras alterações marcaram política e socialmente os dois lados do Atlântico, destacando-se a liberdade de imprensa e a adoção de novo vocabulário político. A economia também sentiu essas mudanças, principalmente, pela abertura dos portos, prejudicando tanto Portugal - que perdia o monopólio comercial naquela região do império -, como parte dos comerciantes portugueses radicada no Brasil, pressionados pela forte concorrência das firmas inglesas¹⁸.

Inserido nesse contexto de transformações também estava o Maranhão. Desde o final do século XVIII, a capitania conseguiu alcançar um relativo fortalecimento econômico por meio da agroexportação do algodão e do arroz, o que propiciou o crescimento populacional e, conseqüentemente, a formação da elite de negociantes. Esse crescimento econômico passou por diversos períodos de instabilidade devido ao fim do comércio de escravos ao Norte da

¹⁷ ALEXANDRE, Valentim. *Os Sentidos do Império. Questão Nacional e Questão Colonial na Crise do Antigo Regime Português*. Porto: Edições Afrontamento, 1993. p. 445-463.

¹⁸ Dentre os diversos trabalhos que analisam as mudanças que marcaram o início do século XIX Cf. MOTA, Carlos Guilherme. *1822: dimensões*. São Paulo: Editora Perspectiva, 1972; NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira; MACHADO, Humberto Fernandes. *O Império do Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999; MALERBA, Jurandir. *A Corte no exílio: civilização e poder no Brasil às vésperas da Independência (1808-1821)*; FAORO, Raymundo. *Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro*. 3º Ed. Globo. 2001; CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem: a elite política imperial*. 4º Ed. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2008; MOTTA, Márcia; MARTINS, Ismênia (orgs.). *1808: A Corte no Brasil*. Niterói: EDUFF, 2015. Sobre a atuação dos ingleses na praça comercial do Rio de Janeiro Cf. GUIMARÃES, Carlos Gabriel. *A presença inglesa nas finanças e no comércio no Brasil imperial*. São Paulo: Alameda, 2012.

linha do equador, em 1815, e ao maior controle do comércio de algodão pelos negociantes ingleses instalados na região. Nessa conjuntura de turbulências, fica bem mais evidenciada a desenvoltura do negociante Meirelles.

O personagem fazia, assim, parte do topo da hierarquia social, integrante da elite mercantil que começou a se estabelecer a partir do século XVIII na América portuguesa. Importante ressaltar, nesse primeiro momento, o que se entende por essa elite que será discutida ao longo da dissertação a partir da figura de Meirelles. A chamada teoria das elites tem como precursores os italianos Vilfredo Pareto e Gaetano Mosca. O argumento central das análises sociológicas defendido por eles era o de que: “em qualquer sociedade, em qualquer grupo, em qualquer época ou lugar, havia sempre uma minoria, uma elite que, por seus dons e sua competência e seus recursos, se destacava e detinha o poder, dirigindo a maioria”, sendo considerada uma “lei sociológica inexorável”¹⁹. Nessa perspectiva, os autores entendiam que na sociedade havia sempre uma minoria detentora do poder - sendo o mais determinante o poder político -, como um grupo oposto à massa, ou a não elite, concepção teórica que passou por diversas críticas e reinterpretações²⁰. Entre as ressalvas, Bobbio aponta que:

A teoria das minorias governantes caminha *pari passu* com uma concepção essencialmente desigual da sociedade, como uma visão estática ou inteiramente cíclica da história, (...) incredulidade quase total em relação aos benefícios da democracia, com uma crítica radical ao socialismo (...) e com uma desconfiança que se aproxima do desprezo pelas massas portadoras de novos valores²¹.

As interpretações mais recentes acerca dos estudos de Mosca e Pareto, segundo Mário Grynzpan, entendem que o elitismo visa demonstrar que qualquer sistema político, mesmo o democrático, é dirigido por minorias²². Ademais, em se tratando de teorias, o que se percebe, atualmente, é a necessidade de validá-las por meio de pesquisas empíricas²³, na tentativa de

¹⁹ GRYNZPAN, Mário. *Ciência política e trajetórias sociais: uma sociologia histórica da teoria das elites*. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1999. p.11.

²⁰ BOBBIO, Norberto. *Dicionário de política*. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1998. p.391.

²¹ Ibidem. p. 387.

²² GRYNZPAN, Mário. *Op. Cit.* 1999. p.12.

²³ BOBBIO, Norberto. *Op. Cit.* 1998. p.390.

compreender como eram percebidos aqueles grupos e as maneiras de atuação em determinada sociedade e em dado contexto. Logo, “trata-se se compreender, através da análise mais “fina” dos atores situados no topo da hierarquia social a complexidade de suas relações e de seus laços objetivos com o conjunto, ou com setores da sociedade”²⁴. A partir da transformação da ideia de elite, Maria Fernanda Martins destaca a importância de ampliar a abordagem para que se constitua “não como uma representação de um grupo isolado a partir de suas características internas de formação e composição, mas, considerando-se suas relações com a sociedade”²⁵. Relações essas que criam redes e alianças em constante mudança a partir dos interesses dos agentes. Desse modo, tomado o conceito expandido de elite e observadas as análises documentais durante a pesquisa, a elite que será apresentada nesse trabalho, ainda que não considerada como grupo homogêneo, refere-se aos indivíduos com poderio econômico suficiente para transformar a acumulação de capital em influência política e presença em diversos âmbitos, além dos múltiplos papéis sociais simultâneos: negociantes, proprietários, capitalistas ou políticos.

Além disso, a análise da trajetória de Meirelles o indica como integrante da elite mercantil da região, como assinalado acima. Ele desempenhou os atributos apontados por George Souza como os do grupo de grandes comerciantes da praça, proprietários de embarcações, de prédios e casas em áreas urbanas, dos contratos de arrematação, além de demandantes do tráfico negreiro²⁶. Todos símbolos de *status* dos homens de negócio que prosperaram ao longo do século XIX²⁷.

²⁴ HEINZ, Flávio M. *Por outra história das elites*. Editora FGV. Rio de Janeiro, 2006. p.8.

²⁵ MARTINS, Maria Fernanda Vieira. *A velha arte de governar: um estudo sobre política e elites a partir do Conselho de Estado (1842- 1889)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2007. p.26.

²⁶ SOUZA, George F. Cabral de. *Tratos & mofatras: o grupo mercantil do Recife colonial (c. 1654-c. 1759)*. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2012. p. 25.

²⁷ A definição de homens de negócios utilizada neste trabalho é discutida no Capítulo 1.

Quanto à composição do corpo, essa dissertação divide-se em três capítulos, alinhavados por contextos factuais, ora de alianças, ora de dissidências que perpassam a trajetória de Antonio José Meirelles no período em questão.

O Capítulo 1 aborda a realidade econômica e política do Maranhão a partir do final do século XVIII até meados do século XIX. Segundo Regina Faria, o sistema agroexportador da província tinha como condutor de acumulação o vínculo estreito, espécie de pacto solidário entre “o capital mercantil, o Estado metropolitano e o grande proprietário rural, sob o domínio do primeiro”²⁸. Esse sistema também suscitou o grande fluxo de mão-de-obra africana, favorecendo a concentração de riquezas nas mãos de comerciantes e fazendeiros. A primeira parte do Capítulo - “*Um panorama econômico*” e “*A elite estabelecida no Maranhão e a lógica escravista*” – baseia-se em autores contemporâneos como Raymundo Gaioso (1813), Spix e Martius (1819), Dunshee de Abranches (1822), Antonio Lago (1822) e Frei Francisco Prazeres (1891)²⁹.

Os relatos contemporâneos dialogam ainda com a historiografia e abrem o debate acerca da situação política e econômica das províncias do Norte, como o Maranhão, observado o crescimento do sistema agroexportador e do poderio conquistado por famílias locais de fazendeiros e comerciantes. Transformações essas que contribuíram para a pujança dos negociantes na região, como Meirelles.

A segunda parte do Capítulo 1 - “*Vintismo, imprensa e opinião pública no norte da América portuguesa: as novidades do Maranhão*” e “*O Maranhão e a “adesão” à Independência*” - analisa os períodos de conturbação na província ao longo do século XIX,

²⁸ FARIA, Regina Helena Martins de. *Mundos do trabalho no Maranhão oitocentista: os descaminhos da liberdade*. São Luis: Edufma, 2012. p. 41.

²⁹ Os relatos foram produzidos entre 1819 e 1820, período que o frade português viveu em São Luís. A autorização para a publicação ocorre em 1826. O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro publicou o texto em 1891 e o Diretório Regional de Geografia do Maranhão, em 1946. GALVES, Marcelo Cheche. “*Ao público sincero e imparcial*”: *Imprensa e Independência no Maranhão (1821-1826)*. Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal Fluminense. Niterói. 2010. Tese publicada em 2015. p. 44.

como a adesão ao movimento do Porto e, posteriormente, a “adesão” à Independência. Aqui, toma-se como parâmetro o debate historiográfico desse período, as transformações observadas naquele contexto, como a disseminação da imprensa e o constitucionalismo português, e a pluralidade de interpretações e resistências ao projeto de separação política das províncias do Norte, em especial o Maranhão.

A última parte desse Capítulo, “*Homens de negócio e a dinamização da economia*”, apresenta e questiona o conceito de negociantes e aborda como o termo agrega importância naquele período, bem como os indivíduos assim reconhecidos se sobrepõem no estrato social nas regiões de seu interesse. Como define Théo Piñeiro, negociante era o “proprietário do capital” que controlava setores-chave da economia, como o tráfico de escravos, o abastecimento e o financiamento, o que legitimava neles tanto sua posição de privilegiados na sociedade luso-brasileira quanto sua influência direta na economia e na política³⁰. Tais elementos é o que embasou a análise da trajetória de Meirelles nos capítulos posteriores. O Capítulo 2 inicia essa análise mais detidamente.

O objetivo inicial em “*Antonio José Meirelles: negociante estabelecido há anos na Cidade do Maranhão*” e “*A diversificação dos negócios de Meirelles e suas relações mercantis*”, foi o de apresentar o início da carreira de negociante de Meirelles no Maranhão e o poder econômico acumulado por ele durante a primeira metade do século XIX. Isso tomando-se como eixo as estratégias comuns entre os homens de negócio para a consolidação do seu domínio, tais como a relação com o tráfico de escravos e a administração dos principais contratos régios da província. Ocorreu por esses meandros a inserção de Meirelles como renomado homem de negócio do Maranhão.

³⁰ PIÑEIRO, Théo Lobarinhas. “*Os simples comissários*”: negociantes e política no Brasil Império. Niterói: Editora UFF, 2014. p. 28-29.

Concomitante ao seu fortalecimento econômico, deram-se outras formas de legitimação da sua posição social, como a requisição da comenda da Ordem de Cristo³¹, em 1817. Esse fato foi analisado sob a premissa de que havia mecanismos aceitos da continuidade de benesses e privilégios em uma sociedade desigual e estratificada e que sofreria, nos anos seguintes, as consequências do movimento constitucionalista.

As duas primeiras partes do Capítulo 2 concentram-se ainda na análise dos embates e nas associações que marcaram o comportamento do personagem e no alcance das suas relações mercantis, que além de São Luís, estendiam-se até o Rio de Janeiro, Lisboa, Londres, Liverpool e África. A análise dessas linhas que convergem e partem de Meirelles, pretende demonstrar o peso dessas relações comerciais, amistosas ou conflituosas, para o crescimento das atividades por ele exercidas e como influenciavam seus negócios. Esses episódios também foram decisivos para a inserção, ou não, do comendador em diferentes redes, já que, como destacado, não é possível apreender o personagem sem observar também os indivíduos com os quais se relacionou.

Ao final do Capítulo 2, em “*O inventário do comendador Meirelles e a consolidação da sua fortuna*”, é analisado o inventário do negociante na tentativa de demonstrar a evolução patrimonial até a ocorrência de sua possível falência, assunto preferencialmente debatido por seus opositores.

Com base na análise dos bens materiais do comendador, é possível identificar um certo padrão no modo de acumular o capital, como a preferência em imobilizar seu capital em prédios urbanos e embarcações. Não só a posse em si, mas, o que determinado tipo de propriedade representava perante a sociedade e a elite como possuir uma casa de sobrado e insígnias por exemplo. Outro aspeto abordado foi a influência política derivada e, ao mesmo tempo, propulsora do seu poderio econômico.

³¹ BN, *Seção Manuscritos*, C-423,031. Antonio José Meirelles recebe a comenda da Ordem de Cristo requerida em fevereiro de 1818. *Gazeta do Rio de Janeiro*, nº2, 10/02/1818.

O Capítulo 3 propõe-se a observar mais detidamente as teias de polêmica que marcaram a trajetória do comendador. Na primeira parte dele, em “*A imprensa periódica no Maranhão: um novo palco para os embates*”, os dissensos e as alianças ficam evidenciados no jornal *Conciliador* (1821-1823)³², que engloba o período do governo Bernardo da Silveira Pinto da Fonseca (1819-1822)³³, durante o qual deu-se também a adesão ao movimento do Porto, em 1821. Como Meirelles foi importante aliado de Fonseca e personagem-chave para a permanência do governante no cargo após o movimento de adesão, as denúncias da oposição contra o governo não poupavam o negociante. Em contrapartida, o jornal *Conciliador*, aliado do governo, utilizava suas páginas para defender o comendador. A partir das acusações e refutações protagonizadas por Meirelles é possível observar as novidades advindas da Revolução do Porto, como o fortalecimento da imprensa e o surgimento de um novo vocabulário político. As polêmicas que envolveram Meirelles estendem-se, nas páginas do *Conciliador*, até julho de 1823, quando a província aderiu à Independência.

Ainda na análise dessas contendas, fica evidente que aqueles que se opunham a Meirelles continuamente lançaram-se a questionar o modo com ele firmava seus negócios com o intuito de deslegitimar o seu posicionamento político. A segunda parte do Capítulo 3, “*Os negócios de Antonio José Meirelles e os embates políticos*”, atenta para o paralelismo entre o prestígio crescente de Meirelles e a insatisfação, por parte dos grupos opositores, com relação à realidade política e econômica da província.

³² O *Conciliador* começa a circular no Maranhão em 1821, logo após a adesão da província ao movimento do Porto; em clara defesa a continuidade de Pinto da Fonseca como governador. Questões analisadas no capítulo 1.

³³ Bernardo da Silveira Pinto da Fonseca foi governador do Maranhão entre 1819 a 1822, período em que o Maranhão adere a Revolução do Porto e ele consegue se manter no poder a partir de alianças com figuras influentes como Meirelles, legitimando um “novo” governo, agora “constitucional”. Cf. GALVES, Marcelo Cheche. *Op. Cit.* Especialmente Capítulo 3. Fonseca pertencia a uma família de militares que lutaram contra os franceses na Península Ibérica e, posteriormente, participaram das campanhas no Prata. De volta a Portugal, em 1822, Fonseca recebeu títulos e cargos após o restabelecimento dos poderes de D. João VI. Ao sair do governo do Maranhão, Fonseca deixou formada a Junta Consultiva presidida pelo bispo Joaquim de Nossa senhora de Nazaré, como forma de tentar as relações de poder estabelecidas por ele na região. Cf. VIEIRA DA SILVA, Luis Antônio. *História da Independência da província do Maranhão: 1822/1828*. Rio de Janeiro: Companhia Editora Americana, 1972. p. 39; 57-60 e *Carta de um português emigrado acerca do ex-imperador do Brasil e do seu chamado manifesto* (1832). BN, Seção de Obras Raras *apud* GALVES, Marcelo Cheche. *Op. Cit.* 2010. p.65.

Alguns aspectos ficam mais evidentes, como a percepção pública de que o negociante era um dos principais responsáveis pelas dificuldades vivenciadas na província no período que antecedeu a “adesão” à Independência e como o poderio econômico de Meirelles mesclava-se a influência política que possuía na província. Entre os negócios do comendador, as denúncias mais corriqueiras recaíam sobre a administração do contrato régio das Carnes Verdes, fundamental para a alimentação da população da província. Além disso, a publicação de reclamações e de abaixo-assinados, e de outra parte, as refutações a eles ilustram a ressonância na opinião pública de jornais e folhetos nesses episódios.

A “adesão” do Maranhão à Independência prejudicou comerciantes e negociantes, devido à forte oposição que fizeram a esse intento. Assim, figuras, até então de grande influência na região, foram expulsas da província, a exemplo do próprio comendador Meirelles, que só retornou em 1825.

A última parte do Capítulo 3, “*A reinserção de Antonio José Meirelles no Maranhão pós-Independência*”, detém-se na análise da volta do negociante ao Maranhão e as estratégias por ele utilizadas para restabelecer as bases de sua influência política e econômica. Sua atuação nessa nova conjuntura, assim como os embates que continuaram após o seu retorno, dão-nos a perspectiva das novas questões que permeavam o Maranhão pós-Independência. Nesse contexto de construção do Estado nacional, novas questões ganhavam força. No caso do Maranhão, buscava-se superar o passado marcado pela oposição ao projeto de separação política do Brasil, em que, mais uma vez, Meirelles foi o personagem que melhor representava “o inimigo a ser enfrentado”.

A análise das querelas envolvendo o negociante no período pós-Independência visa discutir questões como a dicotomia entre os termos “brasileiro” e “português”, que ganharam conotações mais políticas, o prosseguimento dos meios impressos como instância legítima

para os embates, e a continuidade de Meirelles no centro dos dissensos que aqueciam os ânimos na província.

Capítulo 1

Maranhão: uma capitania em transformação no início do Oitocentos

Antes de se iniciar análises sobre personagens ou marcos históricos torna-se fundamental apresentar os contextos em que estiveram inseridos para observar as conjunturas econômicas, políticas e sociais que propiciaram nas regiões a atuação de indivíduos, a partir das transformações ou continuidades relevantes. Pesquisas como esta, que se propõe a apresentar discussões a partir do contexto do Maranhão no século XIX, necessitam primeiramente localizar a realidade da região no período proposto, o que auxilia as análises posteriores.

A partir da instalação da Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão, no final do século XVIII, a região consegue alavancar sua economia a partir da agroexportação, e essa dinamização vai resultar no fortalecimento dos proprietários rurais. Após a extinção da Companhia os negociantes passaram a fazer parte dessa elite pouco numerosa, já que eles passaram a monopolizar o comércio da mão-de-obra escrava, essencial para a produção dos itens agrícolas voltados para o mercado externo.

Esse Capítulo propõe-se, inicialmente, a contextualizar a realidade econômica e política do Maranhão a partir do final do século XVIII até meados do século XIX. E a identificar as formas de acumulação ocorridas e se geraram, como consequência, a consolidação do modelo econômico adotado na região. Tais transformações econômicas refletiram-se também na configuração social, o que acabou gerando o acúmulo de fortunas e o surgimento de elites.

O Capítulo também apresenta as especificidades dessa elite destacando a importância que ganham os negociantes nesse novo contexto. Essa análise concentra-se nos relatos de viajantes que passaram pela região e de contemporâneos que, instalados no Maranhão, testemunharam o que assimilavam daquela realidade. Foi de tal vigor a importância assumida pelos homens de negócio da região, que passaram a interferir

ativamente nos períodos mais conturbados ocorridos na província, como a adesão à Revolução do Porto, as guerras de Independência e a posterior “adesão” àquele movimento separatista. Esse é o pano de fundo do início do Maranhão Oitocentista, marcado por intensas disputas políticas.

1.1 - Um panorama econômico

Em quanto ao comércio, ele não passava da exportação desses mesmos rolos de pano para os centros da capitania, e das outras de minas gerais, e goiás, sendo o seu retorno em ouro em pó, ou em barra. Apenas entrava na ilha hum navio de ano em ano (...). Já se vê quão poucos podiam ser os efeitos que vinham da capital, e os produtos coloniais de retorno³⁴.

O trecho acima, escrito em 1813 por Raimundo Gaioso³⁵, descreve a situação econômica do Maranhão em meados do século XVIII. Segundo o autor, naquela época a produção da capitania era insignificante, em que praticamente não existia nenhum comércio. Esse autor, assim como outros contemporâneos³⁶, ressalta que o desenvolvimento econômico só veio a ocorrer no Maranhão depois da implantação da Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão, em 1756, estabelecendo as condições para a cultura do algodão³⁷. A exportação desse produto começava a dar os primeiros passos na região, alcançando, em 1767, o mercado

³⁴ GAIOSO, Raimundo José de Sousa. *Compêndio histórico-político dos princípios da lavoura do Maranhão...* 2º ed. Rio de Janeiro: Livros do mundo inteiro, 1970 (Ed. Fac similar da 1ª, 1818) Coleção São Luís, v.1. p.169.

³⁵ Raimundo José de Sousa Gaioso nasceu em Buenos Aires em 1747 e morreu em 1813 na ribeira de Itapecuru, foi um importante lavrador e proprietário no Maranhão escrevendo no mesmo ano do seu falecimento o *Compêndio histórico-político dos princípios da lavoura do Maranhão*. Muito citado na historiografia maranhense, filho de português, era visto também como um, César Marques o descreve como: “excelente português, homem de bem, caráter nobre, e que tinha uma só palavra”. Isto pode ser explicado pela ideia fluida que ser “português” assumiu ao longo do século XIX, passando a possuir conotações políticas, além do local de nascimento. Questão que será discutida ao longo deste trabalho. Cf. SILVA, Innocencio Francisco. *Dicionário Bibliográfico Português*. Tomo 7. Lisboa, Imprensa Nacional, 1863. p.53. MARQUES, César Augusto. *Dicionário histórico-geográfico da província do Maranhão*. Typ. da Palma, Maranhão. Biblioteca do Senado. 1870. p. 113.

³⁶ Dentre eles podemos destacar: Frei Francisco Prazeres (1891) e Garcia de Abranches (1822).

³⁷ Segundo Stuart Schwartz o resultado global das companhias nas regiões em que foram instaladas foi aumento o controle português sobre o comércio, visando diminuir o para jugo inglês, além disso, “acabaram por promover novas culturas comerciais ou estimular a expansão de outras anteriormente desenvolvidas”, como foi o caso principalmente do algodão no Maranhão. SCHWARTZ, Stuart. *Segredos internos: engenhos e escravos na sociedade colonial, 1550-1835*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988. p.338.

de Lisboa com 256 arrobas de algodão³⁸. Esse gênero foi determinante para o que Garcia de Abranches ressaltou, em meados do século XIX, como “extenso giro comercial desta Praça, feito conseqüente da lavoura, cuja influência tanto tem exaltado esta Província”³⁹.

Ao longo do século XIX, a então capitania do Maranhão passou por transformações assimiladas por aqueles que se mudaram para a região ou que por lá passaram, deixando seus registros. Ao desembarcar em São Luís em 1811, o inglês Henry Koster afirmou ter as casas uma aparência “humilde e triste” por serem habitações térreas, cobertas de palha e sem vidros nas janelas⁴⁰. Contudo, ressalta o crescimento do comércio, principalmente do algodão, não exportado há 60 anos e cuja produção, naquele período, já alcançava de 40 a 50 mil sacas anuais. Ainda assim, ao ser comparada a outras regiões no período colonial, como Pernambuco, Koster afirma que São Luís ainda estava “em uma idade infantil”⁴¹. O mercado de São Luís, na avaliação do viajante e ouvidor interino Bernardo José da Gama, em 1813, era uma região em potencial, ainda que com graves problemas estruturais, detentora de “excelentes proporções para toda a sua grandeza e magnificência”, mas, carente de “inteira reforma” de “todas as suas relações ou pontos de vista”. Gama vai além de Koster, definindo a cidade como “fúnebre”⁴².

A partir de 1819, a estrutura de urbana de São Luís e do comércio começava a mudar. Os viajantes Spix e Martius encontraram outro tipo de construção das casas, com dois ou três pavimentos, na maior parte erguidas de “grés de cantaria” e de “conforto burguês”. No entanto, ainda segundo eles, as ruas não eram bem alinhadas, além de faltar calçamento⁴³. Em

³⁸ MARANHÃO, Frei Francisco Nossa Senhora dos Prazeres. *Poranduba Maranhense*. São Luís, Maranhão. Separata da Revista de Geografia e História, 1946. p.107.

³⁹ ABRANCHES, João Antônio Garcia de. *Espelho crítico-político da Província do Maranhão*. Lisboa: Tipografia Rolandiana, 1822. p.7.

⁴⁰ KOSTER, Henry. (1816) *Viagens ao nordeste do Brasil*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco / Editora Massangana, 11 ed., 2002. p.298.

⁴¹ KOSTER, Henry. *Op. Cit.* 2002. p.300-301.

⁴² GAMA, Bernardo José da. *Informação sobre a capitania do Maranhão no ano de 1813*. Viena: Imprensa do filho de Carlos Gerald, 1872. Arquivo Nacional, Seção de Obras Raras. p.10.

⁴³ SPIX, Johann Baptist von; MARTIUS, Carl Friedrich Philipp. *Viagem pelo Brasil (1817- 1820)*. 2 ed. São Paulo: Melhoramentos, s/d, tomo II. p.296.

1822, Antônio Bernardino Lago, ao escrever sobre o Maranhão a pedido do presidente da província Bernardo da Silveira Pinto da Fonseca, aponta a situação “intransitável” da cidade no ano da passagem dos viajantes Spix e Martius. Lago explica que o Tesouro da Província estava exaurido naquele período, sem recursos para as benfeitorias na cidade. Mas, ressalta as melhorias ocorridas entre 1820 e 1821, quando a cidade estava quase toda calçada, assim como “aformoseou-se a principal praça com arvoredos; [e] embelezou-se a rampa de embarque”⁴⁴. Ressalte-se que esses escritores adotavam em seus relatos certo tom institucional, apesar das críticas pontuais. No caso dos viajantes, isso justifica-se por estarem, na maior parte, abrigados e protegidos pelas autoridades⁴⁵. Já figuras como Antonio Lago ocupavam posição de mando como militar, produzindo a *Estatística histórico-geográfica*⁴⁶ durante o tempo em que participou da administração local, o que explica o enfoque elogioso ao governo.

Como relatado, as mudanças estruturais no Maranhão eram reflexos das transformações econômicas ocorridas ao longo do século XIX com o advento da agroexportação. A esse respeito, em 1819, Spix e Martius apontavam para o incremento do comércio na região com os principais produtos de exportação, “o algodão, arroz e couros”⁴⁷. Para o Frei Francisco Prazeres, o crescimento da lavoura e do comércio ocorreu após a abertura dos portos em 1808, visto que a província passou a exportar no ano seguinte “402.000 arrobas d’algodão e 376.000 arrobas de arroz”⁴⁸. O êxito comercial da capitania foi o responsável, então, por ter “engrossado as vendas públicas”, gerando o rápido crescimento da capital, percebida então, como “formosa” e “cheia de nobres edifícios”, de acordo com

⁴⁴ LAGO, Antonio Bernardino Pereira do. (1822) *Estatística histórico-geográfica da Província do Maranhão*. São Paulo: Siciliano, 2001. p.57-58.

⁴⁵ CALDEIRA, José de Ribamar Chagas. *O Maranhão na literatura dos viajantes do século XIX*. São Luís: AML / SIOGE, 1991. p.25.

⁴⁶ A *Estatística histórico-geográfica* produzida por Antonio Lago em 1822, além de ter sido feita a pedido do governador Pinto da Fonseca, foi também oferecida ao Soberano congresso e ao rei constitucional. O autor lamentava o desconhecimento que havia da província, o que estaria sendo revertido pela Regeneração em vigência.

⁴⁷ SPIX, Johann Baptist von; MARTIUS, Carl Friedrich Philipp. *Op. Cit.* s/d. p. 300.

⁴⁸ MARANHÃO, Frei Francisco Nossa Senhora dos Prazeres. *Op. Cit.* 1946. p.119.

Garcia de Abranches⁴⁹. O novo cenário econômico do Maranhão permitiu também aumentar o fluxo de navios no porto, vindos não apenas de Portugal. Os dados levantados por Antonio Lago do número de navios que desembarcou no porto de São Luís, entre 1812 e 1821, apontam para esse recente florescimento.

Tabela 1 – Entrada de navios no Maranhão (1812-1821)

ANO	EMBARCAÇÕES PORTUGUESAS	EMBARCAÇÕES ESTRANGEIRAS	TOTAL
1812	52	34	86
1813	64	29	93
1814	70	12	82
1815	69	43	112
1816	80	58	138
1817	89	63	152
1818	79	100	179
1819	80	57	137
1820	61	80	141
1821	48	56	104

FONTE: Antonio Bernardino Pereira Lago (2001, p.116-119)

A Tabela 1 ilustra que, até 1817 predominou a entrada de embarcações portuguesas no Maranhão em contraponto à chegada de navios estrangeiros que só se acentuou a partir de 1818. Ao comparar esses números à realidade apresentada por Gaioso, que observou a média de um navio por ano, no século XVIII, é visível o crescimento portuário no Maranhão ao longo do século XIX⁵⁰.

O superávit da balança comercial do Maranhão é notado por Jobson Arruda a partir do final do século XVIII, saltando de “1.055 contos em 1796 para 1.776 contos em 1807”. Volume bastante favorável ao comércio local, que começava a se destacar no mercado externo e comemorava essa abertura ao mercado externo⁵¹. Importante ressaltar que esses

⁴⁹ ABRANCHES, João Antônio Garcia de. *Op. Cit.* 1822. p.8.

⁵⁰ Não por acaso, o porto da cidade era uma preocupação entre as administrações. Em 1819, o frei Francisco Prazeres descreve o porto como defendido com dois pequenos fortes e Antônio Lago, em 1821, ao apresentar alguns projetos futuros do governo, elenca a construção de um cais que circunde a cidade para “assegurar e conservar o porto”. Cf. MARANHÃO, Frei Francisco Nossa Senhora dos Prazeres. *Op. Cit.* 1946. p.131. LAGO, Antonio Bernardino Pereira do. *Op. Cit.* 2001. p.60.

⁵¹ ARRUDA, José Jobson de Andrade. *A economia brasileira no fim da época colonial: a diversificação da produção, o ganho de monopólio e a falsa euforia do Maranhão*. Nº 119, julho 1985 - dez 1988, p. 10.

dados podem ser falíveis, já que o autor não aponta a metodologia empregada para os seus cálculos, nem as fontes analisadas para esse levantamento. Ainda assim, o crescimento econômico do Maranhão, no início do século XIX, pode ser verificado a partir dos dados apresentados por Antônio Lago que fornece os totais exportados e importados, entre 1812 e 1821, quando ganha fôlego a agroexportação, como demonstra a Tabela 2:

Tabela 2 – Exportação e importação na praça do Maranhão (1812-1821)

RS.	EXPORTAÇÃO	IMPORTAÇÃO	BALANÇO
1812	1.069:952\$894	1.273:119\$350	(-) 203:167\$456
1813	1.645:795\$359	1.454:927\$667	(+) 190:867\$692
1814	1.794:262\$003	1.824:848\$800	(-) 30:586\$797
1815	2.076:738\$850	1.751:562\$150	(+) 325.175\$700
1816	3.434:690\$215	2.244:345\$080	(+) 1.190:305\$135
1817	3.548:862\$562	3.681:451\$130	(-) 132:588\$568
1818	3.669:687\$200	3.411:828\$970	(+) 257:858\$230
1819	2.512:425\$212	2.978:022\$195	(-) 470: 596\$983
1820	2.237:396\$305	1.885:250\$690	(+) 352:145\$615
1821	1:304:685\$996	1.532:612\$730	-

Fonte: Antonio Bernardino Pereira do Lago (2001, p. 108-123)

Analisando apenas o balanço da praça⁵², ou seja, a diferença entre os volumes importado e exportado, fica evidente a alternância entre superávits e déficits sem ocorrer períodos de estabilidade, a não ser entre 1815 e 1816. De acordo com frei Francisco Prazeres, isso se deu em razão do fim das guerras napoleônicas na Europa⁵³. Considerada apenas a coluna de exportação, vê-se que o crescimento daqueles anos, principalmente entre 1815 e 1819, sobretudo na produção e no comércio do algodão e do arroz, que foi impulsionado pelos avanços técnicos da indústria têxtil e pelas lutas de Independência nas colônias inglesas, na América do Norte. Foram esses os fatores que contribuíram para o aumento da demanda

⁵² O balanço de 1817, no valor de 132.588\$568, não consta na tabela de Antônio Lago, o dado foi encontrado na tabela de exportação e importação feita por Garcia de Abranches em 1822, este elenca os mesmos valores, porém, apresenta também o valor balanço contra a praça daquele ano. ABRANCHES, João Antônio Garcia de. *Op. Cit.* 1822 p.11.

⁵³ MARANHÃO, Frei Francisco Nossa Senhora dos Prazeres. *Op. Cit.* 1946. p. 120.

por esses produtos no mercado internacional⁵⁴. A variação da balança comercial, assim como dos valores de exportação, também são explicados pela própria dinâmica do sistema agroexportador, influenciado diretamente pelo mercado externo⁵⁵.

A primeira metade do XIX foi marcada pelo crescimento do sistema comercial, no Maranhão. Schwartz destaca que, em 1806, mais de 60% das exportações de Portugal tinham origem na América portuguesa e, em 1820, o Brasil supria o consumo interno de arroz, assim como também a demanda de Portugal⁵⁶. O crescimento econômico esteve ligado, principalmente, às novas culturas, como o algodão e o arroz, principais itens da produção maranhense e responsáveis por parte considerável dos valores aferidos com a exportação, segundo a Tabela 2.

Tabela 3 – Preços mínimo e máximo de algodão e arroz (1812-1821)

	ALGODÃO	ARROZ
1812	2:700 a 3:400	500 a 1:300
1813	3:000 a 4:600	850 a 1:200
1814	4:100 a 5:000	800 a 1:000
1815	4:400 a 7:000	800 a 1:000
1816	4:500 a 8:500	700 a 1:000
1817	7:000 a 10:000	1:000 a 1:300
1818	7:000 a 9:000	1:150 a 1:400
1819	7:500 a 8:600	700 a 1:300
1820	4:900 a 5:400	700 a 900
1821	3:900 a 4:250	500 a 640

Fonte: LAGO, 2001, P.109

⁵⁴ FARIA, Regina Helena Martins de. *Mundos do trabalho no Maranhão oitocentista: os descaminhos da liberdade*. São Luis: Edufma, 2012. p.42.

⁵⁵ É importante destacar, contudo, que pesquisas mais aprofundadas sobre o perfil econômico no período colonial da América portuguesa, como a análise de João Fragoso, afirmam que a economia colonial era muito mais complexa que “uma *plantation* escravista, submetida aos sabores das conjunturas internacionais”. O que se observa é a capacidade em aumentar receitas e produções de abastecimento mesmo em épocas de retração das exportações, existindo também acumulações endógenas. FRAGOSO, João Luís Ribeiro. *Homens de grossa aventura: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1998. p.21.

⁵⁶ SCHWARTZ, Stuart. *Segredos internos: engenhos e escravos na sociedade colonial, 1550-1835*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988. p. 348.

A Tabela 3 apresenta os preços dos dois principais produtos de exportação do Maranhão, que mantiveram os valores crescentes até 1819. O período entre 1817 e 1819, quando houve os maiores preços, foi beneficiado pela conjuntura internacional com o fim das guerras napoleônicas, como já destacado. Em contrapartida, observa-se que os dois últimos anos foram marcados por uma queda significativa nos preços desses produtos.

Tabela 4 – Valores totais exportados de algodão e arroz (1812-1821)

	ALGODÃO	ARROZ
1812	666:965:782	354:308:220
1813	1:245:605:683	350:970:050
1814	1:414:579:833	334:577:720
1815	1:704:856:400	313:916:300
1816	3:003:250:986	147:317:835
1817	3:100:792:850	350:096:712
1818	3:150:692:800	452:098:300
1819	2:316:000:537	305:114:400
1820	1:925:531:882	241:184:423
1821	958:257:221	216:765:975
FONTE: LAGO, 2001, P.109		

Seguindo a mesma tendência dos preços, a Tabela 4, dos totais exportados, nesse mesmo período, também apresenta valores mais significativos entre 1816 e 1819, com queda a partir dos anos 1820. O panorama de queda dos valores de exportação e importação dos produtos entre 1820 e 1821, indicado nas Tabelas 3 e 4, foi reflexo das dificuldades para aquisição de mão-de-obra, devido a proibição do comércio negreiro ao Norte da linha do equador, pelo Congresso de Viena, em 1815⁵⁷.

O fortalecimento dos negociantes ingleses na região propiciou o controle do mercado e, conseqüentemente, a queda dos preços do algodão⁵⁸. Além disso, a participação inglesa na

⁵⁷ BETHELL, Leslie. *A abolição do comércio de escravos*. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial. 2002. p. 34.

⁵⁸ Os anos que seguiram até a “adesão” a Independência continuaram marcados pela queda da situação econômica da província. Em 1823, o jornal *Conciliador* publica os preços médios do algodão, de 3:600 a 3:800 réis, continuando, assim, a diminuição dos valores iniciada em 1820. *Conciliador*, nº 174, 12/3/1823, p.6.

economia maranhense estava diretamente ligada à intensificação da entrada de produtos nesse mercado⁵⁹. Como pode ser observado ao retomar a Tabela 2, na qual consta valores progressivos nas importações, ainda que com variáveis.

Os ingleses passaram a atuar mais fortemente na América portuguesa após os tratados comerciais estabelecidos entre Inglaterra e Portugal, como a Abertura dos Portos (1808) e os Tratados de Comércio e Navegação e Aliança e Amizade (1810), eles predominaram em mercados importantes, como o Rio de Janeiro, nas primeiras décadas do século XIX⁶⁰, seria coerente a inserção dos ingleses na praça comercial de São Luís, já que o Maranhão era o maior produtor de algodão da colônia e esse produto era o principal item demandado pelo comércio inglês devido à expansão da indústria têxtil⁶¹. A presença inglesa no Maranhão é analisada por Allyson Andrade a partir de dois contextos: de um lado, a realidade da capitania, onde os investimentos representaram “um período de prosperidade econômica para o setor de agroexportação”, e, por outro, estava a Inglaterra valendo-se do acesso a mais um mercado produtor de algodão e investindo nas lavouras “desde o financiamento para a compra de escravos africanos até a exportação das suas manufaturas, forma de equilibrar uma balança comercial que pendia para a importação do algodão”⁶².

O controle desse mercado pelos ingleses não foi bem aceito pelos agricultores da região. Parte do descontentamento se deu pelas restrições impostas pela Grã-Bretanha ao comércio de escravos e, em parte, pela suspeita de que os comerciantes britânicos

⁵⁹ GALVES, Marcelo Cheche. *Op. Cit.* 2010. p.38.

⁶⁰ Jerônimo de Viveiros nasceu em 1884, sendo de uma família próspera de comerciantes e proprietários rurais. Começa a atuar na carreira de magistério com 22 anos pela necessidade financeira. Tornou-se historiador pela prática, não por formação e a obra de referência citada neste trabalho, *História do Comércio do Maranhão*, foi encomendada pela Associação Comercial na década de 1950. Deste modo, assim como o compêndio produzido por Antônio Lago, é preciso cuidado ao observar sua narrativa, já que escreve engrandecendo os comerciantes e o passado colonial do Maranhão. MOTA, Antonia da Silva; GERMANO, Nivaldo. *Jerônimo de Viveiros: Sobre o modo de viver e o método de escrever a História do Comércio do Maranhão*. IN: BITENCOURT, João Batista; GALVES, Marcelo Cheche. *Historiografia maranhense: dez ensaios sobre historiadores e seus tempos*. São Luís: Café e Lápis, Ed. UEMA, 2014. p.169-172.

⁶¹ VIVEIROS, Jerônimo de. *História do Comércio do Maranhão (1612-1895)*. São Luís: Associação Comercial do Maranhão, 1954. p.121.

⁶² ANDRADE, Alysson dos Reis. *A atuação do Gigante Albion na América lusa: A atividade consular britânica no Maranhão entre 1813 e 1823*. Monografia apresentada ao curso de graduação em História da Universidade Estadual do Maranhão. São Luís, 2014. p.41.

“cooperavam para uma “crise econômica” de seus fornecedores”. Desse modo, a riqueza acumulada pela capitania a partir da presença inglesa também “conviveu com insatisfações causadas pela dependência cada vez maior do capital britânico”⁶³.

O desenvolvimento das relações comerciais entre o porto de São Luís e a Inglaterra se refletiu também no volume das exportação e importação entre 1812 e 1820, Antônio Lago calcula a média entre os primeiros e últimos cinco anos, como ilustra a Tabela 5:

Tabela 5 – Valores médios de exportação e importação com o porto da Inglaterra (1812-1820)

QUINQUÊNIO	VALOR MÉDIO DE EXPORTAÇÃO	VALOR MÉDIO DE IMPORTAÇÃO
1812 - 1816	1.102:068\$086	589.842\$761
1816 -1820	1.681:157\$307	667.075\$350

Fonte: Antonio Bernardino Pereira do Lago (2001, p. 108-123)

Os números levantados por Lago reiteram a influência inglesa no comércio do Maranhão e indicam aumento, tanto na exportação quanto na importação, entre o primeiro e o segundo quinquênio. Contudo, Allyson Andrade chama atenção para o fato de o crescimento das importações ser proporcionalmente maior que o da exportação naquele período. Isso em razão da variedade dos produtos oriundos da Inglaterra, em contraponto à oferta da produção maranhense, concentrada no algodão, insuficiente para minimizar a desigualdade na balança comercial⁶⁴.

Anterior ao período analisado por Lago, Henry Koster, ao passar por São Luís em 1811, registra as saídas de embarcações rumo à Inglaterra e outros portos, entre 1809 e 1815, como demonstra a Tabela 6:

⁶³ ANDRADE, Alysson dos Reis. *Op. Cit.* 2014. p. 41-42.

⁶⁴ ANDRADE, Alysson dos Reis. *Op. Cit.* 2014. p.44.

Tabela 6 – Saída de navios carregados de algodão do Maranhão (1809-1815)

ANO	DESTINO À INGLATERRA	OUTROS DESTINOS	TOTAL
1809	51	29	80
1810	37	19	56
1811	36	19	55
1812	29	29	58
1813	35	27	62
1814	22	34	56
1815	32	49	81

FORNTE: KOSTER (2002 p.318)

Esses relatos dão conta da importância da Inglaterra, desde o início do século, como mercado consumidor de peso para a capitania. No entanto, até o ano da passagem de Koster pela região, eram poucos os comerciantes ingleses instalados no Maranhão, dois apenas, pelos registros encontrados⁶⁵. Essa realidade começa a mudar a partir de 1812 com a instalação de diversas⁶⁶ casas comerciais. O desenvolvimento do comércio e a ativa participação desses proprietários contribuíram para o acúmulo de capital na economia local. Segundo Viveiros, os hábitos da elite da província mudam, dispendendo mais dinheiro com conforto e luxo, devido ao convívio com ingleses e franceses. Como exemplo, vem dessa época o surgimento de sobrados e casarões⁶⁷, o que explica a imagem pomposa da cidade ressaltada por aqueles contemporâneos, como já observado.

Todavia, é importante destacar a instabilidade da economia, como ressalta Regina Faria, na qual o sistema agroexportador é marcado “por diferentes momentos de expansão e crise, da gênese ao final do século XIX”. Essa oscilação é resultado de fatores como

⁶⁵ KOSTER, Henry. *Op. Cit.* 2002. p.312.

⁶⁶ Jerônimo de Viveiros elenca a entrada de onze firmas inglesas no Maranhão em 1812, além da vinda do primeiro cônsul inglês, Roberto Heskethe, com o intuito de proteger os interesses comerciais britânicos em toda a região Norte da América portuguesa. O cônsul era também sócio de uma das firmas instaladas, Wellstood & Bingham, Heskethe, Wilson & Cia. Viveiros destaca que Heskethe teria entrado no Maranhão “como se estivesse pisando em fazenda de feitoria inglesa”. VIVEIROS, Jerônimo de. *Op. Cit.* 1954. p.122.

⁶⁷ VIVEIROS, Jerônimo de. *Op. Cit.* 1954. p.128.

“demanda internacional, facilidade de financiamento, disponibilidade de mão-de-obra e de novas terras, revoltas, guerras e até problemas ecológicos”⁶⁸.

O desenvolvimento econômico no Maranhão, nesse período, gerou o que Jobson Arruda chama “falsa euforia maranhense”. Era frequente a capitania ocupar o quarto lugar entre os exportadores nacionais, ainda que, em termos quantitativos, essa posição comparada aos demais fosse pouco expressiva. O autor explica que, enquanto o movimento comercial do Maranhão estava por volta de 3 mil contos, “o do Rio de Janeiro se elevava a 12 mil contos e os da Bahia e Pernambuco a 6 mil contos, respectivamente”. Arruda, então, pondera:

Não negamos o dinamismo da economia maranhense, porém, pensamos que o destaque excessivo que lhe é imputado, excede de muito seu real significado no conjunto da economia colonial. Por estas informações tem-se a impressão que o Maranhão era a primeira economia da colônia e mais que teria mesmo a possibilidade de constituir-se num polo irradiador, num centro dinâmico interno, por oposição ao restante da colônia que se encontraria em profunda prostração econômica⁶⁹.

1.2. - A elite estabelecida no Maranhão e a lógica escravista

Ao analisar a população do Maranhão é recorrente entre os autores contemporâneos, como Lago e Gaioso, caracterizá-la pelo que eles denominam “classes”⁷⁰. Raimundo Gaioso divide os habitantes da província em “5 classes”: 1ª - filhos do reino; 2ª - nacionais ou descendentes dos filhos do reino; 3ª - geração misturada; 4ª - negros; 5ª - índios. Os considerados cidadãos estariam nas duas primeiras classes, a primeira a mais poderosa, e a segunda, dos

⁶⁸ FARIA, Regina Helena Martins de. *Op. Cit.* 2012. p. 41.

⁶⁹ ARRUDA, José Jobson de Andrade. *Op. Cit.* 1988. p. 19-20.

⁷⁰ O termo *classe* passou a ser um conceito fundamental para a análise das teorias marxistas, visto que Marx e Engels destacaram no Manifesto Comunista a luta de classes como força motriz da história; chamando atenção para os conflitos entre os grupos. Contudo, é importante destacar que o seu uso se restringia às sociedades capitalistas. Em sociedades notadamente marcadas por outros tipos de relações, como aquela sociedade maranhense fortemente escravista, as linhas dos conflitos sociais tornavam-se muito menos claras e não homogêneas. Cf. BOTTOMORE, Tom. *Dicionário do pensamento marxista*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001. Verbete classe, p.63. A utilização do termo classe pelos autores contemporâneos possuía como objetivo denominar o que eles entendiam como divisões dentro daquela sociedade, não necessariamente relacionadas com algum tipo de conflito entre elas.

descendentes de europeus, marcada pela “docilidade do seu caráter”. Na maior parte dos casos, ela detinha grandes riquezas⁷¹.

Henry Koster observou no Maranhão marcante desigualdade entre as diferentes posições sociais, em que “as principais riquezas da região estão nas mãos de poucos homens”. Essa elite era formada por latifundiários, donos de escravos e negociantes. Contudo, o autor alerta para a falta de instruções desses grupos, relatando o quanto era custoso, por exemplo, sustentar uma prosaica conversa com as mulheres, sem uma educação “cuidada”. Além disso, havia poucas maneiras de aplicar a riqueza acumulada, mantendo-se como divertimento preferido os jogos já que não era comum o gosto por leituras⁷². A falta de espaços para o lazer também foi observada, dois anos depois, por Bernardo da Gama: por não haver na cidade um teatro, algo recomendado para “entreter os homens”, a população se divertia com “intrigas, cabalas, e desordens”. A notória desigualdade é realçada por Gama na observação das edificações urbanas, entre as quais os edifícios nobres destoavam do restante da cidade, o que era “só uma opulência misturada no meio da maior [baixeza]”⁷³.

Antônio Lago também propôs, em 1821, outra classificação para os estratos da população do Maranhão, separando-a em “quatro classes”: brancos, bronzeados ou índios, mulatos e pretos. Enquanto, em 1811, Koster afirmava ser pequena a parcela livre da população, e Gama destacava a dificuldade em ver pelas ruas de São Luís um homem branco, Lago percebia o aumento dessa primeira “classe” a partir de 1808. Segundo o último autor, estes homens chegavam na cidade “robustos e na flor da idade” e formavam a “classe bem-educada”, por manterem praticamente os mesmos costumes que em Portugal⁷⁴. A preponderância portuguesa é observada por Spix e Martius, ao afirmarem que havia “muitos

⁷¹ GAIOSO, Raimundo José de Sousa. *Op. Cit.* 1970. p. 116;339.

⁷² KOSTER, Henry. *Op. Cit.* 2002. p. 301; 311-312.

⁷³ GAMA, Bernardo José da. *Op. Cit.* 1872. p.13-15.

⁷⁴ LAGO, Antonio Bernardino Pereira do. *Op. Cit.* 2001, p. 23-70.

descendentes sem mistura”, em cujas mãos estava concentrada a “administração, a maioria das casas de comércio e algumas indústrias”⁷⁵.

Em contrapartida, Antônio Lago diverge da opinião dos viajantes acerca do grau da educação das mulheres, “muito brancas, belas e agradáveis, de maneiras polidas, trajando ao melhor gosto da Europa e, quase todas, possuindo as prendas da parte agradável da educação”⁷⁶.

A tentativa de estratificar essa sociedade levou o pesquisador Matthias Röhrig Assunção, mais recentemente, a utilizar três critérios para “entender a estrutura social do Maranhão” da primeira metade do XIX⁷⁷: a “cor”, a “dimensão econômica” e a “dimensão jurídica”. Assim, para esse autor seria:

No topo estão os grandes fazendeiros e comerciantes; na base os escravos do eito; no meio, um grupo bem diversificado e hierarquizado em si mesmo, a saber: da própria massa escrava, composta por negros de ganho, escravos artesãos, feitores, entre outros⁷⁸. De

As classificações adotadas por esses autores fornecem um panorama geral de como a sociedade no Maranhão era marcadamente estratificada e desigual. Contudo, os grupos pertinentes a uma mesma divisão não podem ser considerados homogêneos. Como se verá a seguir, os conflitos permearam também as relações entre os próprios membros da elite, como fazendeiros e negociantes, por exemplo. Ainda que constituíssem o topo daquela hierarquia social.

Os números da população do Maranhão, no início do século XIX, são imprecisos. Henry Koster afirmava ter, em 1811, cerca de “12.000 almas ou mais”, incluindo os negros que seriam talvez “superiores em massa aos de Pernambuco”, enquanto a população livre

⁷⁵ SPIX, Johann Baptist von; MARTIUS, Carl Friedrich Philipp. *Op. Cit.* s/d. p. 298.

⁷⁶ LAGO, Antonio Bernardino Pereira do. *Op. Cit.* 2001, p. 71.

⁷⁷ Regina Faria chama atenção para essas classificações possuírem sentido até a primeira metade do século XIX. Posteriormente a sociedade do Maranhão tornou-se mais complexa, a partir do fim do tráfico, com emigração nordestina e a desagregação do escravismo, diversificando “os tipos físicos e os papéis sociais”. FARIA, Regina Helena Martins de. *Op. Cit.* 2012. p.85.

⁷⁸ ASSUNÇÃO, Mathias Röhrig. *apud.* FARIA, Regina Helena Martins de. *Op. Cit.* 2012. p.85.

representava a menor quantidade sendo a população livre de pequena proporção⁷⁹. Bernardo da Gama contabilizava, em 1813, 18.000 habitantes de “todas as cores, sendo os brancos só a décima parte”⁸⁰. Segundo Gaioso, naquele mesmo ano, a população não chegava a “30.000 almas”⁸¹, e Spix e Martius contabilizam igual quantidade em 1819, ressaltando o grande número de negros, superior à província do Pará, em contraposição à pequena quantidade de mestiços e índios⁸². Em 1821, Antônio Lago indica que em toda a província o total era de “152.893 almas”, das quais, 84.534 eram escravos⁸³. Ainda que não haja consenso entre os autores, com grandes variações naquele curto espaço de tempo, observa-se considerável crescimento demográfico e, mais do que isso, é notória a parcela de negros da população, no Maranhão. De acordo com Frei Francisco Prazeres, só em 1818 teriam chegado à província 8.000 escravos e, se não fosse o alto índice de mortalidade, haveria ainda um “extraordinário número deles”⁸⁴. Abranches afirma ter entrado na cidade, entre 1812 e 1820, o total de 36.456 escravos⁸⁵.

O domínio da população negra, nesse período, é reflexo do uso intensivo da mão-de-obra escrava, base para o desenvolvimento da agroexportação. As fazendas de cultivo dos gêneros para exportação concentravam-se na região da ribeira do Rio Itapecuru, onde os fazendeiros estabeleciam-se com suas famílias e com escravos. Segundo Frei Francisco Prazeres cada proprietário chegou a concentrar até mais de quatro fazendas com 100 escravos, entre homens e mulheres, em cada uma, os quais possuíam especialidades como “carapinas, ferreiros, caçadores, barbeiros, etc.”⁸⁶. A proporção de escravos por fazenda verificada por Prazeres talvez fosse uma generalização exagerada. Ao analisar os inventários *post mortem* de vinte e seis proprietários rurais, Antônia Mota aponta seis fazendeiros com mais de cem

⁷⁹ KOSTER, Henry. *Op. Cit.* 2002. p. 297.

⁸⁰ GAMA, Bernardo José da. *Op. Cit.* 1872. p. 10.

⁸¹ GAIOSO, Raimundo José de Sousa. *Op. Cit.* 1970. p. 115.

⁸² SPIX, Johann Baptist von; MARTIUS, Carl Friedrich Philipp. *Op. Cit.* s/d. p. 298-301.

⁸³ LAGO, Antonio Bernardino Pereira do. *Op. Cit.* 2001, p. 87.

⁸⁴ MARANHÃO, Frei Francisco Nossa Senhora dos Prazeres. *Op. Cit.* 1946. p.140.

⁸⁵ ABRANCHES, João Antônio Garcia de. *Op. Cit.* 1822. p.12.

⁸⁶ MARANHÃO, Frei Francisco Nossa Senhora dos Prazeres. *Op. Cit.* 1946. p. 126.

escravos, enquanto a maior parte dos proprietários rurais conseguia cultivar com menos cativos. Segundo a autora, a média de escravos para as lavouras de arroz e algodão era de vinte homens, e proprietários com maiores planteis mantinham mais de uma propriedade, alternando em cada uma a criação de gado e o plantio de mandioca, ainda que poucos atingissem esse grau de autossuficiência⁸⁷.

Ao comparar com a quantidade de escravos às áreas mineiras, por exemplo, predominavam ali os proprietários de um a quatro escravos, sendo uma minoria os donos de mais de quarenta cativos⁸⁸. No caso do Maranhão, apenas poucos entre os proprietários analisados por Mota, tinham menos de quarenta cativos⁸⁹. No extremo oposto, estão as grandes produções voltadas para o mercado externo, como o açúcar na Bahia, processado em engenhos com mais de 2.500 escravos no período colonial⁹⁰. A Bahia foi também um dos principais portos de abastecimento de escravos para o Maranhão, principal destino de 1/3 dos cativos embarcados em Salvador⁹¹. De acordo o relato de Lago, a província do Maranhão detinha, em 1821, 53,3% da população escrava, percentual maior que a média do Brasil⁹².

Desse modo, ao analisar os mundos do trabalho na província do Maranhão, Regina Faria percebe que a dinâmica do sistema agroexportador, em plena ascensão na primeira

⁸⁷ MOTA, Antonia da Silva. *As famílias principais: redes de poder no Maranhão colonial*. São Luís: Edufma, 2012. p.69-70.

⁸⁸ SCHWARTZ, Stuart. *Op. Cit.* 1988. p. 367-368.

⁸⁹ No quadro apresentado por Antônia Mota 9 proprietários possuíam entre 7 a 27 escravos; 4 proprietários entre 36 a 40 cativos e 7 fazendeiros entre 53 a 76 escravos. O que aponta para uma média superior às propriedades mineiras levantadas por Schwartz. MOTA, Antonia da Silva. *Op. Cit.* 2012. p.69.

⁹⁰ SCHWARTZ, Stuart. *Op. Cit.* 1988. p. 367-368.

⁹¹ RIBEIRO, Alexandre Vieira. *O comércio de escravos e a elite baiana no período colonial*. In: FRAGOSO, João Luís Ribeiro. ALMEIDA, Carla Maria Carvalho. SAMPAIO, Antônio Carlos Jucá de. (org.) *Conquistadores e negociantes: Histórias de elites no Antigo Regime nos trópicos. América lusa, Séculos XVI a XVIII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. p. 323.

⁹² A análise feita por Maria Luiza Marcílio com o levantamento populacional do Brasil durante a colônia aponta que em 1798 a população escrava representava 42% da população total, enquanto em 1819 esse contingente não ultrapassava 31%. MARCÍLIO, Maria Luiza. *A população do Brasil colonial*. IN: BETHELL, Leslie (org.). *História da América Latina Colonial: população, sociedade e cultura*. Tomo 4. Editora Crítica. Barcelona, 1990. p.53.

metade do século XIX, “suscitou um fluxo maior de africanos – dando nova feição à população da região – e impulsionou a expansão da conquista do território”⁹³.

A Companhia de Comércio, como já destacado, foi a responsável por alavancar a agricultura na região e, muito cedo, deflagrou a inserção de cativos na produção agrícola. Após a extinção da Companhia, mas mantido o contínuo crescimento da lavoura, os negociantes assumiram a tarefa de inserir os escravos na capitania. Pela divisão de “classes” populacionais, adotada por Gaioso, estabeleceu-se ser a “primeira classe” a formada por “filhos do reino”, responsáveis não apenas pelos cargos políticos, mas também pelo tráfico interprovincial e pelo comércio com as capitanias vizinhas e com a Europa. Já a “segunda classe”, formada pelos “nacionais” e “descendentes europeus”, tinham como principal atividade o cultivo dos gêneros para exportação, passando a maior parte do ano em suas fazendas⁹⁴.

Comparadas essas duas primeiras “classes”, Gaioso afirma ter a primeira “riquezas imensas que acumulam”, já que eram os únicos interessados no comércio, enquanto os nacionais, por não terem “meios para se interessar no comércio, são uns meros desfrutadores de uma pequena parte do produto da sua lavoura”. Ainda segundo o autor, essa diferença de “poder e de riqueza” entre os negociantes “filhos do reino” formava uma “espécie de rivalidade entre as duas classes mais poderosas da província”. Isso se deu porque era constante os fazendeiros recorrerem aos negociantes à busca de empréstimos e caírem, depois, em pesados endividamentos, o que, segundo o autor, foi o principal entrave para a

⁹³ FARIA, Regina Helena Martins de. *Op. Cit.* 2012. p. 40-41.

⁹⁴ Ao analisar os inventários das principais famílias que atuaram no Maranhão colonial Antonia Mota considera equivocada a imagem desses fazendeiros “embrenhados no mato” apontado por Gaioso. O que se observava era que aqueles proprietários rurais também fincavam seus interesses em solo urbano, exercendo atividades públicas, logo, “além da base rural, também era muito importante a penetração nas esferas de poder da cidade”. MOTA, Antonia da Silva. *Op. Cit.* 2012. p. 96-97.

lavoura do Maranhão⁹⁵. Gaioso, também um fazendeiro, provavelmente tenha se valido do registro no Compêndio para deixar seu testemunho de protesto contra seus credores.

Ainda nessa perspectiva, a narrativa de Garcia de Abranches aponta para o desenvolvimento das atividades econômicas dos negociantes naquele período de crescimento da lavoura. Isso porque eles se estabelecem através do monopólio do comércio de escravos exatamente quando os “lavadores se faziam cada vez mais insaciáveis em comprar escravos”. Formava-se, assim, a relação credor-devedor entre os dois grupos, crescendo as dívidas dos fazendeiros com os negociantes em razão do custo por escravo ter aumentado consideravelmente.

Segundo o autor, até então, o valor dos cativos oscilava entre cem e duzentos mil réis, saltando para a média de trezentos a quatrocentos mil réis, fiados em até três anos. Abranches afirma não entender o motivo pelo qual os lavradores se sujeitaram a “jugo tão pesado” apontando possibilidades como: “cega vaidade para aumentarem sem limite o número dos seus escravos” ou uma “pueril confiança de uma prodigiosa futura colheita, esperança sempre enganosa”⁹⁶. Os relatos dos dois autores afirmam o relevante fortalecimento econômico dos negociantes, controlando setores importantes para a região, como o foi o tráfico de escravos. Naquela sociedade marcadamente estratificada e elitista, observa-se a disparidade dos interesses entre os grupos denominados por Regina Faria como “duas facções da elite”⁹⁷.

Naquele contexto, o Maranhão reproduziu o que ocorreu em outras praças mercantis da América portuguesa, em que começava a ganhar destaque, desde o final do século XVIII, os homens de grosso trato. Os negociantes cariocas, por exemplo, conseguiram não apenas acrescer suas posses como galgar posições políticas e prestígio social na estrutura de poder,

⁹⁵ GAIOSO, Raimundo José de Sousa. *Op. Cit.* 1970. p.116-117.

⁹⁶ ABRANCHES, João Antônio Garcia de. *Op. Cit.* 1822. p. 13.

⁹⁷ FARIA, Regina Helena Martins de. *Op. Cit.* 2012. p. 70.

que foi ampliada com a chegada da corte portuguesa, no início do século XIX⁹⁸, como será analisado adiante.

A lógica escravista no contexto colonial é analisada por Stuart Schwartz, que compara o Recôncavo Baiano a outras regiões, como Minas Gerais e São Paulo. Conquanto se observem particularidades, o autor refere-se à disseminação da posse de escravos pela população livre, além da “aquisição de cativos por pessoas de poucos recursos e o desperdício no uso dessa mão-de-obra”. Esse fenômeno demonstra que os escravos representaram a força de trabalho “relativamente abundante, fácil de obter e, mais importante, fácil de repor”⁹⁹. Esse último aspecto pode ser observado no Maranhão, onde ocorreu um alto índice de mortalidade de negros, como apontado por Frei Prazeres e, também, por Antônio Lago, o qual assinala a diminuição da “população preta”, mesmo sendo ainda a maior “classe” da sociedade. O autor aponta três possíveis causas: “miséria, vício, e castigo”, já que não haveria outra “classe mais desprezada e miseravelmente tratada”¹⁰⁰.

Ainda que Garcia de Abranches e Gaioso reclamassem dos preços dos escravos no Maranhão, esse último afirmando ser o cativo o “mais subido do que em qualquer outra parte da América”¹⁰¹, a insatisfação com os altos preços não era exclusiva da região: os senhores de engenhos baianos também se queixavam dos valores. Entretanto, nessas duas regiões as demandas por escravos sempre aumentavam¹⁰². A elevação dos preços de escravos pode ser explicada pela tendência do monopólio comercial, principalmente, nas mãos dos negociantes, como era o caso do Maranhão. Desse modo, ter o controle desse mercado, além de altamente rentável, permitia aos negociantes “interferir consideravelmente no preço da demanda e

⁹⁸ SOUZA, Iara Lis Franco Schiavinatto. *Pátria coroada: o Brasil como corpo político autônomo (1780-1831)*. Tese de doutorado apresentada na Universidade Estadual de Campinas. 1997. p. 56.

⁹⁹ SCHWARTZ, Stuart. *Op. Cit.* 1988. p. 368.

¹⁰⁰ LAGO, Antonio Bernardino Pereira do. *Op. Cit.* 2001, p. 25.

¹⁰¹ GAIOSO, Raimundo José de Sousa. *Op. Cit.* 1970. p. 240.

¹⁰² SCHWARTZ, Stuart. *Op. Cit.* 1988. p. 369.

usavam de cifras mais altas, em especial, nas épocas de crescimento.”¹⁰³. A análise mais minuciosa da economia colonial feita por João Fragoso e Manolo Florentino ressalta as condições favoráveis à hegemonia dos setores ligados à circulação de bens¹⁰⁴, o que gerava forte tendência de a lavoura manter-se sempre a mercê do capital mercantil¹⁰⁵.

Foi nesse contexto social e econômico que se estabeleceram no Maranhão os homens de grosso trato que angariavam fortunas por meio dos negócios relacionados à agroexportação em crescimento na região nas primeiras décadas do século XIX. Os anos de 1820 seguiram marcados pelas novidades constitucionais, com a maior circulação de ideias e um novo vocabulário político, o que influenciou a forma pela qual esses homens de grosso trato passaram a negociar e a lidar com tais mudanças.

1.3. – Revolução do Porto e as novidades no Maranhão

Ao longo dos anos, tanto a historiografia portuguesa quanto a brasileira analisaram as transformações geradas pela Revolução do Porto, identificando as influências dessas alterações na América portuguesa. Valentim Alexandre destaca que o grupo vencedor do movimento tinha o intuito de ganhar “legitimidade revolucionária”, que invocava ideias liberais e constitucionalistas, mas, sem descartar a “legitimidade tradicional”, baseada no sentido de soberano e com constante preocupação em demonstrar a fidelidade ao rei¹⁰⁶. Desse

¹⁰³ FLORENTINO, Manolo. *Em costas negras: uma história do tráfico negreiro de escravos entre a África e o Rio de Janeiro (séculos XVIII e XIX)*. São Paulo: Editora Unesp, 2014. p. 171.

¹⁰⁴ A discussão sobre a atuação hegemônica daqueles grupos ligados à circulação de bens poderá ser observada para o caso do Maranhão com a análise do inventário do negociante Antônio José Meirelles que será feita no Capítulo 2.

¹⁰⁵ FRAGOSO, João; FLORENTINO, Manolo. *Arcaísmo como projeto: mercado atlântico, sociedade agrária, e elite mercantil o Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Diadorim, 1993. p. 79.

¹⁰⁶ Ainda assim, o autor destaca que a fidelidade ao rei não era incondicional, em que a nação estaria submissa. A ideia de fidelidade estava ligada ao rei aceitar aquelas mudanças ocorridas em Portugal. ALEXANDRE, Valentim. *Os Sentidos do Império. Questão Nacional e Questão Colonial na Crise do Antigo Regime Português*. Porto: Edições Afrontamento, 1993. p. 468.

modo, o autor assinala a busca dos amotinados em estabelecer um terreno comum entre os diversos setores que confluíram para o movimento, ou seja, liberais e absolutistas¹⁰⁷.

Geraldo Mártires Coelho aponta para os diversos âmbitos que assumiu a Regeneração portuguesa, que seria a um só tempo:

liberal, ao assegurar o exercício relativo das liberdades burguesas do Setecentos; protecionista, ao promover e sustentar o discurso mercantilista da sua burguesia; reformista, ao preservar as estruturas representativas do atraso do Portugal fidalgo e apostólico sob as determinações impostas pelo concreto da realidade social¹⁰⁸.

O autor destaca ainda que, a partir das “formulações jurídicas do discurso produzido nas Cortes”, a imprensa adotou papel central no contexto da ordem do Portugal regenerado. A narrativa jornalística exerceu função pedagógica e ética com o objetivo de educar os agora cidadãos, além de ser um agente fiscalizador da coisa pública¹⁰⁹.

Seguindo esse ponto de vista, Lúcia Neves, ao analisar o novo vocabulário político, ressalta que, naquele período, o termo “regeneração” foi mais comumente utilizado para caracterizar o movimento: a palavra não só intitulava “o novo regime e a situação política instaurada nesse período constitucional” como também encorpava a “mensagem dinâmica, capaz de empreender ação salvadora a fim de restituir os antigos direitos que a Nação lusa havia perdido”, por conta do despotismo que assolava todo o Império.

Nesse sentido, mesmo a utilização, como posteriormente foi mais usual, do termo “revolução” nos escritos constitucionais não significava, obrigatoriamente, “uma transformação total nas estruturas vigentes”. Como exemplo, a autora destaca que o projeto de regeneração política contou com o apoio da Igreja católica, que não foi rechaçada, o que

¹⁰⁷ *Ibidem*, p. 468-469.

¹⁰⁸ COELHO, Geraldo Mártires. *Anarquistas, demagogos e dissidentes: a imprensa liberal no Pará de 1822*. Belém: CEJUP, 1993. p.51.

¹⁰⁹ *Ibidem*. p.57.

deixava transparecer o caráter moderado do movimento, representado melhor pelo termo regeneração¹¹⁰.

Os autores percebem diversos aspectos do movimento constitucional iniciado no Porto. Por um lado, há o surgimento de ideias originais e de novos posicionamentos do projeto regenerador, em que ganhavam força “novos valores filosóficos” como o nacionalismo, o liberalismo político¹¹¹ e o constitucionalismo. Por outro lado, ocorre o não rompimento radical com práticas do Antigo Regime, mantendo-se o vínculo com a permanência da monarquia e da religião oficial.

Nesse contexto de transição é também consenso o impacto que a liberdade de imprensa gerou naquelas sociedades, como destacou Coelho. Inclusive para analisar as transformações nos anos de 1820 tanto em Portugal quanto na América portuguesa. Lúcia Neves nota que foi a partir da atuação do Marquês de Pombal que se deu o Iluminismo em Portugal, mesmo que ele tivesse adotado uma “política muita mais regalista do que propriamente esclarecida”. A autora destaca que, entre 1750 e 1800, houve em Portugal a formação de novos espaços para “divulgação e discussão do pensamento político”, apesar da hesitação predominante entre “o apego ao Antigo Regime e o desejo de mudanças lentas e graduais”. Ademais, a Revolução do Porto encampou esses espaços e discursos no além-mar e, no caso do Brasil, foi por meio da influência do movimento que, a partir de 1821, com o surgimento dos primeiros jornais, começou a haver mais debates das ideias liberais.

Para melhor compreender os sentidos assumidos por esses “novos valores filosóficos”, Telmo Verdelho analisa, através da imprensa, o vocabulário que passou a ser frequente nas páginas dos periódicos. O autor destaca que termos como “nação” e “pátria” eram os mais utilizados no “grupo semântico” vintista. No caso de “nação”, a palavra passa a ser essencial

¹¹⁰ NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira. *Op. Cit.* Rio de Janeiro: Revan: FAPERJ, 2003. p.170-173.

¹¹¹ Valentim Alexandre considera o liberalismo político juntamente com o nacionalismo os vetores essenciais da ideologia vintista. *Op. Cit.* 1993. p.469.

para caracterizar as novas instituições regeneradoras, atribuindo novo sentido aos ideais emergentes em substituição aos de nobreza e cortesia.

Verdelho também ressalta que a palavra “liberal” corresponderia à intenção de permissão e complacência dos indivíduos para com a abertura da sociedade ao convívio com novas teorias políticas, anteriormente condenadas. O termo poderia, então, ser utilizado para elogiar ou denegrir. Contudo, a palavra empregada com mais frequência nesse período era “constituição”, que representava o principal acontecimento político dos regeneradores vintistas. As referências a esse termo eram, muitas vezes, marcadas com notas de euforia por ser a ela atribuída o caráter de uma das “grandes heroicidades da Nação Portuguesa”¹¹².

Em relação à América portuguesa, Lúcia Neves observa o mesmo ineditismo vocabular em periódicos lusos que enfatizavam termos como “liberdade”, “razão”, “luzes” e “constituição”, esse último também realçado pelas mesmas razões simbólicas de representar o movimento libertador. Em contrapartida, diferente do que foi observado por Verdelho em Portugal, a palavra “liberdade” foi mais comum do que a “liberal” nos jornais analisados por Neves. O termo estava ligado à ideia de não sujeição a constrangimentos ou privilégios que pudessem prejudicar a ascensão na vida cotidiana, como um arquétipo da relação de oposição ao despotismo. Mesma analogia emprega-se à palavra “razão”, que introduzia o sentido de um dos elementos revolucionários na luta contra os males do Antigo Regime¹¹³.

Os impressos auxiliaram na divulgação do novo vocabulário e tornaram-se o espaço propício para embates do período marcados, igualmente, pela crescente preocupação com a linguagem política e emergindo “os novos paradigmas do liberalismo”. Os periódicos passaram a fazer parte dos espaços de sociabilidade, os quais eram discutidos em cafés e livrarias, o que contribuía para o acirramento das posições políticas. Não por acaso, os anos

¹¹² VERDELHO, Telmo dos Santos. *As palavras e as ideias na Revolução Liberal de 1820*. Instituto Nacional de Investigação Científica. 1981. p. 69-70; 199; 224.

¹¹³ NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira. *Op. Cit.* 2003. p.145; 148;163. A análise do vocabulário será retomada no Capítulo 3, observando a utilização destes termos nos jornais que circularam no Maranhão.

de 1820 na América portuguesa também foram marcados pela proliferação de outros formatos de impressos, como manifestos, proclamações e abaixo-assinados¹¹⁴.

As transformações e as agitações políticas que marcaram a primeira metade do século XIX também foram sentidas no Maranhão. A província adere à Revolução do Porto em 6 de abril de 1821, com o forte apoio de “parte dos principais comerciantes e agricultores da província”, de militares, dos funcionários públicos e dos advogados. O então governador Pinto da Fonseca (1819-1822), cuja trajetória pautava-se em relações de fidelidade à família real, optou pela adesão como única saída capaz de conter os ânimos exaltados e, ao mesmo tempo, manter-se no poder. Os grupos partidários dividiram-se, então, em favoráveis, ou não, ao “novo” governo constitucional¹¹⁵.

Os embates travados nos grupos que formavam a elite no Maranhão não eram novidade daquele período, como já foi dito. A rivalidade entre os “filhos do reino” e os “nacionais”, ou seja, entre os “brasileiros” e os “portugueses”¹¹⁶ também foi observada por Spix e Martius, que a justificavam pela exclusão dos nascidos no Brasil do acesos a importantes cargos públicos. Ainda de acordo com esses autores, tais relações conflituosas acirraram-se muito após a adesão à Revolução do Porto, o que acabou gerando um clima de balbúrdia e de perturbação da “tranquilidade pública”¹¹⁷.

Esse período conturbado no Maranhão foi analisado por Marcelo Galves, que identifica as controvérsias e disputas ocorridas no grupo denominado “português” que, a partir de então, dividiu-se entre “despóticos” e “constitucionais”. Aquele termo ganhava outra conotação, significando o homem branco da elite local que domina o cenário econômico e político do

¹¹⁴ NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira. *Op. Cit.* 2003. p.48; 200;206.

¹¹⁵ GALVES, Marcelo Cheche. *Op. Cit.* 2010. p. 21;65.

¹¹⁶ Ainda naquele momento a divisão entre “brasileiros” e “portugueses” possuía mais o sentido lato do local de nascimento. A conotação para o aspecto de identidade política ganhou importância nos anos seguintes. Questão discutida mais detidamente no Capítulo 3.

¹¹⁷ SPIX, Johann Baptist von; MARTIUS, Carl Friedrich Philipp. *Op. Cit.* s/d. p. 298. Os autores não estavam mais no Maranhão no período da adesão ao movimento do Porto. Contudo, apontam para uma “catástrofe política em Portugal”, após partirem do Brasil, o que o editor do livro deduziu ser uma referência a Revolução do Porto e entende-se aqui a mesma interpretação.

Maranhão. Assim, muitas vezes, aqueles denominados de “portugueses”, eram percebidos naquela sociedade como um grupo indesejado. Além disso, observa-se ainda que os antigos embates da província se revestiram do viés constitucional¹¹⁸.

A eleição, ou não, da Junta Governativa¹¹⁹, em abril de 1821, foi o primeiro embate entre os dois grupos antagônicos. Em meio a prisões, intimidações e arranjos políticos, o grupo ligado a Pinto da Fonseca inviabilizou a composição de uma Junta e organizou a “aclamação” do governador, que assim permaneceria no cargo, agora revestido de ares constitucionais¹²⁰. Contudo, seria necessário legitimar o novo governo a partir de elementos que difundissem as novas ideias e o discurso constitucional. Foi o que motivou a circulação do primeiro jornal da capitania, o *Conciliador*¹²¹, dias após a adesão à Revolução do Porto.

Já nas primeiras edições, o *Conciliador* publicou as ações de governo e deu destaque ao “memorável dia 6 de abril”, data do “despedaçar o férreo jugo, com que um cento dos déspotas nos oprimiam a despeito das benéficas intenções do nosso amado soberano”. No editorial, recomendou à população manter a confiança no governador Pinto da Fonseca que aceitou a “pesada tarefa, unicamente com os olhos em vosso bem” em vez de escutar “as seduções de meia dúzia de intrigantes, que espalham entre vós a cizânia da desordem”¹²². Antônio Lago também destaca ao final da sua obra a data como um marco decisivo na história do Maranhão:

o glorioso dia 6 de abril de 1821, em que a província jurou a Constituição Portuguesa e obediência ao Supremo Congresso, levantando o primeiro grito

¹¹⁸ GALVES, Marcelo Cheche. *Op. Cit.* 2010. p. 126.

¹¹⁹ As eleições de juntas de governo provinciais foram estabelecidas pelas Cortes em decreto de 29 de setembro de 1821. No Maranhão, as eleições ocorrem em fevereiro de 1822. Portanto, até este primeiro momento de análise não havia qualquer forma de regulamentação da organização política das capitânias.

¹²⁰ GALVES, Marcelo Cheche. *Op. Cit.* 2010. p. 70.

¹²¹ O *Conciliador* circulou no Maranhão entre 1821 e 1823, sendo os 34 primeiros números manuscritos. A instalação da Tipografia, em novembro de 1821, também se pautava pela busca da legitimidade do governo. Ademais, a administração do Teatro União passa a ser pública e foi muito utilizado como espaço pedagógico constitucional a partir de encenações e distribuição de poesias que reafirmavam o novo discurso do governo GALVES, Marcelo Cheche. *Op. Cit.* 2010. p. 298.

¹²² *Conciliador*, nº 4, 26/4/1821, p.4-5.

constitucional o major Rodrigo Pinto Pizarro¹²³, e seguido briosamente pela tropa e povo, recuperando, desde então, aqui a sua liberdade¹²⁴.

Possivelmente influenciados pelo jornal e pela documentação do período, autores de diferentes épocas ressaltaram a atuação do governador. César Marques explica que o governo de Pinto da Fonseca foi marcado pela agitação “como a de muitos dos seus antecessores”. Porém, aquela teria sido uma época “memorável na história da província”. O autor apontou os detratores do governo local, como ocorria com todos os homens que assumiam a difícil tarefa de “governar povos e empreenderem reforma de abusos”¹²⁵. Do mesmo modo, no século seguinte, o historiador Mário Meireles descreve Pinto da Fonseca como “homem de tino administrativo e espírito superior” que enfrentava com energia os problemas da província¹²⁶.

O dia da adesão à corte portuguesa foi assimilado como o divisor cronológico da antiga província do despotismo, que se renovara a partir de então, naquela administração, apesar da continuidade do governador.

O jornal *Conciliador* foi fundamental para fortalecer a imagem de Pinto da Fonseca como principal opositor das práticas do Antigo Regime e defensor da liberdade da província; ainda que, como será analisado nos próximos capítulos, as transformações apoiadas pelo governador possuíssem um caráter moderado, assim como perceberam os autores destacados acima em relação ao movimento constitucional português.

Em contrapartida, mesmo que o jornal pretendesse desqualificar o grupo opositor, preocupado apenas em espalhar a desordem, essa oposição criticou incisivamente a permanência do governador no cargo e seus posicionamentos políticos, além de indagar se

¹²³ Rodrigo Pinto Pizarro era sargento-mor graduado e atuou como ajudante de ordens no governo de Paulo José da Silva Gama e de Bernardo da Silveira Pinto da Fonseca. Fazia parte de uma família de militares reconhecida por lutarem contra os franceses na península Ibérica e nas campanhas do Prata. Foi figura chave dentro do aparato militar de Pinto da Fonseca para a adesão ao movimento constitucional. Cf. GALVES, Marcelo Cheche. *Op. Cit.* 2010. p.65-71. MARQUES, César Augusto. *Op. Cit.* 1870. p.291.

¹²⁴ LAGO, Antonio Bernardino Pereira do. *Op. Cit.* 2001, p. 77.

¹²⁵ MARQUES, César Augusto. *Op. Cit.* 1870. p.291.

¹²⁶ MEIRELES, Mário. *História do Maranhão*. São Paulo: Siciliano, 2001. p. 184.

seria mesmo a figura capaz de representar e de apoiar as transformações originárias da Revolução do Porto, como será visto adiante.

Além do Maranhão, o movimento constitucional do Porto influenciou outras províncias do Norte, como Pará e Bahia, e no seu arcabouço instituiu, principalmente, a liberdade de imprensa, recém-chegada a essas regiões, como foi visto. As ideias liberais também marcaram esse movimento e ecoaram na América portuguesa a partir da prática política, “conduzida pela imprensa”, em que se defendiam os direitos dos cidadãos¹²⁷. A mesma influência constitucionalista pode ser observada na Bahia a partir do periódico *Semanário Cívico*.

Tal como o similar *Conciliador*, no Maranhão, o periódico baiano propagava “a divulgação dos novos princípios políticos” como forma de “catecismo político” usando de alguma didática para explicar o que eram as cortes e as novas ideias do constitucionalismo¹²⁸.

A nova configuração política das províncias do Norte tinha como pilares a Revolução do Porto e a imprensa livre. No caso do Maranhão, essa lógica se consolida com a publicação do *Conciliador* como uma das principais estratégias utilizadas por Pinto da Fonseca para legitimar sua permanência como governador da região. Isso referendou sua anuência aos novos tempos constitucionais e chancelou familiaridade com as novas práticas, como a imprensa.

A liberdade de imprensa trouxe à tona ainda a ideia de opinião pública, então adotada pelas páginas dos jornais e revestida de conotação típica da Ilustração¹²⁹. Marco Morel percebe a politização do termo a partir da Revolução Francesa, visto que a opinião pública passou a identificar a formação de um espírito nacional. Ou seja, a legitimidade havia se deslocado do poder absolutista do rei para “um “tribunal” acima dos poderes - o Tribunal da

¹²⁷ COELHO, Geraldo Mártires. *Op. Cit.* Belém: CEJUP, 1993. p. 33;36.

¹²⁸ SILVA, Maria Beatriz Nizza. *Semanário cívico: Bahia, 1821 – 1823*. Salvador: EDUFBA, 2008. p. 65-68.

¹²⁹ *Id. Opinião Pública*. IN: FERES JÚNIOR, João (org.). *Léxico da história dos conceitos políticos do Brasil*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009. p.185.

Opinião Pública”¹³⁰. Foram decisivos para a formação da opinião pública, na América portuguesa, os anos de 1820 e 1821, já que esse período foi marcado por mudanças significativas na estrutura política¹³¹, além da própria expansão da imprensa. A expressão ganhou destaque nos espaços públicos, visto que o nascimento da opinião representava o desenvolvimento da consciência política na esfera pública¹³². O termo também adquiriu, nesse lado do Atlântico, novas conotações. Lúcia Bastos explica que opinião pública passou a ser considerada autêntica força política, eficaz pelo impulso propiciado pelo progresso das Luzes, mas, mantinha oposição “às transformações bruscas da ordem”. Os termos conservaram, assim, uma pluralidade de sentidos, cujo emprego moldava-se de acordo com a conjuntura¹³³. O termo opinião pública é encontrado com frequência também no *Conciliador*, ainda que estivesse relacionada mais usualmente com a opinião da elite estabelecida na região, e não representava a maioria da população. Mais adiante, essa discussão será retomada.

De todo modo, destaca-se, até aqui, o quanto foi representativo para esse período a transformação da imprensa. Como aponta Marco Morel, no contexto de fortalecimento da imprensa de opinião entrava em cena “o homem público, até então inexistente no território da América portuguesa: o jornalista ou panfletário”¹³⁴. No Maranhão, os redatores do *Conciliador* foram Antônio Marques da Costa Soares e o Padre Tezinho, ambas figuras próximas ao governador Pinto da Fonseca e de quem receberam cargos no governo e na Tipografia. A impressão na Tipografia era controlada pelo governo, o que não impediu a oposição de também buscar legitimação de suas reclamações e denúncias por meio das

¹³⁰ MOREL, Marco. *As transformações dos espaços públicos: imprensa, atores políticos e sociabilidades na Cidade Imperial, 1820-1840*. São Paulo: HUCITEC, 2005. p.202.

¹³¹ *Id. Ibid.* p.204.

¹³² *Id. Palavra, imagem e poder: o surgimento da imprensa no Brasil do século XIX*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003. p.22.

¹³³ NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira. *Op. Cit.* 2009. p.185.

¹³⁴ MOREL, Marco. *Op. Cit.* 2003. p. 15.

prensas, fazendo panfletos e abaixo-assinados em Lisboa e Londres, por exemplo¹³⁵, além dos diversos folhetos manuscritos.

As discussões apresentadas reiteram, então, o uso dos meios impressos para veicular opiniões em diversas regiões da América portuguesa. Como ressalta Geraldo Coelho, para o caso do Grão-Pará, a “pequena e letrada burguesia liberal” valeu-se de “condições concretas nascidas com as projeções do discurso liberal da Regeneração sobre a sociedade local”¹³⁶. O movimento constitucional passou a ser interpretado segundo a conveniência de cada grupo político, situados nas províncias.

Se por um lado o governo de Pinto da Fonseca recorre a esses meios para se legitimar no cargo, de outro, a oposição, até certo ponto coesa, também produz folhetos e abaixo-assinado para demonstrar descontentamento¹³⁷.

1.4. – O Maranhão e a “adesão” à Independência

A separação política entre Brasil e Portugal, estabelecida em 1822 pelo Rio de Janeiro, tem sido tema de recorrente análise pela historiografia. Os autores clássicos que analisaram esse marco histórico, estão divididos, de acordo com João Paulo Pimenta, em três tendências, que são:

- 1) a insistência em considerar a Independência do Brasil como um movimento anti-português (Caio Prado, Novais, Costa, Mota); 2) a insistência em uma continuidade processual pautada por interesses mercantis que, supostamente em desenvolvimento na América quando da transferência da Corte em 1808, fariam a formalização da Independência, em 1822, um fato menor (Dias); 3) a ênfase nas feições da Independência que supostamente condicionariam a construção de uma ordem política conservadora, homogênea, com poucas fissuras, e que por seu turno

¹³⁵ GALVES, Marcelo Cheche. *O Maranhão e a transição constitucional no mundo luso-brasileiro (1821-1825)*. In: RIBEIRO, Gladys Sabina; FERREIRA, Tânia Maria Tavares Bessone da Cruz. *Linguagens e práticas da cidadania no século XIX*. São Paulo: Alameda, 2010a. p. 110.

¹³⁶ COELHO, Geraldo Mártires. *Op. Cit.* 1993. p. 92.

¹³⁷ Os embates ocorridos entre o grupo de apoio ao governo e a oposição que se formava, a partir das páginas do jornal *Conciliador* são analisados no Capítulo 3, sendo Antonio José Meirelles o fio condutor da discussão. Sobre a atuação panfletária da oposição no Maranhão Cf. GALVES, Marcelo Cheche. *Op. Cit.* 2010.

imprimiria forte marca de nascença à ordem nacional brasileira (Carvalho)¹³⁸.

Sem alongar muito a discussão em torno da historiografia da Independência, o que ultrapassaria os limites desse trabalho, as três tendências destacadas têm em consenso a noção de um partidarismo ideológico estabelecido como bloco homogêneo e vivenciado em todas as regiões da mesma maneira. Os estudos do tema, nos últimos anos, avançaram em outra vertente desses aspectos: passou a pautar-se em uma “perspectiva processual e conjuntural”, a partir das diferentes regiões que formavam a América portuguesa, até então, relacionando esse processo local ao contexto político da península ibérica.

Desse modo, para a análise desse processo, ganhou importância o movimento constitucional do Porto, assim como a participação de diferentes estratos sociais, o que exclui o sentido, comumente associado à Independência, de ser “produto exclusivo de interesses de classes setorializados”¹³⁹. O processo de separação política passa, assim, a ser percebido a partir dos conflitos que marcaram aquele período, devido aos diferentes projetos políticos existentes em cada região, como fica visível ao se analisarem as províncias do Norte.

Com o aprofundamento das análises documentais do período tornaram-se mais complexas as discussões sobre a formação do Estado nacional. Hoje, é consenso a noção de que a “declaração da vontade de emancipação política” não significou o imediato estabelecimento do Estado nacional. O que se observava, naquele contexto, era a existência, na América portuguesa, de “múltiplas identidades políticas” e que cada uma delas sustentava algum tipo de projeto nacional, ligadas às suas pátrias, ou seja, às regiões a que pertenciam¹⁴⁰.

¹³⁸ PIMENTA, João Paulo. *Op. Cit.* 2000. p.81.

¹³⁹ *Ibidem.* p. 82-84.

¹⁴⁰ Os autores István Jancsó e João Paulo Pimenta (2000, p.391) explicam a diferença entre pátria, país e nação a partir da análise de manifestos de dois deputados – representantes da Bahia e de São Paulo - durante as Cortes, em 1822. Logo, fica claro que “Bahia e São Paulo são suas pátrias, o Brasil é seu país, mas a nação à qual pertencem é a portuguesa.” Não havia, então, mesmo logo após a Independência, uma ideia clara do Brasil como nação. JANCÓS, István; PIMENTA, João Paulo. *Peças de um mosaico ou apontamentos para o estudo da emergência da identidade nacional brasileira*. Revista de História das Ideias. Vol. 21, 2000. p. 391-393.

Torna-se claro que ocorreram no Brasil diversos processos de Independência e que não havia o projeto “nacional” unificado entre as várias regiões da América portuguesa.

Em 28 de julho de 1823, após o cerco de São Luís pelas tropas enviadas pelo Rio de Janeiro, “proclamou-se solenemente a adesão do Maranhão à independência do Império do Brasil, festejada com salvas de artilharias dos fortes e das embarcações e com repique dos sinos”¹⁴¹.

Ainda que Mário Meireles destaque a “solene adesão”, alguns meses antes o jornal *Conciliador* narrou uma comemoração bem maior e reservou um exemplar para as notícias do festejo em alusão ao “juramento da constituição política da monarquia portuguesa”. A ele compareceram todas as autoridades da província, foi a cidade iluminada, além de ocorrer declamações de versos e prosas¹⁴². Ao comparar, então, esse festejo, com a reunião de 97 cidadãos na Câmara Geral de São Luís para “aderir” à Independência, esta solenidade foi bem mais discreta¹⁴³.

A pesquisa de Marcelo Galves, ressalta “a dissociação entre as disputas provinciais pós-Revolução do Porto e pretensos “projetos de Independência”. As personagens desse período não questionavam os elos entre o Maranhão e Portugal¹⁴⁴. A possibilidade de Independência tornou-se mais concreta com a proximidade das tropas saídas do Ceará e do Piauí até Caxias e Itapecuru gerando, em alguns casos, a “adesão” com o intuito de alcançar benefícios. Ainda assim, a “adesão” do Maranhão não foi seguida pela “aclamação” do imperador, o que só ocorreu mais de três anos depois, em 1826. Nesse meio tempo, a província passou por momentos turbulentos, marcado por juramentos à Independência e pela expulsão daqueles que

¹⁴¹ MEIRELES, Mário. *Op. Cit.* 2001. p. 213.

¹⁴² *Conciliador*, nº 158, 15/01/1823, p.1.

¹⁴³ GALVES, Marcelo Cheche. *Op. Cit.* 2010 a. p. 112.

¹⁴⁴ GALVES, Marcelo Cheche. *Op. Cit.* 2010. p. 170-171.

se negavam a fazê-lo, os quais “tiveram sua fidelidade ao novo país posta em xeque pelas recorrentes acusações de “português” e “inimigo do Brasil”¹⁴⁵.

Outras províncias do Norte também passaram por momentos conturbados em meio às pressões a favor da “adesão”. Em relação à Paraíba, por exemplo, Serioja Mariano ressalta os momentos de tensão na província nos anos de 1820, afetando o cotidiano da população e o controle da Junta Governativa que comandava a região. A autora narra o motim de setembro de 1823 entre as tropas do exército, chamando atenção para o fato de que, além dos conflitos contra os portugueses - que também passam a serem mal vistos na província - havia “focos de turbulência entre os militares”. O tumulto gerado por parte deles, segundo a autora, foi uma demonstração de oposição à Independência, tanto por portugueses quanto por brasileiros que “se sentiram encorajados com as notícias de que uma esquadra portuguesa estava chegando à Paraíba com o objetivo de recolonizar o Brasil”¹⁴⁶. O interesse era, então, a manutenção das relações com Portugal e, em função disso, as “adesões” só se concretizavam depois de seguidas pressões. Nas províncias do Norte as identidades políticas estavam ligadas ao âmbito regional porque a “força coesiva” era a metrópole, enquanto o chamado Brasil “representava, para os coloniais, pouco mais que uma abstração”¹⁴⁷.

Mesmo no Rio de Janeiro, onde se iniciou a articulação pela Independência, esse desejo não chegou a ser manifestado pelos periódicos, como afirma Gladys Ribeiro: “Falavam em emancipação a torto e a direito, mas com o intuito de preservar a autonomia para a “conservação da harmonia geral”, “da Causa comum da nossa regeneração”, enfim, da unidade do Império”. Se no Centro-Sul, a aspiração pela Independência pouco existia, ao Norte estava ainda mais distante esse discurso, possivelmente relacionado, segundo Ribeiro,

¹⁴⁵ GALVES, Marcelo Cheche. “Aderir” “Jurar” e “Aclamar”: o Império no Maranhão (1823-1826). Revista Almanack. Guarulhos, n. 01. 2011. p. 106.

¹⁴⁶ MARIANO, Serioja Rodrigues Cordeiro. *Ser livre é tudo: disputas políticas e práticas de poder entre “nacionais” e “europeus” na província da Paraíba na década de 1820*. IN: BORRALHO, José Henrique de Paula; BEZERRA, Nielson Rosa; GALVES, Marcelo Cheche (orgs.). Pontos, contrapontos não desvendados: os vários tecidos sociais de um Brasil oitocentista. São Luís: Café e Lápis; Ed. UEMA, 2011. p. 51-56.

¹⁴⁷ JANCSÓ, István; PIMENTA, João Paulo. *Op.Cit.* 2000. p.402.

aos interesses dos negociantes preocupados em livrar-se do monopólio centro-sulista e de galgar a status de província de Portugal. A união a Portugal era interpretada, no Norte, como liberdade - e não como separação -, como uma maneira de garantia da propriedade¹⁴⁸.

Essa perspectiva também foi a de Marcelo Galves. Para ele, no Maranhão, os comerciantes e produtores, ao aderirem ao movimento do Porto, apostavam em mudanças que os tirassem da “exação fiscal atribuída aos gastos da Corte no Rio de Janeiro” e garantissem melhores condições para a comercialização do algodão, questões não encampadas pelo projeto de Independência, instituído pelo Centro-Sul¹⁴⁹.

Aqueles dois grupos só passaram a ponderar a possibilidade de o Rio de Janeiro conseguir atender a suas expectativas no momento em que se viram cercados pelas tropas independentistas. Premidos por isso é que decidiram “aderir” à Independência: para tentar garantir as propriedades e a ordem, para se livrar de dívidas e para manter seus posicionamentos nos quadros políticos da província¹⁵⁰. Como destaca Jurandir Malerba, o interesse maior das elites locais das regiões da América portuguesa era buscar a manutenção das suas posições privilegiadas, como o monopólio do comércio e a escravidão. Elas não tinham nenhuma preocupação com qualquer projeto que assegurasse a “unidade” entre as regiões¹⁵¹.

Contudo, com a “adesão” do Maranhão, em 1823, os ânimos ainda se mantiveram acirrados e um novo ordenamento político se instalou na província. Retornam aos espaços da

¹⁴⁸ RIBEIRO, Gladys Sabina. *A liberdade em construção: identidade nacional e conflitos antilusitanos no primeiro reinado*. Rio de Janeiro: Relume Dumará: FAPERJ, 2002. p. 45-50.

¹⁴⁹ É possível perceber ainda a relutância do Maranhão em aceitar o Rio de Janeiro como centro de poder a partir de outra perspectiva, como por meio dos pedidos de confirmações de sesmarias. De acordo com a pesquisa de Márcia Motta, aquela província continuou fazendo solicitações ao Conselho Ultramarino até 1823, mesmo com a transferência dessa atribuição para o Desembargo do Paço, no Rio de Janeiro, desde 1808. Ademais, a autora também destaca que o Maranhão possuiu naquele período, entre 1807 e 1823, o maior número de processos de confirmação de sesmarias, o que também pode apontar para o desenvolvimento econômico, a partir da agricultura, da região, como já analisado. MOTTA, Márcia Menendes. *Direito à terra no Brasil: a gestação do conflito (1795-1824)*. São Paulo: Alameda, 2012. p.243.

¹⁵⁰ GALVES, Marcelo Cheche. *Op. Cit.* 2010 a. p. 111.

¹⁵¹ MALERBA, Jurandir. *Esboço crítico da recente historiografia sobre a Independência do Brasil (c. 1980-2002)*. IN: MALERBA, Jurandir (org.). *A independência brasileira: novas dimensões*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006. p. 25.

administração as antigas famílias produtoras da região do Itapecuru, com a escolha da Junta Provisória¹⁵², sob a presidência de Miguel Ignácio dos Santos Freire e Bruce. Deu-se, então, o resgate da “importância política da parentela Belfort-Burgos-Lamagner-Vieira da Silva-Gomes de Sousa”, nomes importantes da produção algodoeira¹⁵³. Essas famílias chegaram ao Maranhão ao final do século XVIII atraídas pelas oportunidades geradas com a instalação da Companhia de Comércio e “desejosas de se tornar proprietários rurais”, como o irlandês Lourenço Belfort, que se estabeleceu às margens do Itapecuru acumulando terras, riqueza e influência¹⁵⁴. Participaram da Junta três nomes dessa família: Fábio Gomes da Silva Belfort, José Joaquim Vieira Belfort e Lourenço de Castro Belfort¹⁵⁵.

Em contrapartida, a situação dos negociantes “portugueses”, que naqueles primeiros anos do século XIX ascenderam política e economicamente foi prejudicada depois da “adesão”. Foram expulsos, em 1823, dezessete “portugueses”¹⁵⁶ como o comendador Antônio José Meirelles¹⁵⁷ e Honório José Teixeira¹⁵⁸. O primeiro desempenhava ativa participação ao lado da política provincial e encabeçou a lista de expulsos após a “adesão”. Em contrapartida, Teixeira fez parte do grupo opositor a Fonseca e foi deportado para Portugal já no início daquele ano “sob a improvável imputação de tentar organizar o clamor de Independência no

¹⁵² Antes da “adesão” a Independência foi instalada a primeira Junta Provisória no Maranhão em 1822, após decreto das Cortes. Esta possuiu como presidente o frei Joaquim de Nazareth e como secretário Sebastião Gomes da Silva Belfort. Nomes ligados a administração de Pinto da Fonseca. O presidente frei Nazareth foi um dos “portugueses” expulsos após a adesão. Cf. MARQUES, César Augusto. *Op. Cit.* 1870. p.293. MEIRELES, Mário. *Op. Cit.* 2001. p.216.

¹⁵³ GALVES, Marcelo Cheche. *Op. Cit.* 2010. p. 185-186.

¹⁵⁴ MOTA, Antonia da Silva. *Op. Cit.* 2012. p. 29.

¹⁵⁵ VIEIRA DA SILVA, Luis Antônio. *Op. Cit.* 1972. p.137-138.

¹⁵⁶ Dentre os expulsos havia membros do Corpo de Comércio, como João Chrisóstomo Pagony, nomes encontrados no diversos folhetos e abaixo-assinados que circularam no período, como Manuel Antonio do Santos Leal e Manoel Duarte Godinho, além de líderes da Igreja e do Exército. GALVES, Marcelo Cheche. *Op. Cit.* 2010. p.192.

¹⁵⁷ A análise mais aprofundada sobre a atuação de Antônio José Meirelles será feita nos próximos capítulos deste trabalho.

¹⁵⁸ Honório José Teixeira era filho de Caetano José Teixeira, um dos principais comerciantes de escravos da capitania e desafeto de Meirelles. A morte do pai, em 1818, favoreceu o fortalecimento de Meirelles. A partir da adesão do Maranhão ao movimento do Porto Honório José Teixeira passa a atuar ativamente no cenário político, opondo-se a Pinto da Fonseca e Meirelles, financiando impressos dentro e fora do Maranhão. GALVES, Marcelo Cheche. *Op. Cit.* 2010. p.73.

Maranhão”¹⁵⁹. Isso porque fica claro que a atuação do grupo organizado contra o governo constitucional de Pinto da Fonseca não expressava, necessariamente, o desejo de emancipação de Portugal. Assim, esses personagens influentes, até então, não fizeram parte da reorganização política da província no pós-Independência.

A expulsão de figuras importantes do Maranhão com intensa participação na movimentação política anterior à Independência pode ser compreendida pela transformação de concepção do “ser português”: se antes a denominação expressava o local de nascimento, na pós-Independência, o termo passou a representar um “ser absolutista”, ou visto como suspeito¹⁶⁰. Por outro lado, aqueles que juraram a Independência passavam a formar os “bons brasileiros”, compondo o cenário político do momento¹⁶¹.

A ideia recorrente na historiografia de que naquele período de embates o clima de insegurança era atribuído aos portugueses instalados na província e de que os conflitos percebidos como “portugueses” *versus* “brasileiros” restringe o sentido dos termos¹⁶². Ambos começam a ser identificados no sentido político naquele momento e assumem matriz semântica “composta por muitas variáveis que, gradativamente, conformaram os grupos em litígio e serviram como combustível para debates acalorados entre os “verdadeiros brasileiros” e os “inimigos da pátria”¹⁶³.

O retorno da influência política da parentela “Belfort-Burgos-Lamagner-Vieira da Silva-Gomes de Sousa” ocorre em 1824, já que a aliança entre as figuras de destaque de São Luís e de Itapecuru se mostrou fragilizada, sem consenso entre os grupos. Os Belfort tentam, então, por meio das Câmaras Gerais, impor limites à atuação de Bruce requerendo a apuração de denúncias de que ele seria republicano e, por decorrência, conseguiram dissolver a Junta. O

¹⁵⁹ GALVES, Marcelo Cheche. *Op. Cit.* 2010. p. 185.

¹⁶⁰ RIBEIRO, Gladys Sabina. *Op. Cit.* 2002. p.61. A nova concepção de “português” pode ser melhor apreendida no Capítulo 3, em que a questão é analisada mais detidamente a partir dos dissensos protagonizados por Meirelles.

¹⁶¹ GALVES, Marcelo Cheche. *Op. Cit.* 2010. p. 193.

¹⁶² MEIRELES, Mário. *Op. Cit.* 2001. p.218.

¹⁶³ GALVES, Marcelo Cheche. *Op. Cit.* 2010. p. 185.

presidente conseguiu manter-se no governo da província graças ao apoio das tropas e dos presos soltos por ele. Entretanto, caiu no isolamento político em razão da pecha de que “governava com os pretos”. Em reação, ocorre a união de todos aqueles que tinham muito a “perder com as “desordens”, quer fossem “portugueses” ou “brasileiros”¹⁶⁴. Em dezembro de 1824, Miguel Bruce é deposto e deportado e, segundo Mário Meireles, acusado “pelas senhoras maranhenses e pelos cônsules estrangeiros de ser o perturbador da paz no seio da coletividade”¹⁶⁵.

O ano de 1824 também foi marcado pelo “juramento solene à Constituição”, iniciado em maio, na catedral da cidade. Contudo, apenas no ano seguinte aumentou a procura em se formalizar o juramento. Os vereadores elencam algumas justificativas para esse atraso: talvez “por impedimento legal; omissão, e, talvez, ânimo danado por terem opostos sentimentos”¹⁶⁶. Marcelo Galves destaca outros motivos: a “portaria imperial, recebida no final de 1824, exigindo informações das pessoas que “aderiram” à causa do Brasil e juraram à Constituição”, ou ainda o intuito “de participar das eleições que se aproximavam, na condição de eleitores de paróquia, eleitores, ou postulantes a cargos de disputa”¹⁶⁷. Tanto o juramento à Constituição de 1824 quanto os manifestos de louvor ao Imperador, que foram organizadas em 1825, alinhavam como principal objetivo a legitimação do novo Estado, visando instituir uma nova ordem.

Nessa nova conjuntura e com as refregas políticas do pós-Independência mais calmas, a partir de 1825, muitos “portugueses” expulsos retornam e reassumem suas atividades econômicas e o prestígio político. Também nesse ano, assume a presidência da Província,

¹⁶⁴ GALVES, Marcelo Cheche. *Op. Cit.* 2010. p. 207-208.

¹⁶⁵ MEIRELES, Mário. *Op. Cit.* 2001. p.223.

¹⁶⁶ *Argos da Lei*, no 8, 1/2/1825, p.1-2.

¹⁶⁷ GALVES, Marcelo Cheche. *Op. Cit.* 2011. p. 108.

nomeado pela Coroa, Pedro José da Costa Barros¹⁶⁸, o qual foi determinante para a “sistemática reintegração dos “portugueses” à vida provincial”¹⁶⁹.

Em abril de 1825, é publicado no *Argos da Lei* o Auto de Juramento com quinze assinaturas, certificando que os signatários juraram à Constituição em janeiro de 1824 a bordo do brigue Dido. Os abaixo-assinados afirmavam que haviam decidido, “por acordo unânime”, antecipar aquele juramento e que ainda não o haviam feito por “se acharem retidos em Portugal”¹⁷⁰. Entre os que assinaram Marcelo Galves ressalta que havia não apenas “brasileiros”, como Medeiros e Bernardo Pereira de Berredo, mas também “portugueses”, como Manoel Paixão dos Santos Zacheo, que “foi eleito deputado pelo Maranhão no início de 1823 para a segunda legislatura das cortes portuguesas”. Eram personagens como ele que saíram do Maranhão como “portugueses” e retornavam à província como “brasileiro”¹⁷¹.

Outro destaque desse grupo de antigos “portugueses” foi Antonio José Meirelles, negociante que encabeçou a lista de expulsos do Maranhão após a “adesão” à Independência. Em maio de 1825, de volta a província, a companhia do comendador já constava como principal signatária do pleito do aumento da esquadra do Império¹⁷². Além de recuperar a influência econômica das primeiras décadas do século XIX, também manteve a atuação política. Uma vez a Independência reconhecida por Portugal, nesse mesmo ano, começam os preparativos para a aclamação do Imperador¹⁷³. A organização do festejo ficou por conta da Câmara, do presidente Costa Barros e dos comerciantes, dos quais Meirelles foi o que mais

¹⁶⁸ Costa Barros chegou ao Maranhão em fevereiro de 1825, atuando anteriormente como ministro da Marinha e presidente do Ceará. A sua chegada na província coincidiu com o período em que retorna Lord Cochrane para cobrar o pagamento pelos serviços prestados durante a guerra de independência. Por conta disso, Costa Barros foi barrado pelo almirante de assumir a presidência da província, tentando garantir que o seu pagamento foi efetuado, o qual provavelmente não seria feito se houvesse a mudança de governo, já que as duas figuras possuíam dissensos anteriores. Costa Barros assumiu o governo apenas em agosto de 1825. Sobre a relação conflituosa entre Costa Barros e Cochrane Cf. GALVES, Marcelo Cheche. *Op. Cit.* 2010. p. 242 et seq. No Capítulo 3 será retomado a análise do período do seu governo.

¹⁶⁹ GALVES, Marcelo Cheche. *Op. Cit.* 2011. p. 109.

¹⁷⁰ *Argos da Lei*, nº31, 22/4/1825, p.2-4.

¹⁷¹ GALVES, Marcelo Cheche. *Op. Cit.* 2011. p. 107.

¹⁷² *Argos da Lei*, nº38, 24/05/1825, p. 1.

¹⁷³ Como já ressaltado, o festejo de aclamação do Imperador ocorreu em 1826, três anos após “adesão” a Independência que não foi seguida da aclamação como era recorrente.

contribuiu para a cerimônia¹⁷⁴. Foi essa “a primeira grande festa “brasileira” organizada no Maranhão: além de só acontecer depois do reconhecimento da antiga metrópole foi também marcada pela ativa participação dos “portugueses”¹⁷⁵.

1.5. -Homens de negócio e dinamização da economia

O Império português, a partir da era moderna, foi formado à base de intensas relações com o comércio. Contudo, antes do período pombalino a ocupação de comerciantes era, além de pouco prestigiosa, vista com antipatia e desconfiança por toda a Europa, principalmente pela recorrente ascendência nova-cristã dos indivíduos¹⁷⁶. Em Portugal, o papel social dos grandes comerciantes consolida-se a partir da administração do Marquês de Pombal, que desde 1755 investiu em um novo direcionamento político, associando o termo “negociante” àqueles que operavam o comércio *de grosso*. Havia a preocupação em codificar o estatuto dos comerciantes e fazer a separação entre grossistas e retalhistas, visto que esses últimos estavam relacionados com os ofícios mecânicos pouco valorizados. A diferenciação entre comerciantes grossistas retirava o peso de estarem atrelados ao trabalho braçal e possibilitava o alcance de distinções sociais, após o já estabelecido poderio econômico. Os negociantes tornaram-se, assim, um grupo identificável a partir da carta de lei de 1770, que legitimou o uso do termo homem de negócio e tipificou a profissão como “proveitosa, necessária e nobre”¹⁷⁷.

A transformação do termo “negociante”, ao longo dos séculos XVIII e XIX, pode ser apreendida pelos dicionários desse período. Em 1728, no vol. 5 do *Vocabulário Portuguez &*

¹⁷⁴ *Fidelidade Maranhense*, 1826, p.124.

¹⁷⁵ GALVES, Marcelo Cheche. *Op. Cit.* 2011. p. 109-116.

¹⁷⁶ SOUZA, George F. Cabral de. *Tratos & mofatras: o grupo mercantil do Recife colonial (c. 1654-c. 1759)*. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2012. p.68.

¹⁷⁷ PEDREIRA, Jorge Miguel de Melo Viana. *Os homens de negócio da praça de Lisboa de Pombal ao Vintismo (1755-1822): diferenciação, reprodução e identificação de um grupo social*. Dissertação de doutoramento em Sociologia. Universidade Nova de Lisboa, 1995. P. 73-91.

Latino, os termos mercador e negociante são adotados como sinônimos¹⁷⁸. Em 1789, conta no *Dicionário da Língua Portuguesa* vol. 2 o termo “homem de negócio” como sinônimo de negociante, ou aquele que “conhece, entende e sabe procurar o seu interesse e o bom êxito daquilo de que se incumbem”, o que aponta para a separação do trabalho manual. Nesse mesmo dicionário a palavra “mercador” se referia ainda àqueles que vendem a grosso e a retalho¹⁷⁹. O *Dicionário do Comércio*, de 1813 identifica “mercador” como o homem de negócio, ou aquele que possui loja aberta e vende a retalho, ressaltando que “a ciência requisita para constituir um mercador é, contudo, muito inferior à que se deve contemplar um homem de negócio”. Em contrapartida, o negociante realiza o comércio em grosso, ou seja, “que remete para os países estrangeiros as produções da sua Pátria” trocadas por dinheiro, ou por outras mercadorias. Destaca ainda ser uma profissão muito necessária, pois é alma da navegação e aumenta as riquezas do Estado. Outra característica distintiva do negociante, para a qual atenta Alberto Sales no dicionário, é a aplicação dos “seus respectivos estudos” e, de preferência, que tenham aprendido “pela educação, por viagens, ou por uma prática grande e racionada”, pois apenas assim é possível decidir com certeza e segurança¹⁸⁰. O papel do negociante no comércio passou a conotar, essencialmente, a não-ação mecânica e a racionalização do trabalho.

Na segunda metade do século XIX, o *Dicionário Jurídico-comercial* de Ferreira Borges também registra os termos comerciantes, mercador e negociante com distinções evidentes. Para o autor, comerciante englobava todos aqueles que praticavam alguma forma de comércio: mercadores, negociantes, fabricantes e banqueiros. Os mercadores de retalho eram aqueles que comercializavam “em loja por vara ou côvado que se mede” e os negociantes eram as pessoas que faziam comércio em armazéns, que não tinham loja aberta, “nem amostras á porta”. Borges destaca ainda que para ser chamado homem de negócio, ou

¹⁷⁸ BLUTEAU, Raphael. *Vocabulário Portuguez & Latino*. Vol.5, 1728. p. 700.

¹⁷⁹ SILVA, Antonio de Moraes. *Dicionário da Língua Portuguesa*. Vol. 2, 1789. p. 290; 339.

¹⁸⁰ SALES, Alberto Jacqueri de. *Diccionario do commercio*. 1813. Vol. 2 p. 153-156; vol. 3, p. 223.

negociante era necessário estar matriculado na Junta do Comércio, despachar do Consulado, ter pelo menos cinco ações das companhias de comércio e ser contratante das rendas reais¹⁸¹. Para além de diferenciar o mercador grossista do retalhista, as mudanças no significado do termo negociante, observadas nos dicionários, estavam diretamente ligadas ao “cabedal, crédito, saber, multiplicidade de interesses comerciais”, tidos como peculiaridades ou prerrogativas dessa função, o que criava também uma fronteira social. Ainda assim, é importante considerar que não há rigor nessas demarcações léxicas, visto que “as categorias do vocabulário social não podem captar com exatidão uma realidade muito mais complexa”¹⁸².

A distinção dos negociantes começou na América portuguesa a partir da instalação das Companhias de Comércio, como a do Grão-Pará e Maranhão, e alcançou posições consolidadas a partir de 1808, com a criação do Tribunal da Real Junta do Comércio, Agricultura, Fábricas e Navegação no Rio de Janeiro¹⁸³, no qual se tornou obrigatória a matrícula dos negociantes que instituía a eles a nomeação ‘homens de negócios’¹⁸⁴. Lenira Martinho e Riva Gorestein destacam a chegada da Corte como marco para transformações das transações mercantis no Rio de Janeiro, onde os negociantes passavam a se inserir em uma ordem comercial mais competitiva e impessoal. Além disso, devido ao fim do monopólio comercial, ao aumento da concorrência, notadamente a inglesa, e à instalação daquele órgão administrativo que organizava e controlava as atividades mercantis, os negociantes viram a necessidade de reestruturar suas firmas, aperfeiçoando técnicas de vendas e mecanismos de crédito, como as letras. Ainda assim, as autoras observam que as tradições herdadas do período colonial ficaram mantidas, mesmo com os valores inovadores do comércio. Os

¹⁸¹ Esta é também a definição de homem de negócio utilizada por Jorge Pedreira em sua tese. BORGES, Ferreira Borges. *Diccionario Jurídico-Commercial*. 1856. p. 267-268. PEDREIRA, Jorge Miguel de Melo Viana. *Op. Cit.* 1995.

¹⁸² PEDREIRA, Jorge Miguel de Melo Viana. *Op. Cit.* 1995. p.414.

¹⁸³ A Junta do Comércio foi criada em Portugal em 1755, uma maneira da Coroa demonstrar a “estima” que fazia dos “bons e louváveis negociantes”. NEVES, Edson Alvisi. *Magistrados e negociantes na corte do Império do Brasil: o Tribunal do Comércio*. Rio de Janeiro: FAPERJ, 2008. p. 140).

¹⁸⁴ PEDREIRA, Jorge Miguel de Melo Viana. *Op. Cit.* 1995. p. 412-413.

negociantes permaneciam à busca de ascensão social por meio da distinção da honra e da interferência no meio político¹⁸⁵.

Assim como em outras partes da América portuguesa, os negociantes se fortalecem no Maranhão nas primeiras décadas do século XIX, como já apontado. Garcia de Abranches destaca a preponderância econômica dos negociantes estabelecidos na província naquele período, principalmente, a partir do monopólio do comércio de escravos. Conseguiram, com isso estabelecer casas comerciais “monstruosas” na região. A ambivalência nas transações comerciais, também se dão no Maranhão, pelo relato de Abranches sobre as práticas mercantis dos negociantes, que apontam para o uso de formas de pagamento como o crédito e a letra. Em contrapartida, caracteriza os homens de grosso trato como afáveis e altivos, que se referiam aos lavradores como compadres. Eram estratégias de convencimentos que, segundo o autor, acabavam ludibriando os fazendeiros a aceitar negociações que só lhes trariam prejuízo¹⁸⁶. A maneira de fazer negócios começava a se transformar, porém, ficaram mantidas algumas práticas com os negócios ligados à confiança entre as partes.

O que se observa nas praças mercantis é a grande concentração de riqueza e de poder que os negociantes passaram a ostentar, já que controlavam o comércio e, por consequência, concentravam os mais altos lucros do período. O comando do tráfico de escravos, que também contribuiu para esse *status quo*, era um fator a mais para pressionar o Estado a conceder aos negociantes mais poder e prestígio, segundo Théó Piñeiro¹⁸⁷. Esse posicionamento também é percebido por Lenira Martinho e Riva Gorestein naquele período de instalação da corte no Brasil, visto que o Estado se via impossibilitado de arcar com todas

¹⁸⁵ MARTINHO, Lenira Menezes; GORENSTEIN, Riva. *Negociantes e caixeiros na sociedade da Independência*. Rio de Janeiro: 1993. 135;143;145.

¹⁸⁶ ABRANCHES, João Antônio *Op. Cit.* 1822. p. 13;15;23. Ao reclamar do alto preço dos escravos e do grande endividamento dos lavradores com aqueles negociantes, Abranches demonstrava esperança na adesão ao “novo Sistema Constitucional”, em que seria um meio de remediar os malefícios gerados por aquelas relações mercantis, protegendo o “direito de propriedade dos outros”. Observa-se, então, outra apreensão daquele contexto de transformações gerado pela Revolução do Porto no Maranhão.

¹⁸⁷ PIÑEIRO, Théó Lobarinhas. *“Os simples comissários”: negociantes e política no Brasil Império*. Niterói: Editora UFF, 2014. p. 48.

as despesas da transferência. Logo, o capital privado de origem mercantil, concentrado nas mãos de um pequeno grupo de particulares, foi o financiador das altas despesas, aproximando negócios e governo¹⁸⁸.

Apesar da importância do monopólio do comércio de escravos, como ocorreu na América portuguesa, era também característico dos homens de negócio a não especialização. Operavam em diferentes gêneros de comércio, inclusive, como arrematantes, seguradores e financiadores. Com base na análise de documentos feita nos próximos capítulos, entende-se o termo negociante perpassado pela ideia apresentada por Théo Piñeiro, que é:

o proprietário de capital que, além da esfera de circulação, atuava no abastecimento e no financiamento, investia no tráfico de escravos, o que permitia que controlasse setores-chaves da economia, inclusive na produção escravista, face ao papel que desempenhava no crédito e no fornecimento de mão-de-obra.¹⁸⁹

Reitera-se ainda que o fortalecimento econômico esteve diretamente relacionado à ascensão social dos negociantes e ao acesso às distinções de honra. De acordo com Ferreira Borges, no comércio apenas os mercadores de grosso trato gozavam de “privilégios, graças e isenções”¹⁹⁰. Observa-se, então, que naquele período ocorreu um “processo de estratificação impulsionado pela coroa”¹⁹¹, legitimado pelo vocabulário social, pela ordem de privilégios e por distinções honoríficas¹⁹². Se antes os comerciantes pertenciam ao mesmo grupo indistinto, a partir do século XVIII, os modos de comercializar se diferem, o que permitiu aos negociantes atuarem em múltiplas atividades, controlando setores-chave produção, o que lhes

¹⁸⁸ MARTINHO, Lenira Menezes; GORENSTEIN, Riva. *Op. Cit.* 1993. p.147.

¹⁸⁹ O conceito de negociante apreendido por Théo Piñeiro que embasa a análise do personagem principal deste trabalho, o negociante Antonio José Meirelles, pois a pesquisa documental permitiu observar essas características. PIÑEIRO, Théo Lobarinhas. *Op. Cit.* 2014. p.28.

¹⁹⁰ BORGES, Ferreira Borges. *Op. Cit.* 1856. p. 267.

¹⁹¹ Nuno Luís Madureira relaciona o mercado com os privilégios concedidos pelo Estado do Antigo Regime a grupos como os negociantes. Segundo ele essas concessões eram norteadas por um duplo objetivo: “por um lado arrecadar novos rendimentos para a fazenda e melhorar a cobrança de receitas; por outro, alterar a distribuição dos rendimentos de modo a drenar recursos para setores econômicos e interlocutores privados, cujo interesse estratégico coincide a curto e médio prazo com os interesses da coroa”. MADUREIRA, Nuno Luís. *Mercado e Privilégios. A Indústria Portuguesa entre 1750-1834*. Lisboa, Ed. Estampa, 1997. p.25.

¹⁹² PEDREIRA, Jorge Miguel de Melo Viana. *Op. Cit.* 1995. p. 105.

gerou a prerrogativa de influenciar “decisivamente tanto nos rumos da economia quanto da política do país”¹⁹³.

O papel preponderante dos negociantes, ao longo do século XIX, tanto em Portugal como na América portuguesa, dá a nítida noção da complexa atuação dos negociantes em distintos espaços regionais, como o Maranhão. Mesmo nos períodos conturbados, como no processo de Independência, no qual acumularam prejuízos e sofreram expulsão, boa parte deles consegue retomar o papel social de antes.

O Capítulo 2 vai analisar o início da atuação e a trajetória da riqueza de um dos mais importantes negociantes da praça de São Luís, Antonio José Meirelles. Discutir esse personagem a partir da ideia de negociante é apenas o ponto de partida, uma vez que além de ter sido assim designado formalmente pela documentação pesquisada, Além de perceber ao longo da análise que o personagem exibia os atributos creditados a esse grupo. No entanto, com uma trajetória assinalada por períodos de transição, é fundamental considerar também que as marcas daquele passado ainda próximo – de características típicas do Antigo Regime, e do qual Meirelles também fez parte – caminharam lado a lado com as novidades que surgiram ao longo do século XIX. Sendo assim, não há a pretensão de engessar o negociante nesse conceito, mas, de utilizar esse termo para melhor compreender as nuances da sua trajetória.

A partir do negociante Meirelles será factível compreender o fortalecimento da elite mercantil na praça de São Luís, a estreita ligação com o poder econômico e a influência política protagonizadas pelo personagem, o que marcadamente contribuiu para o seu envolvimento em diversas contendas. Além disso, está posto o escopo de investigar as relações de dissidências e alianças que Meirelles enredou ao longo da vida. Questões essas que adquirem contornos ainda mais complexos naquele período de intensas transformações.

¹⁹³ PIÑEIRO, Théo Lobarinhas. *Op. Cit.* 2014. p.29.

Capítulo 2

Negociantes e fortunas na praça do Maranhão

O início da atuação dos negociantes no Maranhão, segundo Garcia de Abranches, deu-se com o monopólio do comércio de escravos por esse grupo, após a extinção da Companhia do Grão-Pará e Maranhão. De acordo com o mesmo autor, no primeiro momento, a relação entre eles e os lavradores alavancou o progresso local com o “esplendor da lavoura” e foi proveitosa para ambos, já que havia um “termo razoável dos preços”. No entanto, o fortalecimento do grupo mercantil passou a prejudicar os lavradores com o progressivo aumento do preço dos escravos. Na visão de Abranches, foi quando se firmaram, na praça de São Luís, as “casas de negócios monstruosas” às custas da “prática deste inaudito comércio”, como destacado anteriormente.

Uma das reclamações de Abranches recai sobre a “mais escandalosa usura que tão impunemente tem estabelecido aqui”. Para explicar o que estariam cometendo os negociantes, o autor detalha as transações financeiras entre os negociantes e os lavradores:

um sistema bárbaro de reduzir o escrito de débito do comprador a uma letra de câmbio, e como seja dificultoso, segundo o estado atual, ser paga tal letra no seu vencimento; ou fazem logo reforma-la com mais prazo e prêmio já vulgar, de hum e meio ou dois por cento ao mês incluindo sempre o premio no capital, ou ameaçam inexoravelmente com execução o devedor, o qual, já por se livrar do vexame (...), já por temer as transgressões da justiça frequentadas com tanto escândalo, já por não ver adjudicados, ou arrematados seus escravos, principais acessórios de sua lavoura, (...) nestas urgentes circunstancias corre o miserável a procurar o ultimo recurso, que a providencia lhe deparara, em algum dos bancos de empréstimo que por benignidade tem estabelecido na cidade alguns beneméritos...¹⁹⁴.

O relato aponta que o monopólio do comércio de escravos propiciava uma relação de devedor/ credor entre o lavrador e o negociante. Em 1813, Raimundo Gaioso considera ser esse endividamento dos fazendeiros, assim como o alto preço dos escravos, os principais

¹⁹⁴ ABRANCHES, João Antônio Garcia de. *Espelho crítico-político da Província do Maranhão*. Lisboa: Tipografia Rolandiana, 1822. p.13;28-29.

entraves à lavoura na capitania¹⁹⁵. Para além das reclamações dos autores contemporâneos, o tipo de relação mercantil, ao longo dos anos de 1800, foi marcada pelo grande endividamento e pela pouca liquidez no mercado, aspectos próprios das principais praças mercantis do império luso-brasileiro, como Lisboa e Rio de Janeiro, e que também se observam em São Luís, favorecendo a acumulação de capital nas mãos de figuras como os negociantes.

O Rio de Janeiro é considerado por João Fragoso “a principal praça mercantil do Atlântico Sul” que começa a surgir nos setecentos e alcança, no século XIX, a sua “maturidade mercantil”, além da consolidar a poderosa elite de “homens de negócios”¹⁹⁶. Outras praças na América portuguesa também tinham importância nesse contexto, como Bahia, Pernambuco e Rio Grande do Sul. A primeira, devido ao “rico e opulento” tráfico mercantil, impulsionado pela indústria do açúcar e do tabaco, Pernambuco, pelo intenso comércio de algodão, e o Rio Grande do Sul, como centro do comércio de cabotagem¹⁹⁷. Em relação a Pernambuco, George Cabral de Souza destaca a forte atuação da comunidade mercantil desde o período da Restauração que, após o enriquecimento dos seus membros, buscou a ascensão social por meio da participação na governança local. Aqueles grupos mercantis pernambucanos conseguiram acesso ao poder local mesmo antes da política de distinção dos negociantes, promovida por Portugal, ainda no início do século XVIII¹⁹⁸.

¹⁹⁵ GAIOSO, Raimundo José de Sousa. *Compêndio histórico-político dos princípios da lavoura do Maranhão...* 2º ed. Rio de Janeiro: Livros do mundo inteiro, 1970 (Ed. Fac similar da 1ª, 1818) Coleção São Luís, v.1. p. 240.

¹⁹⁶ FRAGOSO, João Luís Ribeiro. *Mercados e negociantes imperiais: um ensaio sobre a economia do Império português (séculos XVIII e XIX)*. História: questões e debates. Nº 36. Editora UFPR, 2002. p. 12-13.

¹⁹⁷ PUNTSCHARDT, William. *Os Negociantes de grosso trato no Brasil colonial (1808 – 1822)*. São Paulo, 1992. Dissertação (Mestrado em História Social). USP. FFLCH. p. 14-15.

¹⁹⁸ George Cabral de Souza destaca que, em 1704, a coroa autorizou o acesso dos grandes comerciantes ao governo municipal. Contudo, a ordem régia barrava os mercadores que trabalhavam manualmente em suas lojas. Autorizou apenas os mercadores de sobrado a se envolverem nos assuntos municipais. Essa decisão remonta ao início da estatização, ressaltada por Jorge Pedreira, Ele aponta que esses negociantes de todos do grupo, foram os únicos beneficiados, fenômeno que não ocorreu pelo natural dinamismo econômico e social, mas sim, pelo interesse da Coroa em criar a “nobreza política” para o engrandecimento das famílias, que na nobreza tradicional ocorria pela hereditariedade. Cf. SOUZA, George F. Cabral de. Op. Cit. 2012, p. 60;212;215. PEDREIRA, Jorge Miguel de Melo Viana. Op. Cit. 1995. p. 105.

Em contrapartida, outras praças ainda pouco estudadas também usufruíam de intenso comércio e da participação ativa de negociantes na economia local e ultramarina, como a praça de São Luís. O Maranhão tinha como principal atividade econômica no século XIX a agroexportação, principalmente de arroz e algodão, como já visto. Esse sistema contribuiu para “um tipo específico de acumulação”, em que se solidarizavam “o capital mercantil, o Estado metropolitano e o grande proprietário rural, sob o predomínio do primeiro”¹⁹⁹. Desse modo, o Maranhão se destacou como grande centro receptor de escravos, o que acabou gerando o fortalecimento dos negociantes envolvidos com os produtos de exportação e com o comércio dos meios de produção.

O objetivo desse Capítulo é investigar a forma pela qual Antonio José Meirelles se fortaleceu na praça de São Luís sob o prisma da acumulação de riqueza, das suas relações sociais para manutenção da fortuna e do prestígio e também de como seus recursos migraram para o acúmulo material e simbólico. Para isso, a discussão será pautada no inventário do próprio Meirelles (1838), em folhetos que explicitam os embates com os quais se envolveu, como *Carta introdutória de Antonio José Meirelles Sobrinho* (1822) e a *Defeza, que José Gonçalves Teixeira apresenta ao respeitável público, em desforço das calumniosas acusações* (1833); e nos registros de entrada e saída de embarcações, ambos publicados pelo jornal *Conciliador*.

2.1. -Antonio José Meirelles, “Negociante estabelecido há anos na Cidade do Maranhão”

O crescimento dos indicadores econômicos do Maranhão, no século XIX, ainda que instável, favoreceu a instalação e a atuação dos negociantes. Nesse contexto, ganha destaque o comendador Antonio José Meirelles, personagem que atuou no Maranhão no início do século XIX e que enriqueceu com o tráfico de escravos, apontado por Manolo Florentino como um

¹⁹⁹ FARIA, Regina Helena Martins de. *Op. Cit.* 2012. p. 41.

dos 17 maiores traficantes de escravos do porto do Rio de Janeiro, entre 1811-1830²⁰⁰. Ainda que seja uma figura conhecida pela historiografia no Maranhão, não há análises mais cuidadosas sobre sua ascensão econômica e política ao longo da sua trajetória, muito mais citado como “antigo e rico comerciante”.

A partir dos anos de 1830, quando a casa comercial de Antonio José Meirelles enfrentou dificuldades financeiras, percebe-se o início da atuação do negociante. Isso porque, em dezembro de 1832, José Gonçalves Teixeira, ex-sócio de Meirelles, produz um folheto em defesa própria contra as acusações feitas pelo antigo parceiro²⁰¹. O término da sociedade foi marcado por desentendimentos, o que levou Teixeira a narrar o histórico da Casa Antonio Joze Meirelles Ferreira & Cia, criada em 1819. Das questões levantadas por Teixeira, estão os problemas que enfrentou com seu antigo sócio decorrentes da “adesão” do Maranhão à Independência (oficializada em 28 de julho de 1823).

Teixeira explica que Meirelles, ao ser expulso da província²⁰², levou consigo elevadas somas de dinheiro. Segundo o ex-sócio, foi necessário pedir dinheiro emprestado a diversos particulares para conseguir pagar as dívidas deixadas. Além de a Casa ficar sobrecarregada de dívidas, Teixeira denunciava a atitude do comendador no período em que se afastou para o Rio de Janeiro durante o qual deixou de prestar “os auxílios por vezes prometidos” sem poupar-se dos saques do caixa da sociedade, atitude que era conhecida, segundo Teixeira, na praça do Maranhão, de Londres, de Liverpool, e de Lisboa.

²⁰⁰ FLORENTINO, Manolo. *Em costas negras: uma história do tráfico negreiro de escravos entre a África e o Rio de Janeiro (séculos XVIII e XIX)*. São Paulo: Editora Unesp, 2014. p. 255.

²⁰¹ Mapear a trajetória de Antonio José Meirelles foi desafiador por ser os registros esparsos. O fio condutor da análise leva em consideração a documentação encontrada onde foi possível apreender informações mais consistentes sobre a vida e os negócios do personagem. Por isso a escolha de utilizar como pano de fundo desse Capítulo a narrativa de José Gonçalves Teixeira. Sabe-se, contudo, que seria possível uma abordagem mais aprofundada caso pudesse ser comparada uma quantidade maior de fontes.

²⁰² Meirelles foi um dos 16 cidadãos expulsos ou demitidos pela Câmara Geral, em 15 de setembro de 1823, acusados de “portugueses nocivos à província”. VIEIRA DA SILVA, Luís Antônio. *História da Independência da província do Maranhão: 1822/1828*. Rio de Janeiro: Companhia Editora Americana, 1972. p. 197. Questão que será retomada no Capítulo 3.

Como nota de rodapé da defesa de José Gonçalves Teixeira, está a denúncia feita por Meirelles, em que explica os motivos de seu estabelecimento comercial encontrar-se à bancarrota. O negociante afirmava que sempre manteve sua casa “ilibada e sem a menor mancha” cumprindo com honra os tratos comerciais durante todos os anos em que esteve pessoalmente à frente da administração. Segundo ele, ao “se retirar” para o Rio de Janeiro, deixara ordens para que o seu sócio “recebesse, pagasse, e negociasse tão somente com os fundos disponíveis”. No entanto, continua o relato, Teixeira teria tomado “dinheiro a prêmio” e, como garantia, emprestado e fiado “grandes e avultadas quantias em dinheiro a pessoas que nada possuíam, além de contraído “extraordinárias despesas”, o que teria “dado cabo” de boa parte dos seus bens. O negociante finaliza as acusações fazendo a seguinte promessa ao público: “não haver perdido um só momento a fim de conseguir liquidar as contas da minha Casa e empregar todos os meios ao meu alcance para mostrar que obrei sempre e ainda obro como negociante honrado”²⁰³.

Possivelmente, as dificuldades aumentaram. Em 12 de janeiro de 1833 é publicado anúncio no jornal *O Publicador Oficial* em que os “Negociantes desta Praça, e mais pessoas Credores” anunciavam estar a casa comercial de Meirelles com “todos os caracteres de falida”, seguindo as explicações:

Primeiro pela notoriedade de grande numero de Letras protestadas por não pagas; segundo pela oposição que ele Meirelles, faz em apresentar-se com seus Livros aos seus Credores, e finalmente pelas transações fraudulentas, a que se tem arrojado contra a maioria dos mesmos Credores, atos que as Leis do Comércio constituem em formal banca rota²⁰⁴.

A edição seguinte traz a refutação de Meirelles sobre a possível falência da casa, o qual acusa aquele anúncio de ser “inexato e calunioso”. O negociante contesta a acusação de possuir letras protestadas sob o argumento de que as eventualmente cobradas eram de responsabilidade de Teixeira que abusou dos poderes dados por procuração pelo sócio

²⁰³ TEIXEIRA, José Gonçalves. *Defesa Que José Gonçalves Teixeira Apresenta Ao Respeitável Público*. Maranhão: Tipografia Liberal, 1833. BN, SOR, 040, 007, 027. Fl. 3v-4.

²⁰⁴ *O Publicador Oficial*, nº 129, 12/1/1833, p.536.

distante. Também não aceita a justificativa da não apresentação dos livros pelos credores, pois não havia sido ainda convencido da “legitimidade dos seus títulos”, obrigando-os a passar por juízo “para que então possam chamar-se de credores”. Além disso, considerava calúnia ser acusado de fazer transações fraudulentas “sem que ao menos apontem uma só dessas transações”. Conclui a resposta afirmando que aquele anúncio era obra do seu ex-procurador, José Gonçalves Teixeira, pois, após cometer “delapidações” à sua casa e “crimes contra o Tesouro Público”, havia “escandalosamente” fugido. Para Meirelles o único objetivo do anúncio era o de desacreditá-lo “nas praças Nacionais e estrangeiras”, e ressaltava que poderia protestar “por meios legais” os danos que viesse a sofrer em razão daquele anúncio²⁰⁵.

A preocupação, naqueles anos, em tornar públicas as dificuldades pelas quais passava a casa comercial de Meirelles e a própria apreensão do negociante em tentar manter o seu “nome de Negociante honrado” atestam a relevância alcançada pelos seus negócios, na primeira metade do século XIX. Segundo Jerônimo de Viveiros (1954, p.163), as três maiores casas comerciais do Maranhão, no início daquele século, eram José Gonçalves da Silva & Cia, Simplício Dias da Silva e Antonio José Meirelles, Ferreira & Cia., consideradas pelo autor como tão notáveis quanto as firmas inglesas²⁰⁶.

O início exato da atuação de Meirelles na praça do Maranhão ainda é controverso. Registros sobre o negociante, ainda que esparsos, permitem afirmar que, no início do século XIX, já atuava ali como homem de negócio. Em setembro de 1800, o negociante recebe passaporte com licença para viajar até Lisboa²⁰⁷, e em 1822, Antonio José Meirelles Sobrinho, ao publicar defesa ao tio nos embates da Independência, afirma que trabalhou em

²⁰⁵ *Idem*, nº130, 16/1/1833, p.540.

²⁰⁶ VIVEIROS, Jerônimo de. *História do Comércio do Maranhão (1612-1895)*. São Luis: Associação Comercial do Maranhão, 1954. p.167.

²⁰⁷ PASSAPORTE do governador e capitão-general do Maranhão, D. Diogo de Sousa, para que Antonio José Meirelles possa viajar a Lisboa no navio Príncipe Atalante. 1800, Setembro, 1, São Luís do Maranhão. AHU, ACL, CU, 009, Cx. 112, D. 8747.

seu escritório por quinze anos, dos quais cinco, foram como correspondente da Casa de Meirelles em Liverpool²⁰⁸.

Os registros encontrados sobre Meirelles apresentam ainda os postos militares concedidos a ele nas primeiras décadas dos anos 1800, o que induz a inferir que inicia suas atividades como comerciante ainda nos finais do século XVIII, possivelmente quando chegou ao Maranhão em função das oportunidades geradas pela Companhia Geral de Comércio. Mas, não foi possível determinar com exatidão a data em que isso ocorreu, já que seu passaporte não foi localizado.

Em 1805, no governo de Antonio de Saldanha Gama²⁰⁹, é confirmada a patente de “tenente do regimento de milícia da Vila de Guimarães” ao negociante com a justificativa de “fazer-lhe mercê” por ter prestado serviço real com “pronta satisfação”. Esse posto concedia ao negociante, além de todas “as honras, privilégios, liberdades e isenções”, soldados e oficiais que seriam a ele subordinados²¹⁰. Anos depois, em 1814, Meirelles recebe a patente de “capitão de Granadeiros do Regimento de Milícias da cidade de São Luís do Maranhão”²¹¹. Essas posições transparecem a ascensão econômica do negociante a ponto de, em 1814, ser agraciado com a patente de capitão na principal praça comercial do Maranhão.

Com a posição consolidada, além dos postos militares, Meirelles também recebe, em 1818, uma das principais distinções honoríficas do período, a comenda da Ordem de Cristo,

²⁰⁸ MEIRELLES SOBRINHO, Antonio José. Carta Introdutória. In: MEIRELLES, Antonio José. *Refutação das infames calúnias dos senhores Honório José Teixeira e quarenta e sete outras pessoas do Maranhão*. Liverpool: Impresso por Roberto Rockliff, 1822. Biblioteca Nacional de Portugal. p. IV.

²⁰⁹ Antonio de Saldanha Gama, capitão de fragata da Armada Real foi governador do Maranhão entre maio de 1804 a dezembro de 1806. MARQUES, César Augusto. *Dicionário histórico-geográfico da província do Maranhão*. Typ. da Palma, Maranhão. Biblioteca do Senado. 1870. p.283.

²¹⁰ Confirmação de patente de tenente do regimento de milícia da vila de Guimarães a Antônio José Meirelles. APEM, Livro 17, 1805. Fl.81v.

²¹¹ Confirmação de patente de capitão de Granadeiros do Regimento de Milícias da cidade de São Luís do Maranhão. APEM, Livro 18, 1814. Fl.119.

depois da compra de vinte ações do Banco do Brasil²¹² e com isso, passou a ser mais usualmente citado como comendador Meirelles²¹³.

As insígnias de ordens militares e comendas representavam o poder simbólico característico do Antigo Regime, ainda fortemente marcado pelo “ideário cavalheiresco”. Nuno Monteiro ressalta o sentido de nobreza, que passa a representar uma “qualidade”, um recurso utilizado pela monarquia portuguesa para atribuir diversos graus de superioridade, além de servir para remunerar serviços realizados. Para o autor, ainda que o topo da hierarquia da nobreza se mantivesse fechado pela hereditariedade das famílias, houve o “alargamento da nobreza” na base dessa hierarquia social, inserindo novos grupos “nas teias do sistema remuneratório da monarquia”, em especial, os negociantes de grosso trato. Em todo o império português houve larga difusão daqueles símbolos, que ganharam importância e prestígio na sociedade, mesmo que no início dos oitocentos tenham atingido o “ponto máximo de vulgarização”²¹⁴. Os distintivos conferiam uma “nobreza vitalícia”²¹⁵ para aqueles que os alcançavam e estabeleciam traços e diferenças importantes para aquela sociedade corporativa, razão pela qual os títulos passaram a anteceder o nome de quem os detinha²¹⁶, como ocorreu com Meirelles.

²¹² O Banco do Brasil foi criado em 1808 e exercia como principal função financiar os gastos do próprio governo em razão do alto custo de administração e de manutenção da Corte e da insuficiente circulação de moeda. Théo Piñeiro ressalta que de início não houve grande interesse por parte dos negociantes em investir no Banco; “preferiam colocar seus recursos nos seus próprios negócios”. A partir de 1812 a instituição implantou novas medidas para atrair acionistas, visando aumentar as expectativas de lucro. Desse modo, o Banco “além de financiar os gastos do governo, foi um ótimo investimento para os grandes capitais privados”. PIÑEIRO, Théo Lobarinhas. *Negociantes, independência e o primeiro Banco do Brasil: uma trajetória de poder e de grandes negócios*. Revista Tempo, nº 15, p. 71-91. Rio de Janeiro, 2003. p. 81-84.

²¹³ BN, *Seção de Manuscritos*, Coleção de Documentos Biográficos, C 423, 31.

²¹⁴ Nuno Monteiro chama atenção para a célebre frase que marcou Portugal naquele período: “em muitos poucos anos reduzem os três milhões de habitantes a três milhões de nobres”. Contudo, nada disso aplacava na nobreza o gosto em ostentar os símbolos que possuíam. MONTEIRO, Nuno Gonçalo. *O ‘Ethos’ nobiliárquico no final do Antigo regime: poder simbólico, império e imaginário social*. Almanak braziliense, nº 2, 2005. p. 8-10.

²¹⁵ Observa-se esta “nobreza vitalícia”, destacada por José Gomes, na carta de legitimação das filhas de Meirelles, D. Joanna de Meirelles e Sá e D. Maria de Meirelles e Sá, na qual são asseguradas de continuar com todas as “honras, privilégios e liberdades” do seu pai. BN, SOR, 040, 011, 061. *Carta de legitimação de Joana de Meirelles e Sá e Maria de Meirelles e Sá*. 1839. Fl. 1.

²¹⁶ GOMES, José Eudes Arrais Barroso. *O serviço das armas e a busca por privilégios: comandos militares, distinção social e poder na capitania do Ceará (1680-1760)*. IN: CORRÊA, Helidacy Maria Muniz (Org.). *Estratégias de poder na América portuguesa: dimensões da cultura política*. Niterói: PPGH/UFF/São Luís: UEMA, 2010. p.106.

Esse alargamento do conceito de nobreza é analisado também por Antônio Carlos Jucá Sampaio ao discutir a formação das elites mercantis no Antigo Regime português. O autor observa que começou a se formar, para além da nobreza “natural”, a de caráter “civil ou política”, ligada aos exercícios dos ofícios municipais. Contudo, a partir da formação da elite mercantil, em que se estabelece a distinção social entre os mercadores e os homens de negócio, esses últimos estreitam cada vez mais a relação com a nobreza titulada, o que colabora para suas estratégias de enobrecimento²¹⁷. Segundo Camila Borges da Silva, ao analisar a construção das elites imperiais através de hábitos e ordens honoríficas, até a primeira metade do século XVIII, os indivíduos estabelecidos no Maranhão estavam entre os que mais tinham acesso aos hábitos, ao lado dos pernambucanos e baianos. A autora observa que no século seguinte, a requisição de ordens honoríficas continuou como forma de manter o prestígio, uma vez que havia interesse dos contemporâneos em solicitá-las, era por entenderem que estariam investindo em um prestígio social reconhecido pela sociedade. Por essa razão, apesar desse alargamento, ainda no início do século XIX fazer parte de ordens militares e de irmandades religiosas relacionava-se à ascensão social dos negociantes de grosso trato. Os títulos permaneciam como símbolos incontestes da preservação do prestígio, da distinção nobre e honorífica, além do forte caráter político²¹⁸.

Outro aspecto de destaque na atuação de Meirelles como homem de negócio foi a preponderância que adquiriu como arrematante de contratos régios, entre 1810 e 1819. O negociante administrou o Contrato dos Dízimos²¹⁹, o Contrato das sizas²²⁰ e o Contrato Régio

²¹⁷ SAMPAIO, Antonio Carlos Jucá. *Comércio, riqueza e nobreza: elites mercantis e hierarquização social no Antigo Regime português*. IN: IN: FRAGOSO, João; SAMPAIO, Antonio Carlos Jucá. (Org.). *Nas rotas do Império: eixos mercantis, tráfico e relações sociais no mundo português*. Vitória: Edufes, 2014. p. 70-78;84.

²¹⁸ SILVA, Camila Borges da. *Mercê e nobilitação: a construção das elites imperiais através dos hábitos das ordens honoríficas*. IN: FERREIRA, Tânia Maria Tavares Bessone; NEVES, Lucia Maria Bastos Pereira; GUIMARÃES, Lucia Maria Paschoal. (Org.). *Elites, fronteiras e cultura do império do Brasil*. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2013. p. 41-43.

²¹⁹ O contrato dos Dízimos era referente ao pagamento de 10% sobre “todos os frutos da terra e criação de animais”. MEDICCI, Ana Paula. *Administração e negócios: o contrato dos Dízimos Reais e os interesses particulares no governo do Morgado de Mateus*. São Paulo, 1765-1775. Anais do XXVI Simpósio Nacional de

das carnes verdes. Em relação a esse último, ficou responsável pela distribuição do alimento até 1822, vendendo por “40 réis a libra”²²¹ com pena de 6\$000 réis em caso de falta²²².

A arrematação de contratos régios era prática comum entre os negociantes de grosso trato, tanto em Portugal, quanto na América portuguesa. Contudo, pouco acessível. Segundo Lenira Menezes Martinho e Riva Gorenstein, ao conjugarem suas atividades mercantis à de arrematação de contratos da Coroa, os negociantes conseguiam expandir ainda mais seus negócios e ampliar seus empreendimentos particulares, além de aumentar os lucros. Administrá-los representava maior controle do mercado pelos negociantes e domínio sobre a distribuição de produtos essenciais, como a carne verde. Além disso, acumulavam a vantagem da coleta de impostos, o que facilitava burlar a contabilidade obrigatória e as normas dos contratos²²³. Além dos benefícios econômicos, os contratantes adquiriam prestígio político com as lideranças do governo, o que facilitava a obtenção de favores pessoais para eventuais problemas relacionados às outras atividades mercantis²²⁴. Os contratos régios eram, portanto, para os negociantes “instrumento de acumulação e fonte de influência” e elemento de discriminação entre seus pares²²⁵.

No Maranhão, o comendador Meirelles foi arrematante dos principais contratos da província, além de figura influente no Corpo de Comércio e Agricultura²²⁶ da cidade. Os

História – ANPUH. 2011, São Paulo. p.6. Meirelles aparece como arrematante deste contrato em: *Conciliador*, supl. ao nº 82, 24/4/1822, p. 11.

²²⁰ A siza era o imposto cobrado sobre o escravo que chegava diretamente da África.

²²¹ As carnes verdes seguiam regime de preços diferenciados para não serem influenciadas pela inflação do período. Logo, entre 1810 e 1823 os preços desses produtos foram tabelados. CAMPOS, Pedro Henrique Pedreira. *Nos caminhos da acumulação: negócios e poder no abastecimento de carnes verdes para a cidade do Rio de Janeiro (1808-1835)*. São Paulo: Alameda, 2010. p. 73.

²²² MARQUES, César Augusto. *Op. Cit.* 1870. p.222.

²²³ CAMPOS, Pedro Henrique Pedreira. *Op. Cit.* 2010. p. 108.

²²⁴ MARTINHO, Lenira Menezes; GORENSTEIN, Riva. *Negociantes e caixeiros na sociedade da Independência*. Rio de Janeiro: 1993. p.150;152.

²²⁵ PEDREIRA, Jorge Miguel de Melo Viana. *Op. Cit.* 1995. p. 154.

²²⁶ O Corpo de Comércio e Agricultura foi agrupamento representativo dos proprietários instalados no Maranhão, criado após a Revolução do Porto. A maior parte dos seus integrantes apoiaram a permanência de Pinto da Fonseca no poder, assim como a Junta de Governo e, principalmente, os vínculos entre Portugal e Maranhão. GALVES, Marcelo Cheche. “*Ao público sincero e imparcial*”: *Imprensa e Independência no Maranhão (1821-1826)*. Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal Fluminense. Niterói. 2010. Tese publicada em 2015. p. 95.

contratos contribuíram, como tantos expedientes, para o fortalecimento econômico e o prestígio político do negociante. Tanto que geraram frequentes denúncias e reclamações contra a maneira de ele administrá-los e o tratamento diferenciado que recebia da Junta da Fazenda, como será analisado. A proximidade com o governo, a pretexto dos contratos régios, e a honraria das graças honoríficas eram formas de legitimação social buscadas pelos homens de negócio. Essas não eram alcançadas apenas pelo poder econômico, mas, também pela capacidade dos negociantes de converterem “recursos assim acumulados em capital simbólico”, ou seja, em outras formas de distinção social²²⁷, que funcionavam como um “reforço do capital mercantil”²²⁸.

Retomando as reclamações do antigo sócio, José Gonçalves Teixeira afirma que em 1811, quando começou a trabalhar como caixeiro para o negociante, a empresa de Meirelles não tinha tão avultada fortuna. Teixeira assegura que até agosto daquele ano, a escrituração dos livros estava atrasada em oito meses, situação que não se justificaria, pois, a casa comercial mantinha pouca afluência de negócios, já que o único contrato relevante era o das carnes verdes. Segundo Teixeira, o seu futuro sócio, até então, não tinha fazendas e o balanço do seu capital totalizava apenas 70:847\$588. Em 1819, quando Teixeira e seu “companheiro Ferreira” firmaram sociedade, a Antonio Joze Meirelles Ferreira & Cia, a situação financeira da casa estava ainda mais delicada por estarem as escriturações atrasadas em quatro anos, o que dificultava para os novos sócios atualizar os registros, já que não tiveram acesso ao balanço. Teixeira afirma ter sido ele o principal responsável pelo crescimento da casa comercial e que foi do seu empenho o aumento do capital de Meirelles, que chegara a

²²⁷ PEDREIRA, Jorge Miguel de Melo Viana. *Os homens de negócio da praça de Lisboa de Pombal ao Vintismo (1755-1822): diferenciação, reprodução e identificação de um grupo social*. Dissertação de doutoramento em Sociologia. Universidade Nova de Lisboa, 1995. p. 425.

²²⁸ NEVES, Edson Alvisi. *Magistrados e negociantes na corte do Império do Brasil: o Tribunal do Comércio*. Rio de Janeiro: FAPERJ, 2008. p.175.

803:883\$173, em 1825, acrescidos de grande monta em juros e dívidas ativas da companhia, naquele período²²⁹.

Ainda que o antigo sócio de Meirelles busque, em sua defesa, minimizar a atuação comercial do negociante, é sabido que contratos régios, como os arrematados, mesmo que fossem apenas os de carnes verdes como Teixeira afirma, demonstram a importância e o poder econômico daquele que administrava. Hellen Osório, ao analisar as trajetórias e as fortunas de negociantes do Rio Grande do Sul, no início do século XIX, ressalta que eles não detinham o “cabedal necessário para participar do mais rentável de todos os negócios”, que eram os contratos. Por se tratar de negócio de alta rentabilidade, era muito visado pelos negociantes de grosso trato²³⁰, e, no caso do Rio Grande do Sul, as arrematações ficavam por conta dos negociantes do Rio de Janeiro. A administração dos contratos era um meio eficiente para acumular capital e prestígio político nas regiões onde atuavam os negociantes²³¹, já que os lucros colocavam os contratadores no centro do aparelho financeiro da Coroa²³². Desse modo, diferente do Rio Grande do Sul, no Maranhão os negociantes conseguiam reter para si as arrematações, como era o caso de Meirelles.

Mesmo com os contratos como fonte segura de rendimentos para o Estado e para os contratadores, o cabedal financeiro de Meirelles é questionado em diversos episódios, como a denúncia de Gonçalves Teixeira. Em outro momento, no folheto manuscrito *Requerimento dirigido ao Soberano Congresso por 48 habitantes desta cidade*, que circulou no Maranhão durante os embates de Independência, são apresentadas alegações de que o negociante era dono de um patrimônio mais aparente que real e mantido às custas dos juros recebidos da Fazenda Real, mesmo sendo devedor do Tesouro. O prestígio político garantiria a Meirelles a

²²⁹ TEIXEIRA, José Gonçalves. *Op. Cit.* 1833. BN, SOR, 040, 007, 02. Fl. 2v.

²³⁰ OSÓRIO, Helen. *Comerciantes do Rio Grande de São Pedro: formação recrutamento e negócios de um grupo mercantil da América portuguesa*. Revista brasileira de História. São Paulo, v.20, n° 39, p.115-134, 2000. p.125-126.

²³¹ PIÑEIRO, Théo Lobarinhas. *“Os simples comissários”: negociantes e política no Brasil Império*. Niterói: Editora UFF, 2014. p.69.

²³² PEDREIRA, Jorge Miguel de Melo Viana. *Op. Cit.* 1995. p. 154.

arrematação desses almejados contratos. Ainda segundo os abaixo-assinados, o comendador acumulava dívidas vultosas com o Tesouro Nacional, provenientes dos contratos e, mesmo assim, não fazia os pagamentos à Junta da Fazenda. No entanto, tal situação não o impedia de conseguir o sequestro dos bens de outros indivíduos, de quem era credor. Outra denúncia registrada no folheto fala do “roubo de mais de 60:000U000 réis que ele fez ao povo” ao aumentar o preço das carnes na arrematação de 1819²³³. A denúncia contra Meirelles transparece as características observadas por Lenira Menezes Martinho e Riva Gorenstein, de que obter contratos como aqueles não dependia apenas do aporte econômico dos negociantes, mas também, dos laços de amizade e parentesco que mantinham com figuras de comando político. Os arrematantes, a partir da cobrança de impostos e da prestação de serviços ao governo, garantiam benéficos pessoais para si e para seus negócios²³⁴.

A importância econômica dos contratos régios no Maranhão pode ser quantificada pelos rendimentos das arrematações administradas por Meirelles: o Contrato régio das Sizas, o das Carnes Verdes e o dos Dízimos.

Tabela 7 – Rendimento do Contrato Régio das Sizas

ANO	VALORES ANUAIS	ANO	MESES	VALORES MENSAIS
1816	14:468\$619	1822	MARÇO	347U952
1817	16:253\$926		JULHO	2:477.070
1818	19:900\$672		OUTUBRO	1:723.540
1819	13:926\$583	1823	JANEIRO	611.444
1820	18:069\$214		MARÇO	2:257.288
1821	1:777\$478		MAIO	1:430.428

Fonte: Antonio Bernardino Pereira do Lago (2001, p. 108-123); Conciliador (1822-1823, nº064-201)

Os dados até 1821 da Tabela 7 constam no mapa geral da receita da província feito por Antonio Lago e apresentam valores significativos de rendimentos gerados pelo contrato das

²³³ *Conciliador*, suplemento ao nº 82, 24/04/1822, p.6. A administração atribulada de Meirelles, e continuamente questionada, do contrato das carnes verdes será analisada adiante.

²³⁴ MARTINHO, Lenira Menezes; GORENSTEIN, Riva. *Op. Cit.* 1993. p.150.

sizas até 1820. Comparando aos demais contratos levantados por Lago é fácil constatar que, até aquele ano, esse imposto representava o quarto maior rendimento da província, atrás apenas dos contratos referentes ao algodão e à dízima da alfândega²³⁵. A partir de 1821, fica evidente a queda dos rendimentos desse contrato, situação que se repete em 1822 e em 1823, pelos dados do jornal *Conciliador* que publicava os balanços mensais fornecidos pela Fazenda Nacional da Província. A queda nos valores dos rendimentos das sizas, nesses anos, é resultado da proibição do comércio negreiro ao norte da linha do Equador, o que se deu em 1815, no Congresso de Viena²³⁶, como já pontuado. O imposto da siza foi afetado também pela criação da meia siza, que passou a ser regida por um contrato específico para tributar os escravos ladinos, feito anteriormente pelo contrato da siza²³⁷.

Tabela 8 – Rendimento do Contrato Régio das Carnes Verdes

ANO	MESES	VALORES MENSAIS
1821	NOVEMBRO	4:000U417
	JAN-DEZ	16:001U668
1822	NOVEMBRO	1:578.654
	DEZEMBRO	6:422.178
1823	JANEIRO	1:451.510
	FEVEREIRO	2:548.906

Fonte: Antonio Bernardino Pereira do Lago (2001, p. 108-123); *Conciliador* (1822-1823, nº064-201)

O contrato das carnes verdes, apresentado acima, consta com dados mais esparsos e sem continuidade dos valores dos rendimentos anuais. Fica evidente ser um contrato com rendimentos menores que o das sizas. Ainda assim, foi o principal rendimento da Fazenda pública, em novembro de 1821, e finalizou esse ano entre os três principais contratos mais

²³⁵ LAGO, Antonio Bernardino Pereira do. (1822) *Estatística histórico-geográfica da Província do Maranhão*. São Paulo: Siciliano, 2001. p.105.

²³⁶ BETHELL, Leslie. *A abolição do comércio de escravos*. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial. 2002. p. 34.

²³⁷ A partir de 1822, contudo, ambos os contratos começam a ser questionados. No folheto *Advertências interessantes à província do Maranhão*, produzido pelo negociante Izidoro Rodrigues Pereira, há a defesa da extinção – pautada em princípios liberais – dos tributos ligados à produção e à circulação de mercadorias, entre eles, o imposto da siza, criado em 3 de junho de 1809, incluindo também a meia siza de escravos ladinos. PEREIRA, Izidoro Rodrigues. *Advertências interessantes à Província do Maranhão pelo Coronel Izidoro Rodrigues Pereira*. Maranhão: Imprensa Nacional, 1822. Biblioteca Nacional, Seção de Obras Raras. p.4. Para análise mais detalhada deste documento Cf. GALVES, Marcelo Cheche. *Ecoss de Viena em tempos de Revolução do Porto*. Outros Tempos, vol. 12, nº 20, 2015. p.274-278.

rentáveis para a província ²³⁸. Segundo Pedro Campos, ao analisar o comércio de abastecimento do Rio de Janeiro, o imposto das carnes verdes estava entre os mais importantes desse período. Isso porque, ainda que fosse um imposto restrito às áreas urbanas, representou entre 1811 e 1825 (nos dados analisados pelo autor), pelo menos, 1% da receita total daquela capitania²³⁹. Isso significa afirmar que administrar o abastecimento da cidade e os impostos daquele ramo essencial ao serviço público não era atribuição que se delegasse a figuras sem relevância, como afirmou José Gonçalves Teixeira.

Tabela 9 – Rendimento do Contrato Régio dos Dízimos

ANO	MESES	VALOR ANUAL
1808-1810	-	111U000
		VALORES MENSAIS
1821	JAN-DEZ	25:076U968
1822	FEVEREIRO	2:215U952
	JULHO	8:346.172
	DEZEMBRO	8:054.360
1823	MAIO	7:667.307

Fonte: Antonio Bernardino Pereira do Lago (2001, p. 108-123); *Conciliador* (1822-1823, nº064-201)

Por outro lado, rendimento do contrato dos dízimos aponta crescimento considerável, nos anos de 1820, comparados aos valores publicados no *Conciliador* entre 1808 e 1810. Em 1821, foi esse o principal rendimento entre os contratos da província que, possivelmente, manteve os rendimentos estáveis nos dois anos seguintes. Mesmo que os valores acima também não sejam contínuos, nos meses tabulados, houve certa estabilidade dos impostos arrecadados até maio de 1823.

Os dados demonstram que foi exatamente durante os anos de 1820 que a casa comercial de Meirelles ganhou mais preponderância no comércio do Maranhão. O que também contradiz a afirmação de Teixeira, visto que afirma ser a casa comercial do

²³⁸ Ficando atrás do contrato dos Dízimos, apresentado na tabela 9, e do imposto do Banco do Brasil que totalizou 16:572U508. *Conciliador*, 1822, nº64, p.8.

²³⁹ CAMPOS, Pedro Henrique Pedreira. *Op. Cit.* 2010. p. 99.

comendador de pouca relevância no período. Não por acaso, em uma das recorrentes defesas em resposta aos embates em que esteve envolvido nesses anos, Meirelles tenta comprovar ser um “comerciante ativo, e infatigável” e declara ter pago aos cofres nacionais, em 1821, o total de 65:955:121 réis, além da sua firma ser credora da Fazenda Nacional de 42:933:823 réis vencidos e de mais 9:306:666 de letras ainda por vencer²⁴⁰. Esse valor pago pelo negociante referia-se aos despachos dos produtos por bilhete na inspeção de algodão e alfândega, nos quais a firma Antonio José Meirelles Ferreira & Cia. encabeça a lista de negociantes. Ainda nesse ano, a companhia lidera os pagamentos de contratos, perfazendo 23:965U349 réis, seguida pelo negociante João Rodrigues de Miranda, opositor do comendador²⁴¹, com 18:667U000 réis, e pelo irmão de Meirelles, Bruno Antonio de Meirelles, com 16:001U668 réis²⁴².

Os negociantes Antonio José Meirelles e João Rodrigues de Miranda mantinham relações conflituosas desde 1817, quando esse último ocupou o cargo de almotacé e foi acusado por Meirelles de obstruir seus negócios²⁴³. Os conflitos entre negociantes e almotacés eram comuns, alimentados pela função fiscalizadora desses últimos. Comumente, os homens de negócio transgrediam as normas dos contratos e, além de serem inspecionados, pagavam o chamado suborno – uma parte do salário dos almotacés vinha desse expediente - e, nem sempre, havia acordo quanto aos valores²⁴⁴. Entretanto, a obstrução dos negócios, reclamada por Meirelles, pode também estar relacionada às pressões feitas por Miranda para o

²⁴⁰ *Conciliador*, suplemento ao nº 82, 24/04/1822, p.9.

²⁴¹ A arrematação de contratos por João Rodrigues de Miranda gerou a série de embates com Antonio José Meirelles que culminou com a prisão de Miranda, em 1819 Cf. CUTRIM, Luisa. *Negócios e política em tempos: percursos do negociante João Rodrigues de Miranda*. Monografia apresentada ao curso de graduação em História da Universidade Estadual do Maranhão. São Luís, 2013.

²⁴² *Conciliador*, suplemento ao nº64, 20/02/1822, p.12-13. Bruno Antonio Meirelles vivia em Caxias, sendo também conhecido como rico negociante. Ao lado do irmão, atuou contra a “adesão” do Maranhão à Independência. Em 1824, ao solicitar mercê da Ordem de Cristo, apresenta suas áreas de atuação: “Capitão do 1º Regimento de Milícias da vila de Caxias”; “um dos maiores proprietários de prédios urbanos”; e “o mais considerável Lavrador e Negociante”. Chama atenção ainda já ter, naquele período, prestado juramento à Independência e sua casa ter sido importante parada para aqueles que se dirigiam à Corte por terra. BN, Seção Manuscritos, C-491,007, 1824. *Carta de legitimação de Joana de Meirelles e Sá e Maria de Meirelles e Sá*. BN, SOR, 040,011,061, 1839.

²⁴³ GALVES, Marcelo Cheche. *Op. Cit* 2010. p. 164.

²⁴⁴ CAMPOS, Pedro Henrique Pedreira. *Op. Cit.* 2010. p. 108; 145-146.

melhor abastecimento de carne verde na cidade, especialmente naquele ano, 1817, quando houve grande escassez do produto²⁴⁵, segundo relatos de Jozé Alves da Silva e Joze Joaquim Rodrigues²⁴⁶.

A partir de 1819, Miranda ascende economicamente com a arrecadação de contratos régios, o que acirrou as disputas com Meirelles: os dois detinham os principais contratos da capitania. De um lado, Meirelles com a carnes verdes, as sizas e os dízimos, e de outro, Miranda, com o subsídio literário, o Banco do Brasil e a meia siza²⁴⁷, com o agravante de que a criação da meia siza foi um dos fatores que prejudicaram a arrecadação do contrato das sizas, como já destacado. Contudo, em 1822, Manoel Zacheo acusa o desembargador José Bento da Roxa e Melo de proibir a compra de escravos ladinos sobre os quais incidia a meia siza, o que teria por objetivo beneficiar grandes traficantes de escravos, como o comendador Meirelles, em prejuízo de Miranda²⁴⁸.

Para além dos dissensos, as arrematações dos dois negociantes demonstram estratégias comuns entre os homens de negócio, como o intuito de controlar o mercado, a partir do domínio de todas as etapas do comércio, assim como os diversos contratos régios, o que assegurava lucros vantajosos ²⁴⁹.

Além disso, foi em 1819 que a firma de Antonio Meirelles conseguiu a correspondência do Banco do Brasil no Maranhão ao lado de outras figuras, também de destaque, como Caetano José Teixeira, Filho e Companhia, Antonio José Pinto e Antonio José da Silva Guimarães. Em 1821, é apresentada pelos correspondentes a conta corrente do

²⁴⁵ Pedro Campos destaca que era comum os negociantes terem péssima fama, principalmente, os responsáveis pelo abastecimento. Isso se dava em razão de “alto preço, a má qualidade dos produtos e as crises de desabastecimento, muitas vezes, eram creditadas a eles”, já que comércio era marcado pela especulação e pelo monopólio. *Idem. Op. Cit.* 2010. p. 101.

²⁴⁶ Jozé Alves da Silva e Joze Joaquim Rodrigues eram “misteres do povo desta cidade de São Luis do Maranhão”. *REQ. de João Rodrigues de Miranda ao Congresso das Cortes Gerais...* 1822. AHU-ACL-CU-009, Cx. 168, D. 12249, DOC. 158.

²⁴⁷ *Idem.*

²⁴⁸ ZACHEO, Manoel Paixão dos Santos. *Os últimos adeoses do Epaminondas Americano ao despotismo.* Maranhão: Imprensa Nacional, 1822g. Biblioteca Nacional de Portugal. p.17.

²⁴⁹ CAMPOS, Pedro Henrique Pedreira. *Op. Cit.* 2010. p. 77.

Banco com balanço positivo no total de 79:708.012 réis, dos quais, a maior parte era de letras de pagamento contraídas por firmas inglesas, instaladas no Maranhão, entre elas, a casa comercial Robert Hesketh & C.a²⁵⁰. Sem inadimplência nos pagamentos das letras, o balanço também apresenta a quantia de 808\$274 réis, equivalentes à receita gerada para o recebimento dos correspondentes. No ano seguinte, a companhia de Meirelles junto com os demais correspondentes auferem a quantia de 555\$000 réis, além de mais “um conto oitenta e oito mil e noventa e dois réis dos juros de meio por cento ao mês” referentes aos vencimentos de “Bilhetes da Alfandega e Inspeção do Algodão”²⁵¹. Observa-se, assim, que a correspondência do Banco do Brasil, além de gerar para a casa comercial cifras consideráveis, auxiliava no controle do mercado, já que recebiam os juros que eram cobrados sobre os principais impostos do Maranhão.

Segundo os abaixo-assinados do *Requerimento...*, a companhia de Meirelles e a de Caetano José Teixeira recebiam as consignações do Banco do Brasil desde setembro de 1818. No ano seguinte, com a morte de Teixeira, Antonio José Pinto, sócio e fiador de Meirelles, assume os negócios do falecido. De acordo com o folheto, Meirelles e Pinto deveriam prestar contas da soma de 570:000U000 réis referentes a prestações recebidas nos últimos dois anos. Contudo, pouco desse valor foi justificado, restando apresentar ao banco o total de 400:000U000 réis, que possivelmente não existiam de fato, uma vez que foram convertidos em bilhetes, de liquidez duvidosa, diga-se. Os dois correspondentes, então, não poderiam arcar com essa dívida: José Pinto, por não possuir bens de raiz e dispor, apenas, de capital “de pequena monta”, e Meirelles, por não dispor de fundos suficientes para arcar com a transação,

²⁵⁰ Sobre a atuação de Robert Hesketh, cônsul britânico no Maranhão Cf. ANDRADE, Alysso dos Reis. *A atuação do Gigante Albion na América lusa: A atividade consular britânica no Maranhão entre 1813 e 1823*. Monografia apresentada ao curso de graduação em História da Universidade Estadual do Maranhão. São Luís, 2014. Especialmente o capítulo 3.

²⁵¹ *Conciliador*, supl. ao nº 82, 24/4/1822, p.9.

de tão endividado que já estava com o Banco do Brasil e com o Tesouro Nacional ²⁵², “apesar de seu aparentoso giro”.

Os balanços e os documentos apresentados por Meirelles no *Conciliador*, referentes ao desempenho da sua companhia como correspondente do Banco do Brasil, tinham o objetivo de comprovar sua honestidade como negociante. Segundo ele, o crédito de negociante “é o mais melindroso de todos” e poderia facilmente “ser perdido pela depravação e calúnia”. Na defesa, ressalta a autenticidade dos documentos, afirma que os abaixo-assinados “mentem vilmente” ao acusarem-no de ser devedor de 400 contos de réis, o que refuta ao afirmar que “longe de eu lhe ser devedor”, mas, sim, era na verdade credor de 808:274 réis, como já dito. E ainda explica a dívida de contratos, que, segundo ele, não haviam sido pagas devido às mudanças políticas, já que as letras não eram mais devidas a Portugal, mas ao Rio de Janeiro, e, portanto, não poderia ser julgado como “devedor voluntário” da Fazenda Nacional²⁵³.

Além de anexar documentos, outra estratégia de defesa de Meirelles foi comparar o giro comercial da companhia, considerada por ele “a mais laboriosa desta Praça”, com a de alguns dos seus opositores, autores do *Requerimento...*, como Honório José Teixeira e João Rodrigues de Miranda. O comendador ressalta o pagamento feito em 1821 de 65:955:121 réis aos cofres nacionais, enquanto Teixeira teria pago apenas 1:735:439 réis e Miranda, 2:208:401 réis. Portanto, não poderia ser acusado de ter débitos excessivos, visto que contribuía regularmente para a “abundância do seu País”, além de remeter “muitas, e mui consideráveis somas” aos cofres da Fazenda por meio da sua indústria²⁵⁴.

Ao final da defesa, o negociante declara não haver entre “as quatro dúzias de indivíduos assignados” um só acionista do Banco do Brasil e acusa Honório José Teixeira de mentiroso por assinar o documento valendo-se desse título, já que ele não detinha “1/8 de

²⁵² Ibidem., p.6.

²⁵³ Ibidem., p.7.

²⁵⁴ Ibidem, p. 9.

interesse na centésima parte de uma única ação”²⁵⁵. Essa estratégia de Meirelles atesta a legitimidade social conferida a um correspondente do Banco do Brasil, como era seu caso. Relacionar-se àquela instituição era outro emblemático sinal do seu prestígio econômico e social, na primeira metade do século XIX.

Sua inserção no Banco, em 1818, com a compra de ações foi, então, o primeiro passo para atrelar seu nome e de sua casa comercial a essa instituição, que ganhava força nesse período. A importância da firma de Meirelles é sublinhada em sua defesa ao apresentar a pujança dos próprios negócios para a promoção dos “rendimentos nacionais” e dos “Cofres da Fazenda”. Recorre ainda à opinião de “pessoas sensatas, que conhecem quanto a prosperidade do Estado depende da laboriosa faculdade de um Comerciante que assim coopera pra o bem Nacional”²⁵⁶.

Os contratos régios, assim como a atuação como correspondente de instituições estatais, demonstram a estreita ligação entre negociantes e governo, através da relação de interdependência, como afirma Nuno Madureira ao analisar o Estado monárquico e absolutista:

a concessão de prerrogativas a indivíduos e a grupos norteou-se por um duplo objetivo: por um lado arrecadar novos rendimentos para a fazenda e melhorar a cobrança de receitas; por outro, alterar a distribuição dos rendimentos de modo a drenar recursos para setores econômicos e interlocutores privados²⁵⁷.

Além disso, Théó Piñeiro destaca que, ainda que os negociantes gastassem muito dinheiro com favores e doações, o aporte retornava “sob forma de vantagens e bons negócios, de propriedades e privilégios”. Mais do que dispor de capital “era necessário saber gastá-lo

²⁵⁵ Para Antonio José Meirelles era Honório José Teixeira o principal responsável pelas acusações que recebeu no *Requerimento*... Segundo o comendador, Teixeira havia recorrido “às armas da calúnia” para enfraquecer seu crédito de negociante porque não recebera do pai, Caetano José Teixeira, como supunha ser direito de herança, o título de correspondente do Banco do Brasil, apesar de suas súplicas aos diretores do banco, no Rio de Janeiro. *Conciliador*, supl. ao nº 82, 24/4/1822, p. 9-10.

²⁵⁶ *Ibidem*, p. 9.

²⁵⁷ MADUREIRA, Nuno Luís. *Mercado e Privilégios*. A Indústria Portuguesa entre 1750-1834. Lisboa, Ed. Estampa, 1997. p. 25.

tanto nos investimentos diretos como no relacionamento com autoridades e cortesãos”²⁵⁸. Nesse mesmo enfoque, Jorge Pedreira ressalta que o, por vezes, dispendioso apoio financeiro concedido ao Estado, não prestigiava apenas os principais capitalistas, mas reforçava também a projeção social do grupo”²⁵⁹.

Nessa perspectiva, como ressalta Antônio Carlos Jucá Sampaio, a elite mercantil não era um “grupo social revolucionário”²⁶⁰. Ou seja, ainda que o século XIX tenha sido marcado pela diversificação da economia e pela ascensão dos negociantes e das ideias liberais – notadamente a partir dos anos de 1820, como será analisado adiante – não houve ruptura total com as práticas preexistentes. Essa lógica ajuda a compreender a atração dessa elite mercantil pelos postos militares e pelo ordenamento de honrarias, visto que mantinham um sentimento aristocrático vinculado ao imaginário do Antigo Regime. A sociedade mantinha-se hierarquizada em categorias, e as ordens honoríficas “asseguravam o pertencimento aos estratos mais prestigiosos da sociedade”²⁶¹. Meirelles manteve-se relacionado a esse contexto de transformações e permanências. Se por um lado, ele assimila as novidades do período com o uso recorrente dos impressos para fazer suas devidas defesas e comprovar seus argumentos por meio de documentos, por outro, mantém o interesse em permanecer próximo às figuras ligadas ao poder político da província, além de cultivar a simbologia das distinções sociais, como a comenda da Ordem de Cristo.

2.2. - A diversificação dos negócios de Meirelles e suas relações mercantis

Em 1822, Antonio José Meirelles Sobrinho, como já apontado, produziu uma carta em Liverpool que refutava as acusações ao tio e agradecia pelo “nobre testemunho” de doze negociantes lisboetas sobre a “Honra e Probidade do Caráter” do comendador. A partir do

²⁵⁸ PIÑEIRO, Théo Lobarinhas. *Op. Cit.* 2014. p. 113.

²⁵⁹ PEDREIRA, Jorge Miguel de Melo Viana. *Op. Cit.* 1995. p. 124.

²⁶⁰ SAMPAIO, Antonio Carlos Jucá. *Op. Cit.* 2014. p. 86.

²⁶¹ SILVA, Camila Borges da. *Op. Cit.* 2013. p.52.

impresso, observam-se algumas alianças mercantis estabelecidas por Antonio José Meirelles em diversas regiões. Primeiramente, com o próprio sobrinho que o representava comercialmente em Liverpool havia cinco anos, além da “longa experiência de 15 anos do seu escritório”, como já mencionado. Nos anos como correspondente, teria pago por ordem do tio “a enorme soma de £25,0006 réis” por prêmios de seguro, valor referente às companhias com as quais o tio mantinha negócios: dez companhias em Liverpool e os “Senhores Diogo Burn e Cia. de Londres” que também efetuava “seguros por conta”²⁶².

O ativo fluxo de negócios que Meirelles mantinha com os ingleses fica evidente ao se verificar o movimento de embarcações²⁶³ registrado pelo *Conciliador*, entre 1821 e 1823. Em fevereiro de 1822, consta a entrada de seis navios para a firma Meirelles, Ferreira & Cia., metade deles referente a embarcações saídas de portos britânicos: duas de Liverpool e uma de Cork (atual República da Irlanda). Outras embarcações tinham regiões da América do Norte como portos de saída: Baltimore e Filadélfia, além das que saíam de portos nacionais da região de Guimarães²⁶⁴. Nesses casos não foram especificados os produtos embarcados nos navios, mas, em duas entradas²⁶⁵ consignadas pela companhia de Meirelles, os navios ingleses traziam como carga “gêneros do País”. Possivelmente, esses eram os principais produtos²⁶⁶ vindos da Inglaterra para o porto de São Luís.

Em 1831, a publicação de um impresso no Rio de Janeiro pelo advogado e juiz de fora da cidade de Fortaleza, Manoel José Cardoso Júnior, atesta as relações comerciais de Meirelles com firmas inglesas. O advogado apresenta defesa ao comendador contra a acusação, feita pelo “Snr. Encarregado do Negócios em Londres”, de estar em débito naquela

²⁶² MEIRELLES SOBRINHO, Antonio José. *Op. Cit.* 1822. p. IV-V.

²⁶³ A maior parte das entradas e saídas de embarcações publicadas no *Conciliador* não registra especificações sobre destinatários ou responsáveis pela carga. Logo, os dados apresentados sobre Antonio José Meirelles e as entradas de embarcações são aquelas em que foi especificado a quem se destinava a carga.

²⁶⁴ *Conciliador*, nº60, 6/2/1821, p.6.

²⁶⁵ *Conciliador*: nº 62, 13/2/1822, p. 5 e nº192, 14/5/1823, p.4.

²⁶⁶ Vale ressaltar, nesse aspecto, a discussão apresentada no Capítulo I da variedade de produtos que eram exportados pela Inglaterra, o que representava uma vantagem comercial frente à produção massiva para exportação de apenas dois gêneros pelo Maranhão: algodão e arroz.

praça. O autor explica que a acusação era infundada, pois sempre haveria quem honrasse possíveis dívidas da firma do “rico Proprietário, e acreditado Negociante”, já que eram conhecidas as “infinitas vezes” que havia feito negócios na praça de Londres²⁶⁷.

Ainda das relações com os portos ingleses, o *Conciliador* registra 83 embarcações saídas do porto de Liverpool ou lá chegadas, o que comprova a importância do mercado inglês para o comércio do Maranhão. Em meses de maior trânsito de embarcações no porto de São Luís, fica evidenciada a grande movimentação com esse porto inglês, fundamental para as trocas internacionais que alicerçavam a economia da província. Como exemplo, observa-se que, entre maio e junho de 1822, de acordo com o jornal, registram-se entrada e saída de 33 embarcações, das quais, 11 saíam de Liverpool ou retornavam para lá, além de 2 embarcações inglesas sem destino registrado. O restante se distribui entre: portos do Brasil (como Pernambuco, Bahia e Rio de Janeiro), 9 embarcações de Portugal (Lisboa e Porto) e, finalmente, 6 embarcações da América do Norte e da França, com 4 e 1 embarcações, respectivamente²⁶⁸.

Outros aspectos da relação com a Inglaterra são a exportação do algodão e também o porto de Liverpool, principal destino desse item, tanto em número de embarcações como no de sacas e arrobas exportadas entre 1821 e 1822. Importante indício da intensidade do comércio comercial São Luís/Liverpool está nos registros da inspeção do algodão, no Maranhão, que apresentam o valor aproximado das exportações no ano de 1821 com o total de 963:211.821 réis, dos quais, 62% correspondiam à demanda de um único porto da Inglaterra, o de Liverpool.

Em comparação, a somatória dos dois portos de Portugal – Lisboa e Porto – representava 28,8% do valor total. E os portos franceses, Havre e Rouen, juntos,

²⁶⁷ CARDOSO, Manoel José. *Resposta as reflexões, que no diário do governo de 28 de outubro deste anno*. Rio de Janeiro: Tipografia de R. Ogier, 1831. BN, Seção Obras raras, 040, 017, 008. p.1.

²⁶⁸ *Conciliador*, nº 103, 6/7/1822, p.3.

representavam os 8,83% restantes²⁶⁹. Entendem-se, assim, as válidas razões pelas quais o sobrinho do comendador Meirelles se instalou em Liverpool para administrar os negócios da família.

Retomando o folheto publicado por Antonio Jozé Meirelles Sobrinho, há ainda o registro dos negócios do tio com a África sem especificar cidades ou regiões. Afirma ele ser “o comércio do meu tio com a África o mais ativo dele, pois quatro ou seis Navios estão continuamente ocupados naquela Carreira” e com o desembolso de prêmios de seguros “por via dos Senhores Manoel Guedes Pinto e Joaquim Jozé de Sequeira do Rio de Janeiro, Sr. Manoel João dos Reis da Bahia e Sr. Antonio Francisco da Silva de Lisboa”²⁷⁰. Entre as embarcações chegadas ao porto de São Luís para Meirelles, registradas no *Conciliador*, poucas saíram da África: apenas em março de 1822 há a entrada de um bergantim proveniente da Angola “com escravatura”, o que denuncia a inserção de Meirelles no comércio de escravos²⁷¹. Ainda assim, o comendador promove, em 1823, o leilão em sua casa comercial de “uma porção de escravos boçais vindos de Angola”²⁷². Do comércio de escravos é noticiada, também em fevereiro de 1822, a fuga de 4 escravos da fazenda de Guilherme Wellstood, no distrito de Vila de Viana, ocorrida em novembro de 1821. Segundo o jornal, todos os escravos haviam sido comprados da firma Antonio Joze Meirelles, Ferreira & Cia.²⁷³.

Anos mais tarde, Meirelles é citado no *Jornal do Comércio*, do Rio de Janeiro, como signatário de embarcações saídas da África: em 1827 a escuna Arcenia, do porto de Molembo com 372 escravos, dos quais 2 morreram²⁷⁴, e em 1828, o bergantim N. Marques de Pombal,

²⁶⁹ *Conciliador*, nº53, 12/1/1822, p.3.

²⁷⁰ MEIRELLES SOBRINHO, Antonio José. *Op. Cit.* 1822. p. V-VI.

²⁷¹ *Conciliador*, nº74, 27/03/1822, p.6.

²⁷² *Idem*, nº204, 25/06/1823, p.6.

²⁷³ *Idem*, nº 65, 23/02/1822, p.10.

²⁷⁴ *Jornal do Comércio*, nº 24, 29/10/1827, p.3.

vindo de Cabinda, carregado de 334 escravos, e desses, 7 mortos²⁷⁵. Essa mesma embarcação é registrada como chegada ao porto de São Luís, em 1833, com “5 pretos”, além de carga de vinhos de propriedade de Meirelles, nesse caso, saída de Lisboa²⁷⁶.

Ao analisar os traficantes de escravos na praça do Rio de Janeiro, entre os séculos XVIII e XIX, Manolo Florentino observa a dupla especialização dos negociantes fluminenses: em primeiro, a profissional segundo a qual poucas companhias dominavam o desembarque de africanos, e depois, a especialização geográfica, pela qual que os grandes e tradicionais traficantes atuavam majoritariamente na região congo-angolana²⁷⁷. Essas características transparecem nas atividades exercidas por Meirelles. Além de seu nome constar na relação feita por Florentino a respeito de negociantes com participação constante no tráfico de escravos, também pode se verificar nos registros de vários anos, destacados acima, que apontam para a continuidade da atuação no negociante nesse ramo. Mesmo no período em que passou por reveses políticos, ao ser expulso do Maranhão em 1823, e por dificuldades econômicas, como nos anos de 1830. As entradas de embarcações com cativos encontradas até aqui apontam ainda para a segunda tendência citada pelo autor, visto que, possivelmente, Meirelles tinha estreita ligação comercial com Angola.

O comércio de escravos era marcado, em grande parte, por agentes não especializados e que não formavam um grupo permanente, isso é observado por João Fragoso na praça do Rio de Janeiro, cujo mercado, segundo o autor, tinha “um caráter efetivamente modelado pelas flutuações conjunturais, onde a intensidade do aparecimento e desaparecimento dos seus comerciantes dependia das injunções conjunturais”. Ainda assim, observa-se um seletivo grupo de negociantes e companhias que conseguiu manter-se por vários anos nessa área, como no caso do comendador Meirelles, caracterizando-o como integrante dessa elite mercantil

²⁷⁵ *Idem*, nº 120, 25/2/1828, p.4.

²⁷⁶ Registro de entrada neste porto do brigue brasileiro Marquês de Pombal vindo do porto de Lisboa, de propriedade do Sr. Meirelles com 5 pretos na mesma tripulação. 1833. APEM, F.1.S.7, 25/3/1833.

²⁷⁷ FLORENTINO, Manolo. *Op. Cit.* 2014. p. 162.

colonial, composta pelos negociantes de grosso trato que representavam “o topo da hierarquia econômica” daquela sociedade²⁷⁸. Esse formato do mercado negreiro explica-se pelo fato de ser um comércio sujeito a flutuações de lucratividade. Embora gerasse altos lucros, era um negócio instável, no qual comerciantes não especializados tinham dificuldade de se estabelecer em tempos de crise. Além disso, pelo alto risco, mesmo os traficantes tradicionais mantinham também os investimentos em diversos setores, como os contratos régios e a correspondência de instituições como o Banco do Brasil, já analisadas²⁷⁹.

Em janeiro de 1822, foi publicada no jornal *Conciliador* a atestação em defesa de Meirelles assinada por doze negociantes²⁸⁰ da praça de Lisboa, que aponta para as relações mercantis mantidas por ele em Lisboa. Os negociantes portugueses alegavam que havia contra Meirelles “alguns indivíduos invejosos da sua fortuna e crédito, (já inabaláveis), que intentam manchá-lo em seu espirito publico”. O abaixo-assinado afirmava ainda terem eles sido sócios de Meirelles, além de seus correspondentes e de continuarem, até então, tratando com ele de todas as transações comerciais. Por conta disso, os “antagonistas” do comendador não poderiam justificar suas acusações contra um “homem probo e verdadeiramente honrado”²⁸¹. Entre os signatários, havia nomes de peso, como Manoel de Sousa Freire e José Diogo de Bastos, considerados por Jorge Pedreira como membros da “oligarquia dos contratadores”, ativos em Portugal desde o final dos setecentos. Ser correspondente comercial, como afirmavam os negociantes lisboetas, significava relações privilegiadas e obrigações recíprocas²⁸².

²⁷⁸ FRAGOSO, João Luís Ribeiro. *Homens de grossa aventura: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1998. p. 207-213.

²⁷⁹ FLORENTINO, Manolo. *Op. Cit.* 2014. p. 178.

²⁸⁰ Os doze negociantes abaixo assinados foram: Antonio Francisco da Silva, Jacinto Dias Damazio, José Diogo de Bastos, Antonio Ignacio do Porto, Estevão Fontes, Manoel de Souza Freire, Alexandre Antonio Machado, José Anacleto Gonsalves, Antonio José Bastos, Antonio José de Miranda, Junior, Jacinto Jozé da Cunha e João Martins Pereira Monteiro.

²⁸¹ *Conciliador*, nº 58, 30/1/1822, p. 1.

²⁸² PEDREIRA, Jorge Miguel de Melo Viana. *Op. Cit.* 1995. p. 168-190; 393.

A historiografia recente dedicada à análise de redes mercantis no mundo português ressalta as interconexões entre as diversas localidades do império luso. Segundo João Fragoso, “o império apresentava certas identidades que eram dadas por seus circuitos comerciais transoceânicos, suas formas de acumulação e mais, pelos negociantes que circulavam e fizeram fortunas em meio a este mare lusitano”²⁸³. Assim, esses homens de negócios, atuantes desde o final do século XVIII, passam a fazer parte do que Maria Fernanda Bicalho chama “redes imperiais”, nas quais as interações não estavam delimitadas ao âmbito local ou regional, nem subordinadas à metrópole²⁸⁴.

A partir dessa abordagem, tem-se uma nova perspectiva sobre a relação colônia-metrópole, observada como resultado de negociações, em que os homens de negócio exercem papel decisivo, como destaca Fragoso:

Deste modo, as práticas político-econômicas do Antigo Regime luso no ultramar combinadas àquela cadeia de comércio, reafirmam que o império luso era mais que uma simples entidade político-administrativa com sede em Lisboa, sendo, em realidade um espaço econômico com alto grau de refinamento. Espaço que, entendido como uma intrincada rede de negócios, teria suas características e personagens, quais sejam: mercado e negociantes imperiais²⁸⁵.

Essa visão mais abrangente da atuação dos negociantes, que tinham a capacidade de formar redes ao redor do império, auxilia na compreensão da dinamização dos negócios de Antonio José Meirelles. Ainda que não seja possível, por ora, remontar as possíveis redes comerciais estabelecidas pelo negociante, os indícios da análise documental encontrados até

²⁸³ FRAGOSO, João Luís Ribeiro. *Mercados e negociantes imperiais: um ensaio sobre a economia do Império português (séculos XVIII e XIX)*. História: questões e debates. n° 36. Editora UFPR, 2002. p. 100.

²⁸⁴ BICALHO, Maria Fernanda Baptista. Elites coloniais: a nobreza da terra e o governo das conquistas. História e historiografia. IN: MONTEIRO, Nuno Gonçalo; CARDIM, Pedro; CUNHA, Mafalda Soares da (orgs.). *Optima Pars: Elites Ibero-americanas do Antigo Regime*. Lisboa: ICS, 2005. p. 94.

²⁸⁵ FRAGOSO, João Luís Ribeiro. *Op. Cit.* 2002. p. 108.

aqui permitem perceber algumas relações mercantis, as quais, possivelmente, não ficaram restritas à praça comercial de São Luís. O negociante, de alguma maneira, conseguia atuar também em outros importantes portos, como Lisboa e Liverpool. Meirelles é apontado por Jerônimo de Viveiros como alguém preocupado em “manter amizade com governadores e autoridades” graças a sua fortuna e a sua influência. O autor, assim, ressalta o poder econômico e as fortes relações mantidas pelo comendador com Estado na província²⁸⁶. Não eram desprezíveis também as relações que estabeleceu ao redor do império português, ao ponto de conseguir, por exemplo, mobilizar 12 negociantes para assinar publicação em sua defesa. A elite imperial se constituía por meio de intrincadas interações econômicas, político-administrativas, parentais e clientelares entre as diversas regiões da colônia e outras partes do império, além das relações com o centro de poder e de negócios mantidos na Corte²⁸⁷.

Durante o Antigo Regime, família e parentesco eram termos mais abrangentes, em primeiro lugar pela quantidade de pessoas que podia fazer parte de um mesmo grupo doméstico e, sobretudo, pelas relações familiares nem sempre estarem relacionadas a laços sanguíneos, e havia entre os indivíduos essa consciência²⁸⁸. Michel Bertrand, pautando-se em J. Nicot, entende a noção de família, no Antigo Regime, como “grupo de parentesco” com dois tipos de solidariedade: “la de la sangre o del nombre; la del pan compartido”. A família procurava proteção, apoio e auxílio frente a dificuldades interpostas²⁸⁹. Essa noção abrangente de família era também fundamental para as economias domésticas²⁹⁰ desse

²⁸⁶ Viveiros transcreve trechos do jornal *Conciliador* (20/2/1822) com elogios a Pinto da Fonseca publicados por Antonio José Meirelles. Segundo o autor, o objetivo era conseguir “à sombra dessas amizades, polpudos lucros para sua casa comercial”. Voltarei à questão das relações políticas mantidas por Meirelles. VIVEIROS, Jerônimo de. *Op. Cit.* 1954. p. 167-169.

²⁸⁷ BICALHO, Maria Fernanda Baptista. *Op. Cit.* 2005. p.96.

²⁸⁸ IMÍSCOZ, José Maria; KORTA, Oihane Oliveri. *Economía doméstica y Redes Sociales: una propuesta metodológica*. IN: *Economía doméstica y redes sociales en el Antigo Régimen*. Madrid: Sílex, 2010. p. 21.

²⁸⁹ BERTRAND, Michel. *De la familia a la red de sociabilidad*. Revista Mexicana de Sociología, no.2, Abril-Junho, 1999. p. 116-117.

²⁹⁰ José Maria Imízcoz e Oihane Korta, ao analisarem as elites vasco-navarras, conceituam a ideia de *oeconomia* ou economia doméstica referindo-se ao governo da casa comercial, onde o *pater familias* administrava, de forma reta e prudente, não apenas os bens materiais indispensáveis para o negócio, mas também os indivíduos que faziam parte daquele grupo de parentesco com o objetivo de aumentar e conservar ilibadas a casa e sua memória.

período, em que as estratégias patrimoniais, matrimoniais e relacionais auxiliavam no status das elites nos intercâmbios econômicos. Havia grande preocupação em manter a administração das casas de maneira reta e prudente, visto que a boa administração permitia à firma comercial chegar ao prestígio, e aos seus membros, à ascensão social²⁹¹.

Ao se fazer um paralelo entre a noção de família e de economia doméstica do Antigo Regime com carta de Meirelles Sobrinho, observam-se aspectos de permanências na forma de conduzir os negócios, no início do século XIX. O sobrinho do comendador ressalta o “dever” em “mostrar a minha Gratidão a meu Tio, pelos Obséquios que dele tenho recebido”²⁹², o que também aponta para o que José Maria Imízcoz chama “economia moral”, ou seja, da consciência desses indivíduos em estarem inseridos em “una comunidad de intereses y de la importancia de cumplir con las obligaciones y solidaridades”²⁹³. A escrita de Meirelles Sobrinho aponta para a lógica da *oeconomia*, que busca a conservação da casa e da memória²⁹⁴ ao listar documentos e acionar negociantes importantes e suas firmas para desqualificar o ataque “vil, malicioso, e sem fundamento, sobre o Caráter do meu Tio”²⁹⁵.

A importância da família para os tratos comerciais também é realçada por Jorge Pedreira, que afirma que os laços de parentesco asseguravam condições mais favoráveis tanto para os indivíduos que provinham de meios externos à praça de Lisboa, como para aqueles já inseridos nos negócios locais. A solidariedade familiar fornecia a base essencial para os negócios, já que eram sustentados pela confiança pessoal, pela probidade e pela boa fé dos sujeitos. O autor destaca ainda que “as ligações entre pais e filhos, tios e sobrinhos, entre

Esses indivíduos compartilhavam uma “economia moral” pautada na solidariedade recíproca. Os autores ressaltam que “la casa y la familia no son sólo instituciones o cuerpos sociales, son también un conjunto cambiante de relaciones entre aquellos que las conforman, relaciones de conflictos y solidaridades”, alcançando a *oeconomia* significado concreto a partir dessas relações. IMÍSCOZ, José Maria; KORTA, Oihane Oliveri. *Op. Cit.* 2010. p.15-27.

²⁹¹ IMÍSCOZ, José Maria; KORTA, Oihane Oliveri. *Op. Cit.* 2010. p. 18-27.

²⁹² MEIRELLES SOBRINHO, Antonio José. *Op. Cit.* 1822. p. IV.

²⁹³ IMÍSCOZ, José Maria. *Solidaridades y Conflictos. Las relaciones personales en la construcción de economías compartidas y dinámicas duraderas*. IN: *Economía doméstica y redes sociales en el Antiguo Régimen*. Madrid: Sílex, 2010. p. 287-288.

²⁹⁴ IMÍSCOZ, José Maria; KORTA, Oihane Oliveri. *Op. Cit.* 2010. p.23.

²⁹⁵ MEIRELLES SOBRINHO, Antonio José. *Op. Cit.* 1822. p. III.

irmãos e primos conformavam, em parte, a tessitura de relações por intermédio das quais se processava o negócio por grosso”²⁹⁶.

A partir da atuação do negociante em diversas áreas de comércio, nota-se sua inserção em círculos de sociabilidades, como destacados por Michel Bertrand²⁹⁷; o que também lhe permitiu o acesso ao “capital social” que representava “las relaciones que los miembros da casa, en especial los señores, establecen en su comunidad o en otros ámbitos”, como destaca José Maria Imízcoz e Oihane Korta²⁹⁸. Ao mobilizar, por exemplo, os negociantes lisboetas, a preocupação de Antonio José Meirelles era valer-se dos vínculos para manter sua imagem e assegurar a confiança no meio mercantil, há muito estabelecida. O capital relacional, associado à confiança, era fundamental para o bom andamento dos negócios, como destaca o pseudônimo de *Redator do Campeão*, ao final da defesa feita pelos negociantes lisboetas:

esse documento com semelhantes assinaturas, assaz evidencia quão destituídas de verdade são as Acusações infamantes feitas contra o Sr. Meirelles [...] e muito feliz é aquele, que pode recolher para seu crédito, um semelhante documento!²⁹⁹.

Em uma “economia não concorrencial”, que ainda perdurava no início do século XIX, havia o jugo político sobre o econômico. A preocupação com a “personalidade encenada”³⁰⁰ e com a confiança gerada desempenhava papel decisivo para a manutenção dos negócios e da rede mercantil³⁰¹. Essa era a motivação principal nas respostas de Meirelles, como no início do folheto produzido por José Gonçalves Teixeira, em que resume a importância dessa imagem para os homens de negócios:

²⁹⁶ PEDREIRA, Jorge Miguel de Melo Viana. *Op. Cit.* 1995. p. 242.

²⁹⁷ BERTRAND, Michel. *Op. Cit.* 1999. p. 123.

²⁹⁸ IMÍSCOZ, José Maria; KORTA, Oihane Oliveri. *Op. Cit.* 2010. p. 26.

²⁹⁹ *Conciliador*, nº 58, 30/1/1822. p. 1. Grifo nosso.

³⁰⁰ Personalidade encenada é o termo utilizado por Erving Goffman para se referir a “uma espécie de imagem, geralmente digna de crédito, que o indivíduo (...) efetivamente tenta induzir os outros a terem a seu respeito”. GOFFMAN, Erving. *A representação do eu na vida cotidiana*. Petrópolis: Vozes, 2009. p. 229.

³⁰¹ PESAVENTO, Fábio. *Para além do Império Ultramarino Português: as redes trans e extra-imperiais no século XVIII*. In: GUEDES, Roberto. (Org.). *Dinâmica imperial no antigo regime português: escravidão, governos, fronteiras, poderes, legados (Séculos XVII-XIX)*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2011. p. 98.

Todos os que vivemos em sociedade sabemos sobre modo curar (sic) [...] nossa reputação e bom conceito; mas certo que ao Negociante, mais que a nenhum outro incumbe de conservar sempre ilibada, e sem a menor mancha, a sua boa fé e honradez nos tratos Comerciais, base esta em que assenta a opinião, e boa fama que goza³⁰².

Por conseguinte, Meirelles não poderia deixar que sua imagem de negociante, nem a da sua firma, fossem abaladas: “o menor acidente desfavorável pode prejudicar o conceito de um Negociante”³⁰³. A preocupação em manter “limpa” a imagem também é evidente na defesa de José Gonçalves Teixeira, que afirma ter “muita satisfação em ser bem conhecido” no Maranhão, assim como o “Snr. Meirelles”. E transfere ao público a prerrogativa de julgar qual dos dois seria o “mais vicioso e qual o virtuoso”, acusando o comendador de querer denegrir sua reputação perante a opinião alheia. E mais: lamenta ter sido, ele, Teixeira, contra a própria vontade, “arrastado pelo Snr. Meirelles a ir para a sua Casa”, o que o teria levado a desgraça³⁰⁴.

A confiança era aspecto central nas relações mercantis e responsável por fazer emergir formas estáveis de comportamento, em que “todos los implicados encuentran algún interés en comportarse como los demás”³⁰⁵. O que se vê na relação entre Meirelles e Teixeira é a quebra da confiança entre eles, como aponta o desabafo do ex-sócio, afirmando estar com o “coração justamente indignado contra o maior dos ingratos, que cobre o Sol, e ferido na parte mais sensível por aquele por quem sacrifiquei a própria vida”. Assim, Teixeira se via na obrigação de “expor ao publico particulares da Casa do Snr. Meirelles” que deveriam ser guardados em silêncio³⁰⁶.

A Meirelles, em suas diversas defesas, coube lançar mão de estratégias para manter ileso a imagem de negociante ilibado: apresentou documentos e apelou a personagens a ele

³⁰² TEIXEIRA, José Gonçalves. *Op. Cit.* 1833. BN, SOR, 040, 007, 02. Fl. 1.

³⁰³ *Ibidem*. Fl. 1.

³⁰⁴ *Ibidem*. Fl. 2.

³⁰⁵ MOUTOUKIAS, Zacarias. *Lazos débiles/ lazos fuertes y la organización espacial de los negocios en Hispanoamérica Colonia (segunda mitad del siglo XVIII)*. IN: BERTRAND, Michel (coord.) *Configuraciones y redes de poder. Un análisis de las relaciones sociales en América Latina*. Caracas: Fondo editorial Tropykos, s/d. p.25.

³⁰⁶ TEIXEIRA, José Gonçalves. *Op. Cit.* 1833. BN, SOR, 040, 007, 02. Fl. 1v.

vinculados como forma de mitigar os conflitos e fortalecer alianças. As relações mercantis estabelecidas pelo negociante reforçam o poder econômico que alcançou, na primeira metade do século XIX. Posição que conseguiu manter mesmo atingido por reveses políticos, como será visto adiante, e por oscilações financeiras na sua firma, como já discutido.

2.3. - O Inventário do comendador Meirelles e a consolidação da sua fortuna

No início do Capítulo foram destacadas as dificuldades em que se encontrava a casa comercial de Antonio José Meirelles após a “adesão” do Maranhão à Independência. Com o negociante expulso em 1823, quando continuava a realizar saques financeiros da companhia, José Gonçalves Teixeira reclamava estar a casa sobrecarregada de dívidas, impossibilitada de recorrer, segundo ele, nem às dívidas ativas da empresa, já que o governo da província havia decretado moratória para auxílio de lavradores e criadores de gado, devedores até 1824. O ex-sócio de Meirelles indaga: “quem [no] Maranhão havia [de] promover cobranças com a guerra da Independência em 1823, anarquia de 1824 e seca abrasadora em 1825, que derrotarão os Lavradores?”³⁰⁷.

Mesmo depois do retorno do negociante ao Maranhão, em 1825, as dificuldades, segundo seu ex-sócio, continuaram. Naquele ano terminava o contrato da sociedade Antonio José Meirelles Ferreira & Cia., o que deu início a outro impasse entre os antigos sócios. Meirelles propôs a formação de nova sociedade sob as mesmas condições, mas Teixeira só teria interesse em aceitá-la se houvesse modificações na escritura da sociedade, o que não agradou ao comendador. Segundo Teixeira, após insistente troca de correspondência, ele decidiu, para dar fim a “tão tediosa questão”, aceitar a nova sociedade por mais três anos, de 1826 a 1829, o que considerou em seu folheto ter sido “este o 4º e último passo que dei para a minha desgraça! ”. Para Teixeira, o objetivo era continuar a sociedade para saldar as altas

³⁰⁷ Ibidem. Fl. 3v.

dívidas geradas na sociedade anterior, mas, os débitos só aumentavam chegando, naquele período, a “prêmios acumulados uns sobre os outros”³⁰⁸.

O antigo sócio de Meirelles decide retirar-se da casa comercial em fevereiro de 1832, ao perceber que não haveria mudança na conduta do negociante, o que Teixeira chamou seu “martirizado cativo de vinte e um anos”. A ruptura teria gerado, então, o principal embate entre eles. Teixeira explica ter deixado uma carta de despedida acerca da sua decisão, mas, Meirelles teria recorrido a falsas testemunhas para afirmar que o até então sócio fugira do Império, o que respaldou o comendador para impetrar mandato de prisão contra o sócio. Ainda segundo Teixeira, Meirelles elenca seguidas acusações contra ele depois da suposta fuga, como explica:

[o] Snr. Meirelles, começou a vociferar, que eu lhe roubara oitocentos contos; que passara 600 contos da Casa [rasgo] a do meu Sobrinho, e outros muito disparates de contos, que certamente [nem] o Banco Nacional da Inglaterra tinha tanto conto, [...] Snr. Meirelles, dizia eu lhe havia desencaminhado da sua Casa; em fim o Snr. Meirelles [disse que] com a minha retirada de sua Casa qual a Serpente que perde veneno; e tinha razão, porque um Escravo de 21 anos, [...] não era para se perder n'um momento³⁰⁹.

De acordo com a narrativa de José Gonçalves Teixeira, entre o final dos anos de 1820 e início dos anos de 1830, o ambiente foi de turbulência para os negócios de Meirelles, que sofreu reveses políticos – com sua expulsão da província – e econômicos – com a impossibilidade de solver suas dívidas. No entanto, ao que parece, essas dificuldades não interferiram na sua influência na província. Como destacado anteriormente, o negociante foi o principal patrocinador da comemoração de aclamação ao Imperador, em 1826, e no episódio da saída de Teixeira, rapidamente consegue o mandato de prisão e testemunhas para depor a seu favor. Apesar das constantes denúncias que questionavam a origem e a natureza da fortuna que dizia sua, a análise do seu inventário atesta o relevante capital acumulado e as formas pelas quais conseguiu reverter esse capital em posses materiais e simbólicas.

³⁰⁸ Ibidem.

³⁰⁹ Ibidem. Fl. 5v.

Antonio José Meirelles morre em 1838, e foi possível a produção de um volumoso inventário³¹⁰, dividido em dinheiro, moeda, letras, embarcações, estoque do armazém, bens da sociedade, escravos, móveis urbanos, dívidas ativas e passivas, bens pessoais e utensílios domésticos. O montante bruto do espólio somava a quantia de 371:151\$490 réis, valor bastante relevante para o período. Comparando à praça de Lisboa, analisada por Jorge Pedreira, o valor médio do patrimônio dos homens de negócio auferido em testamentos do final do século XVIII variava entre 90 e 100 contos de réis³¹¹, valores inferiores, contudo, aos dos inventários de negociantes da praça do Rio de Janeiro, entre 1794 e 1846. Boa parte deles totalizava entre 200 e 300 contos. Um abastado negociante, por exemplo, deixou fortuna com mais de 900 contos³¹². Como exemplo desses patrimônios vultosos da praça carioca, está Manuel Caetano Pinto, falecido em 1839, cujo espólio foi superior a 280 contos réis³¹³. Fácil concluir, pois, que Meirelles acumulou fortuna equiparada à de importantes negociantes em outras praças.

Das fortunas maranhenses, apenas José Gonçalves da Silva, conhecido como o “Barateiro”, alcançava montante superior à do comendador Meirelles. No momento da sua morte, em 1821, a casa comercial de Gonçalves da Silva estava avaliada entre “seis a sete milhões de cruzados”³¹⁴. Segundo Antônia Mota, ele enriquecera com o comércio, mas também com a propriedade de áreas rurais e plantações de arroz, algodão e mamona³¹⁵. Também é lembrado pelo *Conciliador* por fazer grandes donativos ao Estado e, entre esses “rasgos de generosidade”, havia disponibilizado 300 contos em “legados pios”, parte desse

³¹⁰ A transcrição do inventário de Antonio José Meirelles encontra-se entre a documentação levantada pelo grupo de pesquisa Família e Poder, liderado pela prof. Dra. Antônia da Silva Mota do PPGHIS-UFMA. Gentilmente o grupo nos disponibilizou o acesso ao documento. O original encontrava-se no Arquivo do Tribunal de Justiça-MA, contudo, não foi mais localizado.

³¹¹ PEDREIRA, Jorge Miguel de Melo Viana. *Op. Cit.* 1995. p. 295.

³¹² FRAGOSO, João Luís Ribeiro. *Op. Cit.* 1998. p. 318.

³¹³ MALERBA, Jurandir. *De homens e títulos: a lógica das interações sociais e a formação das elites no Brasil às vésperas da independência*. IN: Idem. *A independência brasileira: novas dimensões*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006. p. 157.

³¹⁴ *Conciliador*, nº39, 24/11/1821, p.4.

³¹⁵ MOTA, Antonia da Silva. *Op. Cit.* 2012. p. 117-118.

valor destinado à Santa Casa de Misericórdia³¹⁶. Depois da morte de “Barateiro” e da liquidação da sua casa, a firma Antonio José Meirelles & Cia. desponta como “a mais importante entre os estabelecimentos lusitanos da praça maranhense”³¹⁷, segundo Viveiros.

No Maranhão, as maiores fortunas, até o início do século XIX, concentravam-se nas mãos das famílias proprietárias rurais, das quais as mais relevantes eram donas de pouco mais de 100 contos de réis e, ainda assim, concentrados nas mãos de poucos³¹⁸. Dos inventários analisados por Antônia Mota, constata-se que “o somatório das quarenta e cinco menores fortunas é menor do que a maior faixa de riqueza, que corresponde a um único proprietário rural”³¹⁹. A mesma proporção se verifica na praça do Rio de Janeiro, segundo Manolo Florentino e João Fragoso: dos inventariados entre 1790 e 1835, os donos das maiores faixas de renda representavam em torno de 5% e 14% e, ainda assim, concentravam 55% e 76% da riqueza. Além disso, apesar das mudanças conjunturais ao longo daqueles anos, as taxas de concentração e de pobreza mantiveram-se inalteradas, o que determina “hierarquização social fortemente excludente”, sem contar ainda com a grande parcela da população que não abria inventário por não ter bens a declarar³²⁰. O comendador Meirelles fazia, assim, parte da elite instalada no Maranhão, pouco numerosa e com grande competência para acumular capital.

No entanto, o inventário de Meirelles apresenta algumas incongruências. Primeiro, são inventariados escravos e embarcações em Itapecuru e em Caxias, mas, entre os imóveis alistados não constam fazendas, apenas prédios urbanos em São Luís. Entre os escravos especificados, 4 são considerados como pertencentes à fazenda Bom Jardim, em Caxias, totalizando 1:100\$000 réis. Em contrapartida, é considerável o total de bens arrolados em

³¹⁶ *Conciliador*, nº39, 24/11/1821, p.4.

³¹⁷ VIVEIROS, Jerônimo de. *Op. Cit.* 1954. p. 167.

³¹⁸ Dos inventários levantados por Antonia Mota, apenas dois tinham um montante bruto acima de 100 contos de réis – o de D. Francisca Maria Belfort, com 131:751\$241, e Pedro Miguel Lamagnère com 131:090\$175. MOTA, Antonia da Silva. *As famílias principais: redes de poder no Maranhão colonial*. São Luis: Edufma, 2012. p. 66;98.

³¹⁹ MOTA, Antonia da Silva. *Op. Cit.* 2012. p. 66.

³²⁰ FRAGOSO, João; FLORENTINO, Manolo. *Arcaísmo como projeto: mercado atlântico, sociedade agrária, e elite mercantil o Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Diadorim, 1993. p. 72-73.

Itapecuru, no total de 7:500\$000 réis entre embarcações (1:750\$000 réis) e 10 escravos (5:300\$000 réis). Outro aspecto pouco comum é o levantamento de dívidas ativas apenas com a Fazenda Nacional, apesar das intensas relações comerciais, não apenas no Maranhão, mas em outros portos, especialmente Liverpool, do que pode-se concluir improvável que não houvesse mais devedores.

No inventário são listados também os bens pertencentes à sociedade Antonio Joze Meirelles e Cia., mas apresentado como único sócio apenas Lourenço de Castro Belford, que naquele período já havia morrido³²¹. Não constam os antigos sócios de Meirelles, como José Gonçalves Teixeira, e o valor referente aos bens da sociedade era relativamente pequeno: 305\$140 réis referentes a torneiras de bronze, lambique de cobre e um braço de balança, além de 1:400\$000 réis referentes a 5 escravos. Possivelmente, a firma não conseguiu reerguer-se depois das dificuldades financeiras por ocasião do desfecho da sociedade com Teixeira. Para Antônia Mota, era provável ainda que os sócios ainda vivos conseguiram repartir a fortuna de Meirelles como pretendiam³²². Outra possibilidade, como ressalta Théo Piñeiro, era de que, muitas vezes, havia a preocupação em ocultar de inventários e testamentos o valor da real fortuna e o desempenho das casas comerciais, por conta da “voracidade do fisco português”³²³.

A maior parte do capital de Meirelles estava imobilizada em prédios urbanos em São Luís, representando 60,30% do seu montante bruto, ou o total de 223:792\$616 réis: eram 14 propriedades, 13 casas e 1 terreno. Era recorrente entre os negociantes investir em bens de raiz. Em Lisboa, eles representavam o segundo componente mais importante da renda dos inventariados, cujo dispêndio destinado a propriedades era em torno de 20 contos,

³²¹ MOTA, Antonia da Silva. *Op. Cit.* 2012. p. 130.

³²² *Idem.*

³²³ PIÑEIRO, Théo Lobarinhas. *Op. Cit.* 2014. p. 41.

equivalendo a pouco menos de 20% dos patrimônios³²⁴, percentual bastante inferior ao encontrado no inventário do comendador.

Na praça do Rio de Janeiro também era crescente o investimento em prédios urbanos, mas também em torno de 26% dos investimentos, o que aponta para o intenso processo de urbanização pelo qual a cidade passava³²⁵. A ocupação urbana de São Luís, deu-se desde o final do século XVIII³²⁶ e também era recorrente haver um alto investimento dos negociantes locais em prédios urbanos. Antônia Mota destaca que os dois maiores negociantes do Maranhão, José Gonçalves da Silva e Antonio José Meirelles, eram proprietários de, pelo menos, 31 imóveis no perímetro urbano, sendo essa a principal maneira de cristalização do capital acumulado, além de investimento seguro³²⁷.

Dos imóveis inventariados, estava a casa de morada de Meirelles, localizada na rua da Estrela nº 47, na Praia Grande. O terreno do prédio media “oito e meia braços de frente e vinte e sete e meia de fundo” e foi o imóvel avaliado com o maior valor, 63:992\$700 réis. Os bairros da Praia Grande e do Largo das Mercês eram os mais valorizados, pois ficavam próximos ao porto e aos principais prédios da administração civil e eclesiástica³²⁸. Em 1825, Odorico Mendes ressaltou em seu jornal a excelente casa em que morava o negociante: “com dois sobrados e mirante e ainda muito nova”, com uma sala que segundo os estrangeiros não era “inferior a qualquer das dos novos Duques da França”, possuindo ainda “prédios magníficos em toda cidade”³²⁹. A imponência das construções era uma forma de demonstrar

³²⁴ PEDREIRA, Jorge Miguel de Melo Viana. *Op. Cit.* 1995. p. 306.

³²⁵ FRAGOSO, João; FLORENTINO, Manolo. *Op. Cit.* 1993. p. 71.

³²⁶ O crescimento urbano de São Luís, a partir do século XVIII, é visível pelo aumento do número de títulos de terras emitidos e distribuídos. Entre 1723 e 1814, houve anos em que foram emitidos até 57 títulos de lotes urbanos, mantendo-se a média elevada até as quatro últimas décadas do período colonial. A concessão desses títulos foi amplamente utilizada pelos membros da elite para acumular propriedade. As principais famílias já detentoras de terras na região rural também acumularam lotes no meio urbano. MOTA, Antônia da Silva. *Op. Cit.* 2012. p. 93.

³²⁷ *Ibidem.* p. 130.

³²⁸ MOTA, Antônia da Silva. *Aspectos da cultura material em testamentos e inventários post-mortem da capitania do Maranhão, séculos XVIII e XIX.* In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 23. Anais do XXIII Simpósio Nacional de História – História: guerra e paz. Londrina: ANPUH, 2005. CD-ROM. p. 5.

³²⁹ *Censor*, nº 2, 5/2/1825, p.13.

poder e prestígio entre os grandes comerciantes, especialmente os “portugueses”³³⁰, que, de acordo com Mendes, davam “o tom brilhante a esta cidade”³³¹.

Mais uma vez, a opulência que marca o estilo de vida de Meirelles destoava do que era recorrente na praça de Lisboa, onde os homens de negócio ocupavam apenas um ou dois pisos de prédios que valiam entre 8 e 15 contos, visto que poderiam aumentar seus rendimentos com o aluguel de armazéns e habitações. Ainda assim, o investimento em imobiliário era símbolo de solidez e estabilidade e uma alternativa segura para consolidar o patrimônio e manter rendimentos fixos³³².

A construção e a ocupação de casas de destaque no meio urbano tinham efeito de representação, principalmente pelo fato de que fazer e receber visitas era importante gesto de sociabilidade. As casas ostentavam as fortunas mercantis e o padrão de vida dos donos³³³, e os investimentos no “recheio da casa” e nos utensílios pessoais também eram comuns. No inventário de Meirelles, esses itens totalizavam 4:824\$166 réis e entre os objetos da casa³³⁴ constam jogos de talheres e castiçais de prata, espelhos de parede, sofá, muitas cadeiras e mesas, cortinas, guarda-roupas “com vidraça”, colchão e toalhas, além de dois pianos. Dos itens de uso pessoal, estão listadas muitas fivelas para sapato, relógio “com caixa de ouro”, sinetas para relógio, bengalas, botões e alfinetes incrustados de brilhantes, diamantes e esmeraldas e itens ligados aos seus serviços militares, como espadas e pistolas e ainda três “hábitos de Cristo com Cruz de Esmalte”.

Analisando as moradias de Porto Alegre do século XIX, Luís Claudio Symanski destaca que a sala de visitas entre os ricos comerciantes era dotada de “móveis de jacarandá, compostas por um sofá, cadeiras de braços, cadeiras de encosto, consolos, aparadores, mesas

³³⁰ GALVES, Marcelo Cheche. *Op. Cit.* 2010. p. 271.

³³¹ *Censor*, nº 2, 5/2/1825, p.11.

³³² PEDREIRA, Jorge Miguel de Melo Viana. *Op. Cit.* 1995. p. 312; 375.

³³³ *Ibidem.* p. 313; 385.

³³⁴ Em 1829 Meirelles encomendou um “painel do Retrato de S. M. o Imperador” no total de quatro mil réis, incluindo a pintura e a moldura (BNBL, SOR, nº373, 1829). Contudo, esse painel não consta em seu inventário.

de meio de sala (...), espelhos com molduras douradas, cortinas e tapetes”³³⁵ e grande parte de objetos similares também estava no inventário de Meirelles. Contudo, o autor afirma ser pouco comum, na primeira metade do século XIX, identificar o piano entre os bens inventariados, o que só se tornou mais frequente na segunda metade do século e sempre restrito às famílias abastadas³³⁶. Esse instrumento, destacado pelo autor, denota o grau da riqueza do negociante Meirelles, visto que constam em seu inventário dois pianos, que davam um ar de sofisticação ao ambiente. O comendador Meirelles dispunha também de utensílios de quarto típicos da elite, como colchão e guarda-roupa, já que a maior parte das famílias dormia em redes e utilizava pequenas cômodas ou baús³³⁷.

Como ressaltam Lenira Menezes Martinho e Riva Gorenstein, ao analisar os negociantes na praça do Rio de Janeiro, os que mais se destacavam nos âmbitos econômico e político, no início do século XIX, e que tinham “pretensões sociais”, buscavam manter um estilo de vida semelhante ao da nobreza do Paço e mobiliavam suas casas com artigos de luxo da época, como prataria e louças importadas³³⁸.

Esses elementos que compunham a casa eram simbolicamente relevantes porque transmitiam a mensagem do tipo de origem e a filiação dos moradores aos grupos que tinham acesso aos mesmos itens de consumo³³⁹. E exibir aqueles artigos de fausto era um meio eficaz para obter aceitação por parte daquele círculo restrito da elite³⁴⁰.

Relógios, bengalas, alfinetes, joias e hábitos faziam parte do capricho com que os mais ricos tratavam seus trajes e essa era mais uma maneira de distinção naquela sociedade oitocentista altamente hierarquizada, em que os papéis dos indivíduos eram reafirmados por

³³⁵ SYMANSKI, Luís Claudio. *Espaço privado e vida material em Porto Alegre no século XIX*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1998. p. 81.

³³⁶ SYMANSKI, Luís Claudio. *Op. Cit.* 1998. p. 82.

³³⁷ MOTA, Antonia da Silva. *Op. Cit.* 2005. p.9-15.

³³⁸ MARTINHO, Lenira Menezes; GORENSTEIN, Riva. *Op. Cit.* 1993. p. 189-190.

³³⁹ SYMANSKI, Luís Claudio. *Op. Cit.* 1998. p. 82.

³⁴⁰ ANTUNES, Luís Frederico Dias. *Estilos de vida e consumo doméstico da elite mercantil fluminense, em 1808: uma representação da natureza simbólica dos objetos asiáticos*. IN: MARTINS, Ismênia; MOTTA, Márcia (Org.). *1808: a Corte no Brasil*. Niterói: EDUFF, 2015. p. 342.

meio de sinais externos, como a indumentária, as armas que portavam e as comendas e títulos nobiliárquicos³⁴¹. Em relação a esses últimos, eram frequentes os “hábitos de Cristo”, dotados de claro sentido de ostentação da riqueza. Essa denominação poderia se referir tanto a uma veste ou a uma insígnia de ordem militar e religiosa³⁴². No caso do hábito inventariado de Meirelles, pela descrição, possivelmente, era uma insígnia. Mesmo não tendo sido especificada qualquer vestimenta do negociante, provavelmente ele usou aquela indumentária com frequência com o intuito de exibir a posição social que ocupava, como rico e probo negociante e proprietário.

O cuidado com a aparência tinha função material e simbólica, fundamental para a manutenção do prestigioso padrão de vida. Contudo, eram despesas que pouco afetavam financeiramente a elite. Jorge Pedreira percebe que, na praça de Lisboa, os gastos com esses itens representavam, em média, 2% do patrimônio bruto dos negociantes, mesmo mantida a decoração luxuosa das casas. Raros eram aqueles, notadamente os comerciantes mais modestos, que dispendiam 7 ou 8% dos seus recursos para a manutenção do padrão de vida³⁴³. Não era difícil para homens de negócio manter o conforto e a dignidade apropriados, e assim era o caso de Meirelles, para quem, apesar de toda a opulência do modo de vida e das posses às vistas, esses itens só representavam 1,30% do montante bruto do seu inventário.

Os aspectos até aqui levantados demonstram a preocupação de Meirelles de transparecer pujança econômica, com o principal objetivo de inserção e de manutenção na elite do Maranhão dos oitocentos. Entretanto, para percebê-lo como parte do grupo dos homens de negócio, é necessário observar a atuação no âmbito mercantil desse negociante. A partir do inventário, o capital mercantil pode ser analisado por itens como embarcações, dívidas ativas, estoque do armazém e dinheiro em moeda.

³⁴¹ MALERBA, Jurandir. *Op. Cit.* 2006. p. 164-165.

³⁴² MOTA, Antonia da Silva. *Op. Cit.* 2005. p. 19.

³⁴³ PEDREIRA, Jorge Miguel de Melo Viana. *Op. Cit.* 1995. p. 313-314.

O comércio à longa distância é considerado atividade característica dos negociantes e, claro, as embarcações, um item indispensável. Contudo, a maior parte dos negociantes, tanto em Lisboa como no Rio de Janeiro, não era proprietária de navios, ainda que monopolizasse aquele segmento do comércio – como o tráfico de escravos e a exportação de açúcar³⁴⁴.

Todavia, o inventário de Meirelles apresenta o total de 22:319\$200 réis revertidos em embarcações aportadas em São Luís e em Itapecuru, onde o comércio marítimo representava receita considerável para ele, tanto porque atuava no comércio agroexportador e no tráfico de escravos, como porque fretava embarcações próprias. Além disso, o fato de ter embarcações na ribeira do Itapecuru leva a crer que o negociante também esteve relacionado ao comércio intraprovincial, o que também é confirmado pelas entradas de embarcações registradas em nome da companhia. Em fevereiro de 1822, constam 2 embarcações vindas de Guimarães³⁴⁵ e do Pará, a última carregada com aguardente e café³⁴⁶. A relação dos negociantes envolvidos, tanto com o negócio negreiro, quanto com o abastecimento interno está no relato de Manolo Florentino no Rio de Janeiro, praça onde “entre 9% e 13% dos comerciantes marítimos do setor de abastecimento por meio do porto carioca eram traficantes de escravos”³⁴⁷.

A acumulação de bens pela elite, que propiciava a inserção no topo da hierarquia social do período, estava também diretamente ligada, de acordo com as pesquisas de Manolo Florentino e João Fragoso, à capacidade de controle do mercado de exportação, especialmente, do comércio negreiro. Segundo esses autores, dos 16 maiores comerciantes, entre 1811 e 1830, 11 já atuavam em diversas atividades da praça, e pelo menos, 10 deles estavam ligados ao tráfico de africanos. Essa conclusão evidencia que havia um grupo restrito

³⁴⁴ FRAGOSO, João. *Op. Cit.* 1998. p. 321; PEDREIRA, Jorge Miguel de Melo Viana. *Op. Cit.* 1995. p. 343.

³⁴⁵ *Conciliador*, nº 60, 6/2/1822, p.6.

³⁴⁶ *Idem*, nº 62, 13/2/1822, p.5.

³⁴⁷ FLORENTINO, Manolo. *Op. Cit.* 2014. p. 190.

de comerciantes que controlava os principais produtos da economia colonial, como o açúcar e a mão-de-obra escrava³⁴⁸.

O comércio negreiro favorecia a elevada concentração de capital pela sua vantajosa margem de lucro e, de acordo com Florentino, esse negócio poderia gerar uma lucratividade média de 19%, valor bastante relevante se levado em conta que uma fazenda de café, ainda de acordo com o autor, obtinha o limite máximo de média anual de lucratividade em torno de 15%. Contudo, chegar a esse mercado era também bastante arriscado por ser “estruturalmente instável e atrofiado”, além do alto investimento inicial necessário, o que acabava concentrando as oportunidades desse ramo a um seleto grupo de homens de negócio que conseguissem se manter no comércio transatlântico³⁴⁹.

Ao que tudo indica, Meirelles conseguiu ascender economicamente a partir do comércio negreiro. Em seu inventário, são listados 140 escravos no total de 64:180\$000 réis, o que representava 18,72% do montante bruto. Cifra relevante para um homem de negócios com mais atuação no meio urbano, que não exigia o emprego de tantos cativos em tarefas domésticas e comerciais. Além disso, a maior parte desses escravos tinha algum tipo de ofício, como ferreiros, marceneiros, pintor, cozinheiro e carpinteiro. Aspectos que também podem apontar para uma possível atuação do negociante como proprietário rural, já que era nas fazendas normalmente o uso de escravos com algum tipo de especialização.

Esse item do inventário do comendador difere, consideravelmente, dos inventários analisados por Fragoso e Florentino no Rio de Janeiro. Dos espólios de 10 negociantes, entre 1812 e 1830, analisados por Manolo Florentino, a maior parcela de escravos alcançava 38% do montante da riqueza. Porém, o mais comum era os escravos representarem entre 4% e 10% do total dos bens³⁵⁰. Segundo Fragoso, ainda que a sociedade em análise fosse essencialmente escravista e agrária, nos inventários dos negociantes, os cativos correspondiam a menos de

³⁴⁸ FRAGOSO, João; FLORENTINO, Manolo. *Op. Cit.* 1993. p. 85-89.

³⁴⁹ FLORENTINO, Manolo. *Op. Cit.* 2014. p. 177.

³⁵⁰ *Ibidem.* p. 202.

1/5 da fortuna, entre 1797 e 1860. Da mesma forma os bens rurais, que não ultrapassavam 16% ³⁵¹. No Maranhão, a imensa quantidade de escravos no inventário de Meirelles, possivelmente, refere-se o lucrativo comércio negreiro que o fortaleceu como negociante.

Nesse sentido, é possível reafirmar que a atuação dos negociantes esteve pautada em diversas esferas de circulação, e não limitada apenas a um tipo de negócio, como o comércio de escravos. Além disso, o envolvimento com o abastecimento indica a importância deles para o “circuito endógeno de acumulação”, que não se baseava apenas no mercado exportador para a manutenção e o crescimento dos seus negócios³⁵².

Para além dos benefícios econômicos que possivelmente o negociante obteve com a propriedade dos navios, ele também atuou como prestador de serviços para o Estado por meio das naus de sua propriedade. Em 3 de setembro de 1822, o governo publica ofício endereçado a Meirelles, perguntando se haveria algum inconveniente em “emprestar ou alugar algum dos seus navios que, se acham soltos neste Porto” para receber a guarnição do Brigue Nacional que necessitava de vários concertos. O comendador responde que todos os navios de sua posse ancorado no Porto estavam sendo preparados para o recebimento de carga e que qualquer mudança seria prejudicial a ele. Contudo, Meirelles destacou ter “os maiores desejos de concorrer para o bem do Serviço Nacional” e para tanto, oferecia, gratuitamente, e “com muita satisfação” o seu bergantim Bom-Caminho, deixado à disposição do governo junto com o capitão da embarcação, José Bernardo Pinto³⁵³.

Em abril de 1823, das despesas da Junta da Fazenda, constam ainda 2:500\$000 réis pagos a Antonio José Meirelles Ferreira & Cia., equivalentes à metade do frete da Galera Jorge, desatracada rumo à Lisboa a serviço da província³⁵⁴. Além disso, Meirelles encabeça a lista de abaixo-assinados da petição feita pelos práticos da cidade para a construção de uma

³⁵¹ FRAGOSO, João. *Op. Cit.* 1998. p. 335.

³⁵² FLORENTINO, Manolo. *Op. Cit.* 2014. p. 192.

³⁵³ *Conciliador*, nº122, 11/9/1822, p.1.

³⁵⁴ *Idem*, nº 183, 12/4/1823, p.3.

lança mais segura para o transporte deles³⁵⁵. É possível perceber, assim, a atuação do negociante como proprietário de embarcações e o controle que exercia de mais essa etapa do comércio transatlântico e interprovincial, apesar dos perigos e dos altos custos que geravam. Essa operação está representada no seu inventário em 6% do montante bruto. O aluguel e o empréstimo de embarcações para prestação de serviços ao Estado também apontam para a estreita ligação mantida pelo negociante com o centro político da província, como já analisado.

As dívidas ativas são outro aspecto preponderante do capital mercantil. Dos inventários analisados por João Fragoso, entre 1794 e 1846, esse item chegava a representar até 75% do montante total³⁵⁶. Assim, a importância das dívidas para o patrimônio dos negociantes superava, até mesmo, as próprias mercadorias comercializadas, o que demonstra que o interesse deles era muito mais o de reproduzir e acumular capital do que repor as mercadorias, marca do comércio a retalho³⁵⁷. Ainda que o inventário de Meirelles apresente dívidas ativas pouco usuais, como já apontado, e elas não representassem o principal item do inventário, perfaziam o total de 35:577\$521 réis, ou 10% do montante bruto, terceiro maior valor do inventário, atrás apenas dos prédios urbanos e dos escravos.

Entretanto, levados em consideração os muitos processos cíveis abertos por Meirelles para cobrar dívidas ao longo da sua atividade, é possível, mais uma vez, inferir que os débitos ativos do negociante deveriam ser bem maiores. Em 1805, já consta o processo de assinação de dez dias contra Carlos Victorino da Veiga, em que o negociante cobra uma dívida, já vencida, de 757\$532 réis³⁵⁸, valor que possivelmente foi pago naquele prazo, uma vez que não consta a abertura de outro processo de execução de bens. Entre 1828 e 1833, outros processos foram abertos contra credores do negociante e da casa comercial Antonio José

³⁵⁵ *Idem*, nº149, 14/12/1822, p.3.

³⁵⁶ FRAGOSO, João. *Op. Cit.* 1998. p. 318.

³⁵⁷ PEDREIRA, Jorge Miguel de Melo Viana. *Op. Cit.* 1995. p. 317.

³⁵⁸ Autos Cíveis de Assinação de dez dias entre as partes. ATJ/MA. Comarca de São Luis, Cx. 2.e.2, 1805. Fl. 5.

Ferreira & Cia. Como exemplo, em 1828, processo de autoria da companhia cobrava de Francisco do Valle Porto³⁵⁹ o total de 584\$087 réis referentes a frete feito pela casa comercial em 1824, da carga de bois para serem “picados no Açougue”. Segundo Meirelles, o réu não teria nem autoridade, nem mandato para fazer aquele transporte e, como até aquele momento não havia pago a quantia que devia, o negociante exigia judicialmente o pagamento da dívida em até 24 horas³⁶⁰.

Além das dívidas ativas, as dívidas passivas de Meirelles deveriam ser ainda maiores, pouco provável que fosse devedor apenas da Fazenda Nacional com a pequena quantia de 642\$624 réis, como consta em seu inventário. A cobrança das dívidas contra o comendador também era frequente, como José Gonçalves Teixeira tanto ressalta em seu folheto: em 1815, José da Costa Oliveira e Ana Isabel Lamagnère³⁶¹ aparecem emprestando dinheiro a Meirelles, o primeiro, o valor de 2:553\$000 réis, e a segunda, 1:575\$895 réis. A partir dos anos de 1830, as cobranças tornam-se mais frequentes, possivelmente, pela dificuldade ora enfrentada pela sua firma. Em 1832, foi aberto processo por Joaquim Teixeira de Moraes³⁶², que residia em Portugal, contra o negociante cobrando o débito de 4:500\$000 réis referentes a uma letra sacada em nome de Meirelles, por meio de seu procurador, José Gonçalves Teixeira, e cujo pagamento havia sido protestado. Nesse episódio, há a tentativa de

³⁵⁹ Francisco do Valle Porto também era negociante e fazia parte do Corpo de Comércio. Ainda assim, era desafeto de Meirelles, constando no abaixo-assinados contra o comendador produzidos no período da Independência. Os embates se tornam ainda mais acirrados entre os personagens a partir de 1822, quando Meirelles perde para Valle Porto a administração do contrato das carnes verdes. Questões analisadas no capítulo 3. GALVES, Marcelo Cheche. *Op. Cit.* 2010. p. 158;163.

³⁶⁰ Autos Cíveis de Cominação nos quais Antonio José Meirelles Ferreira & Companhia cobra de Francisco do Valle Porto. ATJ/MA, Comarca de São Luís, Cx. 4.h.1, 1828. Fl.3.

³⁶¹ Ana Isabel Lamagnère fazia parte das famílias “principais” da elite do Maranhão levantadas por Antonia Mota. Era filha de Pedro Lamagnère e Dona Inês de Sousa Lopes e casou-se com João Belfort. Lamagnère e Belfort eram as famílias de proprietários rurais da ribeira do Itapecuru com as maiores fortunas desde o século XVIII. MOTA, Antonia da Silva. *Op. Cit.* 2012. p.98; 232-233.

³⁶² Ao que parece, Joaquim Teixeira de Moraes foi negociante aliado a Meirelles, constando ao lado dele nos abaixo-assinados em defesa da manutenção de Pinto da Fonseca no poder após a adesão do Maranhão ao movimento do Porto. *Conciliador*, nº5, 20/04/1821, p. 3-4.

reconciliação, o que não ocorreu, e continuaram as reclamações e a execução da dívida contra o negociante ainda no ano seguinte³⁶³.

Essa dívida não é mencionada por Gonçalves Teixeira em seu folheto. Contudo, ele aponta outras letras devidas por Meirelles que, assim como a de Joaquim Teixeira de Moraes, não foram pagas pelo negociante, mesmo ciente do débito. O ex-sócio do comendador relata o caso do senhor Boaventura Jozé Rodrigues³⁶⁴, detentor de algumas letras vencidas com a casa comercial. Entre ele e Gonçalves Teixeira havia sido acordada a cobrança de juros de 0,5% ao mês, mas, Meirelles, em uma conversa, propõe a Rodrigues reformar o cálculo das letras e desprezar os juros. Ainda segundo Teixeira, “o Snr. Boaventura foi tão benigno, que não aceitando a proposta, nem protestou as Letras”. Igual complacência não teve Joaquim Teixeira de Moraes com a dívida acima apresentada³⁶⁵. Nesse período, então, as dívidas da companhia só aumentavam, mas o comendador, de acordo com Teixeira, insistia em “tomar dinheiro a premio e comprar gêneros a prazos por grandes preços”, levando seu ex-sócio a questionar como o negociante pretendia saldar os débitos:

Com os seus bons olhos que estava no Rio de Janeiro? Com a boa fama, reputação, e amizades, que cá deixou, tendo ido fugido como fica dito, e todo mundo sabe? Tinha deixado cá algum Pai, ou Mãe, que lhe emprestasse quanto dinheiro era preciso para tapar tão graves feridas, sem algum premio?³⁶⁶.

O endividamento da firma do comendador mostra claramente a lógica de crédito financeiro difundida nesse período. Já que nem sempre era possível a venda a dinheiro, comumente, recorria-se a prazos mais dilatados. As letras eram documentos que demonstravam vínculo mais próximos entre os negociantes e serviam para comprovar dívidas

³⁶³ Autos cíveis de assignação de dez dias que moveu o comendador Antonio Jose Meirelles... ATJ/MA. Comarca de São Luís, Cx. 5.b.5, 1832. Autos cíveis de execução de bens que moveram Antonio Jose Meirelles e Antonio Jose de Sousa... ATJ/MA. Comarca de São Luís, Cx. 5.c.4, 1833.

³⁶⁴ Boaventura José Rodrigues era negociante em São Luís, constando na lista de cidadãos escolhidos para serem jurados, em 1833, e também assina, ao lado de Meirelles, o pedido para a contratação de caixeiros para fazer a separação de moeda de cobre, em 1834. *O Publicador Official*, nº 205, 30/11/1833, p. 4 e nº 316, 22/11/1834, p.3.

³⁶⁵ TEIXEIRA, José Gonçalves. *Op. Cit.* 1833. BN, SOR, 040, 007, 02. Fl. 4v.

³⁶⁶ *Ibidem*. Fl. 5.

que, na maioria das vezes, podiam ser pagas em até três meses. Na data do vencimento da letra, ou era reclamada a liquidação imediata do papel, ou era pedido o adiamento da cobrança acrescida de juros³⁶⁷. E foram essas as medidas adotadas por José Gonçalves Teixeira em relação à letra devida a Boaventura Jozé Rodrigues, inclusive utilizando-se da mesma taxa de juros recorrente em Portugal, de 0,5% ao mês, como afirma Jorge Pedreira. Apesar disso, ao que parece, Meirelles tentava se livrar das cobranças sem adquirir nenhum ônus, ou mesmo postergar os pagamentos. Esse parece ter sido o caso da dívida com Joaquim Teixeira de Moraes, cuja letra foi protestada com o pagamento dos 4:500\$000 réis, e, por essa razão, a tentativa de reconciliação proposta pelo procurador de Joaquim Teixeira foi rechaçada pelo de Meirelles³⁶⁸.

A estratégia do negociante em adiar o máximo possível o pagamento aos vários credores da sua casa é ressaltada pelo seu ex-sócio, cujo relato dá conta de que ao expor a situação delicada da companhia a Meirelles, ele rebate que os credores teriam que “esperar por força” e que a prioridade seria procurar os devedores da casa. Teixeira destaca ainda que o negociante tentava incluir todos os bens de raiz e os móveis da companhia no “Sequestro da Fazenda Pública” o que impossibilitava de serem feitas cobranças pelos credores³⁶⁹.

Ainda que Meirelles tenha perdido o controle das dívidas, como destacava seu ex-sócio, a economia mercantil era pautada no que Manolo Florentino e João Frágoso chamam “cadeias de adiantamento/endividamento”, era esse mecanismo que viabilizava o crédito. Assim, o endividamento era o padrão geral naquele negócio e envolvia, tanto o topo da hierarquia dos negociantes, como os agentes menores, até mesmo porque a liquidez dos mercados estava concentrada nas mãos da elite mercantil³⁷⁰.

³⁶⁷ PEDREIRA, Jorge Miguel de Melo Viana. *Op. Cit.* 1995. p. 350-351.

³⁶⁸ Autos cíveis de assignação de dez dias... ATJ/MA. Comarca de São Luís, Cx. 5.b.5, 1832. Fl. 10.

³⁶⁹ TEIXEIRA, José Gonçalves. *Op. Cit.* 1833. BN, SOR, 040, 007, 02. Fl. 4v.

³⁷⁰ FRAGOSO, João; FLORENTINO, Manolo. *Op. Cit.* 1993. p.90-99.

Nesse aspecto, além de utilizar o crédito para “animar as suas especulações comerciais e auxiliar a extração das mercadorias”, o endividamento era um negócio em si e bastante recorrente por meio do empréstimo de dinheiro dentro e fora da comunidade mercantil³⁷¹. Trata-se de liquidez e crédito, que possivelmente o comendador teve de sobra no início do século XIX, como se percebe pelas dívidas ativas acima mencionadas, mas que no inventário, já eram diminutos, por constar como dinheiro em caixa (entre ouro, prata, cobre e letras) total de apenas 2:265\$193 réis. A dificuldade pode ser entendida pela extensão e pela facilidade com que se conseguia crédito nas praças mercantis, o que gerava alto risco aos negociantes em situação de insolvência³⁷², realidade pela qual, possivelmente, passou a casa comercial de Meirelles depois dos reveses políticos e econômicos em que esteve envolvido.

De todo modo, analisado o conjunto do patrimônio (embarcações, dívidas ativas, dinheiro em moeda e estoque do armazém) arrolados do inventário do negociante, tem-se o total de 72:106:944 réis, o que equivale a 19% do montante bruto da sua fortuna. Sendo assim, a atuação de Meirelles seguiu a mesma lógica dos homens de negócios estabelecidos no Rio de Janeiro, ou seja, consolidou-se como negociante na importante área agroexportadora, assentando sua fortuna nos bens de raiz e no capital mercantil. Essas características estavam também ligadas à inconstância daquele mercado pré-capitalista, como ressalta João Fragoso, no qual era necessário diversificar os ramos de negócio e atuar em diversos segmentos, como o tráfico negreiro, as arrematações de contratos e o fretamento de embarcações³⁷³.

Observa-se, então, o papel preponderante que Meirelles exerceu no Maranhão, visto que pertencia a uma sociedade zelosa da estratificação social, em que poucos tinham acesso a

³⁷¹ É interessante perceber que tanto entre indivíduos endividados com Meirelles e sua casa comercial, como entre aqueles a quem ele devia existem comerciantes e negociantes. Esse tipo de endividamento entre membros da própria elite é percebido por João Fragoso e Manolo Florentino como “precária liquidez (e sua concentração) característica do Mercado colonial”. FRAGOSO, João; FLORENTINO, Manolo. *Op. Cit.* 1993. p. 90.

³⁷² PEDREIRA, Jorge Miguel de Melo Viana. *Op. Cit.* 1995. p. 356-358.

³⁷³ FRAGOSO, João. *Op. Cit.* 1998. p. 306;326.

prestígio social decorrente das ordens militares, por exemplo. Além disso, estava relacionado ao investimento na produção mercantil, tornando-se proprietário de terras e de cativos, meios fundamentais para ele ter alcançado posições de mando em uma sociedade como essas características ³⁷⁴.

Após a análise da formação e da composição da fortuna de Meirelles, ao longo da sua vida como negociante, é relevante que se perceba sua estreita ligação com o âmbito político no Maranhão, em que exercia forte influência. O negociante, ao longo da sua trajetória, viu-se frente a constantes embates políticos, principalmente, durante o período iniciado a partir da adesão do Maranhão ao movimento do Porto e que se estendeu até alguns anos após a “adesão” à Independência. Foi ele peça-chave na articulação dos governos provinciais, dada sua forte influência entre a elite local. A atuação de Meirelles é marcada, não apenas pelas alianças, como também pelas muitas inimizades, que são fundamentais para compreender como esse personagem conseguiu manter seu poder econômico e político em meio a tantas dificuldades.

³⁷⁴ Ibidem. p. 31-35.

Capítulo 3

Antonio José Meirelles e suas teias de polêmicas

A instalação da corte portuguesa no Brasil marcou, entre outros aspectos, o início da atuação da imprensa desse lado do Atlântico e ganhou um novo fôlego a partir das transformações advindas da Revolução do Porto com o fim da censura prévia, em março de 1821. Isabel Lustosa³⁷⁵ destaca que nesse contexto de transformação, “a liberação da imprensa possibilitara a escritores e leitores brasileiros a abertura para a multiplicidade de ideias e atitudes”. Desse modo, observou-se, no período, o aumento significativo da quantidade de periódicos, dos quais suas páginas tornaram-se importantes palcos de embates. A disseminação da imprensa foi apropriada de diferentes maneiras ao redor da América portuguesa. Humberto Machado, por exemplo, ressalta o engajamento dos periódicos durante o processo de independência política, em que eles foram fundamentais para “acelerar a constituição do Império do Brasil”³⁷⁶, a partir da divulgação da chamada “cultura política da independência”, ressaltada por Lúcia Bastos³⁷⁷. Em contrapartida, no caso do Maranhão, a questão central desse período foi, segundo Marcelo Galves, “edificar a monarquia constitucional portuguesa”³⁷⁸.

Mais importante que apreender esses anos como época de transformações é perceber de que modo as mudanças ocorreram e quais as novidades que ganharam espaço e força na

³⁷⁵ LUSTOSA, Isabel. *O debate sobre os direitos do cidadão na imprensa da Independência*. In: RIBEIRO, Gladys Sabina; FERREIRA, Tânia Maria Tavares Bessone da Cruz. *Linguagens e práticas da cidadania no século XIX*. São Paulo: Alameda, 2010. p.11.

³⁷⁶ MACHADO, Humberto Fernandes. *Palavras e brados: José do Patrocínio e a imprensa abolicionista do Rio de Janeiro*. Niterói: Editora da UFF, 2014. p.127.

³⁷⁷ Lúcia Neves conceitua a ideia de cultura política como o que não deve ser entendido apenas como “conhecimentos e crenças que fundamentam as práticas possíveis no interior de um sistema político” para definir os direitos e deveres dos cidadãos. Para além disso, a cultura política abrange “as posturas que asseguram a identidade e delimitam as fronteiras das comunidades a que pertencem indivíduos e grupos, legitimando ou desqualificando as suas reivindicações. E também os simbolismos através dos quais exprimem os seus valores e reforçam essas formas de solidariedade.”. NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira. *Corcundas e constitucionais: cultura e política (1820-1823)*. Rio de Janeiro: Revan: FAPERJ, 2003. p. 26;34.

³⁷⁸ GALVES, Marcelo Cheche. *O Maranhão e a transição constitucional no mundo luso-brasileiro (1821-1825)*. In: RIBEIRO, Gladys Sabina; FERREIRA, Tânia Maria Tavares Bessone da Cruz. *Linguagens e práticas da cidadania no século XIX*. São Paulo: Alameda, 2010 a. p.109.

América portuguesa. Nessa perspectiva, a partir da análise dos impressos que circularam no Maranhão e da documentação relacionada ao negociante Antonio José Meirelles, é possível destacar algumas dessa “multiplicidade de ideias e atitudes”. Em primeiro lugar, o papel preponderante da imprensa, que, rapidamente, foi percebida como espaço legitimador das posições de cada grupo da elite no Maranhão. Além disso, é possível notar a disseminação do novo vocabulário político, que ganha nas páginas dos jornais termos como Constituição, anticonstitucional, despotismo e opinião pública.

Como analisado, esse novo contexto não foi exclusividade do Maranhão e se observa também em outras regiões, como Bahia, Rio de Janeiro, Pernambuco e Pará. A análise do *Semanário Cívico da Bahia*, feita por Maria Beatriz Nizza Silva, por exemplo, observa a prática do que vai denominar de “catecismo político” para a divulgação dos novos princípios políticos³⁷⁹. Nessa mesma perspectiva, Lúcia Bastos aponta para as características dos papéis impressos, no caso do Rio de Janeiro, os quais tinham como viés inicial “atacar o governo considerado despótico e expor os motivos e princípios do constitucionalismo monárquico, com a explicação e a difusão do novo vocabulário político”³⁸⁰ que representou, então, a seguinte dualidade:

A oposição entre despotismo, enquanto símbolo do passado que se pretendia regenerar, e liberalismo-constitucionalismo, enquanto imagem do futuro que se pretendia construir, traduziu fundamentalmente o ideário político de 1820 a 1823, com a manifestação de novas atitudes e práticas culturais³⁸¹.

Em relação ao Maranhão, o uso do termo despotismo *versus* constitucionalismo também foi frequente, todavia, com interpretações variadas de acordo com o interesse de quem o escrevia. Uma parte dos embates na província esteve relacionada à concordância, ou não, com o “novo” governo constitucional de Pinto da Fonseca. Assim, o despotismo representava tudo

³⁷⁹ SILVA, Maria Beatriz Nizza. *Semanário Cívico: Bahia, 1821 – 1823*. Salvador: EDUFBA, 2008. p.65.

³⁸⁰ NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira. *Op. Cit.* 2003. p.53.

³⁸¹ *Ibidem.* p.53.

aquilo que se queria evitar, tanto pelo governo³⁸² quanto pelo seus opositores. Apenas em 1823, quando uma parte do Maranhão já havia “aderido” à Independência, vai constar no *Conciliador* a longa explicação do que era o despotismo, segundo o redator Costa Soares. A lição era dedicada àqueles que “pronunciam este nome sem que o entendam”³⁸³.

A explicação do jornal se inicia definindo que o despotismo existiria todas as vezes em que os homens eram submetidos “à vontade arbitrária dos homens” e diferenciava “duas espécies de despotismo”: o direto e o indireto. O primeiro era o tipo de despotismo segundo o qual os representantes dos cidadãos não possuíam plenos poderes para vetar e reformar as leis contrárias à razão e à justiça e a segunda forma de despotismo existiria quando, mesmo com a possibilidade de votar as leis, ainda estariam sujeitos a uma autoridade não estabelecida por lei. Para o redator, no Rio de Janeiro estaria estabelecido o despotismo direto, visto que D. Pedro exercia a prerrogativa do veto absoluto e, caso se estabelecessem as Cortes, essas ficariam sujeitas ao “despotismo imperial e ministerial”; além de não existir qualquer benefício para o “Povo”. Em contrapartida, o jornal ressaltava os “Povos abrigados sob os auspícios da Constituição portuguesa”, que elegia bons representantes e conseguia alcançar as mais saudáveis reformas, sem impor riscos à “paz e à segurança do Estado”³⁸⁴.

É possível observar que o projeto político de Independência, iniciado no Rio de Janeiro, foi entendido, até as vésperas da “adesão” do Maranhão, como despótico: manteve a província em defesa da monarquia constitucional de Portugal, percebida como um modelo ideal a ser seguido, conforme assinalou Marcelo Galves³⁸⁵. Compreensão essa oposta ao da imprensa do Rio de Janeiro, no período que antecede a Independência, a qual começava a

³⁸² Marcelo Galves, ao analisar a movimentação política no Teatro União, observa que grande parte das peças encenadas buscava demonstrar o sepultamento do despotismo, com a manutenção do governo de Fonseca, além do risco da “anarquia”, caso fosse eleita uma Junta de Governo. GALVES, Marcelo Cheche. “*Ao público sincero e imparcial*”: *Imprensa e Independência no Maranhão (1821-1826)*. Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal Fluminense. Niterói. 2010. p.112-113. Tese publicada em 2015.

³⁸³ *Conciliador*, nº 200, 11/06/1823. p.1.

³⁸⁴ *Ibidem*.

³⁸⁵ GALVES, Marcelo Cheche. *Op. Cit.* 2010. p. 103.

perceber as Cortes convocadas em Portugal como despóticas e a Constituição liberal em elaboração como meio de se restabelecer o tirânico despotismo no mundo brasileiro³⁸⁶. Nota-se, assim, que termos advindos do movimento liberal ganham diferentes conotações, de acordo com os contextos de cada região.

A partir desse período de transição, notadamente marcado por transformações nos contextos políticos, esse Capítulo visa analisar a trajetória do negociante Antonio José Meirelles por meio das alianças e embates com que esteve envolvido no Maranhão. Nessa perspectiva, leva-se também em consideração o que Morel chama “hibridismo entre o arcaico e os primeiros passos de modernidade política”³⁸⁷, visto que os embates que permearam o período foram marcados, não apenas por mudanças, como também por continuidades. Para isso, a análise enfoca as diversas interpretações dadas às “novidades constitucionais”, nesse contexto.

Como aponta Miriam Dolhnikoff, o período colonial contribuiu para que se formasse no corpo das elites brancas estabelecidas a identidade de dupla face: lusitana e regional, nas quais os valores e interesses foram elaborados a partir da integração com o Império português³⁸⁸. Essas características são observadas também na elite atuante no Maranhão, mantendo-se lusitana, regional e atrelada a Lisboa até as vésperas da “adesão” à Independência. Essa nova realidade política, que começou a ser construída na província, pautou também os argumentos feitos pela oposição nas suas recorrentes críticas, eles ressaltavam a dicotomia entre “portugueses” e “brasileiros”, onde os primeiros passaram a serem vistos com desconfiança. Nesse contexto, o principal representante dos chamados “portugueses” no Maranhão foi o negociante Meirelles, que conseguiu manter seus privilégios na região, mesmo mantendo-se contrário a “adesão” até as vésperas da Independência e tendo

³⁸⁶ NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira. *Op. Cit.* 2003. p. 126.

³⁸⁷ MOREL, Marco. *As transformações dos espaços públicos: imprensa, atores políticos e sociabilidades na Cidade Imperial, 1820-1840*. São Paulo: HUCITEC, 2005. p.25.

³⁸⁸ DOLHNIKOFF, Miriam. *Elites regionais e a construção do Estado Nacional*. IN: JANCSÓ, István. *Brasil: Formação do Estado e da Nação*. São Paulo: HUCITEC; Fapesp, 2003. p. 434.

enriquecido às custas da proteção dos governos anteriores. O comendador continuou, assim, como figura central nos embates pós-Independência por representar tudo aquilo que se buscava evitar nesse período de edificação do Estado nacional.

Esse Capítulo segue os caminhos abertos pelos conflitos protagonizados pelo negociante Antonio José Meirelles e publicados nos jornais *Conciliador*, *Farol Maranhense*, *A bandurra*, *Aurora Fluminense* e *Astréa*. Como o comendador foi uma figura de ativa participação no governo de Pinto de Fonseca e também no governo de Costa Barros após a Independência, tornou-se um dos principais alvos da oposição, já que era interpretado como sinônimo do “novo” governo constitucional e representava o passado a ser superado após a “adesão”. Assim, recaíram sobre ele denúncias e reclamações, não apenas contra sua atuação política ao lado dos governadores, mas, sobretudo, contra seu “caráter de negociante”. As teias de dissensos ao redor de Meirelles ao longo desses anos de intensas transformações buscam analisar as estratégias utilizadas pelo negociante para conseguir manter sua influência na região, observada sua atuação política e econômica, assim como da ativa oposição a ele.

3.1. - A imprensa periódica no Maranhão: um novo palco para os embates

Retomando as análises feitas até aqui, o período entre 1821 e 1823 marcou esse lado do Atlântico pelo ativo debate político e pelas transformações das instituições, aspectos que foram intensificados com o surgimento de muitos jornais com o objetivo “de preparar o povo para o regime liberal que se inaugurava” e suas páginas rapidamente marcadas pelo “clima tenso e apaixonado que caracterizava a vida política”³⁸⁹. É possível, então, afirmar que foram os “folhetos políticos, panfletos e periódicos” que mais contribuíram “para veicular e difundir a cultura política, plasmada na tradição da Ilustração mitigada, de que se imbuíra o Vintismo”. Nesse ambiente das “Luzes” é que as “elites política e intelectual luso-brasileira”

³⁸⁹ LUSTOSA, Isabel. *Insultos impressos: a guerra dos jornalistas na Independência (1821-1823)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. p. 30-32.

passaram a constituir uma vida pública, na qual o pragmatismo e a secularização se mesclavam com um contexto fortemente religioso, como destaca Lúcia Neves³⁹⁰.

O novo contexto também propiciou a transformação do espaço público. Se antes ele era marcado pelas formas de comunicação típicas do Antigo Regime – “como as gazetas, pregões, bandos, exibição de cartazes impressos ou manuscritos nas ruas” – nesse momento passavam a se consolidar os debates através da imprensa. Sendo assim, a expansão da imprensa periódica foi fundamental, também, para fortalecer a ideia de opinião pública, que passava a ser recurso legitimador das práticas políticas, “como operação simbólica de transformar opiniões individuais ou setoriais em opiniões geral”, como ressalta Marcos Morel³⁹¹. A formação de “espaços públicos de poder” também apontava para o rompimento dos círculos políticos restritos a corte lusa, como acontecia até então³⁹², visto que a liberdade de imprensa permitiu que os temas políticos e os debates realizados pelas autoridades também fossem assunto de discussão nos impressos, o que trazia à tona a nova autoridade: da “opinião pública”³⁹³.

Se no primeiro momento os impressos tinham o intuito de divulgar as ideias liberais advindas da Regeneração portuguesa, logo após, em 1822, a questão central passou a ser as discussões sobre a Independência. Analisados os panfletos que circularam nas províncias entre 1820 e 1823 José Murilo de Carvalho, Lúcia Bastos e Marcello Basile ressaltam que a ideia de Independência, nesse período, segundo essa documentação, estava mais relacionada à “afirmação de um centro de poder que evitasse o esfacelamento do Brasil do que com a

³⁹⁰ NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira. *Op. Cit.* 2003. p.48

³⁹¹ MOREL, Marco. *Op. Cit.* 2005. p.200; 205.

³⁹² NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira. *Entre impressos e manuscritos: a ‘guerra da pena’ na Independência do Brasil (1820-1822)*. IN: CURY, Cláudia Engler; GALVES, Marcelo Cheche; FARIA, Regina Helena de. (orgs.). *O Império do Brasil: educação, impressos e confrontos sociopolíticos*. São Luís: Café & Lápis; Editora UEMA, 2015. p.157-158.

³⁹³ REIS, Renato de Ulhôa Canto Reis. *Opinião pública como força política no Brasil: uma análise a partir dos conceitos de público e publicidade (1820-1830)*. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Juiz de Fora. 2016. p.77.

quebra dos laços de união entre Brasil e Portugal”³⁹⁴. A percepção da Independência, no sentido de separação política como algo inevitável passou a ser questionada pela historiografia, nas últimas décadas, que traçou a identidade nacional como construção, que foi amadurecendo ao longo do tempo, e não, como sentimento inato. É importante observar ainda que houve a participação de toda a sociedade, que nem sempre partilhava dos mesmos interesses econômicos e sociais o que a levou também às interpretações próprias sobre a Independência. Tais aspectos ficam evidentes ao se analisarem as “adesões” à Independência nas províncias do Norte, como discutido no primeiro capítulo.

O que se observa na América portuguesa, a partir do triunfo do constitucionalismo, foi a necessidade de reforçar a constituição do império luso-brasileiro e igualá-lo ao peso político dos dois lados do Atlântico³⁹⁵. Isso também é percebido no Maranhão, visto que em meio aos debates impressos do período não havia questionamentos da relação da província com Portugal³⁹⁶. Desse modo, o que é relevante ressaltar são os embates que permearam uma época de muitos posicionamentos políticos divergentes e, mais do que isso, de uma intensa publicização desses dissensos.

As diversas formas impressas³⁹⁷ de manifestar a cultura política que nascia na América portuguesa tornaram-se instrumento de poder para aqueles que detinham “o privilégio do saber e da escrita”. No Maranhão, o início da circulação do jornal *Conciliador*, dias após a adesão da província à Revolução do Porto e ainda manuscrito, é emblemático para

³⁹⁴ CARVALHO, José Murilo; BASTOS, Lúcia; BASILE, Marcelo. *Às armas, cidadãos! – Panfletos manuscritos da independência do Brasil (1820-1823)*. São Paulo: Companhia das Letras; Belo Horizonte: Editora UFMG, 2012. p.19.

³⁹⁵ RIBEIRO, Gladys Sabina. *A liberdade em construção: identidade nacional e conflitos antilusitanos no Primeiro Reinado*. Tese de doutorado apresentada ao Departamento de História na Universidade Estadual de Campinas. 1997. p.63;69.

³⁹⁶ Sobre a dissociação entre os embates no Maranhão com pretensos projetos de Independência, também apontados no capítulo 1, Cf. GALVES, Marcelo Cheche. *Op. Cit.* 2010. p.74.

³⁹⁷ José Carvalho, Lúcia Bastos e Marcello Basile também destacam os escritos manuscritos que continuaram circulando na América portuguesa no período e afirmam: “Se os panfletos impressos da mesma época revelam intenso debate político entre letrados em torno dos grandes problemas do momento, os manuscritos sobressaem pela revelação da participação das ruas na “guerra literária” da constitucionalização e da independência”. Os primeiros indicariam a complexidade do debate enquanto os segundos demonstrariam o seu alcance. CARVALHO, José Murilo; BASTOS, Lúcia; BASILE, Marcelo. *Op. Cit.* 2012. Cf. Introdução.

demonstrar a importância que esse veículo de informação adquiria e como rapidamente foi absorvido para disseminar novas ideias e expor opiniões. O jornal foi um dos mecanismos utilizados pelo governador Pinto da Fonseca para legitimar o novo caráter do seu governo, agora revestido de ares constitucionais ao conseguir manter-se no poder após a adesão.

Sete meses depois, ainda em 1821, o então governador começou a incrementar os “canais públicos de legitimidade”³⁹⁸ com a instalação da tipografia no Maranhão, “o Palácio da Liberdade dos Povos”, segundo ele, e símbolo da liberdade de imprensa. Por meio dela seria possível discutir a matéria e dirigir e retificar a opinião pública. Fonseca ressaltava ainda que o caráter público da Tipografia se manteria até algum empresário se interessar em assumir as despesas³⁹⁹. Nesse sentido, é possível perceber a nova concepção que o público passa a ter, a partir dos anos de 1820, em que adquire vida autônoma, com características que, normalmente se atribuem a indivíduos. Renato Ulhôa aponta para o uso de atribuições como “curiosidade”, “impaciência”, “rancor”, em que o público passa a ser personificado e dotado de atributos particulares, ainda que o conceito tivesse a pretensão de ser universal, ao ponto de ganhar também a “opinião”. Em contrapartida, a concepção apresentada por Fonseca de “dirigir a opinião pública” pode representar ainda resquícios da ideia, típica do Antigo Regime, em que o “público” seria passivo e não conseguira refletir por conta própria: em resumo, tinha a necessidade de ser conduzido⁴⁰⁰.

A Tipografia manteve-se pública⁴⁰¹, mas, a instalação e a manutenção ganharam apoio fundamental do negociante Antonio José Meirelles. Em dezembro de 1821, o comendador apresenta os gastos para a compra do impressor e do compositor no valor de 427.424 réis, além do montante despendido por ele no total de 144.632 réis com as passagens dos artífices,

³⁹⁸ GALVES, Marcelo Cheche. *Op. Cit.* 2010. p.74. Outro mecanismo utilizado por Pinto da Fonseca foi pelo Teatro União, cuja administração passou a ser pública, servindo como espaço pedagógico constitucional a partir de encenações e da distribuição de poesias que reafirmavam o novo discurso do governo. *Ibidem*.p.298.

³⁹⁹ *Conciliador*, nº 36, 14/11/1821, p.4.

⁴⁰⁰ REIS, Renato de Ulhôa Canto Reis. *Op. Cit.* 2016. p. 83-84.

⁴⁰¹ Marcelo Galves aponta que a Tipografia manteve-se pública até, pelo menos, 1826. GALVES, Marcelo Cheche. *Op. Cit.* 2010. p.75.

valor que ele computou como donativos “a favor do Estabelecimento”⁴⁰². O negociante teve papel de destaque no governo de Pinto da Fonseca e o auxiliou em momentos decisivos, como esse da instalação da Tipografia⁴⁰³. A estreita ligação de Meirelles com o governo e, mais especificamente, com o *Conciliador* explica as constantes defesas ao negociante nesse período em que esteve envolvido em diversos embates⁴⁰⁴. Além disso, o impresso, frequentemente, publicava elogios, agradecimentos e benesses dirigidos ao comendador.

Nos primeiros números dos jornais já aparece a publicação de uma “generosidade patriótica” do negociante que relata o “lauto jantar” oferecido por ele ao “Regimento de Linha da Guarnição desta Cidade” e aos presos da cadeia, além da doação de “quatro centos mil réis” a serem distribuídos a famílias pobres. A atitude de Meirelles serviu para comemorar o “feliz acontecimento do dia 6”, referência a adesão ao movimento do Porto⁴⁰⁵. Dias depois o jornal publica listas de apoio ao novo governo de Pinto da Fonseca, e Antonio José Meirelles é citado em duas delas: a do Regimento de Milícias e a do Corpo de Comércio e Agricultura. Na primeira lista há a menção à glória do Regimento, que representava “a maior parte dos cidadãos honrados”, e na segunda, o negociante é citado como principal subscritor⁴⁰⁶. Não é surpresa constar a assinatura de Meirelles nesses documentos, por ele já ser nesse período capitão de milícias de São Luís e figura de maior influência no Corpo de Comércio, como analisado anteriormente.

⁴⁰² *Conciliador*, suplemento ao nº46, 20/12/1821. p. 8.

⁴⁰³ Ao que parece, foram altos os gastos para a instalação da Tipografia. Marcelo Galves elenca gastos com a instalação e com a manutenção da mão-de-obra especializada, ressaltando os valores elevados para o funcionamento da Tipografia. Ao comparar, por exemplo, as despesas com pessoal, em 1821, o valor se assemelha aos gastos de toda Secretária de Governo naquele mesmo ano. A doação feita por Meirelles no início daquela instalação, foi importante para a diminuição das despesas do governo. Cf. GALVES, Marcelo Cheche. *O Conciliador do Maranhão: imprensa e público leitor na América portuguesa (1821-1823)*. IN: SCHAPOCHNIK, Nelson; VENANCIO, Giselle. (Orgs.). *Escrita, edição e leitura na América Latina*. Niterói: PPGHistória – UFF, 2016. p.811-822.

⁴⁰⁴ Importante destacar ainda que Antonio José Meirelles e seu irmão, Bruno Antonio Meirelles Soares, aparecem na lista de assinantes do jornal *Conciliador* em novembro de 1821, mantendo-se até, pelo menos em fevereiro de 1823, quando constam na lista como assinantes atuantes no Periódico. *Conciliador*, nº 39, 24/11/1821, p. 5; nº 163, 01/02/1823, p. 5-6.

⁴⁰⁵ *Idem*. nº 3, 22/04/1821, p. 8.

⁴⁰⁶ *Idem*. nº 5, 29/04/1821, p.2-3.

A estreita relação entre o governo de Pinto da Fonseca e Antonio José Meirelles fica ainda mais evidente no *Conciliador* em março de 1822, após a eleição da Junta Provisória⁴⁰⁷ e a saída do governador. São publicadas diversas homenagens ao governador no jornal em forma de sonetos e poemas. Entre os tributos a Fonseca consta um soneto ofertado a Meirelles, que demonstra que seus apoios àquele governo não passaram despercebidos. José Pereira da Silva publica o seguinte soneto:

A Diva que embocando a tuba de ouro,
Um Pacheco eterniza, um Nuno ousado,
Teus méritos brilhantes tem cantado,
Com suave prazer no Tejo e Douro.

Qual até agora, em século vindouro,
Fulgindo egrégio sempre á glória dado,
Serás com regozijo celebrado,
Lá na estancia em que habita o Numen louro.

Charo ás Musas, Meirelles fortunoso,
Cõ a fronte laureada exulta ovante,
Na Maranhense Plaga alti-famoso.

Qual d’Apollo fulgura a luz radiante,
Tal brilha o nome teu Varão pasmoso
Da Memoria no Templo rutilante⁴⁰⁸.

Ressalta-se, em primeiro plano, o uso da literatura nesse contexto. A escrita em forma de soneto, assim como o uso de elementos rebuscados como o latim (Numen louro) e personagens gregos (Apollo) revelam as características literárias típicas do período, em que havia a preocupação de “segmentar homens de homens, heróis de reles, sujeitos de rara estirpe dos cidadãos comuns”. Nesse estilo de escrita, prevalece a descaracterização dos sujeitos, relegadas a segundo plano suas práticas políticas, e eles próprios, revestidos de “atmosfera pueril, idílica, sempiterna, ilibada”⁴⁰⁹. Contudo, esses mecanismos apontam,

⁴⁰⁷ A eleição da Junta Provisória ocorreu em fevereiro de 1822 e foram eleitos Antonio Rodrigues dos Santos e Felipe de Barros Vasconcelos. GALVES, Marcelo Cheche. *Op. Cit.* 2010. p.128.

⁴⁰⁸ *Conciliador*, nº 72, 20/3/1822, p.4.

⁴⁰⁹ BORRALHO, José Henrique de Paula; GALVES, Marcelo Cheche. *Elpinos, Virgílios, Trajanos... A poética de Manuel Ferreira Freire em defesa do ex-governador Bernardo da Silveira Pinto da Fonseca- São Luis, Lisboa (1822)*. IN: CURY, Cláudia Engler; GALVES, Marcelo Cheche; FARIA, Regina Helena de. (orgs.). *O Império do Brasil: educação, impressos e confrontos sociopolíticos*. São Luís: Café & Lápis; Editora UEMA, 2015. p.199-200.

juntamente com o conteúdo do soneto, para o claro objetivo político, que, no caso em questão, era o de glorificar Meirelles. Desse modo, a homenagem enfatiza os “méritos brilhantes” do negociante que seriam recebidos com “suave prazer” no Tejo e no Douro, referência aos dois principais rios que cortam Portugal.

Os versos demonstram que as exaltações não eram restritas à figura de Pinto da Fonseca, mas também ao “Meirelles fortunoso” com “regozijo celebrado”. As homenagens simultâneas aos dois personagens associam a figura do comendador a sinônimo daquele governo, já que apenas Fonseca se despedia da província, saindo do cargo, enquanto Meirelles manteve a atividade de negociante na praça. É possível perceber, então, o alcance do seu poder político frente aquele “novo” governo constitucional instaurado anos antes.

Manter claro apoio político ao governo e ativa participação nele, como foi o caso de Meirelles na gestão de Fonseca, obviamente, não trazia apenas benesses. Paralelamente ao uso do *Conciliador* para legitimar o governo, os grupos opositores também se valiam de meios impressos e manuscritos para publicar denúncias, reclamações e insatisfações com o “novo” governo constitucional de Fonseca. Por conseguinte, o principal alvo dos opositores era também o comendador Meirelles, já que era entendido como sinônimo daquele governo e representava importante força econômica e política no Maranhão, possivelmente, até mais influente que o então governador.

Sendo assim, logo após a adesão do Maranhão à Revolução do Porto liderada por Pinto da Fonseca houve a divulgação, ainda em 1821, do folheto *Protesto de lealdade e reconhecimento do povo ao rei*, abaixo-assinado manuscrito que contou com a assinatura de 65 figuras com o objetivo de fazer denúncias sobre o governo de Pinto da Fonseca e de seus aliados. Entre os assinantes, estavam nomes da oposição já mencionados, como Honório José Teixeira e João Rodrigues de Miranda.

As acusações contra Pinto da Fonseca recaíam sobre o despotismo que guiava suas atitudes, pelas quais estaria cada vez mais “aferrado ao seu sistema anticonstitucional” sufocando, juntamente com a Junta da Fazenda, os “sentimentos de Direito Natural e escrito”. A denúncia salientava ainda as dificuldades em organizar o governo nas novas bases constitucionais, já que Fonseca não seguia esses preceitos, mas, apenas visava atender suas próprias “vontades de paixões”. É fácil observar que a ativa oposição associava o constitucionalismo à queda de Pinto da Fonseca, visto como expressão maior de um “sistema anticonstitucional”. O *Protesto de lealdade...* não poupou o principal aliado de Fonseca, Antonio Meirelles, e denuncia os gastos feitos por ele nas exéquias ao Conde de Amarante⁴¹⁰ revestido de uma tal pompa que “só competiria a pessoa Real”, e que o negociante ainda tentou disfarçar o gesto por meio dos convites feitos pelo bispo Nazaré⁴¹¹.

Em fevereiro de 1822, das rélicas publicadas pelo *Conciliador*, está o suplemento nº 61 inteiramente dedicado a refutar o folheto *Violências feitas no governo do Maranhão pro B. da S. P.*⁴¹², em que Costa Soares, um dos redatores do jornal, apresenta trechos do folheto e faz as devidas defesas. O folheto enumera violências cometidas por Pinto da Fonseca contra os que não aceitaram a continuidade do seu governo, após a adesão ao movimento constitucional, a exemplo de Honório José Teixeira. A quarta violência, contudo, não foi atribuída a uma atitude de Fonseca, mas ao comendador Meirelles, entendido pelo folheto como a personificação dos desmandos do governador. Costa Soares reproduziu o seguinte trecho do folheto produzido pela oposição.

⁴¹⁰ Francisco da Silveira Pinto da Fonseca, 1º Conde de Amarante, era militar e sogro do governador Fonseca e se manteve contra a Revolução do Porto. Assim, a reclamação sobre as exéquias tinha o objetivo de realçar as relações políticas e familiares de Pinto da Fonseca, visto que tais vínculos reafirmavam a ligação do governador com o Antigo Regime e deslegitimava sua nova posição. GALVES, Marcelo Cheche. *Op. Cit.* 2010, p.71-72.

⁴¹¹ IHGB, lata 400, pasta 10.

⁴¹² *Violências feitas no governo do Maranhão pro B. da S. P.* foi o apelido que recebeu um conjunto de folhas soltas que chegou ao Maranhão em dezembro de 1821. Rodrigo Pinto Pizarro, ajudante de ordens do governo, publica carta no *Conciliador* comunicando a entrada do folheto e afirma que buscaria um tempo para responder analiticamente “as mentiras grosseiras, falsidades e fatos desfigurados de que estão recheadas tais folhinhas”. *Conciliador*, suplemento ao nº 46, 20/12/1821, p.2-3.

Segundo os acusadores, o contrato das carnes verdes obrigava Meirelles a matar, pelo menos 45 bois por dia, e como o negociante não conseguia atingir essa meta, recorreu a Fonseca para diminuir o limite de abate. O pedido teria sido acatado pelo governador e provocou na oposição forte reação contra “este senhor que se chama Constitucional, compassivo; mais da bolsa dos ricos, que da barriga dos pobres”. A obrigação de abate para Meirelles passou, então, para “20 e 20 e tantos, conforme os dias”. A acusação ainda ressalta que já haviam lido “em mais de um respeitável autor” que nem mesmo os reis possuíam o “direito de derrogar Contratos Públicos em prejuízo do Povo”. Os autores do folheto julgam, assim, que Fonseca estava acima de tudo isso e que governava à base do “Quero, e Mando” e “se alguém fala, antigamente era revoltoso, e hoje é Subversivo, e anticonstitucional”⁴¹³.

Tanto o *Protesto de lealdade...*, quanto o trecho reproduzido para ser refutado por Costa Soares deixam transparecer características do vocabulário advindo com o movimento do Porto. A eclosão da circulação de periódicos, panfletos e folhetos foi fundamental para a introdução de nova linguagem que também ganhava novo significado e definia princípios, direitos e deveres dos agora cidadãos.

Como ressalta Lúcia Bastos Neves e Guilherme Pereira Neves, “somente a constituição, como instrumento de um ideário político era vista como capaz de assegurar a possibilidade de triunfo das práticas liberais”⁴¹⁴. É notório, portanto, o uso de termos como “Constitucional” por esses folhetos, note-se que em letra maiúscula no jornal – e anticonstitucional. Ao analisar o uso das palavras na Revolução Liberal de 1820, Telmo Verdelho ressalta os muitos empregos dos termos “constituição” e “constitucional” na imprensa do período e considera que a Constituição foi o “acontecimento político mais estimado pelos regeneradores vintistas”. Dos significados desse termo estavam ideias como: instrumento de proteção e capacidade de moralizar o poder. A Constituição seria, então, o

⁴¹³ *Idem.*, suplemento ao nº 61, 11/02/1822, p.4.

⁴¹⁴ NEVES, Lúcia M. Bastos Pereira das; NEVES, Guilherme Pereira das. *Constituição*. IN: FERES JÚNIOR, João (org.). *Léxico da história dos conceitos políticos do Brasil*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009. p.70.

indicador político de que a “aceitação ou a recusa da lei fundamental” definia politicamente os indivíduos. Em consequência, surge também o adjetivo constitucional, que nomeava os aderentes ao sistema constitucional em questão⁴¹⁵.

Detendo-se ao vocabulário político dos impressos da América portuguesa, Lúcia Neves observa o frequente uso do termo Constituição, entendido como instrumento que, na prática, concretizava o ideário político do liberalismo. Em paralelo, surgem também os adjetivos constitucional e anticonstitucional, que definiam dois grupos - de adesão ou de oposição à lei fundamental⁴¹⁶.

As denúncias dos opositores contra Fonseca e Meirelles expõem o discurso do governo de se legitimar como constitucional, ou seja, favorável ao movimento iniciado em Portugal. Imagem questionada pelos seus oponentes nos folhetos mencionados, em que o então “constitucionalismo” do governador pesava mais para os ricos do que “para a barriga dos pobres”. No folheto *Violências feitas no governo...*, ao final, os acusadores ainda usam de ironia quando mencionam o rótulo de “anticonstitucionais” dirigido a eles, mesmo que suas críticas não fossem desfavoráveis ao ideário liberal. Essas denúncias, constantes em todos os folhetos e abaixo-assinados produzidos pela oposição nesse período, estão relacionadas ao fato de não admitir aquele governo como constitucional, mesmo que Pinto da Fonseca tenha prestado juramento à Constituição. Isso porque, manteve-se no poder a mesma figura que até pouco tempo antes estivera intimamente ligada ao Antigo Regime.

Marcelo Galves destaca que a “leitura despolitizante do constitucionalismo português” pelo governador Pinto da Fonseca e seus aliados contribuiu para essa ferrenha resistência. Os grupos que já faziam oposição ao governo percebiam, no momento de adesão à Revolução do Porto, possibilidades de mudanças⁴¹⁷. De todo modo, observa-se que a linguagem se

⁴¹⁵ VERDELHO, Telmo dos Santos. *As palavras e as ideias na Revolução Liberal de 1820*. Instituto Nacional de Investigação Científica. 1981. p. 224-228.

⁴¹⁶ NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira. *Op. Cit.* 2003. p.148;153.

⁴¹⁷ GALVES, Marcelo Cheche. *Op. Cit.* 2010. p.69.

politicizava e entrava na vida pública do período, difundindo conceitos inovadores em oposição ao despotismo, tais como liberalismo e constitucionalismo. No entanto, esse vocabulário foi ganhando interpretações diversas segundo os interesses da elite local, como no caso do Maranhão, além de ser mais notadamente utilizado para “criticar todo um passado anterior ao movimento constitucional”⁴¹⁸. Isso permite afirmar que, tanto o liberalismo quanto o constitucionalismo, encontraram no Brasil “se não sua negação, um complexo processo de readequação”⁴¹⁹.

Retomado o documento, Costa Soares afirma que se ateria à defesa do governador Fonseca, visto que sabia que Meirelles planejava publicar uma justificação contra aquelas acusações. Contudo, o que o redator fez foi uma longa defesa de ambos os personagens. Primeiramente, a explicação recai sobre a dificuldade de compreensão do contrato das carnes verdes que, segundo ele, continha “cláusulas ambíguas, menos favoráveis ao Povo que ao Contratador”. Por conta disso, havia sido decidido, desde 1817, que a interpretação ficaria a favor do arrematante, que poderia reduzir o fornecimento para evitar sua ruína, caso fosse necessário. Por causa da escassez da carne verde, o contratador só teria obedecido às cláusulas estipuladas, o que demonstrava, para o redator, “uma heroicidade muito acima do comum”. Costa Soares não nega que havia problemas no fornecimento do alimento, mas, a responsabilidade não seria de Meirelles, e sim, de particulares que distribuía a carne apenas a ricos e poderosos e a revendiam aos pobres e desvalidos a preços “aladroados”. As queixas não deveriam, então, recair sobre o negociante, que utilizou-se “licitamente” da cláusula que a Câmara havia concedido⁴²⁰.

⁴¹⁸ NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira. *Op. Cit.* 2003. p. 139-140.

⁴¹⁹ COSTA, Yuri. *Por um conceito de elite judiciária no Maranhão do século XIX*. IN: CURY, Cláudia Engler; GALVES, Marcelo Cheche; FARIA, Regina Helena Martins. (orgs.) *O Império do Brasil: impressos e confrontos sociopolíticos*. São Luís: Café & Lápis; Editora UEMA, 2015. p.271-272. O autor toma como enfoque a análise da elite judiciária no Maranhão e demonstra essa readequação de alguns elementos que limitam a absorção da “moderna cultura jurídica portuguesa”, como: liberalismo autoritário e cultura bacharelesca. Contudo, esses limites também são observados em outros âmbitos das elites estabelecidas no Maranhão, como o caso da elite mercantil da qual o negociante Meirelles fazia parte.

⁴²⁰ *Conciliador*, suplemento ao nº 61, 11/02/1822, p.4.

Ao que parece, foi grande o descontentamento de alguns grupos com a escassez de carne verde desde 1817⁴²¹. De acordo com a refutação, em janeiro de 1819, antes do governo de Fonseca, ocorreram “clamores públicos até ao ponto do motim” com reclamações contra o contrato, o que fez com que a vereação convocasse uma “Câmara Geral” para escutar as reivindicações. No entanto, ficou decidido que Meirelles continuaria administrando o contrato por todo o ano de 1820, mesmo que houvesse “a impossibilidade de obrigá-lo ao completo fornecimento”, pois, ainda assim, não havia outra pessoa capaz de abastecer a cidade. A única mudança foi o aumento de mais 20 réis em cada libra de carne verde. A partir de então, segundo Costa Soares, não ocorreram mais queixumes públicos, “sendo sucessiva, e inalterável a abundância”⁴²².

Nessa primeira parte da refutação, algumas questões se destacam, como o conhecimento de Meirelles das denúncias e acusações contra ele e também a influência do negociante antecedente ao governo de Pinto da Fonseca. A afirmação do redator de que o comendador intencionava reagir com publicações em defesa própria explicita o novo perfil da elite do Maranhão, que percebia nos impressos esse espaço legítimo de discussão, e que foi utilizado como importante arma de influência àquela nascente opinião pública⁴²³. Ao que parece, Meirelles acompanhou as ações de oposição e manteve-se atento às justificativas que achasse necessário, o que também era feito pelos seus aliados, como o jornal *Conciliador*.

O relato de Costa Soares ressalta o período anterior ao governo de Fonseca e, desde então, Meirelles já estava envolvido em dissensos. Apesar disso, conseguia ainda manter sua

⁴²¹ Ao analisar o abastecimento de carne verde na cidade de Salvador, Rodrigo Lopes ressalta a atenção que era dada ao assunto pela Câmara Municipal da cidade desde o século XVIII. Por ser um produto essencial para alimentação da população, havia a preocupação em controlar a distribuição por parte do poder público. O autor ressalta que na Bahia, no século XIX, “ao menor sinal de inoperância em relação as questões ligadas ao abastecimento, como a falta de carne no mercado e altos preços, a cobrança popular se fazia sentir rapidamente”. LOPES, Rodrigo Freitas. *Nos currais do matadouro público: o abastecimento de carne verde em Salvador no século XIX (1830-1873)*. Dissertação de mestrado apresentada ao programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal da Bahia, 2009. p.88. Ao que parece essas características também são observadas no Maranhão, onde a Câmara da cidade precisou agir para controlar o descontentamento gerado pela falta daquele alimento.

⁴²² *Conciliador*, suplemento ao nº 61, 11/02/1822, p.4.

⁴²³ NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira. *Op. Cit.* 2003. p.112.

posição de influência na província. O estabelecimento da “Câmara Geral” devido ao motim contra um contato sob sua administração aponta para o descontentamento anterior. Mais relevante ainda é perceber o apoio da vereação ao negociante que, mesmo lidando com problemas, ele era visto como o único capacitado a manter o contrato, fundamental para a alimentação dos habitantes. É possível notar, então, que os ânimos já vinham acirrados desde antes do período de adesão ao movimento do Porto e que Meirelles já se mostrava atuante ao lado da elite política da região, o que refletiam mais uma vez, no seu poder econômico. A partir de 1821, o que ocorreu foi a veiculação do novo vocabulário e a maneira como os descontentamentos alcançavam o público, como observado a seguir.

A segunda parte da refutação do redator do *Conciliador* dedica-se ao período do governo de Pinto da Fonseca e os motivos pelos quais ele autorizou reduzir a quantidade mínima obrigatória para o abate. O autor ressalta que quando Fonseca assumiu o governo, o abastecimento de carne verde já estava normalizado na província, ainda que às custas de grande sacrifício do contratador. Os problemas da distribuição do alimento no período estavam relacionados aos abusos e excessos dos almotacés que “deslembados” do seu “honorífico emprego” valiam-se da má fé para promover “inúteis desperdícios”. Costa Soares explica que os almotacés desafiavam “o Povo”, “a toque de buzina” para comprar muito mais do que necessitavam, o que comprometia o abastecimento em meses com o fornecimento menor de rezes⁴²⁴. Após o relato desses abusos, Costa Soares levanta algumas questões:

Nestas circunstâncias qual seria a providencia mais conforme ao Bem-publico? Que outra mais própria do que assegurar o Contratador a possibilidade de realizar o seu comprometimento, preservando-o do abuso de autoridade, ou *despotismo baixo* com que o Sr. *Almotacé*; mudando arbitrariamente a *vara municipal*, em *cacete da intriga*; fazia matar bois a *torto* e a *direito* (...)? (grifos do texto)⁴²⁵

⁴²⁴ *Idem.*, suplemento ao nº 61, 11/02/1822, p.6.

⁴²⁵ *Idem.*

O redator reafirma então, que a única solução encontrada foi a diminuição da quantidade de bois abatidos, o que não prejudicou o abastecimento da cidade. Seu intuito era o de demonstrar que a redução não ocorreu “a *sabor* do General; como dizem os detratores, mas sim, fundada na verídica informação de fatos”⁴²⁶.

Em outro trecho, o autor explica que a atitude dos almotacés só poderia ser denominada despotismo, que não haveria “outro nome para o abuso que um Funcionário faz da sua autoridade, ou qualquer Cidadão dos seus direitos”. Mais uma vez, é possível perceber o vocabulário advindo do movimento liberal via termos como Cidadão (em letra maiúscula) e despotismo. Esse último foi amplamente divulgado nos impressos do período, como analisado anteriormente, já que a palavra era a mais evidente expressão da negação de liberdade em oposição ao liberalismo/constitucionalismo⁴²⁷. O redator coloca em lados opostos os grupos a favor e contra o governo de Fonseca, ou seja, eram constitucionais as figuras de apoio ao governador, notadamente Meirelles, e, despóticos ou anticonstitucionais os seus oponentes.

Além disso, fica notório o tom exaltado que a escrita de Costa Soares adquire ao longo da refutação. A transposição do “clima tenso e apaixonado” que marcou esse contexto político para os conflitos impressos, como observou Isabel Lustosa na análise desses periódicos e folhetos, o que transparecia as posições e os sentimentos dos redatores. A linguagem utilizada nos jornais se manteve entre a literária e a popular, cuja dimensão da oralidade não fora condenada, ao contrário, era significativo o modo de se expressar de maneira não literária da sociedade do período⁴²⁸. Aspectos esses observados na defesa do redator ao explicar as atitudes dos almotacés sobre a matança “a torto e a direito” dos bois como “cacete de intriga”.

As insistentes reclamações contra os almotacés, provavelmente, estavam relacionadas ao também negociante e antes almotacé João Rodrigues de Miranda. Como já apontado, Meirelles e Miranda mantinham relações conflituosas desde 1817, pelo menos, quando

⁴²⁶ *Idem.*

⁴²⁷ NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira. *Op. Cit.* 2003. p.119.

⁴²⁸ LUSTOSA, Isabel. *Op. Cit.* 2000. p. 32-36.

começou a escassez de carne verde no Maranhão, e Miranda assumiu o cargo de almotacé. Com a prisão de Miranda, em 1819, por problemas na administração do contrato régio da meia siza, foram divulgadas diversas defesas ao negociante, tanto de autoria própria, quanto de nomes emblemáticos da oposição, como: Manoel Paixão dos Santos Zacheo⁴²⁹ e Honório José Teixeira. O personagem principal atacado nas defesas de Miranda era o comendador Meirelles.

Como exemplo das defesas de Miranda há o folheto *Os últimos adeoses do Epaminondas⁴³⁰ Americano ao despotismo*, publicado por Zacheo em 1822, que apontava as injustiças cometidas contra aquele arrematante:

Foi Miranda preso e condenado a pagar o noveado da cadeia onde esteve por 5 meses, e de onde saiu com Alvará de fiança. Culpar um Rendeiro por descaminhos de rendas, que arrematou legalmente, e de que é por isso proprietário, e condená-lo a pagar o noveado é uma contradição e uma notória injustiça. Meter o Rendeiro na cadeia e exigir dele por outro lado o pagamento dos quartéis vencidos, e arrecadá-los pontualmente, é em rigor uma aprovação do contrato, é uma pura vingança! (...) E porque não exigira ela [a Junta da Fazenda] esse mesmo manifesto do antigo, e nato Arrematante? E como não fez ela um tão desejado orçamento e cálculo nos triênios anteriores que administrou as meias sisas por sua conta?⁴³¹

Ainda que Zacheo não cite diretamente Meirelles, é muito provável que o “antigo, e nato Arrematante” fosse referência velada (ou não) ao comendador porque como arrematante do contrato das sizas ele também havia sido responsável pela arrecadação das meias sizas nos anos anteriores⁴³². Com isso, o autor do folheto chama atenção para a diferença de tratamento

⁴²⁹ Manoel Paixão dos Santos era português e formado pela Universidade de Coimbra em Direito. Ele desembarcou em São Luís em 1810, quando atuou como advogado e juiz em diversas vilas do interior da capitania. “Zacheo” era um nome acrescido posteriormente, provavelmente nesse período de embates vintistas, período em que se tornou um importante publicista, com a impressão de, pelo menos, sete folhetos. COSTA, Yuri; GALVES, Marcelo Cheche. *O Epaminondas Americano: trajetórias de um advogado português na Província do Maranhão*. São Luís: Café & Lápis; Eduema, 2011. p. 27-28.

⁴³⁰ Epaminondas Americano era o heterônimo usado por Zacheo, numa referência ao general tebano, que seria conhecido por jamais mentir. COSTA, Yuri; GALVES, Marcelo Cheche. *Op. Cit.* 2011. p.27.

⁴³¹ ZACHEO, Manoel Paixão dos Santos. *Os últimos adeoses do Epaminondas Americano ao despotismo. Maranhão: Imprensa Nacional*, 1822. Biblioteca Nacional de Portugal. p.18.

⁴³² O Alvará da Meia Siza de Escravos Ladinos foi criado em 3 de junho de 1809 e recaía sobre os escravos que já se encontravam em território colonial e eram comercializados anteriormente. Antes dessa data os escravos ladinos eram tributados também pelo imposto da siza. Impostos esses de grande importância por envolver a mão

que teria recebido Miranda pela Junta da Fazenda e alega que, em se tratando de Meirelles, as fiscalizações das contas do contrato eram mais despreocupadas. Desse modo, o argumento recorrente ao longo do processo⁴³³ de Miranda era de que sua prisão teria como real motivação a inimizade com Meirelles, que conseguiu prejudicá-lo por “pura vingança”.

A análise dos documentos permite perceber quais eram os grupos antagônicos no Maranhão, na primeira metade do século XIX, quando os folhetos e impressos tornaram-se os principais palco de embates. Mesmo com parte dos dissensos deflagrada antes dos anos de 1820, nesse período é possível observar a transformação do vocabulário, que teve papel fundamental para legitimar as insatisfações e as posições de cada grupo. Mais relevante ainda é notar o protagonismo de Meirelles nessas teias de intrigas. Se por um lado, o comendador era escoltado por veementes defesas, como a feita por Costa Soares, por outro lado, a imagem idílica, buscada por José Pereira da Silva com seu soneto, não convencia ao grupo opositor, que também se empenhou em fazer denúncias e reclamações.

Outro exemplo da atuação da oposição foi o jornal *Folha Medicinal*, que passou a circular no Maranhão a partir de março de 1822. Segundo Marcelo Galves, o acesso à Tipografia da província sofreu mudanças decorrentes da saída de Pinto da Fonseca e da eleição de uma Junta de Governo⁴³⁴. É que apenas nesse período, o jornal escrito por uma figura de oposição, Manoel Rodrigues de Oliveira, conseguiu espaço para ser impresso⁴³⁵. O

de obra fundamental para a economia agroexportadora, como era o caso do Maranhão. O que explica as polêmicas entre Meirelles e Miranda. Sobre o imposto da Meia Siza Cf. FERNANDES, Guilherme Vilela. *Tributação e escravidão: o imposto da Meia Siza sobre o comércio de escravos (1809-1850)*. Monografia apresentada ao curso de Graduação em Ciências Econômicas da Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2006.

⁴³³ Para uma análise do processo de prisão de Miranda assim como para os embates entre aquele grupo opositor e os aliados de Fonseca Cf. CUTRIM, Luisa. *Negócios e política em tempos constitucionais: percursos do negociante João Rodrigues de Miranda*. Monografia apresentada ao curso de graduação em História da Universidade Estadual do Maranhão. São Luis, 2013. Especialmente Cap. 3.

⁴³⁴ GALVES, Marcelo Cheche. *A pena, o prelo e a prescrição: um estudo sobre a Folha Medicinal do Maranhão, 1822*. IN: Francisco Alcides do Nascimento; Maria Lindalva da Silva Santos; Regianny Lima Monte. (Orgs.). *Diluir Fronteiras: interfaces entre história e imprensa*. 1 ed. Teresina: EDUFPI, v.1, 2011, p. 98-121.

⁴³⁵ Manoel Rodrigues de Oliveira nasceu em Portugal e atuou como médico no Hospital Militar de São Luís de 1805 a 1821, quando foi demitido. Ele fez parte daquela oposição atuante contra Pinto da Fonseca, e foi um dos oito cidadãos que se opuseram à continuidade daquele governo após a adesão ao movimento do Porto, ao lado de figuras já analisadas aqui como João Rodrigues de Miranda e Manoel Paixão dos Santos Zacheo. Ademais,

principal objetivo do periódico era denunciar os “desmandos” praticados desde abril de 1821 pelo “novo” governo de Fonseca com o intuito de recuperar os anos em que o *Conciliador* monopolizou com tendenciosidade e parcialidade a palavra impressa na Tipografia. O jornal se ateve, então, a discutir os acontecimentos passados⁴³⁶.

No periódico é grande o destaque para o “constitucionalismo de ocasião” praticado pelo governo e visto Pinto da Fonseca como origem principal das violências que marcaram a província naqueles últimos meses⁴³⁷. Como se pode supor, as reclamações da *Folha Medicinal* não deixaram de lado a figura de Meirelles. No número 4 do jornal de 1 de abril de 1822 há o relato de uma discussão envolvendo o redator do jornal e o comendador. Oliveira relata o episódio em que Meirelles o chama quando passava pela Praça do Comércio, em São Luís, que se aproxima para cumprimentá-lo, quando surge também o capitão José dos Santos Monteiro⁴³⁸. Segundo o redator, os dois personagens parabenizaram-no pelo jornal, porém, em tom de ironia, “com muitas festas, misturadas com riso sardônico”. A partir de certo momento, a conversa teria chegado ao assunto do abaixo-assinado de autoria dos opositores do governo, a quem Meirelles e Monteiro chamavam de “patifes”. Oliveira teria respondido que os verdadeiros patifes não haviam assinado os documentos, e o ânimo se acirrou entre eles ao ponto de Meirelles sugerir um aperto de mão para acordar a briga, ao que o redator teria se recusado⁴³⁹.

O comendador Meirelles seria, então, segundo Oliveira, o claro exemplo dos problemas enfrentados no Maranhão, visto que não respeitava o que já se achava estabelecido

Oliveira já havia tentado imprimir outro periódico na Tipografia durante o governo de Pinto da Fonseca, que seria intitulado *Gazeta da Verdade*, contudo, seu pedido foi negado sob alegação de excesso de trabalho. Sobre sua atuação Cf. GALVES, Marcelo Cheche. *Op. Cit.* 2011, p.98-121.

⁴³⁶ *Idem. Ibidem.*

⁴³⁷ *Idem. Ibidem.*

⁴³⁸ Em abril de 1822, carta de José dos Santos Monteiro foi publicada no *Conciliador* com o intuito de se defender da narrativa descrita na *Folha Medicinal*. Nela, o autor afirma que não havia chegado ao encontro de Meirelles e Oliveira, pois já se encontrava passeando com o comendador. Além disso, nega ter feito festa ou riso sardônico, apenas teria feito um breve cumprimento e continuou como “mudo espectador da conservação”, sendo obrigado a entrar em cena apenas quando começaram as provocações e os usos de expressões que o desafrontaram. *Conciliador*, nº79, 13/04/1822. p.4.

⁴³⁹ *Folha Medicinal*, nº 4, 1/04/1822, p.28.

nas bases da Constituição: a liberdade de “pensar, falar, escrever, sem outras restrições”. O redator entende que esses abusos gerariam consequências, como se vê:

se houver algum cidadão tão pouco Constitucional, que pela superioridade em forças físicas, pela sua avultada riqueza, ou aderentes mal intencionados, se atreva a violar as primeiras leis do novo código, vingando-se por suas mãos mediata ou imediatamente do escritor, que denuncia ao público os nomes e fatos dos que tem obrado, e obram em oposição ao bem comum da sociedade, será coberto de excreção pública, e não escapará ao rigoroso castigo, que lhe será decretado pelo Congresso.

Oliveira segue afirmando que Meirelles só conseguia agir daquela maneira por confiar na proteção das leis e das autoridades da região. No entanto, o redator não se aparenta temor e ressalta que continuaria a apresentar suas “opiniões políticas” para serem analisadas e julgadas pelo público⁴⁴⁰. A posição do redator do jornal aponta para a nova concepção de cidadão que começava a se forjada nesse período transitório – ao menos no discurso: “o cidadão-portador-de-privilégios” dava lugar ao cidadão-detentor-de-direitos-civis-e-políticos”, transformação advinda da filosofia política do liberalismo⁴⁴¹.

A partir de contendas como essas, percebe-se a influência de Meirelles no governo. Esse “sistema protetivo”, ressaltado na narrativa acima, ocorreu tanto pelas defesas que recebeu nos folhetos impressos pelos seus aliados como pelos benefícios alcançados na Câmara dos Deputados, na Junta da Fazenda e com o governador Fonseca. A íntima relação com o poder público reforçou a proteção frente á oposição e, por outro lado, fortaleceu a insatisfação pública com a sua figura. O poder econômico e político de Meirelles incomodou

⁴⁴⁰ *Folha Medicinal*, nº 4, 1/04/1822, p.28.

⁴⁴¹ BICALHO, Maria Fernanda Baptista. *O que significava ser cidadão nos tempos coloniais*. IN: ABREU, Martha; SOIHET, Rachel. *Ensino de história: conceitos, temáticas e metodologia*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2003. p.149. A autora ressalta que, mesmo transformada a noção de cidadão, o antigo “cidadão-súdito-privilegiado” não deixou de existir. Foi, justamente, essa sobreposição de perspectivas que possibilitou a manutenção “caráter excludente, hierarquizado e, sobretudo, escravista, do Brasil Imperial”. Essas transformações e permanências são perceptíveis também nos embates envolvendo Meirelles, em que se valeu de discurso marcado pelas transformações do ideário liberal. No entanto, os embates foram notadamente marcados pelo objetivo de manter o privilégio e a influência do negociante ao longo da sua atuação.

os grupos contrários ao governo de Fonseca, talvez por perceberem que o ataque ao negociante tinha mais impacto por ele representar o pilar principal do “novo” governo constitucional. Sendo assim, denúncias e abaixo-assinados se multiplicaram ao longo dos anos até, pelo menos, 1832.

3.2. - Os negócios de Antonio José Meirelles e os embates políticos

O viperino [espectro] da intriga está cravado no terreno do Maranhão: porém felizmente não envolve todos os seus habitantes: o pestifero influxo desde flagelo da Sociedade, perpetua-se em certa congregação de indivíduos, alguns dos quais sendo então fatores daquela cabala, são também agora pedagogos da confraria dos (3 T.). Neste, naquele, e em todos os seus conluios constituem sempre a vítima da maledicência o crédito do Sr. Comendador Meirelles! O motivo é fácil de calcular quando se note, que ele faz mais nobre uso do seu dinheiro, que todos os seus inimigos; e que ele só, paga incomparavelmente mais Direitos aos Cofres Nacionais do que todos eles. E pode haver maiores incentivos para a inveja?

A citação destacada refere-se à nota de rodapé inserida por Costa Soares na sua refutação ao folheto *Violências feitas no governo do Maranhão pro B. da S. P.* O redator chama atenção para a insistência das acusações contra o crédito de Meirelles e alerta para o ato de que os negócios e as possíveis dívidas do negociante são o principal motivo de desconforto dos seus opositores. Segundo Costa Soares, era previsível que sentissem inveja, pois Meirelles sabia fazer uso “mais nobre” do seu dinheiro⁴⁴². A reclamação apontada pelo redator é observada ao longo das constantes críticas e denúncias que marcaram a atuação de Meirelles, por, continuamente, atacarem o seu caráter de negociante. Da mesma forma, as defesas produzidas por ele próprio também tinham o enfoque de proteger seus negócios e sua reputação.

Antonio José Meirelles, como já analisado, tinha atributos comuns aos homens de negócio do seu tempo, atuando em diferentes esferas de circulação, como o tráfico de escravos e a arrematação de impostos, o que permitia a ele o controle de setores chaves da

⁴⁴² *Conciliador*, suplemento ao nº 61, 11/02/1822, p.5.

economia⁴⁴³. Desse modo, ele pôde manter uma posição privilegiada naquela sociedade fortemente estratificada, em que o comércio era posição estratégica. Defesas e acusações contra e a favor dos negócios de Meirelles apontam para algumas permanências na forma de atuação no comércio. Darío Barriera e Griselda Tarragó, ao analisarem os mercadores de Santa Fé, no século XVIII, percebem o que denominam “estratégias de frentes múltiplas”, pelas quais os negociantes firmavam suas atividades tanto no comércio à longa distância quanto na produção agrária e na vida política local. No entanto, o alto lucro gerado por essas atividades carregavam o ônus das tormentas e dos contratemplos, não apenas nos negócios como também nos embates políticos. Nesse aspecto, a confiança era elemento legitimador das transações entre os indivíduos e para a manutenção de negócios ilesos, mesmo em meio a dificuldades⁴⁴⁴.

Ao longo dos anos conturbados e antecedentes à “adesão” do Maranhão à Independência, entre 1821 e 1823, observa-se que as críticas e denúncias feitas pela oposição ao governo de Pinto de Fonseca, ao se estender a Meirelles, pautavam-se, principalmente, na sua atuação como negociante. O folheto *Requerimento dirigido ao Soberano Congresso por 48 habitantes desta cidade* exemplifica esse posicionamento da oposição⁴⁴⁵. Ao fazerem as “justas queixas” contra as “maldades e violências” de Pinto da Fonseca, as críticas alcançam Meirelles, associado como figura protegida pelo governo em que “todo contrabando é tolerado”. Os abaixo-assinados ressaltam os abusos cometidos pelos dois personagens, como a prisão do “honradíssimo, e probó Negociante” João Rodrigues de Miranda por esse último ter prejudicado os negócios do comendador. Isso comprovava para a oposição que tanto o

⁴⁴³ PIÑEIRO, Théo Lobarinhas. *“Os simples comissários”*: negociantes e política no Brasil Império. Niterói: Editora UFF, 2014. p.29.

⁴⁴⁴ BARRIERA, Darío; TARRAGÓ, Griselda. *Elogio de la incertidumbre. La construcción de la confianza: entre la previsión y el desamparo. (Santa fe, gobernación del Rio de la Plata, Siglo XVIII)*. Revista História, nº 48, julho-dezembro 2003. p. 189;192.

⁴⁴⁵ O *Requerimento...* foi produzido após as eleições da Junta da Governo do Maranhão, em que saíram vencedores nomes como frei Nazaré, Filippe de Barros Vasconcelos e Caetano José de Sousa - figuras ligadas a Meirelles e Pinto da Fonseca. Os derrotados foram Miguel Bruce e Izidoro Rodrigues Pereira, abaixo-assinados da oposição. As mudanças pretendidas por eles, meses antes, não foram alcançadas porque o governo continuou nas mãos dos aliados de Pinto da Fonseca. Cf. GALVES, Marcelo Cheche. *Op. Cit.* 2010. p. 162 et seq.

governador quanto os membros da Junta da Fazenda não aceitavam a diminuição dos lucros de Meirelles, sempre preservados, ainda que em prejuízo dessa instituição. Além disso, os abaixo-assinados se preocuparam em apresentar as possíveis dívidas de Meirelles e, com isso, evidenciavam a suspeição acerca da origem de pretensa fortuna, como analisado no Capítulo anterior⁴⁴⁶.

Ainda assim, é importante destacar que as reclamações contra o crédito de Meirelles feitas no *Requerimento...* tinham como base as críticas ao momento político vivido na província, quando a ativa oposição estava coadunada pelas novidades do período. Aspectos esses percebidos ao final do folheto com o pedido de envio da comissão de ministros imparciais à busca de provas para as acusações divulgadas. O manifesto rebate que não conseguiriam provar nada por serem “espiados noite e dia” e não terem acesso aos documentos. Ao final do folheto, é ressaltado que o objetivo não era o de pedir graça, mas sim, de justiça, pois “sendo a Lei igual para todos, os nossos perseguidores não devem ficar impunes” e se dispunham a pagar com as penas da lei, caso suas acusações não fossem provadas⁴⁴⁷.

O abaixo assinado publicado no *Conciliador* é seguido de réplica assinada por Meirelles, em que explica que daria seu “público testemunho” sobre as acusações que recebia dos seus inimigos, contudo, utilizando-se dos recursos das leis e da publicidade da imprensa, sem adentrar sentimentos que regiam a oposição, como a inveja e a vingança. Por conta disso, a refutação do negociante exibiu as certidões comprobatórias da sua função de correspondente do Banco do Brasil no Maranhão, além da conta corrente e do balanço das transações feitas naquela posição para comprovar a falsidade das acusações. É interessante observar, assim, a preocupação do negociante em embasar sua defesa em documentos que, independente de serem falsos ou verdadeiros, ajudavam a fortalecer e legitimar suas palavras. Para além da

⁴⁴⁶ *Conciliador*, suplemento ao nº 82, 24/04/1822, p.1.

⁴⁴⁷ *Idem*, *Ibidem*, p.2.

defesa da credibilidade de negociante, já analisada, a narrativa de Meirelles destaca sua atuação no governo de Pinto da Fonseca e afirma que aplaudiu - assim como “ a maioria absoluta de todas as classes ali também aplaudiu” - a permanência do governador, comprometido que estava em governar “pelos Princípios Políticos felizmente jurados” e argumenta que não haveria motivos para mudar o governo já instalado. Essa seria, então, a principal razão das acusações dos oponentes - em especial, Honório José Teixeira, o mentor do abaixo-assinado, segundo Meirelles: como não havia outros meios de se vingarem, recorriam à calúnia.

O negociante compara a própria atuação com a dos seus acusadores e destaca que fazer acusações falsas – como a que recebeu de ser “prevaricador das Autoridades” – era motivo suficiente para tonar indignos de crédito os “insanos que a produzem!”. Em contrapartida, o autor busca comprovar seu abono de caráter:

Honro-me da estima, que em todos os tempos hei merecido á maior parte das pessoas que tem exercido mando, e Empregos nesta Província (...). Se tenho sido por muitas vezes atendido em minhas pretensões, devo esta atenção a não exigir concepções, que não sejam dignas dos auspícios da Justiça, e da Integridade.⁴⁴⁸

Os descontentamentos da oposição estavam relacionados tanto às dificuldades econômicas vividas no período, quanto às insatisfações geradas pela manutenção do mesmo governo após a adesão a Revolução do Porto. Essas questões mesclavam-se, por meio dos dissensos em que os “públicos acusadores” sustentavam o interesse de apresentar todas as mazelas vividas no Maranhão no período. A defesa de Meirelles visava também responder a duas questões: reafirmar seus motivos para se fixar ao lado de Fonseca e desmentir as acusações ao seu “crédito mercantil”. A própria explicação do comendador, destacada acima, aponta para a estreita ligação entre os negócios e a política por intermédio das “pessoas que têm exercido mando”. Observa-se, então, que os assuntos em litígio não eram antagônicos e

⁴⁴⁸ *Idem*, *Ibidem*, p.3-4.

que defender ou acusar o caráter de negociante assumiam, nesse contexto, clara motivação política.

Por conseguinte, foi preocupação entre seus aliados reafirmar o seu o crédito como homem de negócio, fator fundamental para garantir a confiança em sua atuação. Um exemplo disso foi a publicação no *Conciliador*, em outubro de 1822, da carta aberta de *O Amigo da Verdade e verdadeiro Constitucional* que narra ter recebido do Corpo de Comércio do Ceará o certificado atestando “a honra, o patriotismo e o crédito” de Meirelles, tendo ele “fiado grossas somas” a alguns habitantes daquela província, além de ter sido caridoso nas remessas de farinha para o auxílio contra a fome entre os mais pobres⁴⁴⁹. O documento permitiria assegurar o poderio econômico do negociante, tão questionado pela oposição. Por outro lado, possibilita perceber que os negócios e a influência de Meirelles não ficaram restritas à província do Maranhão.

Foram intensos os embates em torno dos negócios do comendador, com destaque para sua atuação como administrador de contratos régios. Entre maio e outubro de 1822, foram trocadas reclamações e acusações cuja questão principal foi o contrato das carnes verdes, tema recorrente dos dissensos com o comendador. Como já analisado, Meirelles administrava esse contrato desde 1817, mas, em 1822, inimizadas do negociante conseguem arrematar o negócio para administrá-lo no triênio de 1823 a 1825⁴⁵⁰. O contrato foi para as mãos de Francisco do Valle Porto⁴⁵¹ e seus sócios, Honório José Teixeira e José Joaquim Vieira

⁴⁴⁹ *Idem.*, nº 130, 9/10/1822, p. 8. Sobre a discussão em torno das dívidas de Meirelles ver Capítulo 2.

⁴⁵⁰ Meirelles produz um folheto em 1828, em que explica a necessidade de “depósito considerável de gados nos campos” pelos administradores do Contrato das Carnes Verdes, o que, segundo ele, os novos contratantes não poderiam cumprir. O negociante afirma que, mesmo após perder a administração do contrato, forneceu gado para a cidade, visto que Valle Porto não conseguiu suprir as necessidades. *Ao público. Defesa do autor contra um artigo publicado...*BN, SOR, 040, 012, 002, 1828, fl.1v. O que permite inferir que ainda conseguiu continuar influenciando e lucrando de alguma forma com aquele contrato.

⁴⁵¹ Francisco do Valle Porto era membro do Corpo de Comércio e desafeto de Meirelles. Assina os abaixo-assinados de oposição como “tenente coronel”, possivelmente para evitar que seu nome fosse vinculado àquele agrupamento de forte influência de Meirelles. Valle Porto atuou ainda no Maranhão como contador e sócio do maior negociante da província, o “Barateiro”. Os embates que serão analisados a seguir, em torno da arrematação do contrato das carnes verdes, têm esse novo contratante como figura principal das críticas e denúncias. Isto porque, além prejudicar Meirelles, principal negociante do período, ele teria ainda oferecido preço abaixo do custo para conseguir vencê-lo. Cf. GALVES, Marcelo Cheche. *Op. Cit.* 2010. p. 158-171.

Belfort⁴⁵², e teria sido arrematado por “um tiro insignificante de cinco réis”, segundo o pseudônimo em *O Observador dos Cuxanfús*⁴⁵³. Os novos contratadores, como se sabe, faziam parte da oposição e rubricaram as denúncias dos folhetos *Protesto de Lealdade...* e *Representação dos Moradores...*

A partir de então, os ânimos se aquecem e ambos os lados aproveitam a disseminação dos folhetos e periódicos no Maranhão para publicar suas versões acerca da arrematação do contrato das carnes verdes e de comparar como Meirelles e Valle Porto, antigo e novo contratante respectivamente, administravam seus negócios. Os embates se iniciam a partir da publicação, pelos novos contratantes, da notícia na *Folha Medicinal* que era de conhecimento público a raiva do “*Flagelador* desta Província” por ter sido arrancado de suas “*Garras*” (grifos do texto) o referido contrato. Por conta disso, o antigo negociante resolveu “publicar e fazer circular por toda esta Província, e a do Piauí” que os novos contratadores comprariam os bois por preços menores, no máximo, 6.400 réis. O anúncio tinha o objetivo de desmentir boatos acerca das quantidades e dos valores de bois comprados e reforça que muito mais seria comprado e à vista, caso mais boiadas chegassem à província⁴⁵⁴.

Alguns meses depois, em agosto de 1822, o *Conciliador* publica a carta do sertanejo piauiense Raimundo José Nogueira com reclamações sobre os “novos Contratadores do Açougue desta Cidade”. Segundo Nogueira, os contratadores convidavam os criadores de gado para a feira de Itapecuru com a garantia de que venderiam os animais a preços vantajosos e ainda receberiam à vista. Por conta disso, o sertanejo havia mudado sua rota, desistiu de levar a boiada até a Bahia e optou em seguir para Itapecuru. Nogueira denuncia que nenhuma das promessas foi atendida: nem os preços foram vantajosos nem houve pagamento em

⁴⁵² GALVES, Marcelo Cheche. *Op. Cit.* 2010. p.166.

⁴⁵³ *Idem.*, nº 56, 22/1/1822, p.4. *O Observador dos Cuxanfús* publicou carta no jornal narrando a nova arrematação para reclamar da proteção que os “novos Marchantes” haviam recebido do presidente Gervazio Machado, autorizando ainda a ida de João Rodrigues de Miranda, preso na época, que teria vociferado em meio à Assembleia os “seus acostumados insultos”. Por isso o destaque do autor para o pequeno preço da arrematação.

⁴⁵⁴ *Folha Medicinal*, nº 10, 13/05/1822, p.80.

dinheiro. E ironiza: aqueles “Contratadores que arrotavam tantas postas de pescada” haviam se transformados em verdadeiras “cabeças de Bagre!”. A carta do sertanejo reclamava a dívida de “três contos e sessenta e nove mil quatrocentos e setenta réis” (3:079\$470) pela letra que recebeu dos administradores do novo contrato. Pagamento que não recebeu, pois no dia combinado, o caixa do contrato, coronel Francisco do Valle Porto e Companhia, não honrou o pagamento sob o argumento de que o administrador tinha feito a transação sem sua ordem. A carta finaliza com o pedido de publicação por ter sabido que “assim como na Botica há remédios para todas as moléstias corporais, também a Imprensa tem remediado muitas enfermidades morais”⁴⁵⁵.

O relato de Nogueira torna-se relevante, pois, depois de publicada, o pseudônimo *Inimigo da Calúnia* teceu comentários sobre a carta, associando o sertanejo a Meirelles. Em contrapartida, outro pseudônimo, *O investigador da mentira*, entrou em cena para elencar defesas ao negociante. Mas antes, outra publicação chama atenção em meio a esse embate.

Entre a publicação dos novos contratantes na *Folha Medicinal* e a carta de Nogueira, Caetano José da Cunha⁴⁵⁶, em suplemento ao nº 107 do *Conciliador*, publica longa crítica a Francisco do Valle Porto por conta das acusações feitas na *Folha*. O principal objetivo da refutação era desmentir as afirmações de Valle Porto, que aponta para “o vil intento de indispor o Público dessa Cidade” contra o atual arrematante do contrato das carnes verdes, enquanto ele mesmo tentava cobrir-se “com pele de cordeiro” mesmo sendo “um esfomeado lobo de ambição, egoísmo e desprezo do bem geral”. Isso porque, enquanto Meirelles assumiu uma cláusula onerosa ao fazer a arrematação em 1819 pensando nas vantagens para o “Povo

⁴⁵⁵ *Idem*, nº 117, 24/8/1822, p.6.

⁴⁵⁶ Caetano José da Cunha aparece em diversas listas do *Conciliador* como alferes, em apoio ao governo de Pinto da Fonseca, assinando ao lado de Meirelles. Posteriormente também é encontrado em abaixo-assinados de apoio às Cortes Portuguesas e em oposição à “adesão” do Maranhão à Independência, constando entre os indivíduos que custearam as despesas de comemoração a constituição decretada pelas Cortes em janeiro de 1823. Cf. *Conciliador*, nº 2 (19/04/1821), nº 5 (29/04/1821), nº 151 (21/12/1822), nº 158 (15/01/1823), nº 194 (21/05/1823).

da Cidade”, o novo contratador recusou-se a manter essa condição, mesmo que o pequeno prejuízo fosse necessário para o “bem público”.

Vale ressaltar que grande parte das reclamações de Cunha se assemelha às denúncias do sertanejo piauiense, como no trecho:

Qual será o conceito que os Proprietários de gado do Sertão, devem formar de tais Contratadores, quando fiados em suas promessas deixam de enviar as suas boiadas para a Província da Bahia; onde podiam obter grandes preços (...) Não foi só com a diminuição de preços, que se maltratou os vendedores, também se lhes impuseram as onerosas condições de se fazerem tais compras (...) obrigando-os a virem receber nesta Cidade o dinheiro, que se lhes prometia á vista.

O relato de José da Cunha finaliza caracterizando o novo contratante como “semelhante aqueles animais possuídos de furor, que em si cravam o dente, ele não faz mais que comprovar o seu mal caráter, o seu descrédito, e o seu afinco em mentir”.⁴⁵⁷ A narrativa do autor tinha o claro objetivo de desqualificar Valle Porto com tipo de escrita próprio do período com a “animalização” dos indivíduos. Marco Morel observa esse recurso retórico ao analisar os impressos do Rio de Janeiro e ressalta que, além de ser um meio de desqualificar e ridicularizar os adversários, essa forma de escrita representava o sistema de valores e pensamentos típicos desse contexto. A comparação a animais retirava a razão dos personagens, traço que era essencialmente humano e sentido último da política no período. Ao contrapor a ideia de civilização à de barbárie buscava-se delimitar um terreno político legítimo, ou seja, estipular limites do que podia, ou não, ser admitido no debate público⁴⁵⁸. Adjetivos como “esfomeado lobo” e “animais possuídos de furor”, utilizados por Cunha, assim como a afirmação de Meirelles em sua defesa de não se pautar em sentimentos como inveja e vingança demonstram bem o uso desse discurso com que ambos os personagens ajustavam suas refutações na lógica de supremacia da razão.

⁴⁵⁷ *Idem*, suplemento ao nº107, 20/07/1822, p. 2-3.

⁴⁵⁸ MOREL, Marco. *Op. Cit.* 2005. p. 84-86.

É interessante observar ainda a declaração dos novos contratantes na *Folha Medicinal*, em que acusam Meirelles de fazer publicações com possíveis boatos sobre aqueles arrematantes. O que possibilita inferir o uso recorrente pelo comendador dos escritos como estratégia para defender seus interesses e mecanismo eficaz de ataque aos seus inimigos, ao ponto de estes buscarem também os meios impressos para se defenderem e resguardar seus negócios. Deste modo, as publicações subsequentes e semelhantes, produzidas por Cunha e pelo sertanejo, surgiram nos periódicos em momento oportuno, visto que ajudaram a abonar a imagem de Meirelles como negociante, ao mesmo tempo que reforçou as críticas aos novos arrematantes. Coincidências que não passaram despercebidas pelos seus opositores, como ressaltado no folheto a seguir.

Observa-se que a acusação feita por Nogueira recaía principalmente sobre Valle Porto ao mesmo tempo em que as duas publicações coincidem em diversos argumentos, além da linguagem semelhante. Aspectos esses que foram destacados pelo *O Inimigo da Calunia*, que publica no *Conciliador* comentários sobre a carta do sertanejo, em setembro de 1822. Para o pseudônimo, Nogueira teria apenas sido usado para, em sua sombra, “vomitem as cóleras” que os novos contratadores estavam causando ao negociante e infere que seria ele o mentor da carta. O autor defende que, mesmo que houvesse dívidas com o sertanejo, isso não seria motivo para desacreditar aqueles arrematantes. Isso porque, eles negociavam na praça de São Luís há muitos anos e eram sempre “exatos nas suas transações”. Enfatiza ainda que os novos contratadores não poderiam ser acusados de, ao fazerem seus negócios, buscarem também desacreditar o dos outros, prática que seria comum a Meirelles, sempre envolvido em “trapaças e chicanas” e considerado também como o responsável por instigar Caetano José da Cunha a “assinar outra semelhante, injuriosa, e insultante arengada”, o que explicaria as semelhanças entre as duas publicações.

As acusações passam, então, ao poder econômico do comendador, que, segundo o autor, precisava buscar recursos em Lisboa para honrar as arrematações de contratos já finalizados. Afirmam que o negociante teria pedido ao governo para arcar as prestações mensais da sua dívida de 62:000.000, quantia insignificante para *O Inimigo da Calunia*, caso o negociante tivesse mesmo “tanto vulto” como insistia em afirmar, e se o fosse, não se justificaria tal parcelamento. Segundo ele, as dívidas de Meirelles estariam também deixando os Cofres da Fazenda Nacional “exaustos”⁴⁵⁹.

Ao que parece, a carta do *O Inimigo da Calunia* gerou grande incômodo, visto que o nº 130 do *Conciliador* foi acompanhado do suplemento assinado por *O investigador da mentira* dedicado a refutar as acusações contra Meirelles, como mencionado antes. Uma das primeiras questões levantadas pelo autor das reclamações foi a arrematação atribulada do contrato das carnes verdes ao que o comendador só teria cedido por constatar que o preço do contrato iria lhe causar grande prejuízo. A atitude de Meirelles foi assim interpretada pelo pseudônimo: “passo mais agigantado, que dar podia, não só pela estabilidade da sua fortuna; mas também para vingar-se dos invejosos inimigos (...) que tantas maquinações vis, e abjetas tem urdido contra o seu crédito”. Mais uma vez, é possível perceber o incômodo que geravam entre os aliados de Meirelles as acusações sobre sua conduta nos negócios. Para credibilizar a atuação do negociante, o autor recorre a comparar Meirelles aos novos contratantes, afirmando que o sertanejo Raimundo José Nogueira já havia negociado em outras ocasiões com Meirelles, “tanto a dinheiro quanto a prazos” e que “sempre foi honradamente pago”. Por outro lado, o primeiro negócio do criador de bois com os novos arrematantes havia acabado em inadimplência pelos últimos. Logo, o discurso do sertanejo não poderia ser inverossímil, visto que tirou suas provas da própria experiência. O pseudônimo afirma ainda que no Piauí, a diferença entre o antigo e os novos contratantes eram também conhecidas, outro argumento

⁴⁵⁹ *Idem*, nº 125, 21/09/1822, p.5.

para desvalidar a ideia defendida pelo *Inimigo da Calunia* de que a carta do sertanejo teria sido encomendada por Meirelles⁴⁶⁰.

Em contrapartida, ao lado da refutação de *O investigador da mentira* consta carta de Nogueira em que demonstra sua gratidão a Meirelles pela “alta proteção” que recebia do negociante, além de afiançar que continuaria a “publicar os grandes benefícios recebidos da [bem-fazeja] mão de V.S.”⁴⁶¹. Entende-se, assim, que as relações entre Meirelles e Nogueira eram próximas e que a publicação desses documentos e a da feita por Caetano José da Cunha não teriam sido apenas coincidências, mas, estariam relacionadas às alianças tecidas por Meirelles ao longo da trajetória. Essa possibilidade também foi levantada pelo autor da defesa do negociante, mas, apenas para o caso de José da Cunha, sobre o que afirma:

Não defendo se o Sr. Comendador Meirelles – embrulhou o Sr. Caetano José da Cunha para assinar uma Carta declaratória das patifarias do Sr. Contratador do Caixão Francisco V..P.. – suponhamos que sim – usou de justíssimo direito de represália; fez declarar verdades, em desforra das mentiras que contra ele inventaram os tais Contratadores novos⁴⁶².

Observa-se, então, que, ao se envolver em querelas, Meirelles se utilizava das relações estabelecidas pela sua atuação para reafirmar sua posição, como analisado anteriormente. Além disso, é interessante notar a complexidade dessas interações, já que conseguiu formar alianças, não apenas com figuras de preponderância econômica e política, como negociantes e advogados, mas também com outros grupos, como no caso dos criadores de gado, acionadas a seu favor sempre que necessário.

A relação de Meirelles com o sertanejo do Piauí pode ser também compreendida pela própria característica do mercado de abastecimento, nesse período, em que o comércio era monopolizado pelos arrematantes do contrato régio. Para isso, era necessário fazer parcerias com os fornecedores para garantir o controle de todas as etapas da circulação e manter os

⁴⁶⁰ *Idem*, suplemento ao nº 130, 9/10/1822, p.1-2.

⁴⁶¹ *Ibidem*, p. 3.

⁴⁶² *Ibidem*, p.6.

lucros crescentes⁴⁶³. Como o comendador administrou aquele contrato por vários anos e, ao que parece, Nogueira era não só criador de gado como o atravessador⁴⁶⁴ dos animais, entende-se o tipo de interações comerciais intensas entre os dois, ao ponto de o sertanejo expor em carta a sua gratidão ao negociante.

A refutação no suplemento nº 130 segue com as comparações entre Meirelles e Valle Porto, dessa vez trazendo à tona questões do âmbito familiar dos personagens. *O investigador da mentira* afirma que, assim como Meirelles, o novo contratante, tinha um sobrinho em Liverpool, que esteve “miseravelmente desamparado” naquela cidade, cujas necessidades haviam sido supridas pelo senhor Meirelles Sobrinho. Ainda segundo o autor, o sobrinho de Meirelles havia entrado em contato com Valle Porto para que fosse reembolsado dos gastos, porém ele havia respondido que “nem um real pagava e que o seu gosto era ouvir dizer que o tal seu Sobrinho Ignacio Valle Porto, havia morrido enforcado”. Além disso, ressalta que alguns anos depois desse episódio, Valle Porto avisa o sobrinho para retornar à província, mas, negou pagar, até mesmo, o transporte ao capitão do navio, obrigando-o a ir receber a quantia da casa de Meirelles em Liverpool⁴⁶⁵. O intuito do pseudônimo era desqualificar Valle Porto e seus negócios ao apresentar o “péssimo tio” que havia sido, o que também referendava a imagem de Meirelles e comprovava sua caridade como tio e negociante.

O autor da publicação também contesta a dívida de 62:000.000 réis de Meirelles, que seria, na verdade, de 52:240.489⁴⁶⁶ réis. E afirma que o comendador cumpria os pagamentos anuais como lhe era devido à Junta da Fazenda, instituição que também aceitou receber, em outras ocasiões, empréstimos do negociante para suprir suas faltas. Conclui que todas as

⁴⁶³ CAMPOS, Pedro Henrique Pedreira. *Nos caminhos da acumulação: negócios e poder no abastecimento de carnes verdes para a cidade do Rio de Janeiro (1808-1835)*. São Paulo: Alameda, 2010. p.61.

⁴⁶⁴ Segundo Rodrigo Lopes a maior parte dos atravessadores, também chamados de marchantes, eram criadores ou negociantes de gado que possuíam pastos próximos aos locais de registro. E também poderia existir entre os atravessadores pessoas de destaque político e social. LOPES, Rodrigo Freitas. *Op. Cit.* 2009. p.90.

⁴⁶⁵ *Idem*, suplemento ao nº 130, 9/10/1822, p.4-5.

⁴⁶⁶ Este valor consta também no Diário das Cortes de Lisboa, com o requerimento de Meirelles para pagar a dívida em prestações. O pedido foi encaminhado para a Comissão da fazenda e Ultramar. *Cortes Gerais e Extraordinárias da Nação Portuguesa*, sessão de 7 de junho de 1822, p.368.

argumentações utilizadas pelos opositores eram mentiras dos “detratores invejosos do crédito do Sr. Comendador Meirelles”. *O investigador da mentira* finaliza com explícita admiração pelo negociante por ele ter se disponibilizado a pagar ao sertanejo, se necessário, o valor que os novos contratantes ficaram devendo⁴⁶⁷.

Ao analisar a elite estabelecida no Brasil no pós-Independência, Maria Fernanda Martins ressalta que a categoria não poderia ser considerada “emergente”, visto que era a elite tradicional desde o período colonial e que, desde então, conseguira se adaptar à nova conjuntura. A manutenção dessa elite estava diretamente ligada às redes de sociabilidade e parentesco, em que a identidade individual ainda se encontrava fortemente atrelada às relações familiares. As práticas relacionais extrapolavam os interesses exclusivamente econômicos, em que a possibilidade de influência dos indivíduos estava relacionada também à sua capacidade de “oferecer e retribuir benefícios, em um amplo esquema de trocas”⁴⁶⁸. Daí explica-se o destaque dado pelo pseudônimo à relação de Meirelles e Valle Porto com os seus sobrinhos, assim como a disponibilidade do comendador em ajudar o sertanejo. O não auxílio àqueles com quem se relacionavam, notadamente os familiares, também influenciava outros âmbitos da vida desses personagens, como a atuação no meio mercantil.

A partir da troca de acusações, apresentada até aqui, nota-se a preocupação com o tema da “publicidade”, recorrente nos impressos do período. Segundo Renato Reis, na análise dos jornais do Rio de Janeiro, a ideia de se publicarem opiniões de pessoas não vinculadas diretamente aos cargos públicos para questionar as ações dos governantes foi uma novidade do período, sendo entregue ao “público”⁴⁶⁹ a competência de “checar”, o que passava para o

⁴⁶⁷ *Conciliador*, suplemento ao nº 130, 9/10/1822, p.6-7.

⁴⁶⁸ MARTINS, Maria Fernanda. *Os tempos de mudança: elites, poder e redes familiares no Brasil, séculos XVIII e XIX*. In: FRAGOSO, João Luis Ribeiro. ALMEIDA, Carla Maria Carvalho. SAMPAIO, Antonio Carlos Jucá de. (org.) *Conquistadores e negociantes: Histórias de elites no Antigo Regime nos trópicos. América lusa, Séculos XVI a XVIII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. p. 406.

⁴⁶⁹ Renato Reis observa que a ideia do “público” utilizado nos jornais que analisou tinha a intenção de que “todos” ou o “geral” dos homens tivessem sido comunicados, mesmo que essa intenção não significasse, necessariamente, a sua realização. Logo, a ideia do “público” possuía um critério abstrato e, pretensamente, totalizante. REIS, Renato de Ulhôa Canto Reis. *Op. Cit.* 2016. p.83. Essa mesma intenção pode ser observada no

leitor uma autoridade possível de rivalizar com as autoridades estabelecidas.⁴⁷⁰ No caso do Maranhão, foi intenso o uso dessa autoridade por parte da oposição a Fonseca. Contudo, mais do que fazer críticas ao governo, o “público” instalado na província também utilizou desse “poder” para discutir as atitudes de Meirelles, em cujas disputas se observa a simbiose entre aspectos políticos e econômicos. Além disso, as subseqüentes publicações, tanto da oposição quanto dos aliados do negociante, evidenciam a nova percepção da verdade. Ela deixa de ser pré-estabelecida e informada por algo divino e passa a ser entendida como a ideia que podia ser alcançada pela confrontação de diversos pontos de vista. A partir dessa noção de verdade, os conceitos de publicidade e de público também se alteram, como explica Renato Reis:

A publicidade era fundamental, pois apresentava as diversas perspectivas para a formação de uma verdade superior, cuja força residiria exatamente na troca de perspectivas e no debate político. Ao mesmo tempo, se o particular e o individual obscurecia a verdade, apenas o recurso ao *público* podia fundamentar essa verdade. (grifo do texto)⁴⁷¹

O intenso debate político nas páginas dos jornais envolvendo Meirelles ressalta o papel legitimador dos impressos nas querelas daqueles grupos, em que a publicidade e o público balizavam as questões levantadas. Esses aspectos ajudam a explicar também a persistência em demonstrar oposição, ou apoio, ao negociante. Marcelo Galves ressalta que, entre os embates do período, estavam as disputas por empregos, contratos e outras formas de acesso erário, questões viabilizadas pelas expectativas geradas pelo constitucionalismo português⁴⁷². Desse modo, tornava-se fundamental o fortalecimento das posições, ou para alcançar cargos e recursos do erário - como no caso da oposição que se fortalecia -, ou para manter poder e privilégios, como no caso de Meirelles.

Conciliador, em especial nos embates envolvendo Meirelles. Como exemplo, em resposta as acusações feitas pelo *Requerimento...* o negociante afirma que desejava que a sua réplica fosse notória “em todos os lugares do Mundo”. *Conciliador*, suplemento ao nº 82, 24/04/1822, p. 3.

⁴⁷⁰ Id. *Op. Cit.* 2016. p.86.

⁴⁷¹ Id. *Op. Cit.* 2016. p. 97-98;102.

⁴⁷² GALVES, Marcelo Cheche. *Op. Cit.* 2010. p.32.

O que explica o constante questionamento à credibilidade do negociante. O objetivo principal em meio às querelas era estabelecer outros personagens na influência política e econômica do Maranhão. Sendo assim, buscavam mudanças não apenas do representante político da província – Pinto da Fonseca -, mas também a alternância de figuras há muito estabelecidas em posições privilegiadas do aparelho estatal, como Meirelles, influente na administração dos contratos régios e nas estreitas relações com a Junta da Fazenda.

Entre o final de 1822 e o início de 1823, o jornal *Conciliador* passou a focar mais fortemente em combater a adesão à independência, que ganhou forte oposição da elite estabelecida no Maranhão e também ativa participação de Meirelles. Em dezembro de 1822 – ou seja, depois do ‘grito do Ipiranga’ – o jornal publica o *Manifesto Constitucional dos moradores da cidade de São Luís do Maranhão* ao tomar conhecimento de que um deputado da província do Ceará havia aderido à “facção fluminense”. O objetivo do documento era “ratificar o já prestado juramento” ao Soberano Congresso pelos “cidadãos verdadeiramente constitucionais” da província, contando com 116 assinaturas. Dos abaixo assinados, nomes que atuaram ao lado de Pinto da Fonseca, como o comendador e os redatores dos jornais Padre Tezinho e Costa Soares⁴⁷³.

As ações de Meirelles visando defender os interesses do governo e a clara oposição ao projeto de Independência tornaram-se ainda mais contundentes a partir de 1823. O negociante encabeça a arrecadação de sacas de arroz para o sustento da tropa que iria lutar contra a adesão⁴⁷⁴; e, a partir de março daquele ano, passou a comandar o regimento de milícias, à frente do combate armado. A sua elevação ao posto de 1º comandante do Regimento de 2ª linha da cidade só foi possível devido à sua influência sobre o Corpo de Comércio⁴⁷⁵.

⁴⁷³ *Conciliador*, suplemento ao nº 51, 21/12/1822, p. 1-3.

⁴⁷⁴ *Idem*, nº 166, 12/02/1823, p.3. Apenas três indivíduos doaram mais de 50 sacas de arroz, dentre eles Meirelles, em que cada um doou 100 sacas.

⁴⁷⁵ *Idem*, nº 176, 19/03/1823, p.2.

Das ações de Meirelles ao assumir essa posição, consta o envio de ofício ao governador de Armas para o não alistamento dos caixeiros nos corpos de 1ª linha, visto que sem eles, o giro comercial estaria paralisado e, a longo prazo, faltariam também negociantes, já que eles se preparavam para assumir essa posição. Além disso, o novo comandante destacava que esses indivíduos representavam a população branca, que não poderia ser diminuída⁴⁷⁶. O seu pedido foi aceito pelo governador de Armas que tranquilizou Meirelles já que a “Camara Constitucional da Cidade jamais faria tão estranha injustiça” e por já ter sido alterada a forma de recrutamento⁴⁷⁷, não deveria ter qualquer receio. O despacho aproveitou para fazer elogios ao então “Coronel Comandante” Meirelles, ressaltando que era digno da mais alta consideração devido a “sua generosidade sem exemplo, e abalizado Patriotismo”⁴⁷⁸.

Nesse mesmo período, o negociante também foi escolhido, juntamente com o cônego Francisco da Mãe dos Homens de Carvalho, para fazer parte de uma comissão para a negociação do armistício, dias antes da “adesão” a Independência. No entanto, foram recebidos com repugnância e não puderam “efetuar as negociações de que foram incumbidos”⁴⁷⁹.

Em maio de 1823, um pouco mais de dois meses antes da “adesão” do Maranhão à Independência, ainda se celebrava na província o aniversário de d. João VI, com direito a “Té-Deum” e vivas “á Constituição, a El-Rei, e á União do Brazil com Portugal”. Comemoração que também contou com Meirelles comandando a parada ocorrida na praça do Palácio⁴⁸⁰. Essa movimentação de apoio às Cortes e à união com Portugal às vésperas da “adesão” a

⁴⁷⁶ *Idem*, nº185, 19/4/1823, p.9-10.

⁴⁷⁷ Segundo Lenira Martinho, a isenção de recrutamento militar aos caixeiros foi assegurada por diversas leis e decretos criados no período, principalmente, visando a proteção dos caixeiros ligados aos negociantes de grosso trato, o que assegurava os interesses comerciais daquele grupo. MARTINHO, Lenira Menezes. *Caixeiros e pés-descalços: conflitos e tensões em um meio urbano em desenvolvimento*. In: MARTINHO, Lenira Menezes; GORENSTEIN, Riva. *Negociantes e caixeiros na sociedade da Independência*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes, 1993. p.105.

⁴⁷⁸ *Conciliador*, nº185, 19/4/1823, p.10.

⁴⁷⁹ VIEIRA DA SILVA, Luis Antônio. *História da Independência da província do Maranhão: 1822/1828*. Rio de Janeiro: Companhia Editora Americana, 1972. p.167-170

⁴⁸⁰ *Conciliador*, nº 192, 14/05/1823, p.3.

Independência demonstra que não houve no Maranhão um desejo de separação cultivado anteriormente. Mesmo que entre maio e junho essa possibilidade tenha se fortalecido, ainda assim, não chegou a representar uma “imediate e irrefutável defesa da incorporação ao “Estado” brasileiro”, como destaca Marcelo Galves⁴⁸¹. A análise da atuação de Meirelles naquele período também permite perceber o fortalecimento do negociante no âmbito político da província, em que alcançou posições de mando fundamentais para a oposição àquela “adesão”, conseguindo manter seus privilégios. Pautando-se nas conclusões das pesquisas de Valetim Alexandre e João Fragoso, já analisadas nos capítulos anteriores, Gladys Ribeiro observa a importância dos interesses dos comerciantes para a “hegemonia política do Império”, naquele contexto de embates nas Cortes portuguesas sobre a separação, ou não, do Brasil de Portugal. Deste modo, a autora explica:

O problema colocado não era a “crise do Sistema Colonial” como um todo, mas as disputas pelo predomínio econômico e pela conquista de mercados entre a burguesia enraizada no Brasil, por um lado, e os projetos de crescimento e fortalecimento dos negociantes lusitanos do Porto e de Lisboa, na época da Regeneração, por outro⁴⁸².

O desejo de proteger os interesses mercantis também é notório no caso de Meirelles, como no ofício apresentado ao governador de armas visando proteger os caixeiros. Contudo, diferente do que ocorreu no Rio de Janeiro, em que foi possível, após a Independência, assegurar o que havia sido conquistado pelos negociantes, no caso do Maranhão os homens de negócio perderam força após a “adesão” por causa do fortalecimento econômico e político dos produtores de algodão da ribeira do Itapecuru, como já apontado. A expulsão de negociantes e de personagens ligadas à administração portuguesa propiciou esse reposicionamento de forças, visto que saíram de cena figuras que monopolizavam os cargos

⁴⁸¹ O autor aponta para as dificuldades econômicas vividas pelos produtores de algodão da região devido as altas despesas geradas pela “guerra de independência”, na qual a resistência poderia aumentar ainda mais os prejuízos. Em contrapartida, uma bem dirigida “adesão” poderia trazer benefícios a esses produtores, o que acabou ocorrendo. GALVES, Marcelo Cheche. *Op. Cit.* 2010, p. 179-181.

⁴⁸² RIBEIRO, Gladys Sabina. *Op. Cit.* 1997. p.75-76.

políticos, naquela primeira metade do século XIX, e também, no caso da saída dos negociantes, os produtores de algodão que se veriam livres dos seus principais credores⁴⁸³.

Nesse contexto, então, ganham força as concepções do ser “português” *versus* ser “brasileiro”. Conceitos esses que, assim como o vocabulário advindo do movimento do Porto, também receberam diversas interpretações, nos anos seguintes à Independência, quando a questão principal passa a ser a construção do Estado nacional.

3.3. - A reinserção de Antonio José Meirelles no Maranhão pós-Independência

O processo de Independência iniciado no Rio de Janeiro e as posteriores “adesões” das outras regiões marcaram o contexto de transformações. Além da discussão da separação política com Portugal, ganham corpo questões como a construção do Estado nacional e, posteriormente, a formação da identidade brasileira. Jurandir Malerba, ao fazer seu esboço sobre a historiografia recente da Independência, destaca que esses processos estavam umbilicalmente ligados e considera que a consolidação da Independência só ocorreu após a finalização da edificação do Estado⁴⁸⁴. Sobre a formação desse Estado, Miriam Dolhnikoff defende que isso foi possível, “não pela ação de uma elite bem-formada, articulada ao governo central, mas graças a um arranjo institucional que foi resultado dos embates e negociações entre as várias elites regionais que deveriam integrar a nova nação”⁴⁸⁵. Como destacado anteriormente, foram múltiplas as formas de “adesão” à Independência sem ocorrer, naquele momento inicial, o projeto unificador de caráter “nacional”.

⁴⁸³ Como analisado no capítulo 1, foram expulsas do Maranhão algumas figuras de preponderância econômica e política até o momento. Além de negociantes, como o próprio Meirelles, constam também nomes como Agostinho Faria - o governador de armas, que teceu elogios ao comendador em despacho analisado acima; e o redator do *Conciliador* Costa Soares. VIEIRA DA SILVA, Luís Antônio. *Op. Cit.* 1972. p.198.

⁴⁸⁴ O autor apresenta ainda alguns marcos temporais que poderiam situar cada um desses processos destacados. Ele considera o processo de emancipação política entre 1808 até, no máximo, 1831; enquanto a construção do Estado estaria no interregno entre as atividades da Assembleia constituinte em 1823; e, por último, a outorga da Carta de 1824 e a aprovação do código criminal em 1830. MALERBA, Jurandir. *A independência brasileira: novas dimensões*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006. Cf. Introdução.

⁴⁸⁵ DOLHNIKOFF, Miriam. *Op. Cit.* São Paulo: HUCITEC; Fapesp, 2003. p. 432.

O Maranhão pode ser considerado uma das faces dessa heterogeneidade do processo de Independência, visto que sua “adesão” foi marcada por forte enfrentamento da elite regional. Os conflitos que marcaram a trajetória de Meirelles, nesse contexto de mudanças, exemplificam a atuação dessas elites regionais, pouco sintonizadas com o governo central do Rio de Janeiro. Tanto os aliados do governo e do negociante, quanto a ativa oposição não associaram suas disputas políticas a alguma possibilidade de emancipação⁴⁸⁶.

Contudo, após as inúmeras pressões fortalecidas ainda mais com a chegada de Lord Cochrane, o Maranhão “aderiu” à independência, em 28 de julho de 1823. Por ter sido uma região de forte resistência de integrar o projeto de separação política de Portugal, a estratégia para conseguir maior controle da região foi estabelecer o novo ordenamento político. Aproveitando-se dessas alterações, os novos grupos estabelecidos no poder, notadamente os produtores da ribeira do Itapecuru, incentivaram o enfraquecimento dos personagens ativos antes da Independência. Vieira da Silva destaca que após a “adesão”, os “militares e o povo exigiam”: “1) novo Governador de Armas; 2) a pronta expulsão da cidade de São Luís de alguns portugueses, notadamente opostos ao sistema da Independência e capazes de perturbar o sossego público; 3) a nomeação de novo Governo Civil”⁴⁸⁷. O novo contexto transformou as disputas e mudou as figuras de destaque político na província, como já analisado.

Observa-se que alcançavam a região questões que ganharam força no Brasil, a partir da separação política de Portugal, como a de pôr em lados opostos “portugueses” e “brasileiros”: os primeiros representavam aqueles contrários a Independência, e os segundos, relacionavam-se com a ideia de “ser brasileiro” que começou a ser construída. Segundo Gladys Ribeiro, após a Independência, o termo “brasileiro” começa a designar os que lutavam

⁴⁸⁶ Sobre essa dissociação entre as disputas provinciais pós-Revolução do Porto e os pretensos “projetos de Independência” no Maranhão, Marcelo Galves destaca a atuação de Manoel Zacheo que, mesmo como um dos principais publicistas de oposição ao governo provincial, foi também ativo nas críticas ao governo do Rio de Janeiro, onde D. Pedro, Inglaterra e Pernambuco representavam a tríade do “despotismo interno, o jugo externo e a rebeldia, inimigos a serem rechaçados pelo governo constitucional”. GALVES, Marcelo Cheche. *Op. Cit.* 2010. p. 171 et seq.

⁴⁸⁷ VIEIRA DA SILVA, Luís Antônio. *Op. Cit.* 1972. p. 197-198.

pela liberdade, pela Monarquia Representativa e Constitucional e que se opunham às medidas recolonizadoras das Cortes, independente de onde nascessem, no Brasil ou em Portugal.⁴⁸⁸ E o “português” passou a representar tudo aquilo que deveria ser evitado e rechaçado, já que podia “perturbar o sossego público”, além de ser uma ameaça à formação do Estado nacional.

A solicitação para a expulsão de algumas personagens influentes do Maranhão, feita à Junta, foi atendida com Meirelles no topo da lista desses “portugueses” nocivos à província. Ficou decidido que o negociante deveria ser expulso e foi o único enviado para o Rio de Janeiro, onde, possivelmente, permaneceu até 1824, só retornando ao Maranhão no ano seguinte. Assim, fica notório que nessa fase inicial de pós-“adesão” à Independência perderam força os indivíduos que haviam se destacado, nos anos anteriores, tal como os negociantes. Com a expulsão de forças políticas importantes e a eleição da Junta provisória formada, em grande parte, pela parentela Belfort-Burgos-Lamagner-Vieira da Silva-Gomes de Sousa, deixam de participar dessa reorganização os então considerados “portugueses”⁴⁸⁹.

Durante o período em que esteve afastado do Maranhão são poucas as informações sobre a atuação de Meirelles, mas é possível que ele tenha dado continuidade às atividades mercantis no Rio de Janeiro. Isso porque o negociante consta entre os principais traficantes de escravos naquele porto, entre 1811 e 1830, quando fez sua primeira viagem, saindo de lá em 1824⁴⁹⁰. Ainda que a expulsão de Meirelles tenha prejudicado seus negócios no Maranhão, como relatou seu ex-sócio José Gonçalves Teixeira, ao que parece, o negociante conseguiu retornar à província, mantendo seu poder econômico e sua influência política. Depois do seu retorno, nota-se a continuidade dos seus negócios, em março de 1825, Meirelles é designado a trazer do porto de Liverpool cinquenta toneladas de carvão para abastecer os navios da

⁴⁸⁸ RIBEIRO, Gladys Sabina. *Op. Cit.* 1997. p. 93.

⁴⁸⁹ Para mais detalhes sobre as expulsões e o novo reordenamento político Cf. Capítulo 1 e GALVES, Marcelo Cheche. *Op. Cit.* 2010. p.185 et seq.

⁴⁹⁰ FLORENTINO, Manolo. *Em costas negras: uma história do tráfico negreiro de escravos entre a África e o Rio de Janeiro (séculos XVIII e XIX)*. São Paulo: Editora Unesp, 2014. p. 254;265. FRAGOSO, João Luís Ribeiro. *Homens de grossa aventura: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1998. p.197.

província⁴⁹¹. Em maio do mesmo ano, a firma Antonio José Meirelles Ferreira & Companhia aparece como a principal signatária em subscrição para o aumento da frota comercial, como já pontuado⁴⁹².

Desde a dissolução da Assembleia Constituinte por D. Pedro, em 1823, voltou à cena a influência dos “portugueses” no âmbito econômico e político. Eles representavam a maior parte dos ministros do governo e conseguiram mais proteção para seus interesses econômicos⁴⁹³. No caso do Maranhão, a partir da posse de Pedro José da Costa Barros como presidente de província, em 1825, inicia-se também a reintegração dos “portugueses” à vida provincial e o novo mandatário se distingue pelas estreitas ligações com alguns deles⁴⁹⁴, como o negociante Meirelles. A relação entre os dois personagens é destacada em carta do pseudônimo *Um maranhense imparcial* com notícias sobre o novo presidente, ao afirmar que Costa Barros ficou hospedado na casa do negociante ao chegar ao Maranhão⁴⁹⁵. O relato ressalta ainda a necessidade de tornar públicas as violências cometidas por Costa Barros, e que nem mesmo Meirelles poderia “formar nesta Corte a barreira que impede de chegar a verdade aos ouvidos de um soberano justo”. A principal reclamação do pseudônimo é da perseguição impetrada contra os que “tiveram parte na causa da Independência”, segundo ele, efeito do ódio dos “outrora inimigos da Independência e do Imperador”⁴⁹⁶. O pseudônimo ainda ressalta que o novo presidente da província e o antigo negociante eram os principais representantes desses novos “portugueses”.

A partir desse relato vê-se que a posse de Costa Barros alterou, mais uma vez, a configuração de forças políticas no Maranhão, na qual os “portugueses” rechaçados

⁴⁹¹ *Argos da Lei*, nº 16, 1/03/1825, p.1.

⁴⁹² *Idem*, nº38, 25/05/1825, p.1.

⁴⁹³ LUSTOSA, Isabel. *D. Pedro I: um herói sem nenhum caráter*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006. p. 104-105.

⁴⁹⁴ O jornal *Astréa* era publicado no Rio de Janeiro e ficou sob responsabilidade de Odorico Mendes entre 1826 e 1827, período em que o redator acusou diversas vezes Costa Barros de governar com os “portugueses”.

GALVES, Marcelo Cheche. *Op. Cit.* 2010. p. 292.

⁴⁹⁵ O período em que Costa Barros esteve hospedado na casa de Meirelles possivelmente se refere ao interregno em que não pôde assumir a presidência da província.

⁴⁹⁶ *Astrea*, nº 40, 26/09/1826, p.1-2.

conseguiram se reposicionar e manter os privilégios prejudicados após a “adesão”. Além disso, com a imprensa consolidada como um importante palco de disputas, as figuras de oposição mantiveram a estratégia de fazer circular sua insatisfação com o novo cenário⁴⁹⁷. Vieira da Silva ressalta que, mesmo sem comando formal, a oposição conseguiu manter-se enérgica com eco também na imprensa da Corte. Em contrapartida, segundo o autor, o “caráter vingativo” de Costa Barros também ficava evidente, pois não hesitava em utilizar da sua posição para prejudicar seus desafetos⁴⁹⁸. A realidade na província era outra, mas, o personagem alvo dos ataques permanecia o mesmo: Meirelles. Da mesma forma, a conjuntura política mudou seus aliados, mas não sua influência, nem os descontentamentos que gerava na oposição.

O relato do pseudônimo publicado no jornal *Astréa* chama atenção para a relação de Meirelles com o Rio de Janeiro, onde o negociante poderia ser um empecilho para publicações na Corte sobre o Maranhão, o que não iria acontecer naquela situação. Desse modo, é possível inferir que Meirelles também afiançou influências naquela praça, no período em que esteve fora da província; quando o Maranhão foi o assunto mais constante nas páginas dos periódicos cariocas, pela marcante atuação de figuras ligadas à administração do governo provincial na imprensa fluminense, como o presidente da primeira Junta de Governo, Miguel Bruce. Além de importantes negociantes e proprietários “portugueses”, como Caetano José de Sousa⁴⁹⁹ que ressoavam os dissensos da província na corte. Nos anos posteriores, há registros

⁴⁹⁷ Galves destaca que da “adesão” do Maranhão à Independência até o final de 1824 pouco se sabe sobre a produção de impressos na província pela falta de notícia sobre a circulação de um jornal regular, como havia sido o *Conciliador*. Não havia também maior controle da Tipografia pelo presidente da Junta de Governo Miguel Bruce. O referido autor entende que Bruce tentou minimizar a presença desse ingrediente poderoso que era a imprensa. GALVES, Marcelo Cheche. *Op. Cit.* 2010, p. 189-191. Deste modo, o retorno de Meirelles ao Maranhão coincidiu também com a reinserção dos jornais impressos na província, além da imprensa da corte que também estava voltada para a região. A partir de 1824 passam a ser impressos no Maranhão: *O Amigo do Homem* (1824-1827), *O Argos da Lei* (1825), *O Censor* (1825), *O Farol Maranhense* (1827-1832), *A Bandurra* (1828), *A Minerva* (1828-1829) e *A Cigarra* (1829-1830).

⁴⁹⁸ VIEIRA DA SILVA, Luís Antônio. *Op. Cit.* 1972. p. 197-198.

⁴⁹⁹ Sobre o Maranhão na imprensa da Corte Cf. GALVES, Marcelo Cheche. *Op. Cit.* 2010, p. 195 et seq. Caetano José de Sousa era tenente de milícias e também esteve em defesa da manutenção de Pinto da Fonseca no governo, ao lado de Meirelles. *Idem. Ibidem.* p. 196.

de Meirelles produzindo folhetos em tipografias instaladas no Rio de Janeiro, nos quais continuava a divulgar suas defesas contra os ataques de que era alvo, como será analisado.

Os ânimos, ao que parece, mantiveram-se mais calmos em 1826, se comparado aos anos anteriores. Nesse período, o novo governo estava instaurado e também consolidado o retorno dos “portugueses”. A assinatura do Tratado de Reconhecimento da Independência por Portugal em 1825 gerou mais interesse da elite instalada no Maranhão em fazer o juramento à Constituição, como já analisado. Nessa conjuntura, ganham destaque as festividades, entre outubro e dezembro de 1826, para aclamação do Imperador, essa foi a primeira grande festa “brasileira” que ocorreu na província do Maranhão, apenas após a antiga metrópole, à qual boa parte dessas figuras prestaram fidelidade, aceitar a posição do Brasil.

Foram grandiosos os festejos que aconteceram naqueles meses, em São Luís, com a construção da enorme galeria em frente ao palácio de governo, onde ocorreram cortejos, desfiles, hinos, orações, discursos. Aproveitaram também a ocasião para inaugurar o retrato e o busto do imperador na sala de sessões da Câmara⁵⁰⁰. A exposição de imagens de D. Pedro foi uma estratégia política para manter o território integrado e isso era comuns nas localidades não visitadas pessoalmente pelo regente, usualmente aclamado nas datas comemorativas⁵⁰¹. Naquele momento de nova realidade política, era imprescindível a exaltação a esses símbolos para legitimar a nova realidade política do Brasil, e se buscou também inserir o Maranhão. Como destaca o folheto⁵⁰² que narrou as festividades:

é pois evidente a necessidade de rodear-se de homens de uma fidelidade a toda prova, para consolidarem os interesses ou privativamente seus, ou em

⁵⁰⁰ *A fidelidade maranhense demonstrada na sumptuosa Festividade, que no dia 12 de Outubro e seguintes, a solicitação do Ilmo e Exmo Sr. Presidente Pedro José da Costa Barros fez à câmara da cidade.* São Luís: Tipografia Nacional, 1826. Arquivo Nacional, Seção de Obras Raras. Lv. 180, 132,65. p. 23-24.

⁵⁰¹ SOUZA, Iara Lis Franco Schiavinatto Carvalho. *Pátria Coroada: o Brasil como corpo político autônomo (1780-1831)*. Tese de doutorado apresentada ao Departamento de História na Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 1997. p.340.

⁵⁰² Para análise mais detalhada sobre o folheto e as comemorações ocorridas naqueles meses Cf. GALVES, Marcelo Cheche. “Aderir” “Jurar” e “Aclamar”: o Império no Maranhão (1823-1826). Revista Almanack. Guarulhos, n. 01, p.105-118. 2011.

geral da Sociedade (...) é a Fidelidade a virtude por excelência do distinto Povo Maranhense.⁵⁰³

Entre esses homens, que buscavam comprovar sua “fidelidade a toda prova” estavam, notadamente, os “portugueses” recém reintegrados à dinâmica provincial. Como já apontado, Meirelles foi figura de destaque nos preparativos das comemorações, patrocinadas em parte pelo Corpo de Comércio, do qual ele era o principal contribuinte. Outros “portugueses” que participaram ao lado de Meirelles na guerra de Independência também aparecem na lista de contribuintes, como Antonio Martins da Silva e Manoel Domingues Dias, subscritores da lista do comendador para arrecadar sacas de arroz.

A demonstração de fidelidade de Meirelles não se limitou aos meses dos festejos: está também na lista de assinantes para a aquisição dos retratos do Imperador, em 1827. Foi ele o único a solicitar dois exemplares⁵⁰⁴, os quais recebeu do Rio de Janeiro, em 1829, pagando por cada painel 400\$000 réis, segundo recibo assinado pelo diretor da Academia de Belas Artes, Henrique José da Silva⁵⁰⁵. Nesse mesmo ano, o negociante ainda aparece também em subscrição feita por d. Pedro I com o objetivo de arrecadar fundos para a arrematação do prédio do Teatro de São Pedro de Alcântara, no Rio de Janeiro. Meirelles doou um total de 4:000\$000 réis, ao lado de políticos e outros importantes negociantes, o que possibilitou d. Pedro tornar-se o diretor do teatro⁵⁰⁶. Segundo Lino de Almeida Cardoso, as doações dos vultuosos contos de réis, que chegou ao total de 79:000\$000, feitas por aquelas figuras de preponderância econômica tinham como objetivo agradar ao monarca para receber em troca honrarias e vantagens, questões também já analisadas⁵⁰⁷.

Em contraponto, foi tímida a participação nos festejos dos “brasileiros” vinculados a Bruce ou à parentela Belfort, nomes que estiveram diretamente ligados à expulsão dos

⁵⁰³ *A fidelidade maranhense... Op. Cit.* 1826. p. 5.

⁵⁰⁴ *O amigo do homem*, nº 5, 17/01/1827, p. 2.

⁵⁰⁵ BNBL, SOR, manuscrito nº373, 1829.

⁵⁰⁶ Arquivo Histórico do Museu Imperial, II-POB-[1822-1831]- Tea.rç. *apud* CARDOSO, Lino de Almeida. *O som e o soberano: uma história da depressão musical carioca pós-Abdicação (1831-1843) e de seus antecedentes*. Tese apresentada ao programa de História Social da Universidade de São Paulo. 2006. p. 191.

⁵⁰⁷ CARDOSO, Lino de Almeida. *Op. Cit.* 2006. p. 190.

“portugueses” no pós-independência. A parca participação se limitou a Manoel Gomes da Silva Belfort, tesoureiro-geral, e de sua esposa, Luiza Burgos Belfort, que recepcionaram os convidados no baile e ao desembargador Joaquim Antonio Vieira Belfort, que apenas assinou a subscrição⁵⁰⁸.

Para o autor do folheto *A fidelidade maranhense...* a significativa participação dos “portugueses” nas festividades demonstra que “um espírito de fraternidade” havia se difundido entre todos, já os caracterizando como “brasileiros” de dois hemisférios, os quais conseguiram comemorar juntos aniquilando “até a mais insignificante aparência de diferença de sentimentos”⁵⁰⁹. Marcelo Galves ressalta que o autor do folheto incorpora o caráter normativo que os festejos buscavam imprimir. O local das solenidades havia sido, outrora, os cenários de tumultos e violências, entre 1821 e o pós-Independência, e, naquele novo contexto, passava a ser palco das provas de ordenamento e civilidade⁵¹⁰. O autor do folheto buscava, assim, lançar um “véu espesso sobre tão melancólicos acontecimentos” que agitaram as províncias nos anos anteriores⁵¹¹. Entretanto, a calmaria não se demoraria com destaque para os embates impressos que voltaram à tona nos anos seguintes, como será analisado adiante.

As ocasiões festivas corroboravam as diferenciações jurídicas herdadas do Antigo Regime⁵¹². Jurandir Malerba ressalta que, por meio de procissões, entradas e cortejos, evidenciava-se as hierarquizações daquela sociedade em que cada um ocupava o lugar destinado. E por meio das exaltadas demonstrações de vassalagem e amor ao rei, era possível identificar os súditos⁵¹³. Nesse estágio de reposicionamento político do Maranhão, havia que

⁵⁰⁸ GALVES, Marcelo Cheche. *Op. Cit.* 2011, p.117.

⁵⁰⁹ *A fidelidade maranhense...* *Op. Cit.* 1826. p. 87.

⁵¹⁰ GALVES, Marcelo Cheche. *Op. Cit.* 2011. p.111.

⁵¹¹ *A fidelidade maranhense...* *Op. Cit.* 1826. p.86.

⁵¹² Iara Souza destaca, contudo, que a partir da Independência símbolos que representavam o Brasil foram inseridos nas comemorações, como o uso do verde e amarelo e a distribuições de retratos do Imperador. SOUZA, Iara Lis Franco Schiavinatto Carvalho. *Op. Cit.* p. 283.

⁵¹³ MALERBA, Jurandir. *De homens e títulos: a lógica das interações sociais e a formação das elites no Brasil às vésperas da independência.* IN: Idem. *Ibidem.* 2006. p. 159.

se fortalecer a imagem de “brasileiro”, e as comemorações foram a instância simbólica da mudança de significado dos antigos e incômodos “portugueses”.

Contudo, a oposição que passou a agir contra Costa Barros, o “inimigo do Brasil”, também não esqueceu o posicionamento dos “portugueses” de antes da “adesão” à Independência. Dos maiores destaques, surge novamente Meirelles, de volta à província e à frente dos seus negócios. Retoma as ligações com o novo presidente e, por conseguinte, entre 1827 até, pelo menos, 1831, os embates ressurgem com enfoque na figura do negociante, porém, com a preocupação maior em relembrar seu posicionamento nos primeiros anos de 1820. Os anos haviam passado, mas, as motivações e os personagens geradores de conflitos se mantinham.

O negociante voltou ao centro dos embates políticos da província a partir de 1827. O palco das contendas foram, notadamente, os jornais *A Bandurra* e o *Farol Maranhense*. O primeiro defendia o posicionamento político de Meirelles antes da Independência e seu caráter de negociante. E o segundo ressaltava a imagem do negociante como “inimigo da nossa Causa!”. Os dois jornais representavam as diferentes percepções do contexto sociopolítico da província, nas figuras do redator de *A Bandurra*, João Crispim Alves de Lima⁵¹⁴, simpatizante do governo; e de João Cândido Moraes e Silva, redator do *Farol*, de “liberal” e de oposição⁵¹⁵.

Ao que parece, o estopim para o retorno das trocas de acusações envolvendo Meirelles foi o discurso sugerindo um projeto de lei feito na Assembleia Geral, na sessão de 24 de agosto de 1827, pelo deputado eleito pelo Maranhão, Manuel Odorico Mendes⁵¹⁶. O

⁵¹⁴ O redator era conhecido “português” da província, membro da *Sociedade Patriótica* e presente nos festejos em comemoração à proclamação da Constituição portuguesa em 1823. GALVES, Marcelo Cheche. *Op. Cit.* 2010. p.304. Antes d'*A Bandurra* ele havia sido redator do *Amigo do Homem*, o qual circulou apenas em 1828 com 23 edições.

⁵¹⁵ CIRINO, Raissa Gabrielle Vieira. *Pelo bem da “pátria” e pelo Imperador: o Conselho Presidencial do Maranhão na construção do Império (1825-1831)*. Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal do Maranhão. São Luís, 2015. p.24.

⁵¹⁶ Odorico Mendes estudou em Coimbra e retornou ao Maranhão em 1825, assumindo a redação do jornal *Argos da Lei*, novo periódico oficial. No mesmo ano conseguiu se eleger deputado, admitindo que sua vitória

pronunciamento saiu na primeira edição de *A Bandurra* para as devidas refutações. O relato do deputado aponta para os prejuízos gerados na província (principalmente na lavoura e na criação de gados) pela guerra de Independência. No entanto, reclama que alguns indivíduos estariam usando esses momentos conturbados como pretexto para justificar dívidas “nascidas de imaginários estragos”, que pleiteavam indenização da Fazenda Nacional. Odorico Mendes chama atenção para Meirelles, que utilizou de falsas justificações⁵¹⁷ para provar os prejuízos que sofrera em razão da mudança política, intento já próximo de ser alcançado o ressarcimento de avultada soma “à custa da nação”. O deputado adverte, então, sobre a atuação do comendador no período que antecedeu a Independência:

esse homem Antonio José Meirelles foi o chefe mais terrível da facção anti-independente; que em sua casa é que se faziam os Clubes atrozes, em que se tratava dos meios de obstar á nossa emancipação; e que portanto, pretende indenizações de perdas que sofreu por causa de uma guerra que ele mesmo excitou!

O objetivo de Odorico Mendes era coibir que aquele dinheiro fosse pago ao negociante e propôs o projeto de lei para que casos semelhantes fossem evitados, segundo o artigo publicado, como segue:

A nação não é obrigada a pagar cousa alguma aos que, tendo pegado em armas, ou por outra qualquer maneira obrado contra a causa da Independência do Império, sofreram prejuízos na sua fazenda, por ocasião da guerra que o Brasil sustentou contra Portugal.⁵¹⁸

O redator Alves de Lima discorda do posicionamento do deputado e afirma que o projeto de lei excluiria “toda a ideia de zelo e amor da pátria”, visto que eximia a “Nação” do dever de pagar o que devia. O não pagamento geraria problemas mais graves para a “pátria” como a falta de crédito, de confiança e de honra, segundo o redator. Continua questionando as

esteve diretamente relacionada com sua atuação no periódico. GALVES, Marcelo Cheche. *Op. Cit.* 2010. p. 85;184.

⁵¹⁷ Algumas dessas justificações foram publicadas anos depois no jornal *Chronica Maranhense*, com intuito de denunciar Meirelles. *Chronica Maranhense*, nº 9, 31/01/1838, p.38.

⁵¹⁸ *A Bandurra*, nº 1, 15/01/1828, p. 7-9.

acusações feitas a Meirelles pelo deputado, que não teria como comprovar qualquer reunião na casa do negociante ou encontrar alguma sentença condenando algum indivíduo por se opor à Independência. O autor ressalta que o ocorrido no período foi apenas a sustentação do juramento prestado e, nem mesmo a Corte interpretava como crime, já que um decreto de anistia havia extinguido “essas culpas de opinião”⁵¹⁹.

O jornal busca ainda explicar os motivos de defesa a Meirelles e sustenta que alguns leitores indagariam se aquele cidadão era realmente de rigorosa personalidade. A imagem do negociante é ressaltada ao afirmar que ele merecia “a apologia dos homens honrados” só por ser credor na província de algo em torno de “mil e quinhentos contos de rs.”, mas também, tinha outras qualidades, como ser compreensivo com seus devedores nos casos em que não conseguiam pagar as dívidas⁵²⁰. A refutação do jornal é seguida de documentos para comprovação das afirmações, inclusive, da carta do pseudônimo *O amigo da verdade, e inimigo da Ingratidão* que veicula denúncia que se tornará recorrente nos embates posteriores. A carta explica que Meirelles era “intimo amigo” do “pai putativo” de Odorico Mendes, o senhor Francisco Raimundo da Cunha e que, por conta disso, parte das despesas do então deputado em Coimbra foi feita como favor por Meirelles, que não havia sido ressarcido após a morte do pai do deputado. O pseudônimo afirma que, durante três anos e meio, Odorico Mendes se valeu da “vantagem de sustentar-se, divertir-se, e vadiar em Coimbra á custa do Sr. Meirelles” e, como era “vadio, e relaxado”, não conseguiu se formar naquela Universidade. Todavia, teve a vantagem, sim, de se habilitar no período fora do Brasil e conseguir, naquele momento, “papaguear na Assembleia do Brasil” como um “dos testas de ferro do partido anarquista e desorganizador do sistema, que rege o Império”⁵²¹.

No mês seguinte, em fevereiro de 1828, o *Farol Maranhense* contesta o posicionamento e as acusações do jornal opositor, principalmente, sobre a dívida que teria Odorico Mendes

⁵¹⁹ *Idem*, *Ibidem*, p.13.

⁵²⁰ *Idem*, *Ibidem*, p.14.

⁵²¹ *Idem*, *Ibidem*, p.20.

com Meirelles pelo pagamento de partes de suas despesas em Coimbra⁵²². Explica o jornal que os valores eram de empréstimos concedidos pelo comendador ao seu pai e que, além da dívida não poder recair sobre o filho, uma parte já havia sido paga. O autor ressalta também que Meirelles poderia cobrar o restante, caso tivesse interesse, mas não poderia exigir valor algum dos herdeiros⁵²³. Destaca ainda a “firmeza de Caráter” de Odorico Mendes, considerado sábio e prudente, não só para os “seus interesses privados”, diferente de Meirelles que teria cobrado da província o pagamento dos bois consumidos em “benefício da Pátria”, mesmo sem qualquer obrigação do Estado com seus prejuízos⁵²⁴.

O jornal continua as acusações com a carta publicada pelo pseudônimo *Hum Cabloco de Vinhais*, também com reclamações contra Meirelles e a advertência de que o negociante sempre se mostrou, por palavras e ações, inimigo da Independência. A acusação de Odorico Mendes também é reforçada na dita carta, segundo a qual o comendador e os seus aliados fizeram “clubes” em diferentes casas com o intuito de coibir a emancipação política. O pseudônimo retoma à suposta extorsão de Meirelles ao tesouro público quando cobra pelos seus prejuízos, cuja restituição foi atendida graças ao fato do negociante controlar a maior parte dos membros da Junta da Fazenda, da qual, apenas um pequeno grupo confrontava Meirelles e era citada na carta como “bons Brasileiros”. O autor percebe, então, que o primeiro número de *A Bandurra* só serviu para “elogiar Meirelles e tornar odioso o nosso digno Deputado o Ilmo Sr. Manoel Odorico Mendes, taxando-o de ingrato, revolucionário, Anarquista”⁵²⁵.

Chama atenção, nessas refregas políticas, o constante retorno aos antecedentes da Independência, mesmo passados alguns anos de “adesão” da província. Esse período

⁵²² Segundo Marcelo Galves, Odorico Mendes também havia recebido auxílio financeiro da Câmara de São Luís para estudar em Coimbra. GALVES, Marcelo Cheche. *Op. Cit.* 2010. p. 47.

⁵²³ Na edição nº 10 do *Farol Maranhense* consta outra carta, publicada pelo pseudônimo *O Dançador da Bandurra*, com as mesmas críticas ao relato de Alves de Lima sobre a possível dívida e Odorico Mendes, indagando: “Que culpa tem Odorico Mendes de seu pai morrer, e o testamentário ser mau pagador?”. *Farol Maranhense*, nº 10, 20/02/1828.

⁵²⁴ *Farol Maranhense*, nº 7, 06/02/1828, p.36-37.

⁵²⁵ *Idem*, *Ibidem*, p. 37-39.

conturbado havia marcado o Maranhão e postergado as discussões acerca da construção do Estado. É notório que apenas a partir de 1825, após os juramentos à Constituição e a aclamação do Imperador, a região passou a se considerar como parte integrante da nova realidade política, de formação do Brasil. A manutenção do poder de personagens que representavam o passado a ser superado também contribuiu para a continuação dos embates. Meirelles representava bem o indivíduo que se manteve com privilégios, mesmo após as transformações políticas, o que explica a semelhança entre as denúncias, como os reclames contra sua influência na Junta da Fazenda, e sua estreita ligação com o governador, ou com o presidente de província.

Ainda que fosse recorrente o questionamento do poder econômico do comendador, os embates deixam transparecer a força que, de alguma forma, sua fortuna representava, já que é permanentemente lembrado como importante credor da província. Além disso, era recorrente também a apresentação dos auxílios financeiros prestados pelo negociante, como o relato do episódio da manutenção de Odorico Mendes em Coimbra⁵²⁶. Outra correspondência publicada no *Farol Maranhense*, em julho de 1828, pelo deputado também reforça essa ideia ao explicar os versos de sua autoria, produzidos quando estudou em Coimbra, em 1816, e que foram dedicados a Meirelles. Segundo Odorico Mendes, o seu mestre incentivou a escrita dos versos para o negociante como forma de agradecer ao apoio financeiro que recebia, além de fortalecer a relação do estudante com “um homem que então dominava a Província, e trazia atrás de si os Generais e Ministros, não sei porque magia ou encantamento”⁵²⁷.

Enquanto Meirelles era associado a chefe de “facção” que lutou contra a Independência, Odorico Mendes, era visto, pelos aliados do comendador, como representante da oposição e taxado de anarquista, desorganizador e revolucionário. Qualificar o deputado como anarquista

⁵²⁶ O comendador Meirelles pagou mesadas a Odorico Mendes em Coimbra que totalizavam 1:350\$000. Do empréstimo feito pelo negociante faltava ainda ser reembolsado, em 1828, o total de 900\$000. *Farol Maranhense*, nº 7, 06/02/1828, p.36.

⁵²⁷ *Farol Maranhense*, nº40, 18/07/1828, p.222.

atendia o objetivo de fazer oposição á ordem e á tranquilidade pública uma vez que desordens políticas se opunham ao sistema liberal⁵²⁸. Alves de Lima ressalta esses elementos ao afirmar que as acusações ao seu jornal e a Meirelles eram uma maneira de “sustentar a maldita rivalidade, que tanto tem prejudicado essa Independência, essa Constituição, esse Sistema”⁵²⁹. Contudo, ainda que destacassem Odorico Mendes como “testa de ferro do partido anarquista” possivelmente a referência não representava posicionamento partidário. Como aponta Marco Morel, os anos de 1820 foram marcados por uma preocupação com a unidade nacional, em que ser partidário estava diretamente ligado a pertencer a facção ou divisão, como se vê na acusação a Meirelles, ou seja, inimigo da pátria⁵³⁰.

As críticas ao apoio de *A Bandurra* a Meirelles continuaram ao longo daquele ano nas páginas do *Farol Maranhense*, que veiculou diversas cartas anônimas reforçando a associação do jornal ao negociante, além de acusar o redator daquele periódico de procurar, por meio das adulações, alcançar benefícios. Além disso, enfatizavam a imagem do comendador como “mola real da máquina” que foi movida no Maranhão contra a adesão à Independência⁵³¹. Em contrapartida, *A Bandurra* justificava a todo custo sua posição e negava qualquer proteção a Meirelles. O jornal continuamente relembra que a anterior relutância do negociante nada tinha de criminosa, mas, apenas a aderência ao sistema que antes os regia.

Em meio ao fogo cruzado dos periódicos, ganha força a ideia de “ser brasileiro” em contraponto ao Meirelles denunciado como contrário à “causa brasileira” pelo jornal opositor. Alves de Lima evitava o termo “português”, e o redator chega a caracterizar Meirelles como principal representante da “massa dos Brasileiros transatlânticos” e, ao defendê-lo, estaria também apoiando todos os “Brasileiros” que fizeram oposição à Independência⁵³². Observa-se

⁵²⁸ NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira. *Op. Cit.* 2003. p.186.

⁵²⁹ *A Bandurra*, nº 6, 06/04/1828, p. 186-190.

⁵³⁰ MOREL, Marco. *Op. Cit.* 2005. p. 64.

⁵³¹ Correspondência escrita pelo *O Recordador*, suscitado pela *Bandurra*. *Farol Maranhense*, nº 18, 26/03/1828, p. 92-94.

⁵³² *A Bandurra*, nº 6, 06/04/1828, p. 186-190.

que os personagens dessas mudanças buscam se adaptar ao novo contexto, em que ser “brasileiro” ou “português” deixava de estar relacionado apenas ao local de nascimento, mas, também, e principalmente, à representação do posicionamento político. Gladys Ribeiro aponta para a importância do “portuguesismo” nesse jogo político dos anos de 1820 e de como é fundamental lembrar os acontecimentos da Independência como tempos de liberal “patriotismo”⁵³³. Em relação ao Maranhão, Marcelo Galves ressalta que a ressignificação desses termos foi importante combustível para os embates, que punham em lados opostos os “verdadeiros brasileiros” dos “inimigos da pátria”⁵³⁴. Fica cada vez mais claro para aquelas figuras atuantes no Maranhão, notadamente Meirelles, a importância de se vestirem com uma roupagem “brasileira” e de se manterem próximos ao “patriotismo” da Independência.

Em 1828, paralelo aos embates envolvendo Meirelles nesses dois jornais maranhenses, reclamações similares contra o negociante apareciam também nos periódicos impressos no Rio de Janeiro, como o *Aurora Fluminense* e *Ástrea*, assinados por outros pseudônimos.

Em março daquele ano, o pseudônimo *Hum Maranhense*⁵³⁵ escreve carta publicada no *Aurora Fluminense* para denunciar a Junta da Fazenda do Maranhão de manter protegidos e destaca três contratadores das Rendas Públicas: Antonio José Meirelles, Bruno Antonio Meirelles e Lourenço de Castro Belfort. Segundo a carta, os três juntos deviam á Junta a quantia de 176:400\$512 réis sem manifestar qualquer preocupação em quitar a dívida, pois sabiam que jamais seriam incomodados, apesar das necessidades públicas. Como exemplo, o pseudônimo relata o episódio da cobrança feita a Gonçalves Teixeira⁵³⁶ pela Junta da letra no valor de 16:000\$000 réis assumida pela Companhia de Meirelles e seu irmão. Entretanto, não

⁵³³ RIBEIRO, Gladys Sabina. *Op. Cit.* 1997, p. 264.

⁵³⁴ GALVES, Marcelo Cheche. *Op. Cit.* 2010, p.185.

⁵³⁵ O mesmo pseudônimo reclama no jornal *Astréa* das dificuldades de comunicação da província, em que Costa Barros só mandava embarcações para a Corte quando era para atender as necessidades de Meirelles. *Astrea*, nº 272, 19/04/1828, p.127. Acusação que também será refutada por Meirelles, que oferece dez contos de réis para quem conseguisse provar que durante o governo de Costa Barros alguma embarcação foi fretada. *Ao público. Defesa do autor contra um artigo publicado...*BN, SOR, 040, 012, 002, 1828. fl. 2.

⁵³⁶ José Gonçalves Teixeira foi sócio de Meirelles entre 1819 e 1832. A sociedade terminou de maneira atribulada, em que o ex-sócio produziu também diversas acusações ao negociante. Cf. Capítulo 2.

conseguiram sacar letra nenhuma dos negociantes e, como alternativa, a Junta decidiu-se para juntar alguns “continhos de réis” pelo sacrifício de bilhetes em nome dos irmãos que venceriam até seis meses depois.

A carta afirma ainda que, na ocasião, o valor da letra cobrada havia sido questionado pelo então sócio de Meirelles. Isso porque, segunda Teixeira, era a Junta que possuía dívida com a casa comercial, referente ao pagamento da grande quantidade de gado consumido pelas tropas saídas de Caxias para auxiliar na Independência. O autor, no entanto, desconfia dessa “história de Gados” e considera “muito melindrosa” a tal dívida da Junta, que segundo seus cálculos, teria sido necessário que cada homem da tropa consumisse entre 2 ou 3 bois por dia. Ao final, a carta retoma o tema das dívidas dos irmãos Meirelles e relembra a atribulada arrematação do triênio de 1823 a 1825, que gerou um prejuízo de 15:719\$000 réis, valor que fazia parte dos débitos que tinham com a Junta. Para o autor, os negócios e as dívidas de Antonio José e de Bruno Meirelles estavam interligados e afirma que todos sabiam ser este o testa de ferro do outro⁵³⁷.

Como era de se esperar, as acusações do *Hum Maranhense* não foram ignoradas e a devida refutação foi feita. No entanto, enquanto no Maranhão jornais e pseudônimos saíam em defesa do negociante, nessa acusação, feita na corte, Meirelles saiu em defesa própria, publicando o folheto *Ao público. Defesa do autor contra um artigo publicado na Aurora Fluminense*⁵³⁸.

O folheto produzido por Meirelles tinha o objetivo de convencer o público dos motivos que animavam seus caluniadores. Segundo ele, as motivações não se relacionavam ao “amor e a ordem”, ou ao “zelo da Causa pública”; mas sim, por serem figuras que sempre estiveram envolvidas nas desordens da província. O negociante passava, então, a culpar esses desafetos pelos prejuízos que teve a partir da sua expulsão da província. Explica que durante o

⁵³⁷ (A) *Aurora Fluminense*, nº 24, 10/03/1828, p. 3-4.

⁵³⁸ BN, SOR, 040, 012, 002. 1828. O impresso encontra-se na Biblioteca Nacional, mas também foi reproduzido nos jornais *Astréa* e *A Bandurra*.

período no Rio de Janeiro, quando as desordens chegaram “ao mais alto ponto” no Maranhão, julgou mais prudente retirar seu escritório da sua casa e o instalou em uma embarcação com “todos os Livros e papéis” a bordo. O navio teria sido invadido por “gente armada” com o intuito de jogar ao mar os documentos de sua casa comercial e, apesar da ciência do fato pelo governo e da prisão de algumas pessoas, nenhuma investigação teria sido feita. Para Meirelles esse episódio mostrava até que ponto seus caluniadores estavam dispostos a alcançar apenas para prejudicá-lo. Suplica ao “Público imparcial” para desconfiar quando indivíduos do “partido desorganizador do Maranhão” escrevessem contra ele⁵³⁹. Com base nessa narrativa de Meirelles, destaca-se a tentativa de destruírem-se os documentos contábeis da sua casa comercial, o que mais uma vez, revela a importância desses registros para Meirelles, que intencionava protegê-los, já que eram relevantes para validar a sua posição.

A refutação de Meirelles utiliza a estratégia de desconfiar dos que se diziam “brasileiros” antes da Independência e narra episódios de violência cometidos nesse período, tática também comum nas páginas de *A Bandurra*. Em uma das defesas a Meirelles, o jornal questiona os meios de fazer oposição e levanta as seguintes questões:

Quantos pacíficos Brasileiros foram arrebatados, retalhados a faca, a terçado, e a tiro no fundo mesmo de suas redes por mãos desses opositores da Independência, e sustentadores de um Sistema que recentemente tinham jurado junto com os mesmos Brasileiros? Quantos destes foram roubados por aqueles influídos de Meirelles? Quantos Brasileiros foram vítimas dos exaltados Europeus, sendo por estes arrastados já sem vida para o meio da rua, e ali arrancadas suas entranhas á ponta de uma espada? Ah! eram estes os meios indispensáveis para estabelecer-se a Independência do Brasil?⁵⁴⁰

É importante destacar, assim, que os excessos de violência relatados pretendiam desqualificar a posição dos “brasileiros”, visto que essas atitudes contradiziam a ideia do governo liberal que, como já visto, era pautado na razão e na Constituição. No entanto, essa oposição entre “brasileiros” e os novos “brasileiros transatlânticos” fica mais evidente nas

⁵³⁹ *Ao público. Defesa do autor contra um artigo publicado...*BN, SOR, 040, 012, 002, 1828. fl.1.

⁵⁴⁰ *A Bandurra*, nº 6, 06/04/1828, p.189.

refutações de Alves de Lima. O folheto de Meirelles caracteriza a oposição como detratores ou caluniadores, eximindo-se do uso dos termos “português” e “brasileiro”.

A narrativa do negociante caminha, então, para refutar as acusações do *Aurora Fluminense*. Primeiramente, o autor nega ter qualquer testa de ferro, nem seu irmão Bruno Meirelles, nem Lourenço de Castro Belfort, inclusive, porque esse tinha “bens de alguma consideração” e seu irmão, “avultada fortuna”⁵⁴¹. Logo, não havia necessidade de se colocarem na frágil posição de protetores dos interesses do comendador. Para ele, apresentá-los como seus testas de ferro visava colocar todo o peso dos débitos deles na conta de sua firma com o propósito de aniquilar seu negócio. Meirelles detalha suas dívidas e, ressalta que, dos 176:400\$512 réis devidos à Junta da Fazenda já conseguira reunir 41:645\$987 réis a serem pagos na corte, e o valor restante, 134:754\$525 réis não representava montante significativo para tantas acusações, dado que sua fortuna era muito superior, como relata:

agora pergunto aos meus detratores, se só dentro da cidade de S. Luiz do Maranhão, não possuo eu Prédios superiores em valor a essa quantia? Isto sem falar em Navios, Embarcações, Escravatura e 1:237:025U939 Rs., a que pelo ultimo Balanço da minha Casa, montão as dividas ativas⁵⁴².

Ainda assim, o negociante ressalta que não poderia fazer as cobranças devidas no Maranhão, visto que a região vivia dificuldades geradas por causas diversas, como a “anarquia e a seca”, o que explicava a razão de uma pequena dívida que ainda restava com a Junta da Fazenda.

⁵⁴¹ Como já apontado, Bruno Antonio Meirelles vivia em Caxias, onde exercia o cargo de Capitão de milícias, atuava também como negociante e era proprietário de grande quantidade de prédios urbanos naquela região. Ao que parece, sua trajetória esteve atrelada ao do irmão. Apoiou o comendador, por exemplo, na oposição a “adesão” do Maranhão a Independência. Após a morte do irmão, em 1838, Bruno Antonio entrou em disputa pela herança do negociante e não reconheceu como herdeiras as filhas legitimadas de Antonio José Meirelles. BN, Seção Manuscritos, C-491,007, 1824 e *Carta de legitimação de Joana de Meirelles e Sá e Maria de Meirelles e Sá*. BN, SOR, 040,011,061, 1839.

⁵⁴² O valor de 176:400\$512 réis referente a possível dívida do negociante era relevante, sendo possível comprar diversos imóveis na cidade de São Luís. Contudo, a alegação feita por Meirelles condiz com seu inventário, visto que possuía um total de 223:792\$616 réis em treze prédios urbanos e um terreno, cada um variando entre 63:992\$700 réis (a sua própria casa) e 3:663\$900 réis. Em contrapartida, consta em dívidas ativas no seu inventário um total de 35:577\$521 réis. Cf. Capítulo 2.

Pelo folheto, observa-se que o ânimo de Meirelles torna-se mais acirrado à medida que o tema passa a ser o consumo dos bois pelas tropas da Independência, considerado por ele “estupidez”, “grosseria” e “cachorrice!” ao alegarem que cada homem comeu dois ou três bois por dia. O negociante argumenta que o consumo extraordinário de carne ocorreu por serem as tropas indisciplinadas e desabitadas à parcimônia, já que muitas vezes abandonavam os cortes por serem muito magros e voltavam para buscar pedaços mais fartos. A última acusação de que a nova arrematação do contrato das carnes verdes teria causado prejuízo à Fazenda Pública também é negada pelo comendador, ao alegar que houve prosperidade em todos os ramos, assim como foi possível acumular boa soma acumulada devido ao aumento dos contratos, naquele triênio⁵⁴³.

Ao final da refutação, o negociante afirma, que se quisesse, poderia nomear os anônimos que escreviam contra ele e indicar seus nomes, suas opiniões e suas condutas nos diferentes momentos de crise vividos no Maranhão. No entanto, julgou melhor ater-se aos argumentos em defesa própria para continuar gozando da estima dos seus concidadãos⁵⁴⁴.

O folheto produzido por Meirelles apresenta questões diferentes das defesas feitas ao seu favor no Maranhão. Enquanto seus aliados pautavam-se mais em defender os posicionamentos políticos do negociante e criticar os da oposição, esse se preocupa mais em justificar sua atuação como homem de negócios e realçar sua fortuna e as possíveis causas das dívidas que acumulava. O fato de publicar sua defesa no Rio de Janeiro e o manifesto se opor à reclamação que denuncia suas atividades econômicas, entende-se a posição do negociante em sua refutação. Contudo, Meirelles não despreza totalmente as querelas políticas com que esteve envolvido, em anos anteriores, na província e, ao que parece, o negociante toma seus caluniadores por mais incomodados com seu poder econômico e com a perpetuação dos seus

⁵⁴³ *Ao público. Defesa do autor contra um artigo publicado...*BN, SOR, 040, 012, 002, 1828. fl. 1v.

⁵⁴⁴ *Idem. Ibidem.* fl. 2.

privilégios, ao passo que as divergências políticas que ganhavam corpo nesse período eram apenas uma nova roupagem para dissensos remanescentes.

As mesmas reclamações e defesas - contra ou a favor - entre Meirelles e Odorico Mendes, apresentadas até aqui, permanecem recorrentes até, pelo menos, o final de 1828, enchendo as páginas dos jornais impressos, tanto no Maranhão quanto no Rio de Janeiro. Correspondências com os posicionamentos dos próprios envolvidos, dos redatores dos jornais e, o mais recorrente, de diversos pseudônimos⁵⁴⁵ resumem bem o teor dessas publicações. Após esse período mais conturbado, as referências ao negociante tornam-se mais escassas, mas, se manteve até próximo de 1838, ano da sua morte.

Dois anos depois dos embates acalorados contra o negociante com as acusações de ser contra os “brasileiros”, a questão ainda mantinha-se em voga. Isso porque, em 1831, em meio aos conflitos vividos durante a regência, é publicada no *Farol Maranhense* a aclamação do pseudônimo *Auroro*, enfatizando a importância de se manter o “laço nacional” na província. Para isso, assim como havia ocorrido em 1822, era necessário lembrar que os “mais implacáveis inimigos da nação” eram os portugueses; os quais seriam exterminados pelos “capadócijs”. O autor cita, então, Meirelles, considerado “português em toda extensão da palavra” e que, como todos sabiam, sempre fora contra “a nossa Liberdade e Independência”. Contudo, o pseudônimo afirma que a partir daquele momento os “capadócijs” não iriam mais se curvar ao jugo do comendador, nem ao dos seus “infames compatriotas portugueses”⁵⁴⁶. É possível observar, então, que após os anos de 1820 o antilusitanismo continuava a representar os motivos de descontentamentos, rechaçado em qualquer oportunidade, ao mesmo tempo em que Meirelles também permanecia percebido como melhor representante dos “portugueses”.

⁵⁴⁵ A última referência aos embates entre Meirelles e Odorico Mendes localizada foi em dezembro de 1828 em uma carta publicada pelo deputado no jornal *Aurora Fluminense*, que, mais uma vez, reafirma não possuir dívidas com o negociante. (A) *Aurora Fluminense*, nº 124, 01/12/1828, p. 1-2.

⁵⁴⁶ *Farol Maranhense*, nº 298, 15/05/1831, p.1.244.

Destaca-se ainda a recorrência ao nome de Meirelles no jornal *Crônica Maranhense*, escrito por João Francisco Lisboa, e que passou a circular na região em 1838. Em janeiro desse ano, o redator dedicou algumas páginas do periódico para apresentar críticas ao negociante no artigo intitulado *O comendador Meirelles, ou meio fácil de ajuntar milhões*. A narrativa de Lisboa ressalta as querelas que marcaram a atuação de Meirelles no início do século XIX, discutidas até aqui, tais como a desconfiança quanto à forma pela qual teria acumulado sua riqueza, a relação próxima dele com as figuras de cargos políticos do Maranhão, os dissensos em torno do contrato das carnes verdes e a “guerra violenta” contra a Independência. O redator finaliza seu artigo com a carta de um leitor, de 1836, em que menciona a peça de teatro, caracterizada como cômica, ora de muito sucesso na cidade, intitulada *O Capitão Fumaça*. Segundo Lisboa, era a sátira à figura de Meirelles, cujo enredo é assim descrito:

Um homem obscuro, vindo da Antuérpia dos alhos para uma ilha fértil pode adquirir ali alguns cabedais, e ensoberbado com a sua riqueza entrou a maltratar todos os habitantes da ilha, que não se curvavam aos seus insolentes caprichos: os naturais do País como mais dóceis e sinceros [eram] os que mais sofriam, e alguns ficaram reduzidos à miséria e a indignância porque o Fumaça por tralhas e malhas arrancara-lhes os bens quando queria; assim como conservava nas cruentas garras os haveres alheios se por desgraça não lhes iam à mão; e quando alguém os procurava reivindicar era perseguido criminalmente e insultado⁵⁴⁷.

Esses exemplos, notadamente as críticas de Lisboa, e o enredo teatral relacionado a Meirelles permitem perceber o papel central que ocupou nos impressos do período de 1830, quando continuou a causar descontentamentos e a ser lembrado como principal representante dos males do Maranhão, desde a década anterior. Contudo, essa é uma outra história, já que naquele momento, uma nova conjuntura política e econômica se estabelecia na região.

Ressaltam-se até aqui as estratégias do comendador Meirelles para manter a continuidade da sua atuação ao longo da trajetória como negociante na província do

⁵⁴⁷ LISBOA, João Francisco. *Crônica Maranhense*. Estudos e Documentos (1ª parte). Museu Histórico Nacional: 1969. 31 de janeiro de 1838. p. 43-47.

Maranhão, importante fio condutor para melhor compreender as transformações ocorridas na região, na primeira metade do século XIX.

Considerações finais

O início do século XIX marcou o Maranhão com intensas transformações, tais como o relativo fortalecimento econômico da região por meio da agroexportação do algodão e do arroz, as novidades advindas do movimento constitucional português, além dos embates em torno da “adesão” da província à Independência. Em meio a esse período de transições, ganhou destaque a atuação dos negociantes naquela praça comercial, onde acumularam poder econômico no controle do comércio de escravos, essencial para aquela economia, pautada em monoculturas e voltada para o mercado externo.

Nesse contexto de mudanças, alcançou preponderância econômica e política o negociante Antonio José Meirelles; figura que conduziu esse trabalho ao aprofundamento da discussão da sua trajetória, com a análise sobre sua atividade mercantil e o acúmulo de riqueza, aspectos conectados também com a busca por distinção social e, principalmente, com as contendas políticas que marcaram sua atuação como homem de negócio.

Os estudos acerca dos negociantes no Maranhão ainda são pontuais na historiografia maranhense. E esses personagens assumem, na maior parte das vezes, papel coadjuvante. Contudo, a partir da trajetória de Meirelles observa-se a importância dos negociantes para compreender melhor essa conjuntura marcada por modificações e por intensa circulação de ideias. Isso porque ocuparam posição de destaque, não apenas no âmbito econômico, mas também em relação aos contextos políticos estabelecidos na província, com a produção de impressos e com sua ativa participação nos periódicos que circulavam na região.

Nessa perspectiva, a atuação do comendador Meirelles chama atenção por conseguir manter-se como figura de destaque na província, mesmo atravessando reveses políticos e econômicos. As análises ao longo do trabalho destacam a proximidade mantida pelo negociante com governadores e presidentes de província, além de instituições como a Junta da Fazenda e o Corpo de Comércio. A estreita ligação de Meirelles com o núcleo político do

Maranhão foi fundamental para o seu fortalecimento econômico, além da grande influência política, visto que alcançava privilégios e benefícios nos seus negócios. A administração dos principais contratos régios da província, entre 1810 e 1822, e as dívidas ativas com a fazenda que ultrapassavam trinta e cinco contos de réis são exemplos das benesses econômicas possibilitadas pelas suas relações com o Estado.

Além das vantagens para os negócios, a proximidade com os governos também permitiu a Meirelles exercer influência política na região. O negociante atuou ativamente em momentos decisivos no Maranhão, como na manutenção de Pinto da Fonseca à frente do governo, e nas guerras da Independência, quando busca apoio para enfraquecer a oposição a Fonseca e para manter as tropas que lutaram para barrar a “adesão”. Em contrapartida, a oposição, até certo ponto coesa, que se estabelecia na região também manteve Meirelles como principal representante das mazelas da província, onde as mudanças desejadas não poderiam ocorrer se mantido o poder econômico e político do comendador.

Em contrapartida, mesmo com a ocorrência dos dissensos em torno do personagem ao longo de toda sua atuação, Meirelles conseguiu sustentar sua influência, ainda que às custas de reveses. Observa-se, portanto, a capacidade do negociante em se adaptar a diferentes contextos: se no primeiro momento, o comendador fez forte oposição à “adesão” à Independência, depois de ela consumada, ele busca demonstrar sua fidelidade ao novo imperador, mantendo nas diferentes situações, as alianças com o Estado. Essas foram as estratégias que defenderam sua imagem e seus negócios e os conservaram protegidos em meio às dificuldades e aos constantes embates que marcaram sua atuação.

Os contextos mudavam, mas, mantinham-se os incômodos gerados pelo negociante à oposição. Os dissensos envolvendo Meirelles permitem perceber o fortalecimento de grupos antagônicos, na primeira metade do século XIX no Maranhão, intensificados pelas novidades advindas da adesão à Revolução do Porto. Foi o caso da liberdade de imprensa, e mais,

posteriormente, logo depois da Independência, as discussões para a concepção do Estado nacional. Nesse debate, ganhava força a oposição entre “portugueses” *versus* “brasileiros” e, desse modo, ainda que as críticas e reclamações contra Meirelles fizessem, marcadamente, referência ao seu poder econômico, sua influência política também embasava os descontentamentos. Portanto, a teia de intrigas ao redor do negociante não pode ser discutida por apenas um ângulo, dado que o contexto econômico mesclava-se a conturbações políticas, típicas da província desse período e com o que Meirelles estava diretamente relacionado.

Em meio aos embates, foi possível observar ainda as alianças estabelecidas por Meirelles ao redor do império português, como o Rio de Janeiro e Lisboa. Para além das relações com Estado, a atuação do negociante também aponta para as interações com outros homens de negócio, advogados, fazendeiros, criadores de gado - personagens que foram por ele acionados para corroborar sua posição, principalmente, em defesa do atributo de negociante. Os redatores dos periódicos que circulavam na província, naquele período, também representaram importante apoio ao comendador. Por meio das páginas dos seus jornais, alguns intencionam fortalecer a imagem de Meirelles como homem “probo e honrado”, refutando críticas e denúncias da oposição.

Pretende-se, através da análise da trajetória de Meirelles, na primeira metade do século XIX, contribuir para a compreensão mais abrangente e enriquecedora daqueles períodos vividos no Maranhão, os quais podem ser mais facilmente apreendidos a partir de uma escala menor.

A ideia é vislumbrar esse trabalho, que aqui ganha um ponto final, como condutor de novos “começos” e de caminhos para futuros estudos sobre a praça mercantil de São Luís. Praça onde o potencial comercial permitiu a pujança de diversos negociantes que, como Meirelles, acumularam capital, alcançaram distinção social e importante influência política, decisivos na região. O próprio personagem, certamente, não se esgotará nesse trabalho. Será

possível - e necessário - compreender sua atuação após 1831, quando novas questões e acirramentos vingaram na província à qual o comendador também esteve fortemente filiado.

Referências

1) Fontes

a) Manuscritas

ARQUIVO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO MARANHÃO. Autos Cíveis de Agravo de decisão passada a favor de Antonio Joze Meirelles Ferreira & Cia. Comarca de São Luis, Cx. 4.i.2.

ARQUIVO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO MARANHÃO. Autos cíveis de designação de dez dias que moveu o Comendador Antonio Jose Meirelles contra Joaquim Teixeira de Moraes, pela cobrança de uma quantia que lhe devida. Comarca de São Luís, Cx. 5.b.5, 1832.

ARQUIVO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO MARANHÃO. Autos Cíveis de Assinação de dez dias entre as partes. Comarca de São Luis, Cx. 2.e.2, 1805.

ARQUIVO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO MARANHÃO. Autos Cíveis de Cominação nos quais Antonio José Meirelles Ferreira & Companhia cobra de Francisco do Valle Porto a quantia de 584\$087 réis, relativo a fretes que a empresa realizou para o dito réu. Comarca de São Luís, Cx. 4.h.1, 1828.

ARQUIVO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO MARANHÃO. Autos cíveis de execução de bens que moveram Antonio Jose Meirelles e Antonio Jose de Sousa contra Joaquim Teixeira de Moraes, em virtude de dívidas no total de 4:500\$000 réis. Comarca de São Luís, Cx. 5.c.4, 1833.

ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO. PASSAPORTE do governador e capitão-general do Maranhão, D. Diogo de Sousa, para que Antonio José Meirelles possa viajar a Lisboa no navio Príncipe Atalante. 1800, Setembro, 1, São Luís do Maranhão. AHU, ACL, CU, 009, Cx. 112, D. 8747

ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO. Representação dos moradores do Maranhão ao rei D. João VI, informando sobre o Estado do Maranhão e solicitando que o governador, o juiz de fora, entre muitos outros sejam substituídos. Maranhão, 24 de outubro de 1821. CU 009, cx. 167, doc. 12.168.

ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO. REQ. de João Rodrigues de Miranda ao Congresso das Cortes Gerais, pedindo para que seja posto em liberdade e que o seu processo corra os trâmites de direito, para ser indenizado dos danos que sofreu, por ser o contratador das meias sisas. 1822, Fevereiro, 25, São Luis do Maranhão. AHU-ACL-CU-009, Cx. 168, D. 12249, DOC. 0044-0120.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO. Carta Imperial concedendo 10 anos de privilégios a Antônio José Meirelles e Allem etc Smith da propriedade e uso de uma máquina de sua invenção para descascar arroz. Maranhão, 5 de setembro de 1836. Livro 21, doc. 3322. Fl. 59v-60.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO. Confirmação de patente de tenente do regimento de milícia da vila de Guimarães a Antônio José Meirelles. Livro 17 f.81v, 1805.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO. Confirmação de patente de capitão de Granadeiros do Regimento de Milícias da cidade de São Luís do Maranhão. Livro 18, fl.119, 1814.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO. Registro de entrada neste porto do brigue brasileiro Marquês de Pombal vindo do porto de Lisboa, de propriedade do Sr. Meirelles com 5 pretos na mesma tripulação. 1833. F.1.S.7, 25/3/1833.

BIBLIOTECA NACIONAL - RJ. Coleção de Documentos Bibliográficos. Seção Manuscritos. Bruno Antonio Meirelles. C- 0491,007. 1824.

BIBLIOTECA PÚBLICA BENEDITO LEITE. Recibo do Senhor Comendador Antonio José Meirelles. 1829. Seção Obras Raras, nº 373.

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO. Protesto de lealdade e reconhecimento do povo ao Rei. Abaixo-assinado dos cidadãos da província do Maranhão. Coleção Instituto Histórico. Lata 400, pasta 10, doc. 2.

b) Impressos

(A) Aurora Fluminense – RJ (1827-1839)

(O) Farol Maranhense – MA (1827-1831)

(O) Publicador Oficial – MA (1831-1841)

(O) Argos da Lei - MA (1825)

(O) Censor - MA (1825-1830)

(O) Conciliador – MA (1821-1823)

Gazeta do Rio de Janeiro -RJ (1809-1822)

(A) **FIDELIDADE maranhense demonstrada na sumptuosa Festividade, que no dia 12 de Outubro e seguintes, a solicitação do Ilmo e Exmo Sr. Presidente Pedro José da Costa Barros fez à câmara da cidade.** São Luís: Tipografia Nacional, 1826. Arquivo Nacional, Seção de Obras Raras. Lv. 180, 132,65. p. 23-24.

CARDOSO, Manoel José. **Resposta as reflexões, que no diário do governo de 28 de outubro deste anno.** Rio de Janeiro: Tipografia de R. Ogier, 1831. BN, Seção Obras raras, 040, 017, 008.

ESTEVES, João Pedro. **Carta de legitimação de Joana de Meirelles e Sá e Maria de Meirelles e Sá.** Rio de Janeiro: Typ. Imp. E Const. De J. Villeneuve, 1839. BN, Seção Obras raras, 040, 011, 061.

LISBOA, João Francisco. **Crônica Maranhense**. Estudos e Documentos (1ª parte). Museu Histórico Nacional: 1969. 31 de janeiro de 1838.

MEIRELLES SOBRINHO, Antonio José. Carta Introdutória. In: MEIRELLES, Antonio José. **Refutação das infames calúnias dos senhores Honório José Teixeira e quarenta e sete outras pessoas do Maranhão**. Liverpool: Impresso por Roberto Rockliff, 1822. Biblioteca Nacional de Portugal.

MEIRELLES, Antonio José. **Ao Público. Defesa do autor contra um artigo publicado**. Rio de Janeiro: Tipografia da Astreia, 1828. BN, Seção Obras raras, 040, 012,002.

PEREIRA, Izidoro Rodrigues. **Advertências interessantes à Província do Maranhão pelo Coronel Izidoro Rodrigues Pereira**. Maranhão: Imprensa Nacional, 1822. Biblioteca Nacional, Seção de Obras Raras.

TEIXEIRA, José Gonçalves. **Defesa Que José Gonçalves Teixeira Apresenta Ao Respeitável Público**. Maranhão: Tipografia Liberal, 1833. BN, Seção Obras raras, 040, 007, 027.

ZACHEO, Manoel Paixão dos Santos. **Os últimos adeoses do Epaminondas Americano ao despotismo**. Maranhão: Imprensa Nacional, 1822g. Biblioteca Nacional de Portugal.

c) Obras de Referência

ABRANCHES, João Antônio Garcia de. **Espelho crítico-político da Província do Maranhão**. Lisboa: Tipografia Rolandiana, 1822.

BLUTEAU, Raphael. **Vocabulário Portuguez & Latino**. Vol.5, 1728.

BORGES, Ferreira Borges. **Diccionario Jurídico-Commercial**. 1856.

GAIOSO, Raimundo José de Sousa. **Compêndio histórico-político dos princípios da lavoura do Maranhão...** 2 ed. Rio de Janeiro: Livros do mundo inteiro, 1970 (Ed. Fac similar da 1ª, 1818) Coleção São Luís, v.1.

GAMA, Bernardo José da. **Informação sobre a capitania do Maranhão no ano de 1813**. Viena: Imprensa do filho de Carlos Gerald, 1872. Arquivo Nacional, Seção de Obras Raras.

IHGB – Dicionário Bibliográfico Português. Estudos de Innocencio Francisco da Silva. Aplicáveis a Portugal e ao Brasil. Tomo 7 p.53. Lisboa, Imprensa Nacional, 1863.

KOSTER, Henry. (1816) **Viagens ao nordeste do Brasil**. Recife: Fundação Joaquim Nabuco / Editora Massangana, 11 ed, 2002.

LAGO, Antonio Bernardino Pereira do. (1822) **Estatística histórico-geográfica da Província do Maranhão**. São Paulo: Siciliano, 2001.

LISBOA, João Francisco. **Crônica Maranhense**. Estudos e Documentos (1ª parte). Museu

Histórico Nacional: 1969. 31 de janeiro de 1838.

MARANHÃO, Frei Francisco Nossa Senhora dos Prazeres. *Poranduba maranhense*. São Luís, Maranhão. **Separata da Revista de Geografia e História**, 1946.

MARQUES, César Augusto. **Dicionário histórico-geográfico da província do Maranhão**. Typ. da Palma, Maranhão. Biblioteca do Senado. 1870.

SALES, Alberto Jacqueri de. **Diccionario do commercio**. 1813.

SILVA, Antonio de Moraes. **Dicionário da Língua Portuguesa**. Vol. 2, 1789.

SILVA, Innocencio Francisco. **Dicionário Bibliográfico Português**. Tomo 7. Lisboa, Imprensa Nacional, 1863.

SPIX, Johann Baptist von; MARTIUS, Carl Friedrich Philipp. **Viagem pelo Brasil (1817-1820)**. 2 ed. São Paulo: Melhoramentos, s/d, tomo II.

2) Bibliografia

ALEXANDRE, Valentim. **Os Sentidos do Império**. Questão Nacional e Questão Colonial na Crise do Antigo Regime Português. Porto: Edições Afrontamento, 1993.

ANDRADE, Alysson dos Reis. **A atuação do Gigante Albion na América lusa: A atividade consular britânica no Maranhão entre 1813 e 1823**. Monografia apresentada ao curso de graduação em História da Universidade Estadual do Maranhão. São Luís, 2014.

ANTUNES, Luís Frederico Dias. **Estilos de vida e consumo doméstico da elite mercantil fluminense, em 1808: uma representação da natureza simbólica dos objetos asiáticos**. IN: MARTINS, Ismênia; MOTTA, Márcia (Org.). **1808: a Corte no Brasil**. Niterói: EDUFF, 2015.

ARRUDA, José Jobson de Andrade. **A economia brasileira no fim da época colonial: a diversificação da produção, o ganho de monopólio e a falsa euforia do Maranhão**. Nº 119, jul 1985 - dez 1988, p. 3-21.

BARRIERA, Darío; TARRAGÓ, Griselda. **Elogio de la incertidumbre. La construcción de la confianza: entre la previsión y el desamparo. (Santa fe, gobernación del Rio de la Plata, Siglo XVIII)**. Revista História, nº 48, julho-dezembro 2003.

BERTRAND, Michel. **De la família a la red de sociabilidad**. Revista Mexicana de Sociologia, no.2, Abril-Junho, 1999.

BETHELL, Leslie. **A abolição do comércio de escravos**. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial. 2002.

BICALHO, Maria Fernanda Baptista. **Elites coloniais: a nobreza da terra e o governo das conquistas. História e historiografia**. IN: MONTEIRO, Nuno Gonçalo; CARDIM, Pedro; CUNHA, Mafalda Soares da (orgs.). **Optima Pars: Elites Ibero-americanas do Antigo Regime**. Lisboa: ICS, 2005.

BICALHO, Maria Fernanda Baptista. **O que significava ser cidadão nos tempos coloniais.** IN: ABREU, Martha; SOIHET, Rachel. **Ensino de história: conceitos, temáticas e metodologia.** Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2003.

BOBBIO, Norberto. **Dicionário de política.** Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1998.

BORRALHO, José Henrique de Paula; GALVES, Marcelo Cheche. **Elpinos, Virgílios, Trajanos... A poética de Manuel Ferreira Freire em defesa do ex-governador Bernardo da Silveira Pinto da Fonseca- São Luis, Lisboa (1822).** IN: CURY, Cláudia Engler; GALVES, Marcelo Cheche; FARIA, Regina Helena de. (orgs.). **O Império do Brasil: educação, impressos e confrontos sociopolíticos.** São Luís: Café & Lápis; Editora UEMA, 2015.

BOTTOMORE, Tom. **Dicionário do pensamento marxista.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

BOURDIEU, Pierre. **A ilusão biográfica.** In: AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes. **Usos e abusos da história oral.** Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2006.

CALDEIRA, José de Ribamar Chagas. **O Maranhão na literatura dos viajantes do século XIX.** São Luís: AML / SIOGE, 1991.

CAMPOS, Pedro Henrique Pedreira. **Nos caminhos da acumulação: negócios e poder no abastecimento de carnes verdes para a cidade do Rio de Janeiro (1808-1835).** São Paulo: Alameda, 2010.

CARDOSO, Lino de Almeida. **O som e o soberano: uma história da depressão musical carioca pós-Abdicação (1831-1843) e de seus antecedentes.** Tese apresentada ao programa de História Social da Universidade de São Paulo. 2006.

CARVALHO, José Murilo de. **A construção da ordem: a elite política imperial.** 4^o Ed. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2008.

_____; BASTOS, Lúcia; BASILE, Marcelo. **Às armas, cidadãos! – Panfletos manuscritos da independência do Brasil (1820-1823).** São Paulo: Companhia das Letras; Belo Horizonte: Editora UFMG, 2012.

CIRINO, Raissa Gabrielle Vieira. **Pelo bem da “pátria” e pelo Imperador: o Conselho Presidencial do Maranhão na construção do Império (1825-1831).** Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal do Maranhão. São Luís, 2015.

COELHO, Geraldo Mártires. **Anarquistas, demagogos e dissidentes: a imprensa liberal no Pará de 1822.** Belém: CEJUP, 1993.

COSTA, Yuri; GALVES, Marcelo Cheche. **O Epaminondas Americano: trajetórias de um advogado português na Província do Maranhão.** São Luís: Café & Lápis; Eduema, 2011.

COSTA, Yuri. **Por um conceito de elite judiciária no Maranhão do século XIX.** IN: CURY, Cláudia Engler; GALVES, Marcelo Cheche; FARIA, Regina Helena Martins. (orgs.) **O Império do Brasil: impressos e confrontos sociopolíticos.** São Luís: Café & Lápis; Editora UEMA, 2015.

CUTRIM, Luisa Moraes Silva. **Antonio José Meirelles e o Conciliador: publicização de dissensos no Maranhão Oitocentista**. Anais do XXVIII Simpósio Nacional de História. 2015.

_____. **Negócios e política em tempos: percursos do negociante João Rodrigues de Miranda**. Monografia apresentada ao curso de graduação em História da Universidade Estadual do Maranhão. São Luís, 2013.

DOLHNIKOFF, Miriam. **Elites regionais e a construção do Estado Nacional**. IN: JANCSÓ, István. **Brasil: Formação do Estado e da Nação**. São Paulo: HUCITEC; Fapesp, 2003.

FAORO, Raymundo. **Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro**. 3ª Ed. Globo. 2001.

FARIA, Regina Helena Martins de. **Mundos do trabalho no Maranhão oitocentista: os descaminhos da liberdade**. São Luis: Edufma, 2012.

FERNANDES, Guilherme Vilela. **Tributação e escravidão: o imposto da Meia Siza sobre o comércio de escravos (1809-1850)**. Monografia apresentada ao curso de Graduação em Ciências Econômicas da Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2006.

FLORENTINO, Manolo. **Em costas negras: uma história do tráfico negreiro de escravos entre a África e o Rio de Janeiro (séculos XVIII e XIX)**. São Paulo: Editora Unesp, 2014.

FRAGOSO, João Luís Ribeiro. **Homens de grossa aventura: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830)**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1998.

_____. **Mercados e negociantes imperiais: um ensaio sobre a economia do Império português (séculos XVIII e XIX)**. História: questões e debates. nº 36. Editora UFPR, 2002.

FRAGOSO, João; FLORENTINO, Manolo. **Arcaísmo como projeto: mercado atlântico, sociedade agrária, e elite mercantil o Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Diadorim, 1993.

GALVES, Marcelo Cheche. **“Aderir” “Jurar” e “Aclamar”:** o Império no Maranhão (1823-1826). Revista Almanack. Guarulhos, n. 01, p.105-118. 2011.

_____. **“Ao público sincero e imparcial”:** Imprensa e Independência no Maranhão (1821-1826). Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal Fluminense. Niterói. 2010.

_____. **A pena, o prelo e a prescrição: um estudo sobre a Folha Medicinal do Maranhão, 1822**. In: Francisco Alcides do Nascimento; Maria Lindalva Silva Santos; Regianny Lima Monte. (Orgs.). **Diluir fronteiras: interfaces entre história e imprensa**. 1 ed. Teresina: EDUFPI, 2011, v. 1, p. 98-121.

_____. **Ecos de Viena em tempos de Revolução do Porto**. Outros tempos, vol. 12, nº 20, 2015, p. 274-278.

_____. **O Conciliador do Maranhão: imprensa e público leitor na América portuguesa (1821-1823)**. IN: SCHAPOCHNIK, Nelson; VENANCIO, Giselle. (Orgs.). **Escrita, edição e leitura na América Latina**. Niterói: PPGHistória – UFF, 2016.

_____. **O Maranhão e a transição constitucional no mundo luso-brasileiro (1821-1825)**. In: RIBEIRO, Gladys Sabina; FERREIRA, Tânia Maria Tavares Bessone da Cruz. *Linguagens e práticas da cidadania no século XIX*. São Paulo: Alameda, 2010a.

GINZBURG, Carlo. **O nome e o como: troca desigual e Mercado historiográfico**. IN: _____; CASTELNUOVO, Enrico; PONI, Carlo (orgs.). **A micro-história e outros ensaios. Memória e Sociedade**. Lisboa-Rio de Janeiro, DIFEL-Bertrand Brasil, 1989.

GOFFMAN, Erving. **A representação do eu na vida cotidiana**. Petrópolis: Vozes, 2009.

GOMES, José Eudes Arrais Barroso. **O serviço das armas e a busca por privilégios: comandos militares, distinção social e poder na capitania do Ceará (1680-1760)**. IN: CORRÊA, Helidacy Maria Muniz (org.). **Estratégias de poder na América portuguesa: dimensões da cultura política**. Niterói: PPGH/UFF/São Luís: UEMA, 2010. p.106.

GRENDI, Edoardo. **Microanálise e História Social**. IN: OLIVEIRA, Mônica Ribeiro de; CARVALHO DE ALMEIDA, Carla Maria (orgs.). **Exercícios de micro-história**. Rio de Janeiro: FGV, 2009.

GRYNZPAN, Mário. **Ciência política e trajetórias sociais: uma sociologia histórica da teoria das elites**. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1999.

GUIMARÃES, Carlos Gabriel. **A presença inglesa nas finanças e no comércio do Brasil imperial**. São Paulo: Alameda, 2012.

HEINZ, Flávio M. **Por outra história das elites**. Editora FGV. Rio de Janeiro, 2006.

IMÍSCOZ, José Maria; KORTA, Oihane Oliveri. **Economía doméstica y Redes Sociales: una propuesta metodológica**. IN: *Economía doméstica y redes sociales en el Antiguo Régimen*. Madrid: Sílex, 2010.

IMÍSCOZ, José Maria. **Solidariedades y Conflictos. Las relaciones personales en la construcción de economías compartidas y dinâmicas duraderas**. IN: *Economía doméstica y redes sociales en el Antiguo Régimen*. Madrid: Sílex, 2010.

JANCSÓ, István; PIMENTA, João Paulo. **Peças de um mosaico ou apontamentos para o estudo da emergência da identidade nacional brasileira**. *Revista de História das Ideias*. Vol. 21, 2000.

LOPES, Rodrigo Freitas. **Nos currais do matadouro público: o abastecimento de carne verde em Salvador no século XIX (1830-1873)**. Dissertação de mestrado apresentada ao programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal da Bahia, 2009.

LUSTOSA, Isabel. **D. Pedro I: um herói sem nenhum caráter**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

_____. **Insultos impressos: a guerra dos jornalistas na Independência (1821-1823)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

_____. **O debate sobre os direitos do cidadão na imprensa da Independência.** In: RIBEIRO, Gladys Sabina; FERREIRA, Tânia Maria Tavares Bessone da Cruz. **Linguagens e práticas da cidadania no século XIX.** São Paulo: Alameda, 2010.

MACHADO, André Roberto de Arruda. **A quebra da mola real das sociedades: a crise do Antigo Regime Português na província do Grão-Pará (1821-25).** Tese apresentada ao programa em História Social da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2006.

MACHADO, Humberto Fernandes. **Palavras e brados: José do Patrocínio e a imprensa abolicionista do Rio de Janeiro.** Niterói: Editora da UFF, 2014.

MADUREIRA, Nuno Luís. **Mercado e Privilégios.** A Indústria Portuguesa entre 1750-1834. Lisboa, Ed. Estampa, 1997.

MALERBA, Jurandir. **A Corte no exílio: civilização e poder no Brasil às vésperas da Independência (1808-1821).** Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2000.

_____. **A independência brasileira: novas dimensões.** Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

_____. **De homens e títulos: a lógica das interações sociais e a formação das elites no Brasil às vésperas da independência.** IN: MALERBA, Jurandir. **A independência brasileira: novas dimensões.** Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

MARCÍLIO, Maria Luiza. **A população do Brasil colonial.** IN: BETHELL, Leslie (org.). **História da América Latina Colonial: população, sociedade e cultura.** Tomo 4. Editora Crítica. Barcelona, 1990.

MARIANO, Serioja Rodrigues Cordeiro. **Ser livre é tudo: disputas políticas e práticas de poder entre “nacionais” e “europeus” na província da Paraíba na década de 1820.** IN: BORRALHO, José Henrique de Paula; BEZERRA, Nielson Rosa; GALVES, Marcelo Cheche (orgs.). **Pontos, contrapontos não desvendados: os vários tecidos sociais de um Brasil oitocentista.** São Luís: Café e Lápis; Ed. UEMA, 2011.

MARTINHO, Lenira Menezes; GORENSTEIN, Riva. **Negociantes e caixeiros na sociedade da Independência.** Rio de Janeiro: 1993.

MARTINS, Maria Fernanda Vieira. **A velha arte de governar: um estudo sobre política e elites a partir do Conselho de Estado (1842- 1889).** Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2007.

_____. **Os tempos de mudança: elites, poder e redes familiares no Brasil, séculos XVIII e XIX.** In: FRAGOSO, João Luis Ribeiro. ALMEIDA, Carla Maria Carvalho. SAMPAIO, Antonio Carlos Jucá de. (org.) **Conquistadores e negociantes: Histórias de elites no Antigo Regime nos trópicos. América lusa, Séculos XVI a XVIII.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

MEDICCI, Ana Paula. **Administração e negócios: o contrato dos Dízimos Reais e os interesses particulares no governo do Morgado de Mateus.** São Paulo, 1765-1775. Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH. 2011 São Paulo.

MEIRELES, Mário. **História do Maranhão.** São Paulo: Siciliano, 2001.

MONTEIRO, Nuno Gonçalo. **O ‘Ethos’ nobiliárquico no final do Antigo regime: poder simbólico, império e imaginário social.** Alamanak braziliense, nº 2, 2005.

MOREL, Marco. **As transformações dos espaços públicos: imprensa, atores políticos e sociabilidades na Cidade Imperial, 1820-1840.** São Paulo: HUCITEC, 2005. p.25.

_____. **Palavra, imagem e poder: o surgimento da imprensa no Brasil do século XIX.** Rio de Janeiro: DP&A. 2003.

MOTA, Antônia da Silva; GERMANO, Nivaldo. **Jerônimo de Viveiros: Sobre o modo de viver e o método de escrever a História do Comércio do Maranhão.** IN: BITENCOURT, João Batista; GALVES, Marcelo Cheche. *Historiografia maranhense: dez ensaios sobre historiadores e seus tempos.* São Luís: Café e Lápis, Ed. UEMA, 2014.

MOTA, Antônia da Silva. **Aspectos da cultura material em testamentos e inventários post-mortem da capitania do Maranhão, séculos XVIII e XIX.** In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 23. Anais do XXIII Simpósio Nacional de História – História: guerra e paz. Londrina: ANPUH, 2005. CD-ROM.

_____. **As famílias principais: redes de poder no Maranhão colonial.** São Luis: Edufma, 2012.

MOTA, Carlos Guilherme. **1822: dimensões.** São Paulo: Editora Perspectiva, 1972.

MOTELLO, Josué. **Os tambores de São Luís.** 2ª ed. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1976.

MOTTA, Márcia Menendes. **Direito à terra no Brasil: a gestação do conflito (1795-1824).** São Paulo: Alameda, 2012.

MOTTA, Márcia; MARTINS, Ismênia (orgs.). **1808: A Corte no Brasil.** Niterói: EDUFF, 2015.

MOUTOUKIAS, Zacarias. **Lazos débiles/ lazos fuertes y la organización espacial de los negocios en Hispanoamérica Colonia (segunda mitad del siglo XVIII).** IN: BERTRAND, Michel (coord.) *Configuraciones y redes de poder. Un análisis de las relaciones sociales en América Latina.* Caracas: Fondo editorial Tropykos, s/d.

NEVES, Edson Alvisi. **Magistrados e negociantes na corte do Império do Brasil: o Tribunal do Comércio.** Rio de Janeiro: FAPERJ, 2008.

NEVES, Lúcia M. Bastos Pereira das; NEVES, Guilherme Pereira das. **Constituição.** IN: FERES JÚNIOR, João (org.). **Léxico da história dos conceitos políticos do Brasil.** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009.

NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das. **Corcundas e Constitucionais: cultura e política (1820-1823).** Rio de Janeiro: Revan: FAPERJ, 2003.

_____; MACHADO, Humberto Fernandes. **O Império do Brasil.** Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

_____. **Entre impressos e manuscritos: a ‘guerra da pena’ na Independência do Brasil (1820-1822).** IN: CURY, Cláudia Engler; GALVES, Marcelo

Cheche; FARIA, Regina Helena de. (orgs.). **O Império do Brasil: educação, impressos e confrontos sociopolíticos**. São Luís: Café & Lápis; Editora UEMA, 2015.

NOVAES, Irlane Regina Moraes. **Ana Jansen: empreendedorismo feminino no século XIX**. Tese de doutorado apresentada à Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas. Rio de Janeiro, 2012.

OSÓRIO, Helen. **Comerciantes do Rio Grande de São Pedro: formação recrutamento e negócios de um grupo mercantil da América portuguesa**. Revista brasileira de História. São Paulo, v.20, nº 39, p.115-134, 2000.

PEDREIRA, Jorge Miguel de Melo Viana. **Os homens de negócio da praça de Lisboa de Pombal ao Vintismo (1755-1822): diferenciação, reprodução e identificação de um grupo social**. Dissertação de doutoramento em Sociologia. Universidade Nova de Lisboa, 1995.

PEREIRA, Gabriel Langie. **Independência e sequestro de bens: negócios, negociantes e correspondentes do Pará e Maranhão (1822-1842)**. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Econômico do Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2009.

PESAVENTO, Fábio. **Para além do Império Ultramarino Português: as redes trans e extra-imperiais no século XVIII**. In: GUEDES, Roberto. (Org.). Dinâmica imperial no antigo regime português: escravidão, governos, fronteiras, poderes, legados (Séculos XVII-XIX). Rio de Janeiro: Mauad X, 2011. p. 97-112.

PIMENTA, João Paulo. **A Independência do Brasil e o liberalismo português: um balanço da produção acadêmica**. Revista de História Ibero Americana. V. 1 Nº 1, 2008. p.70-105.

PIÑEIRO, Théo Lobarinhas. **“Os simples comissários”: negociantes e política no Brasil Império**. Niterói: Editora UFF, 2014.

_____. **Negociantes, independência e o primeiro Banco do Brasil: uma trajetória de poder e de grandes negócios**. Revista *Tempo*, nº 15, p. 71-91. Rio de Janeiro, 2003.

PUNTSCHARDT, William. **Os Negociantes de grosso trato no Brasil colonial (1808 – 1822)**. São Paulo, 1992. Dissertação (Mestrado em História Social). USP. FFLCH.

REIS, Renato de Ulhôa Canto Reis. **Opinião pública como força política no Brasil: uma análise a partir dos conceitos de público e publicidade (1820-1830)**. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Juiz de Fora. 2016.

REVEL, Jacques. **Jogos de escalas. Experiência da Microanálise**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998.

REVEL, Jacques. **Micro-história, macro-história: o que as variações de escala ajudam a pensar em um mundo globalizado**. Revista brasileira de educação. V. 15, nº 45. Set/Dez. 2010.

RIBEIRO, Alexandre Vieira. **O comércio de escravos e a elite baiana no período colonial**. In: FRAGOSO, João Luis Ribeiro. ALMEIDA, Carla Maria Carvalho. SAMPAIO, Antonio Carlos Jucá de. (org.) **Conquistadores e negociantes: Histórias de elites no Antigo Regime**

nos trópicos. América lusa, Séculos XVI a XVIII. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

RIBEIRO, Gladys Sabina. **A liberdade em construção: identidade nacional e conflitos antilusitanos no Primeiro Reinado.** Tese de doutorado apresentada ao Departamento de História na Universidade Estadual de Campinas. 1997.

_____. **O Tratado de 1825 e a construção de uma determinada identidade nacional: os sequestros de bens e a Comissão Mista Brasil-Portugal.** In: CARVALHO, José Murilo (org.). *Nação e cidadania no Império: novos horizontes.* Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2007.

SAMPAIO, Antonio Carlos Jucá. **Comércio, riqueza e nobreza: elites mercantis e hierarquização social no Antigo Regime português.** IN: IN: FRAGOSO, João; SAMPAIO, Antonio Carlos Jucá (Orgs.). *Nas rotas do Império: eixos mercantis, tráfico e relações sociais no mundo português.* Vitória: Edufes, 2014.

SCHWARTZ, Stuart. **Segredos internos: engenhos e escravos na sociedade colonial, 1550-1835.** São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

SILVA, Camila Borges da. **Mercê e nobilitação: a construção das elites imperiais através dos hábitos das ordens honoríficas.** IN: FERREIRA, Tânia Maria Tavares Bessone; NEVES, Lucia Maria Bastos Pereira; GUIMARÃES, Lucia Maria Paschoal. (Org.). *Elites, fronteiras e cultura do império do Brasil.* Rio de Janeiro: Contra Capa, 2013.

SILVA, Maria Beatriz Nizza. **Semanário cívico: Bahia, 1821 – 1823.** Salvador: EDUFBA, 2008.

SOUZA, George F. Cabral de. **Tratos & mofatras: o grupo mercantil do Recife colonial (c. 1654-c. 1759).** Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2012.

SOUZA, Iara Lis Franco Schiavinatto. **Pátria coroada: o Brasil como corpo político autônomo (1780-1831).** Tese de doutorado apresentada na Universidade Estadual de Campinas. 1997.

SYMANSKI, Luís Claudio. **Espaço privado e vida material em Porto Alegre no século XIX.** Porto Alegre: EDIPUCRS, 1998.

VERDELHO, Telmo dos Santos. **As palavras e as ideias na Revolução Liberal de 1820.** Instituto Nacional de Investigação Científica. 1981.

VIEIRA DA SILVA, Luis Antônio. **História da Independência da província do Maranhão: 1822/1828.** Rio de Janeiro: Companhia Editora Americana, 1972.

VIVEIROS, Jerônimo de. **História do Comércio do Maranhão (1612-1895).** São Luís: Associação Comercial do Maranhão, 1954.